

JULHO 2009

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução da Pobreza e Económia
2. Microfinanças
3. Mercado Informal
4. Oge Investimentos Públicos e Transparência
5. Governação Descentralização e Cidadania
6. Urbanismo e Habitação
7. Terra
8. Serviços Básicos
9. Ambiente

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Genérico

Redação Domingas Mota, Ilda Sebastião e Heliana dos Santos

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler, Beat Weber, Pacheco Ilinga, Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar, Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução a Pobreza Urbana de Luanda), DFID e Embaixada da Noruega

A Redação

INDICE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	1
1.1 Balanço comercial regista saldo negativo	1
1.2 82% dos pedidos de crédito à habitação são rejeitados	1
1.3 Pagamentos regularizados em Julho	1
1.4 Petróleo é inimigo da agricultura angolana	2
1.5 Economista Alves da Rocha questiona Governo sobre destino das reservas internacionais	3
1.6 Economia angolana é a mais dinâmica em África	3
1.7 Investidores descontentes com os bancos	4
1.8 A geometria da pobreza	5
1.9 Contrastes chocantes	5
1.10 Fiscalidade usurpa recursos dos pobres	6
1.11 Cenários alternativos segundo a UCAN	7
1.12 UCAN prova que crescimento não se traduz em progresso social	8
1.13 Agricultores da província do Bié criam cooperativas e associações	9
1.14 A queda oficial da receita petrolífera no primeiro trimestre	9
1.5 Inflação em Angola salta para 13,95% em Junho	10
1.16 Escassez de divisas nos bancos causa preocupação em Cabinda	10
1.17 BDA concede USD 200 milhões a empresários nacionais	10
1.18 O modelo de crescimento é injusto, desarticulado e pouco	11
1.19 Crescimento do PIB sem grande impacto social	11
1.20 Crise de valores no mundo empresarial determinou o actual “crash” económico	12
1.21 BAD é o novo parceiro da reconstrução nacional	13
1.22 FILDA e ANIP Criam Centro de Negocio	14
1.23 Ausência de seguro agrícola não inibe investimento do BIC no sector	15
1.24 BAD é o novo parceiro da reconstrução nacional	15
2 MICRO FINANÇAS	18
2.1 Novo Banco inaugura balcão no estádio do Inter de Angola	18
2.2 Benguela promove o comércio rural	18
2.3 Subsídios do Estado: SIM ou NÃO?	19
2.4 Subir degraus em direcção ao futuro	20
2.5 Crédito ao consumo até 50 mil usd	21
2.6 Camponeses do Kwanza-Sul recebem créditos bancários	21
2.7 Fomento do comércio rural abre portas aos empresários	22
2.8 Banco Sol concede USD 100 mil	22
2.9 Há cada vez mais pessoas a retirarem suas poupanças	23
2.10 Banco Sol concede créditos aos camponeses de Malanje	23
3 MERCADO INFORMAL	24
3.1 Encerramento de armazéns GPL não honra palavra	24
3.2 Quando o lixo “vira” negocio	25
3.3 Buracos de conflitos	27
3.4 Vendedoras querem uma creche	27
3.5 Cresce a venda ambulante no São Paulo	28
3.6 Mercado de São Paulo acolhe mais vendedores	28
3.7 Novo mercado do Lubango acolhe milhares de Vendedores	29
3.8 Vendedoras ambulantes fornecem água nas ruas	29
3.9 Cadeia espera por vendedores de Fármacos	30
3.10 Proibida a venda de bebidas alcoólicas junto dos campos desportivos de Viana	31
3.11 O mercado paralelo do Tchico	31
3.12 Polícia destrói Produtos expirados em Mbanza Kongo	32
3.13 Zungueiros foram condenados por piratear vídeos pornográficos	32
3.14 Autoridades retiram do mercado alimentos impróprios para consumo	33
3.15 “Garimpo” desenfreado engorda oportunistas no Mercado dos Kwanzas.	33

3.16 Unitel é a rede mais utilizada	34
3.17 Por semana Milhões de Kwanzas facturados com destino incerto	35
3.18 Camartelo desgovernado no Adeus da Feira Ngoma!!!	35
3.19 Feira Ngoma: 20 anos ilegal?	36
4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA	37
4.1 Governo de Angola estabelece regime de preços vigiados	37
4.2 UNITA não aprova	38
4.3 Parlamento aprova OGE revisto	39
4.4 Plano e OGE revistos “passam” na Assembleia na Assembleia Nacional	39
4.5 Governo reafirma pagamento da dívida contraída no âmbito do programa de reconstrução nacional.	39
4.6 Reajuste do OGE provoca atrasos nos projectos de telecomunicações	40
4.7 Orçamento e rigor	41
4.8 MPLA dá voto de confiança ao Governo	42
4.9 O maior dos últimos 10 anos	43
4.10 Para onde foi o dinheiro do petróleo quando o preço disparou	43
4.11 Comissões de especialidade propõem medidas correctivas	44
4.12 Governo aprova carteira de projectos de grande impacto económico e social	46
4.13 Governo esconde dinheiro do petróleo revendo OGE em baixo	46
4.14 Relatório de execução do OGE de 2008 animou debate na Assembleia Nacional	47
4.15 Angola deve 1,4 mil milhões de euros a construtoras	48
4.16 Aumentar receitas para pagar as construtoras	49
4.17 Dívida ao estrangeiro consome 16,5% do PIB	49
4.18 Orçamento para novas instalações da Filda no OGE-2010	50
4.19 Diversificação da economia aumenta as receitas fiscais	51
4.20 OGE e Plano Nacional revistos vão ao Parlamento	51
4.21 OGE apto Governo mantém metas se emprego para 2009	52
5 GOVERNACÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	55
5.1 MPLA “foge” das autárquicas	55
5.2 Autoridades tradicionais fora da acção do Governo	56
5.3 Resumo de um debate televisivo “A propósito da interpelação da Governadora de Luanda”	56
5.4 Tribunal de Contas no enalço do administrador	57
5.5 Isaías Samakuva teme convulsões sociais	58
5.6 Sábios e soberanos pedem respeito pelos valores culturais	58
5.7 Governo angolano multiplica ganhos com as compras públicas electrónicas	59
5.8 Nova constituição: Comissão Técnica quer mais tempo	60
5.9 MPLA na Samba prepara participação	61
5.10 Governo aprova projectos de grande impacto social	61
5.11 Comissão Constitucional quer 180 dias para elaboração da Carta Magna	61
5.12 Substituição de sobas na base de confrontos em Makamombolo	62
5.13 Política e politiquices	62
5.14 Construções anárquicas prejudicam urbanização	63
5.15 Empossados novos administradores	64
5.16 MPLA renova mandatos em Luanda	64
6 URBANISMO E HABITAÇÃO	66
6.1 MPLA pressiona saída de Carlos Mariano do Américo Boavida	66
6.2 250 Casas sociais serão construídas em Porto Amboim	67
6.3 Construção dirigida não é para pobres	67
6.4 “Horizontes da Vila Graças” constrói bairro no Huambo	68
6.5 Bairro de Casas sociais no Bom Jesus	69
6.6 Programa de construção de casas começa na localidade do Zango	69
6.7 Mais "cubatas" para o Zango	70
6.8 Governador defende mais organização na execução do programa habitacional	70
6.9 Governador defende mais organização na execução do programa habitacional	71
6.10 A falta de planos urbanísticos e o aumento da criminalidade	71
6.11 Sambizanga século XXI	71

6.12 Edifício do Elinga vence o camartelo	72
6.13 Empresas empenhadas na realização do sonho da casa própria	73
6.14 Criado grupo de execução das políticas de urbanismo	74
6.15 Prioridade da Agenda Política Nacional “Problema da habitação foi discutido em Benguela”	74
6.16 Materiais de construção com preços muito altos	75
6.17 Construções anárquicas prejudicam urbanização	75
6.18 Casas sociais da Juventude ficam concluídas em Agosto	76
6.19 Famílias vão beneficiar de casas próprias em Bula Atumba	76
6.20 Começou construção de casas para jovens	77
6.21 Luanda tem planos para construir casas	77
6.22 Política Habitacional: Parlamento e o Governo em sintonia	78
6.23 Província de Luanda realiza amanhã conferência de urbanismo e habitação	79
7 TERRA	81
7.1 Velhas aldeias esquecidas	81
7.2 Projecto aldeia nova em marcha lenta	81
7.3 As Huíla emitem mais cinco títulos a favor das comunidades tradicionais	82
7.4 Camponeses recebem terras	83
7.5 Sociedade civil apela à intervenção da Assembleia Nacional	83
7.6 Demolidas casas ilegais construídas nas reservas fundiárias do Estado	84
7.7 Demolir a casa dos pobres, humilha-los e desterra-los	84
7.8 O incontornável regresso à "Corrida à Terra vs Segurança Alimentar"	85
7.9 Distribuição de terras para cultivo a mais de mil famílias na Humpata	86
7.10 Governo deve acabar com as demolições arbitrárias	86
7.11 Terrenos sim, material de construção não	87
7.12 Conflitos têm mecanismo de fácil solução	87
7.13 Lotes de terrenos foram registados para projectos de auto-construção	88
7.14 Camponeses do Musseque Kicoca dizem-se prejudicados pelo GRN	89
7.15 Ministro Kundi Paihama nega intervenção militar	89
8 SERVIÇOS BÁSICOS	91
8.1 Município do Seles sem água potável	91
8.2 Águas subterrâneas inundam bairro em Luanda	91
8.3 Qualidade da água aprovada pelo Instituto do Consumidor	92
8.4 A qualidade da água	92
8.5 Água do Cuebe imprópria para consumo	93
8.6 Programa “Água para Todos” beneficia milhares de pessoas	93
8.7 Epal aumenta oferta de água a Viana	94
8.8 A doença familiar que nunca acaba	94
8.9 Luanda terá incineradora para tratamento do lixo hospitalar	95
8.10 Aldeia de Sanga Planície recebe luz do rio	95
8.11 Governo da província de Luanda monta serviço para reciclar o lixo	97
8.12 Bié Distribuição de água no Andulo	98
8.13 Saneamento Básico no Rangel “De mal a pior”	98
8.14 População de Ndalatando destaca recuperação de valas de drenagens	98
8.15 A água potável	99
8.16 Sem água potável nem luz	100
8.17 Golfe II: Lixeira é convertida em Jardim Botânico	100
8.18 Águas subterrâneas atormentam moradores do Cazenga	100
8.19 Comuna de Cassamba com novo sistema de água potável	100
8.20 Deputados informados da água para todos “Os projectos em Luanda são calculados em 200 milhões de Dólares”	101
9 AMBIENTE	102
9.1 Garimpo ilegal na Barra do Kwanza	102
9.2 Angola sofre os efeitos das alterações climáticas	102
9.3 Instituto Florestal apreende carvão	103
9.4 Angola assina acordo tripartido para conservação da floresta de Maiombe	103

9.5 Ministra sugere a criação de empresas de consultoria	104
9.6 Biodiversidade é das mais ricas de Africa	104
9.7 Criação da área de conservação da floresta de Maiombe tem impacto planetário	105
9.8 BAD financia projecto ambiental para o combate contra a pobreza	105
9.9 Angola participa na 27ª Conferência de Educação Ambiental da África Austral	106
9.10 Falta Educação Ambiental	106

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Balanço comercial regista saldo negativo

Jornal de Angola 2 de Julho de 2009

Pela primeira vez, nos últimos 5 anos, a balança comercial do país registou um saldo negativo. Os especialistas dizem que a mesma se deve a queda das exportações e ao aumento das importações.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), os Estados Unidos, a China e o Canadá são os principais destinos das exportações angolanas. Já Portugal, Holanda e Emiratos Árabes Unidos, Índia e os Estados Unidos são os países onde Angola mais importa.

Entretanto, durante o primeiro trimestre deste ano, Angola exportou essencialmente o petróleo, diamantes e a madeira, importando mais máquinas e equipamentos e ainda produtos alimentares.

1.2 82% dos pedidos de crédito à habitação são rejeitados

Ango Notícias, 3 de Julho de 2009

O papel da banca no financiamento para a aquisição de casa própria é reduzido e, ainda por cima, uma percentagem avassaladora de pedidos de empréstimo é rejeitada.

A taxa de rejeição bancária à solicitação de crédito para o financiamento a habitação situa-se na ordem de 82%, revelou um estudo da organização não-governamental Development Workshop, apresentado pelo seu director Allan Cain, na conferência que serviu para apresentar o relatório económico relativo ao ano de 2008 do Centro do Estudo e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.

Esta realidade tem tanto mais significado quanto, no conjunto do financiamento à habitação, o crédito bancário tem uma reduzida expressão: apenas 7,6%. De acordo com aquele responsável, os bancos têm-se mostrado bastante relutantes em entrar no mercado do crédito à habitação, alegando várias razões para recusarem as solicitações feitas pelos seus clientes, numa altura em que se regista um forte crescimento da procura por financiamento à aquisição de habitação, com maior ênfase para as zonas urbanas.

A falta de uma clara legislação fundiária que permita que a propriedade possa ser oferecida como garantia, o longo período que os bancos precisam para recuperar os investimentos, a falta de uma política governamental em subsidiar créditos habitacionais, a ausência de títulos para a maioria dos clientes, que não têm, aliás, uma cultura de reembolso, estão entre as razões alegadas pelas diversas instituições bancárias que actuam no sector para o escasso crédito concedido.

As pessoas que vivem em casas arrendadas, as novas famílias criadas e os migrantes das áreas rurais, figuram entre os que mais procuram um financiamento para habitação própria, mas grande parte tem sido preterida, uma vez que a tendência dominante entre as várias instituições bancárias consiste em ceder preferencialmente crédito às famílias de elites, sublinha o estudo da organização, a qual oferece, por seu turno, um programa de crédito habitacional de baixo custo.

O estudo revela ainda que, no ano de 2008, apenas 7,6% do financiamento destinado à habitação provém do sistema bancário, enquanto uma maioria (59%) é facultado pelas famílias, sendo os maiores destinatários do crédito bancário os indivíduos ou famílias de classe média ou alta.

A Development Workshop fez ainda uma incursão pelo mercado de arrendamento informal de habitação, concluindo que este segmento de negócio é dominado por arrendamento a pequena escala, sendo que 54% dos actuais arrendatários o são pela primeira vez, ocupando anexos construídos em casas já existentes (61%) ou ocupando 52% apenas um quarto.

1.3 Pagamentos regularizados em Julho

Novo Jornal 03 De Julho de 2009

O ministro das Finanças, Severim de Morais, em entrevista ao Novo Jornal, revelou que o Governo está a negociar um novo plano de pagamentos com fornecedores e conta a partir de Julho "começar a honrar os compromissos", até agora em atraso.

Uma questão tanto mais importante numa altura em que o país se esforça para atrair mais investimento estrangeiro. Para este ano, o Governo prevê um crescimento da economia na ordem dos 6,2%, fruto do crescimento sustentado dos sectores não-petrolíferos. Um crescimento revisto em baixa mas, ainda assim, longe dos números pessimistas da OCDE.

Qual o impacto da recente revisão do Orçamento Geral

do Estado sobre o programa público de investimentos? Esta revisão tem por base um preço do barril de petróleo na ordem dos 37 dólares, o que implicará uma quebra nas receitas na ordem dos 17,8% do PIB. Este cenário obrigou-nos a reprogramar o programa de investimentos públicos, dando prioridade aos investimentos que estão em curso na ordem dos 10 mil milhões de USD e atrasando o arranque de novos projectos durante este ano, de forma a não engrossar as despesas. Decidimos ainda prolongar o prazo de execução de alguns investimentos que poderiam estar concluídos em dois ou três anos e que só dentro de quatro ou cinco estarão terminados, diluindo, assim, também o seu prazo de pagamento.

Em que projectos se vão fazer sentir mais os atrasos que acaba de mencionar? Sobretudo, nos projectos da área de construção de infra-estruturas económicas, nomeadamente estradas e pontes, e alguns projectos na área da energia. Esta situação levou-nos a considerar a necessidade de avançar mais rapidamente na constituição de parcerias público-privadas, especialmente no que à área da energia diz respeito. Inclusive, já avançámos neste domínio para a construção das hídricas. Não nos esqueçamos, porém, que há obras que têm mesmo de ser concluídas, como é o caso dos Estádios que vão receber os jogos do CAN 2010.

Não teme que esses atrasos possam afastar o interesse de potenciais investidores? É evidente que corremos esse risco mas até agora não temos registado algum nesse sentido. Pelo contrário, continua a haver uma forte manifestação de interesse de investimentos em Angola e não temos tido problemas de acesso ao crédito internacional.

Há algumas semanas vieram a público notícias dando conta de atrasos nos pagamentos a fornecedores. A situação já está regularizada? Temos em atraso pagamentos de obras financiadas com os recursos ordinários do Tesouro. Estamos a negociar um plano de pagamentos e contamos, a partir de Julho, começar a honrar esses compromissos.

Inflação cresce para 12,5%
Que impacto é que esta revisão orçamental terá na vida dos angolanos? Os maiores impactos serão ao nível do aumento da inflação. Revimos em alta este indicador, que passará, de acordo com o novo cenário, de 10 para 12,5%. Contudo, conseguimos garantir as despesas mínimas para as áreas da Educação e Saúde, que não serão afectadas. O Governo vai também dar continuidade aos programas já em execução e que visam garantir uma

maior diversificação da economia e das exportações nacionais, designadamente o Programa de Reabilitação da Indústria Transformadora e o Programa de Desenvolvimento da Agricultura. Também será dada prioridade à execução do programa social “Uma casa para todos”.

A economia angolana vai crescer em 2009? Esta crise financeira veio mostrar que Angola tem de diversificar a sua economia e reduzir a sua dependência em relação ao petróleo. Angola registou uma forte redução das receitas fiscais e em receitas das exportações, mas irá continuar a crescer. Quanto muito o que esperamos é uma desaceleração do ritmo de crescimento, que se sitiou, nos últimos três anos, nós 18% ao ano. Prevíamos para este ano um crescimento de 11,5% mas acabámos por rever em baixa este crescimento para os 6,2%.

Mesmo assim é uma previsão optimista face ao cenário que credenciadas instituições internacionais, como a OCRE, traçaram para Angola. Como explica esta discrepância?

O próprio nome indica que são previsões e estas partem sempre de pressupostos. Os nossos têm por base um decréscimo do sector petrolífero, que este ano terá um crescimento negativo de -6,1%, motivado fundamentalmente pelo cumprimento das decisões da OPEP; organismo a que Angola presidirá até ao próximo mês de Setembro.

Pode até acontecer que numa próxima reunião os seus membros decidam não voltar a diminuir as quotas de produção. O país terá então capacidade para imediatamente passar a produzir 2 mil milhões de barris/dia, mais 400 mil b/d do que o que produz actualmente.

Se assim for, este facto terá um impacto considerável na economia. Quanto ao desenvolvimento dos sectores não-petrolíferos, são já visíveis alguns resultados frutos dos investimentos realizados nos últimos quatro/cinco anos.

Pensamos que o sector não-petrolífero está a crescer bem e que assim continuará este ano. Prevemos que em 2009 a economia não-petrolífera cresça à volta de 15,5%. Estes são os nossos pressupostos. Como não conheço os da OCDE, não percebo por que razões revêem tão em baixa o nosso crescimento

1.4 Petróleo é inimigo da agricultura angolana

Lusa 7 de Julho de 2009

O petróleo tem sido o maior inimigo da agricultura em Angola, disse à Agência Lusa o engenheiro agrónomo angolano Fernando Pacheco, que defende uma economia diversificada para o país, onde a agricultura tenha mais peso.

Em entrevista por telefone, Pacheco fez um retrato pouco animador da agricultura angolana, criticou a falta de atenção dos sucessivos Governos à problemática rural e lamentou que, em 2002, no fim da guerra civil, a agricultura tenha começado quase do zero.

"Costumo dizer que o petróleo tem sido o maior inimigo da agricultura angolana. Quase tanto como a guerra e em algumas situações ainda mais do que a guerra", afirmou à Lusa, considerando que se tivesse havido um maior interesse do poder pelas áreas rurais, a movimentação da guerrilha nunca teria sido tão facilitada, nem a sua actuação tão duradoura.

"Lembro-me que no período anterior à independência de Angola (11 de Novembro de 1975), o Governo português defendeu com algum êxito estratégias que tornaram mais difícil o trabalho da guerrilha (nacionalista), nomeadamente no Planalto Central, onde as condições de vida melhoraram substancialmente", lembrou.

Fernando Pacheco, que até há pouco tempo dirigiu a organização não governamental angolana Adra (Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente), disse que a queda do preço do petróleo no mercado internacional, no início deste ano, levou o Governo a disponibilizar uma linha de fundos de garantia para financiamento à agricultura no valor de US\$ 350 milhões.

"Este é um indicador importante para saber que o interesse pela agricultura é maior. O Governo debate mais esta temática, os jornais escrevem mais sobre o assunto e até eu sou mais entrevistado", brincou, apontando ainda a criação de escolas médias para a formação de técnicos agrícolas, imprescindíveis para o arranque da agricultura e melhorar o conhecimento dos solos, no sentido rentabilizá-los.

Questão

Numa análise que coincide com as observações de Fernando Pacheco, que agora faz consultoria para departamentos governamentais e organizações internacionais, o agrónomo e veterinário angolano António Russo, sintetizou numa única palavra - acesso - tudo o que falta para relançar a agricultura em Angola.

Russo defendeu para Angola, ao lado de uma agricultura empresarial em grandes áreas, o

desenvolvimento das empresas familiares, que serão o suporte para alimentar as populações.

"Acho que não vale a pena falar a curto prazo. A média de disponibilidade de cereais na África Austral está à volta de 150 quilogramas anuais por pessoa. (...) Para a atingirmos, precisamos de quase três milhões de toneladas de milho, cinco vezes mais do que produzimos em 1974, ainda no período colonial, mais ou menos o que ainda agora produzimos. São números muito grandes e não dá para termos uma solução a curto prazo", esclareceu.

"A curto prazo, vamos avançando com alguns projectos. São bases de aprendizagem, experiências que mais tarde tentaremos generalizar pelo país fora".

1.5 Economista Alves da Rocha questiona Governo sobre destino das reservas internacionais

RTP 8 de Julho de 2009

O economista e director do Centro de Estudos e Investigação (CEI) da Universidade Católica de Luanda, Alves da Rocha, pediu publicamente ao Governo que clarifique o destino dado a cerca de nove mil milhões de dólares das reservas internacionais do Estado.

Em entrevista à Rádio Nacional de Angola (RNA) e posteriormente reafirmado à Agência Lusa, o também consultor do Ministério do Planeamento defende que deve haver "explicações mais claras, mais contundentes" sobre a queda nas reservas, que baixaram "de quase 20 mil milhões de dólares em Novembro de 2008 para os níveis actuais, por volta dos 11,8 mil milhões".

Alves da Rocha confirmou também à Lusa a ideia de que prevalece "um ambiente de dificuldades, de retracção do crédito, de inviabilidade de compra de divisas" e entende que a actual situação é "paradoxal" na medida em que o barril do petróleo estabilizou em torno dos 70 dólares, face aos cerca de 35 no início do ano, sem que isso se reflecta, "por enquanto, no stock das reservas internacionais líquidas".

1.6 Economia angolana é a mais dinâmica em África

Jornal de Angola 9 de Julho de 2009

A economia angolana teve a maior taxa de crescimento de longo prazo em África, entre 1989 e 2007, e foi a mais dinâmica nesse período, com uma taxa média de

9,6 por cento contra uma média de 4,0 por cento verificada nas maiores economias do continente.

A conclusão consta do relatório do Centro de Estudos Estratégicos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, publicado recentemente em Luanda.

Elaborado por um conjunto de investigadores coordenados pelo economista Alves da Rocha, o estudo coloca Angola como a sétima maior economia do continente, entre 48 países. O Rendimento Nacional Bruto – soma de tudo que é produzido no país mais o que é enviado e recebido do exterior –, a renda por habitante, o quantitativo da população e a taxa de crescimento da economia foram os factores avaliados pelo relatório, publicado todos os anos pela Universidade Católica.

Os dados revelam que, em 2007, Angola obteve um Rendimento Nacional Bruto de 43,6 mil milhões de dólares. A lista é liderada pela África do Sul, com 274 mil milhões de dólares, seguida da Nigéria com 137,1 mil milhões e da Argélia com 122, 5 mil milhões de dólares. Completam a lista das sete economias mais poderosas do continente o Egipto, com 119,9 mil milhões, o Marrocos com 69,4 mil milhões e a Líbia, que está mais próxima de Angola, com 55,5 mil milhões de dólares.

O desempenho da economia angolana ganha ainda mais destaque, quando se avalia que, durante o conflito militar, as taxas de crescimento variaram entre 3 e 4 por cento. Em 1993, Angola registou uma recessão de -24 por cento. A explicação para o progresso da economia angolana, de acordo com o estudo, está nos níveis de crescimento alcançados a partir de 2002, ano em que o país conquistou a paz.

Na África Subsahariana, Angola é apenas superada pela África do Sul e pela Nigéria. No espaço da CEEAC, o Rendimento Nacional Bruto de Angola é quase igual ao dos Camarões, RDC, Gabão, Tchad, Congo e Ruanda juntos. Já na SADC, apenas é superado pelo da África do Sul, numa lista onde consta ainda a Tanzânia, Botswana, Zâmbia, Namíbia e Maurícias.

O estudo faz ainda uma comparação entre Angola e a principal economia do continente, a África do Sul, e conclui: a diferença entre a riqueza produzida nos dois países reduziu desde 2000. Em sete anos, a proporção passou de 11/1 para 6/1. Se em 2000 o PIB angolano equivalia a 9 por cento do sul-africano, em 2007 Angola subiu para 16,7 por cento.

Os investigadores do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica fizeram as contas e concluíram que, em termos de rendimento médio por habitante e mantendo as taxas de crescimento médio de longo prazo, os angolanos estão a 14 anos de igualar as condições de vida dos sul-africanos.

Antes de 2000, de acordo com o estudo, era quase impossível a comparação. Para este ano, Angola pode reduzir ainda mais o fosso. O PIB angolano deve crescer 6,2 por cento, ao passo que os sul-africanos estão em vias de assistir a uma retracção da economia.

1.7 Investidores descontentes com os bancos

Novo jornal 10 De Julho de 2009

As restrições vividas actualmente no acesso ao dólar norte-americano e as dificuldades na operação de transferência de moeda para o exterior do país junto dos bancos comerciais em Angola estão a provocar o “entesouramento” por parte de empresas, empresários e comerciantes angolanos.

As dificuldades encontradas por estes homens de negócios na obtenção de dólares está a fazer com que muitos deles optem por guardar fora dos bancos o dinheiro que os permita movimentar em qualquer situação sem restrições de valores. Mas ainda assim vão fazendo alguns depósitos, para garantir a importação de mercadoria. Situação que no entender de alguns especialistas pode “agravar ainda mais a escassez de recursos financeiros” que se vai registando em alguns bancos.

Os clientes anónimos, ou se quisermos particulares, também não têm tido a sua vida facilitada, tanto nos levantamentos como na compra de dólares, ou ainda numa simples transferência bancária para o pagamento de uma simples propina escolar no estrangeiro. As “medidas restritivas” aplicadas pela banca angolana em nada agradam a quem trabalha regularmente com transferências e pagamentos que, na procura de soluções, vai aplicando algumas estratégias.

Julião Domingos, administrador do grupo Cabeto, disse ao Novo Jornal que “a nova política bancária está a criar grandes transtornos”, a começar pela exigência de comprovativos de importações que os fornecedores só emitem depois do pagamento. E é aqui que as coisas se complicam. “Se não conseguirmos transferir dinheiro para pagar a mercadoria como é que vamos ter os comprovativos?”, questiona o homem forte do grupo Cabeto que se dedica à construção, comércio, importação e exportação. O empresário reconhece que

em alguns casos o dinheiro em mão dá jeito independentemente dos riscos. E sobretudo facilita a vida de quem investe.

Ligado a uma rede de distribuição a grosso e escudando-se no anonimato, um empresário assume o recurso ao "garrafão". "É impossível não termos o dinheiro guardado nos nossos cantos. Nos balcões de certos bancos só estão a dar dois mil dólares/dia e quem tiver mais sorte ainda pode levantar cinco mil", frisou o homem.

Tratando-se de um grossista que todos os dias movimentam milhares de dólares e kwanzas, a nossa fonte "desespera" e reconhece o risco que corre por ficar com o dinheiro guardado em cofres próprios. "Sei que é perigoso, mas preciso de dinheiro todos os dias e o que o banco está a disponibilizar não dá para os gastos que tenho com os armazéns", elucida. Mas ainda assim parte do seu dinheiro entra no circuito bancário de "forma obrigatória" para garantir a continuidade do negócio.

Este cenário está a ser vivido em diferentes áreas de investimento. O responsável de uma das principais redes de supermercados no país considera "absurdo" o que se está a passar. Até mesmo quem trabalha com carta de crédito que permite a movimentação de mais de 100 mil dólares está a ser afectado. "É um absurdo o que os bancos estão a fazer. Será que vamos voltar aos tempos antigos em que o dinheiro ficava em casa?"

Uma pergunta que fica em aberto e quem sabe o sistema bancário angolano responda futuramente.

O homem do supermercado considera "impossível" não ter em posse algum dinheiro neste momento de "crise da banca", embora reconheça que não é a solução. "Não podemos voltar a ter o dinheiro em casa, o banco central tem de tomar uma posição", encerra o seu discurso a nossa fonte.

No mesmo alinhamento está o empresário Manuel Antunes que se dedica à importação de materiais de construção e diz conhecer profissionais que já começam a guardar dinheiro fora dos bancos, embora não o façam de "má-fé". "O dinheiro via banco está com dificuldades de sair. Há pagamentos que temos de fazer internamente. Vai-se ao banco e dizem-nos que não podemos levar determinado valor. Por isso, ter dinheiro em casa começa a ser uma alternativa", conclui.

1.8 A geometria da pobreza

Semanário Angolense 04 a 11 de Julho de 2009

O Índice de GINI angolano foi, em 2005, de 0,62, o

que o estudo da UCAN de que aqui se fala considera ser «senão o mais elevado do mundo, seguramente dos mais elevados do planeta» e «indicativo duma assimetria muito grande na distribuição do rendimento nacional.

O índice de GINI mede o grau de distribuição da renda (ou em alguns casos os gastos com o consumo) entre os indivíduos em uma economia. Medido com referência ao desvio de uma distribuição perfeita, um índice de GINI zero implica em uma perfeita equanimidade na distribuição da renda, enquanto que um índice de 1 implica na perfeita desigualdade.

O índice de GINI angolano de 0,62 é superior ao da Nigéria, que é de algo mais do que apenas 0,50, dos Camarões, que é de perto de 0,42, da Argélia, de 0,36, do Egipto, de 0,35 e da Noruega, de algo como 0,23.

Na prática, o índice de GINI de Angola supera em duas vezes o da Noruega, e o estudo considera que as consequências sociais disso são imediatas.

«Na Noruega há mais cidadania, as pessoas respeitam-se e respeitam os códigos de conduta social, havendo, por conseguinte, mais espaço à afirmação do mérito e a reprovação moral dos actos desonestos e dos desvios de conduta funciona e, por vezes, com efeitos mais profundos do que a condenação judicial. A Noruega é o país mais rico do mundo e só se tornou independente da Suécia há pouco mais de 100 anos», diz o estudo para elucidar sobre as consequências do índice de GINI.

1.9 Contrastes chocantes

Semanário Angolense 04 a 11 de Julho de 2009

Com a notável persistência que a opinião pública reconhece, o Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica acaba de publicar o seu «Relatório Económico de Angola de 2008», publicação cujo carácter independente acentua o arrojo da iniciativa que dista desde há 7 anos.

Não é, todavia, fácil, perante o deserto de informação estatística publicada quer quantitativa, quanto qualitativa, elaborar com credibilidade um Relatório sobre a situação económica e social de Angola onde é obrigatório produzir conclusões e elaborar previsões. Aliás, isso é demonstrado pelo intervalo de variação sobre as previsões relativas ao crescimento da produção para 2009 que vai desde -4% (Banco Mundial) a 6,2% (Governo) ou seja, uma margem de mais de 10 pontos percentuais. Só o drama estatístico pode produzir tão grande discrepância, sabendo-se que os modelos econométricos utilizados pelas distintas Instituições não

poderiam produzir por si só tão relevantes discordâncias. O Relatório da CEIC assume um crescimento para o Produto Interno Bruto que varia entre 1 a 3,3%.

Uma vez reconhecida a importância dos estudos previsionais para a formulação de políticas, a directoria da CEIC recomenda vivamente uma tomada de consciência séria relativamente à produção estatística no nosso país.

É interessante notar que apesar do crescimento económico que se vem observando – em média o maior do mundo nos últimos 4 anos - e da intensa relação de capitais que se observa com o exterior - o valor da dívida está a atingir os 30 mil milhões de dólares - o Relatório regista que Angola é dos países onde se regista grandes obstáculos para fazer negócios. Entre as razões que ponderam realçam-se as dificuldades do sistema bancário, mas ainda as barreiras administrativas à entrada que se relacionam com o custo na obtenção do alvará. Uma redução do prazo para obtenção de tal permissão só tem sido possível através de pagamentos ilícitos aos funcionários do sector. Os pagamentos extras conjugados com as elevadas taxas de lucro que as empresas conseguem no mercado angolano são factores, entre muitos, que vêm contribuindo para a pobreza em Angola não obstante o crescimento que se regista. Na realidade há tremendo contraste entre o rendimento médio da população e a pompa digno de registo no «guiness book» de ser, pelo menos Luanda, a cidade mais cara do mundo.

O Relatório dá assim ênfase à questão da pobreza, assunto que desde 2003 tem sido um cavalo de batalha do Governo para o qual estabeleceu uma estratégia cujo prazo já esgotou, mas que os resultados não ilustram nem o caminho da sua solução. Na realidade, o crescimento económico aponta para um virtual «feito de contágio» que poderia reduzir dramaticamente a pobreza no país, uma vez que a produção cresceu galopantemente, com impacto positivo no rendimento médio por pessoa, «na estabilização da moeda», «no sucesso do programa de micro crédito». Verifica-se, entretanto, que o «salário médio mensal em 2008 correspondeu a 11~' USD contra (...) 123,4 USD em 2003, o que equivale a uma perda de poder de compra do dólar» afectando negativamente o nível de vida. Também a taxa de desemprego é altíssima atingindo níveis acima dos 23% e a maioria do emprego é ainda precário, sem rendimentos constantes e estáveis. Tais constatações são agravadas pelo facto de que a distribuição e redistribuição de rendimentos contemplarem mais os mais ricos, situação que é analisada por um coeficiente técnico (de gini) calculado

pelo Banco Mundial. Enquanto a diferença entre ricos e pobres em 2002 era medida por um coeficiente de 0,55 em 2005 aumentou para 0,62 batendo Angola o recorde do país com mais disparidade a nível mundial entre o grupo dos mais ricos e o grupo dos mais pobres. Crescemos mais, somos os mais caros, mas somos o país de maior injustiça económica na distribuição de rendimentos.

Se em 2008 onde se registou o crescimento económico não houve disponibilidade para sistemas de redistribuição que permitissem contemplar as camadas mais pobres, perante a crise com impactos fortes em 2009 e a propensão dos que dominam a máquina se protegerem o mais possível (abocanhando as oportunidades) vamos assistindo à maior degradação das condições de vida da maioria da população. Isto, aliás, é coerente com a mentalidade de criminalização da pobreza que é observável no país sobretudo nas acções desumanas de despejo que vem consolidando o estatuto de pobreza sistemática para largos extractos populacionais.

1.10 Fiscalidade usurpa recursos dos pobres

Semanário Angolense 04 a 11 de Julho de 2009

O CEIC da UCAN atribui às «questões orça mentais» o abrandamento do impacto das reformas, do crescimento e da estabilidade macroeconómica sobre a pobreza, as condições de vida e o emprego.

No seu mais recente relatório sobre a economia angolana, a UCAN diz, referindo-se ao caso angolano, que a fiscalidade e as despesas públicas são dois poderosos instrumentos do Governo para introduzir ajustes na alocação económica dos recursos, acomodamentos da renda, rectificações nos equilíbrios macroeconómicos e impulsos ao crescimento económico, mas adverte que, «se utilizados de forma menos adequada, os efeitos podem ser perversos».

Segundo nota o relatório, entre 2002 e 2008, a fiscalidade não petrolífera cresceu cerca de 6,2 vezes (cerca de 35,5% ao ano), o que pode significar que pela via directa (impostos sobre o rendimento) e pela via indirecta (impostos sobre as transacções de mercadorias), a população pobre foi penalizada.

O próprio relatório levanta uma discussão teórica relativa às divergências de opinião que essa conclusão pode gerar, sugerindo-se aí que se os recursos dos pobres não foram maculados pela tributação, então foi a emergente e reduzida classe média que saiu arruinada.

A primeira dessas opiniões reside na circunstância dos rendimentos da população pobre não estarem sujeitos a qualquer imposição fiscal directa, o que no documento é considerado ser verdade.

Nesse caso, diz o relatório, pode dizer-se que por aí pode não ter-se verificado qualquer punção dos rendimentos dos pobres, mas que a progressividade ocorrida na fiscalidade não petrolífera durante aquele período pode ter afectado de forma incidente a diminuta classe média angolana, que pode ter visto ampliada a deterioração das suas condições de vida pela excessiva valorização cambial do kwana.

A segunda opinião realça o facto das transacções do mercado informal, onde a população pobre se abastece, escaparem a todas as formas de tributação, mas apela a uma análise das fontes de abastecimento dessa sub economia, onde se constata que são as importações sujeitas às tarifas da pauta aduaneira em vigor, como também é a produção interna, passível do imposto de consumo e de outras incidências tributárias indirectas, as duas origens exclusivas do abastecimento, com o que fica iniciada uma penalização dos rendimentos dos pobres.

Seja como for, conclui o relatório, a estrutura fiscal devia ter acentuado mais a vertente da equidade, mantendo, embora, o princípio da neutralidade fiscal, posto que a cobrança de tributos directos e indirectos à população tem de ser adequada à sua capacidade de pagar impostos, de modos a que o benefício retirado dos bens públicos e semi-públicos seja proporcional a documento sugere, até, que «o acentuado incremento da fiscalidade não petrolífera» seja parcialmente responsável do facto da população «não sentir por completo os benefícios do controlo da inflação».

Por outro lado, o relatório indica que as transferências do Estado para as famílias, na forma de pensões e abonos de família (que aumentam o rendimento disponível da população pobre) são ínfimas, uma vez que está, ainda, em fase embrionária, a constituição de um sistema geral de previdência social.

Nessa acepção, os valores inscritos anualmente no OGE dizem respeito aos servidores civis, militares e para militares do Estado.

Em 2008, o número de contribuintes para a Segurança Social aumentou em 30,6% e o quantitativo de pensionistas 7,1%, mas, em termos de população total, o número de contribuintes é de apenas 0,12%, enquanto que em 2008, os beneficiários de pensões representaram apenas 2,6% da população idosa do país.

O valor das reformas pagas a cada um dos 74.160 pensionistas em 2008 foi de 290 dólares mensais (perto de 10 dólares por dia).

O relatório diz que estes últimos números «não retiram substância» às afirmações relativas à perversão da fiscalidade sobre os rendimentos das classes menos favorecidas e às limitações dos rendimentos disponíveis por factores de ordem orçamental.

1.11 Cenários alternativos segundo a UCAN

Semanário Angolense 04 a 11 de Julho 2009

A UCAN traça, no seu estudo, dois cenários para aquilo que pode ter sido o comportamento da pobreza em Angola entre 2003 e 2008, anos em que a economia nacional foi continuamente perpassada por altos índices de crescimento.

Essa parte do estudo apega-se àquilo a que chama o «efeito vazamento», em que uma parte dos rendimentos gerados pelo crescimento transborda para os mais oportunistas (ou habilidosos) ou para os mais talentosos que gravitam na fronteira entre as classes baixas e as classes pobres.

Calcula-se que vários de entre esses terão aproveitado essa janela de oportunidade e, dessa forma, terem deixado de pertencer às classes mais baixas de rendimento, até porque, diz o documento, alguns sinais exteriores de melhoria das condições de vida, como viaturas próprias, bens de consumo duradouro, boom no acesso ao ensino médio e superior privado, vestuário com alguma sofisticação, proliferação de telefones celulares, etc., são suficientes para presumir pelo alargamento social dos efeitos do intenso crescimento económico.

Ou seja, diz o documento ao concluir essa ideia, «devido ao spillover effect [efeito vazamento] pode ter ocorrido alguma redução do número de pobres», uma afirmação entretanto ressalvada pelo estudo que considera que «seguramente que aqueles que continuaram pobres devem ter visto a sua condição piorar consideravelmente».

O estudo estima que em termos de rendimentos médios diários, podem ter ocorrido dois movimentos de sentido contrário, um ascendente, para níveis de rendimento superiores a dois dólares por dia, e outro descendente, para patamares remuneratórios inferiores a 1,25 dólares por dia (o novo limite do Banco Mundial para a pobreza extrema) agravando o número de

peçoas em situaçaõ de pobreza absoluta.

Nesse caso, a taxa angolana de pobreza teria passado de 67,7% em 2003, para 54,7% em 2008, e a taxa de crescimento do PIB por habitante teria passado de 2,2% naquele primeiro ano, para 10,4% no último ano. No entanto, o estudo traça um outro cenário, inspirado naquilo que está a acontecer à economia angolana depois de 2005, quando ocorreram as mais elevadas taxas de crescimento do PIS, as quais, de acordo com o documento, fizeram pressupor a existência duma correlação entre aprofundamento da desigualdade social/ aumento da riqueza nacional anual/incremento da pobreza.

Com base nisso, o cenário da evolução da pobreza em Angola é estimado numa taxa de pobreza de 68,7% em 2005, contra uma de 69,5% em 2008, anos em que a taxa de crescimento do PIS por habitante cairia de 17,2% para 10,4%.

Além disso, o relatório nota que a redução da produção agrícola, que apenas cresceu em 1,86% em 2008, com destaque para a produção de raízes e tubérculos, bem como das capturas de peixe (-2,4% em 2008), aumentou as dificuldades de sobrevivência da população rural, onde se admite uma maior incidência da situação de pobreza.

O relatório cita dados do Governo que alegadamente confirmam o agravamento da situação de pobreza das classes menos favorecidas, em que números do Balanço da Execução do Programa Geral do Governo para 2008 indicam apoios em bens alimentares e não alimentares à populações orçados em 7.337.000, 17.811.870 e 23.139.430 toneladas métricas, respectivamente em 2006, 2007 e 2008. Essas remessas teriam favorecido consecutivamente, naqueles anos, a 742.929, 1.412.496 e 1.560.205 cidadãos.

1.12 UCAN prova que crescimento não se traduz em progresso social

Semanário Angolense 04 a 11 de Junho de 2009

Com uma taxa de pobreza estimada em 68,2 por cento, Angola possuirá também uma das mais das mais elevadas assimetrias planetárias da distribuição do rendimento, de acordo com números do Relatório Económico de Angola 2008.

Produzido pelo Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola (UCAN) pelo sétimo ano consecutivo, o relatório,

acabado de publicar, diz que a taxa de pobreza nos parâmetros em que é dada foi estatisticamente validada já em 2002 pelo inquérito às receitas e despesas familiares.

As assimetrias da distribuição do rendimento, medidas pelo índice de GINI (ler sobre isso no texto A geometria da pobreza), são reportadas com dados referentes a 2005.

(O relatório -diz estarem reunidas expectativas de que os resultados do Inquérito às Receitas e Despesas Familiares iniciado pelo Governo em 2008 sejam partilhados com a sociedade civil).

De acordo com documento, embora alguns indicadores tenham apontado em 2008 para o que parecem melhorias em determinados atributos das condições de vida da população, a taxa de pobreza mantém-se em limites superiores, até, à de alguns dos parceiros angolanos da SADC.

O relatório evoca, para provar esse facto, os indicadores angolanos relacionados com as condições de vida das populações, comparando-os com os países da região como a África do Sul e o Botswana, tal como com as médias comunitárias.

Um desses indicadores é o índice de Desenvolvimento Humano (IOH), uma medida comparativa que engloba dimensões como a riqueza, educação e esperança média de vida e que de maneira padronizada avalia a medida do bem-estar de uma população. O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total).

Contado em 2006, o IOH angolano é de 0,484, quando o da África do Sul é de 0,670, o do Botswana de 0,664 e a média da SADC de 0,541. Em 2008, prossegue o relatório, a esperança de vida dos angolanos era de 43,1 anos, ao passo que a dos sul-africanos era de 49,5, a dos tswaneses de 51 e a média regional de 49,5.

A taxa de mortalidade infantil angolana era, em 2008, de 130, muito acima de 43,8 da África do Sul, 44,7 do Botswana e dos 77,4 da média comunitária, sendo a taxa de mortalidade materna, contada entre 2005 e 2007, de 1400 em Angola, 110 na África do Sul e 380 no Botswana, quando a média da SADC é de 619.

O acesso a água potável estimado entre 2006 e 2007 é de apenas 51% em Angola, quando na África do Sul é de 93%, no Botswana de 96% e na comunidade de 70%. O documento acrescenta que o acesso ao saneamento é contado em 50% em Angola, 59%, 47% e

46% nos outros casos.

A taxa de escolaridade feminina é de 201% em Angola, de 103%, 113% e 119% nos casos comparados, ao passo que a masculina é de 187% em Angola, 93%, 112% e 114% nos outros casos.

A taxa de analfabetismo de adultos é de 31 % em Angola, 12% por cento da África do Sul e 17% por cento no Sotswana, sendo a média comunitária de 22,8%.

O relatório nota que o IDH angolano evoluiu de 0,446 em 2005, para 0,484, a esperança de vida passou de 40,7 anos em 2004 para 43,1 e a taxa de analfabetismo de adultos caiu de 32,6% para 31 %.

O acesso a água potável passou de 53% em 2004 para 51%, o acesso ao saneamento de 31 % em 2004 subiu para 50% e a taxa de escolarização primária de 61,5% passou para 194%.

Esses números, considera o relatório, explicam que pese embora a melhoria de alguns indicadores, as condições de vida das populações se mantêm em limites periclitantes.

O documento nota que, por exemplo, a valor de -33 na diferença entre as posições do IDH e do PIS por habitante «traduz uma perda muito elevada das oportunidades de transformar o crescimento económico em progresso social», acrescentando ser essa uma «incapacidade que se vem repetindo ano após ano».

Nessa acepção, o relatório aponta como sendo contraditórias as consequências que o crescimento económico acumulado entre 2000 e 2008 desencadeou sobre as condições gerais de vida da população, sendo prova disso a manutenção do índice de pobreza.

Segundo o documento, quando, naqueles anos, as taxas de crescimento acumulado do PIS global, PIS petrolífero e PIS não petrolífero foram de, respectivamente, 184,6%, 155,5%, e 208%, o valor do índice de pobreza manteve-se.

1.13 Agricultores da província do Bié criam cooperativas e associações

Jornal de Angola 12 De Julho de 2009

Cinquenta e seis cooperativas agrícolas e setenta e oito associações fazem actualmente parte da actividade rural na província do Bié, com o objectivo de trabalhar num

sistema comum, no sentido de dar resposta às exigências do Governo angolano.

Com o objectivo de acabar com a fome e a pobreza, os agricultores empenham-se na produção para obter melhores resultados no final da colheita.

O arroz, feijão, milho, sisal, banana, batata rena, horticultura e café são os principais produtos cultivados. Por isso, a agricultura tem sido o principal sector de desenvolvimento económico da província.

O município do Chinguar, que dista 75 quilómetros da cidade do Kuito, é o maior produtor de bata rena. Os municípios do Kuemba, Camacupa e Chitembo são os principais produtores de arroz.

Duzentas e quarenta e cinco mil toneladas de milho e cento e cinquenta mil toneladas de feijão manteiga, incluindo as outras variedades de feijão, é a previsão da colheita para a campanha agrícola deste ano no Bié, garantiu o director provincial da Agricultura, Marcolino Rocha Sandembo.

“O Bié tem cumprido com as políticas e orientações do Ministério da Agricultura em relação à distribuição e acesso aos imputes agrícolas, bem como o resultado do reembolso dos micro-créditos. Por isso, o governo tem sido o maior fornecedor de imputes agrícolas e está a perspectivar a próxima campanha com vários programas”, garantiu.

Incentivar a produção de café e estabelecer estratégias para reactivar e revitalizar as culturas tradicionais, é um outro objectivo do governo local. Para esta campanha agrícola, a terra foi bem preparada e terá melhor rendimento de colheita. Actualmente, na província existem cinco brigadas de mecanização, fruto da assinatura de contratos entre o Ministério da Agricultura, através da Mecanagro, e algumas empresas privadas.

Os municípios do Chinguar e de Catabola vão contar com a empresa Sonagrique e Assafri, respectivamente, enquanto que o município de Kamacupa vai contar com a empresa Brincanque com o objectivo de aumentar a produção agrícola nesta região centro do país.

1.14 A queda oficial da receita petrolífera no primeiro trimestre

AngoNotícias 13 de Julho de 2009

A receita fiscal decorrente da exportação de petróleo sofreu uma quebra superior a 5 mil milhões de dólares

no primeiro trimestre comparativamente ao período homólogo de 2008.

De acordo com dados oficiais do Ministério das Finanças, a exportação de petróleo em rama foi, em média, no citado período, mais de 1 milhão de barris por dia. Esta queda representou uma diminuição de cerca de 143 mil barris diários relativamente ao período homólogo do ano transacto.

Por seu turno, o preço médio de mercado do barril exportado no referido período situou-se em 41,24 dólares, muito abaixo do verificado em 2008, estando o factor preço a afectar mais a receita fiscal do que a diminuição do volume exportado.

A situação decorrente da redução na entrada de divisas em resultado da quebra de receitas petrolíferas reflectiu-se no recuo do kwanza face ao dólar e a um controlo mais apertado na venda e na transferência de divisas para o exterior.

1.5 Inflação em Angola salta para 13,95% em Junho

Angola Digital 14 de Julho de 2009

Os preços em Angola aumentaram em Junho para 13,95% face ao mesmo mês do ano passado, contra a inflação homóloga de 13,82% registada em Maio.

Já em termos mensais, a taxa de inflação angolana avançou 1,11% em Junho, um crescimento mais acentuado do que a subida de 0,95% verificada no mês anterior, mostram os dados divulgados hoje pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de Angola.

O aumento da inflação em Junho deveu-se à subida dos preços da alimentação e das bebidas, nota a mesma fonte. O Governo angolano prevê que a inflação atinja os 12,5% em 2009.

1.16 Escassez de divisas nos bancos causa preocupação em Cabinda

Jornal de Angola 13 de Julho de 2009

A receita fiscal decorrente da exportação de petróleo sofreu uma quebra superior a 5 mil milhões de dólares no primeiro trimestre comparativamente ao período homólogo de 2008.

De acordo com dados oficiais do Ministério das Finanças, a exportação de petróleo em rama foi, em média, no citado período, mais de 1 milhão de barris por dia. Esta queda representou uma diminuição de

cerca de 143 mil barris diários relativamente ao período homólogo do ano transacto

Por seu turno, o preço médio de mercado do barril exportado no referido período situou-se em 41,24 dólares, muito abaixo do verificado em 2008, estando o factor preço a afectar mais a receita fiscal do que a diminuição do volume exportado.

A situação decorrente da redução na entrada de divisas em resultado da quebra de receitas petrolíferas reflectiu-se no recuo do Kwanza face ao dólar e a um controlo mais apertado na venda e na transferência de divisas para o exterior.

1.17 BDA concede USD 200 milhões a empresários nacionais

Angop 15 de Julho de 2009

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) concedeu, desde o início das suas operações em 2007, um valor global de USD 200 milhões a empresários nacionais do sector não petrolífero.

De acordo com a agência de notícias, Angop, Esta informação foi avançada nesta quarta-feira, em Luanda, pelo administrador do BDA, Valter Barros, no final de uma conferência realizada no âmbito da Feira Internacional de Luanda (Filda/2009), que decorre de 14 a 19 do corrente, e organizada pela Câmara de Comércio Portugal/Angola em colaboração com o Banco de Fomento Angola (BFA).

Segundo o administrador, a principal função do BDA é financiar projectos económicos de empresários angolanos que actuam no sector não petrolífero, na qual já foi aprovado cerca de 160 projectos, financiados com um valor global de 200 milhões de dólares.

“O nosso objectivo é diversificar o investimento económico no país e aumentar a preponderância da economia não petrolífera no PIB nacional”, realçou.

Na mesma intenção, explica, o BDA tem grande importância no processo de relançamento do sector empresarial nacional na economia do país, visto que financia empresas privadas com capital detido maioritariamente por angolanos.

“Essa nossa medida vai contribuir para o processo de reconstrução nacional e acelerar o desenvolvimento do país”, disse.

O responsável referiu ainda que o BDA recebe trimestralmente cinco por cento das receitas fiscais do

petróleo e dois por cento das receitas fiscais dos diamantes e neste momento está a estabelecer contactos com instituições internacionais para apoiarem o seu programa.

Participaram do encontro representantes de diversas unidades bancárias, investidores, empresários, entre outros representantes do sector económico e financeiro.

1.18 O modelo de crescimento é injusto, desarticulado e pouco

Angolense 11 a 18 de Julho de 2009

O conteúdo do Relatório Económico de Angola 2008 elaborado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola volta as páginas do Angolense, tal como o prometido na edição anterior, para darmos a conhecer aos nossos leitores mais alguns "nacos" deste importante estudo, que neste momento é único no seu género.

Pelo sétimo ano consecutivo, o CEIC da UCAN coloca à disposição de todos os interessados este estudo global sobre o desempenho da economia angolana, com base numa análise puramente académica que antes de mais se pretende afirmar como independente de qualquer tutela e distante de qualquer tipo de interesses que não tenham a ver apenas com o aprofundamento da investigação científica do fenómeno económico angolano.

Fica claro, pelas informações e considerações que os pesquisadores da Universidade Católica de Angola conseguiram reunir neste Relatório, que a economia angolana continua a ser um paciente a inspirar sérios cuidados, particularmente na vertente que tem a ver com a satisfação das necessidades sociais dos angolanos, o que passa, obviamente, pela problemática da distribuição do rendimento nacional.

1.19 Crescimento do PIB sem grande impacto social

Angolense 11 a 18 de Julho de 2009

Já noutros Relatórios Económicos se tem apresentado a perspectiva do CEIC sobre as elevadas taxas de crescimento do PIE que Angola tem apresentado nos últimos anos, depois de resolvido o conflito militar interno. Continua-se a pensar essencialmente que:

- Esse crescimento não tem gerado uma melhoria proporcional das condições de vida da população - devido ao modelo de constituição de riqueza e de distribuição do rendimento nacional,

- Os custos associados à intensa variação do nível geral da actividade económica têm sido elevados e mal distribuídos,

- A estrutura económica continua, no primordial, a mesma, representando a economia mineral mais de 55% do PIE total, e a estabilização macroeconómica conseguida não tem, ainda, fundamentos sólidos, dados pela economia nacional não petrolífera (agricultura, manufactura, serviços diversos) e pela capacidade científica, tecnológica e de inovação.

Ou seja, existe um risco elevado de, uma vez passada a presente euforia e esgotadas as oportunidades dadas por um país destruído pela guerra, se regressar a crescimentos mais suaves - e provavelmente mais adequados à nossa actual capacidade de gestão e absorção -, na casa de um dígito, ainda que próximo dos 10%.

Aliás, parece que o próprio Governo tem consciência destes riscos, ao ter assumido, nos diferentes documentos que pautam a sua governação, uma tendência de desaceleração do crescimento da actividade económica nacional. Assim, as taxas de crescimento do PIE, respectivamente, para 2007, 2008 e 2009 são de 23,3%, 13,8% e 11,8%. O mesmo comportamento tendencial foi definido para a economia não petrolífera: 25,7%, 15,0% e 16,3%, respectivamente.

Estas cifras acabam por indicar que as eleições em nada afectaram a confiança que os investidores e as instituições internacionais passaram a depositar no país. As expectativas dos agentes privados - perante a determinação do Governo em continuar a investir na reabilitação das infra-estruturas e na constituição do capital humano e em garantir que o processo político seja o mais transparente possível - continuam, aparentemente, altas. O movimento de entrada de estrangeiros continua em crescendo e os pedidos de constituição de novos negócios e empresas têm aumentado significativamente.

Resta, no entanto, avaliar os efeitos da crise mundial sobre estas dinâmicas internas. Apesar do crédito do sistema bancário à economia continuar a crescer, têm, no entanto, aparecido indícios de dificuldades de reembolso de empréstimos contraídos para aquisição de imobiliário e para investimentos no sector produtivo. Parece que os bancos passaram a analisar com muito mais cuidado os pedidos de financiamento à economia e ao sector privado e a verificar, com mais profundidade, a idoneidade dos mutuantes.

1.20 Crise de valores no mundo empresarial determinou o actual "crash" económico

Jornal de Angola 17 De Junho de 2009

Numa vertente diversa da que tem vindo a ser abordada a crise global, o economista João Ermida evocou a ausência de valores éticos nos negócios (verdade, humildade e solidariedade), como factores que levaram ao "crash" do mundo financeiro e económico e o surgimento de uma crise sem fim à vista.

Chamado a conferenciar sobre "Ética e os negócios", em Luanda, na passada segunda-feira, dia em que a Imogestim completou o seu II aniversário, João Ermida afirmou que os valores e a ética quando descurados levam à ganância e apetência pelo lucro imediatista. "Competitividade e concorrência não significam egoísmo", remata.

Há 20 anos no mundo financeiro, autor do livro "Verdade, humildade e solidariedade", o método do futuro, disse que a crise de valores no mundo corporativo radica do facto de as próprias empresas terem compactuado na perda dos mesmos, pois viu nele a melhor forma de aceder mais facilmente ao lucro.

As empresas adoptaram na sua estratégia exigências de resultados impossíveis como forma de satisfazer seus accionistas, acusa o conferencista, acrescentando que até então, ninguém se tinha preocupado com os resultados alcançados.

Na opinião do especialista, a estratégia adoptada pelas empresas Congo a uma falta de rigor na actualização dos accionistas e reguladores. SÓ nos últimos anos é que os accionistas e reguladores perceberam que estavam a ser enganados.

Já era tarde: a crise não tardou", referiu.

Para este estado de coisas contribuiu o crescimento exponencial dos empregos, que levou a que os Governos fechassem os olhos á situações de falta de ética nos negócios, sublinhou.

João Ermida cita os casos de falência das empresas como a Enrom e a WorldCom, bem como os escândalos em muitas outras, come sinais de algo que ia mal no mundo empresarial. Se o mundo empresarial quisesse mudar, tê-lo-ia feito realça. Mas ninguém que entende o sinal, prossegue.

"Os excessos eram normais nas empresas, pois os

resultados negativos daí advenientes mais cedo ou mais tarde, seriam supridos ou pelos bancos centrais, ou pelos fundos internacionais ou mesmo pela intervenção dos Governos", lembrou.

Para o especialista, o remédio para a situação, reside na definição de um papel activo dos reguladores, secundados pelos Governos, sendo também necessário que se adopte um comportamento com valores aos quais as empresas se comprometam.

Na visão do autor do "Verdade, humildade e solidariedade, o método do futuro", analisar o que correu mal nos outros é sempre uma boa acção, pois os erros dos outros não são

Obras do acaso. "Isto é necessário para o mundo de negócios, onde é preciso alinhar objectivos para evitar falências, como foi o caso da General Motors", aconselha.

Chamado a encerrar a conferência, o presidente da Agência de Investimento Privado (ANIP), Aguinaldo Jaime, disse: "o autor apresenta-nos uma abordagem diferente das causas e fundamentos da actual crise económica e financeira.

O professor propõe-nos uma outra versão que privilegia e assenta na verdade, moral e amor ao próximo, que quando desvirtuados levam o homem a comportamentos egoístas: a tomarem mais riscos do que aquele que a prudência poderia aconselhar".

O homem novo, cita, para frase anjo Marx, seria o reflexo de um novo de produção e este já não mais - irado para o lucro e satisfação egoísta. A produção estaria voltada para o colectivo e a cada seria dado I segundo a sua capacidade.

Na sua opinião, tal como outros países emergentes, Angola tem potencial para crescer, que é possível este crescimento assentar em duas riquezas, consideradas essenciais, sendo que a primeira tem a ver com a riqueza humana e uma outra com a riqueza natural. Face às potencialidades, João Ermida acredita que o país não poderá falhar na realização dos seus objectivos de desenvolvimento, por estar num processo de fortalecimento dos sectores chaves da sua economia.

Ao estabelecer nunca comparativas, João Ermida disse que se a Argentina tem um povo que pouco se identifica com o seu país e leva a cabo a venda das suas principais empresas a terceiros, bem como o pouco investimento que realiza para o sector da educação, o mesmo não se pode dizer de Angola, Brasil e México,

sustenta o economista.

"Angola tem estado a fazer boas parcerias. Manter em funcionamento todos sectores da economia é fundamental.

Mas deve contar com cooperação", aconselha, apelando para a necessidade de uma assinalável disciplina fiscal por ser vector de crescimento económico.

"Ética e os negócios" se aplicam em Angola? Instado a responder a questão, João Ermida disse que dadas as circunstâncias por que o país passou, tais pressupostos devem ser encarados com uma certa ponderação, pois o "boom" que se verifica na componente consumo, deriva do facto de os angolanos terem vivido uma privação de acesso às coisas durante os anos de guerra.

Afirma que este comportamento de consumo abre brechas para o encarecimento dos bens e serviços. "Este é um comportamento normal", explica.

1.21 BAD é o novo parceiro da reconstrução nacional

Jornal de Angola 31 de Julho de 2009

O presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Donald Kaberuka, anunciou ontem o início de um processo de discussão com o Governo para expandir as relações de cooperação financeira que podem resultar em novos apoios aos projectos de reabilitação de infra-estruturas e no reforço do sector privado angolano.

O anúncio foi à imprensa, no final da audiência que lhe foi concedida pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no Palácio da Cidade Alta, em Luanda.

O processo de negociação começou em Tunísia (Tunísia), na sede do BAD, durante a primeira visita da ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, desde que foi nomeada pelo Conselho de Ministros para representar a parte angolana naquela instituição financeira continental. Destas negociações deve resultar o reforço da participação daquele banco africano no processo de reconstrução nacional.

"Estamos comprometidos em trabalhar com o povo e o Governo de Angola no processo de reconstrução", disse Donald Kaberuka, justificando que "Angola é um país que vem de uma guerra e, por isso, tem enormes necessidades internas de reconstrução em todos os sectores que precisam da intervenção de instituições

financeiras".

O ruandês reconheceu o impacto positivo que a economia nacional teve na região austral do continente, impulsionada pelo facto de ter sido a que mais rápido cresceu no continente africano.

Donald Kaberuka disse ter discutido com o Presidente José Eduardo dos Santos as formas de mitigar os efeitos da crise económica e financeira internacional. Justificou a sua deslocação a Angola com o interesse de dinamizar e expandir a cooperação manifestada pelo Governo angolano que, depois de nomear um representante angolano para o BAD, enviou, recentemente, à sede da instituição, uma delegação para negociar novas modalidades de cooperação.

O presidente do BAD disse ter transmitido ao Presidente da República os elogios da equipa daquela instituição financeira pelo trabalho de reconstrução em curso em Angola desde o fim da guerra e os esforços feitos nos domínios de infra-estruturas e da reconstrução.

Cooperação com presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Donald Kaberuka, anunciou ontem o início de um processo de discussão com o Governo para expandir as relações de cooperação financeira que podem resultar em novos apoios aos projectos de reabilitação de infra-estruturas e no reforço do sector privado angolano. O anúncio foi à imprensa, no final da audiência que lhe foi concedida pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no Palácio da Cidade Alta, em Luanda.

O processo de negociação começou em Tunísia (Tunísia), na sede do BAD, durante a primeira visita da ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, desde que foi nomeada pelo Conselho de Ministros para representar a parte angolana naquela instituição financeira continental. Destas negociações deve resultar o reforço da participação daquele banco africano no processo de reconstrução nacional. "Estamos comprometidos em trabalhar com o povo e o Governo de Angola no processo de reconstrução", disse Donald Kaberuka, justificando que "Angola é um país que vem de uma guerra e, por isso, tem enormes necessidades internas de reconstrução em todos os sectores que precisam da intervenção de instituições financeiras".

O ruandês reconheceu o impacto positivo que a economia nacional teve na região austral do continente, impulsionada pelo facto de ter sido a que mais rápido

creceu no continente africano.

Donald Kaberuka disse ter discutido com o Presidente José Eduardo dos Santos as formas de mitigar os efeitos da crise económica e financeira internacional. Justificou a sua deslocação a Angola com o interesse de dinamizar e expandir a cooperação manifestada pelo Governo angolano que, depois de nomear um representante angolano para o BAD, enviou, recentemente, à sede da instituição, uma delegação para negociar novas modalidades de cooperação.

O presidente do BAD disse ter transmitido ao Presidente da República os elogios da equipa daquela instituição financeira pelo trabalho de reconstrução em curso em Angola desde o fim da guerra e os esforços feitos nos domínios de infra-estruturas e da reconstrução.

Cooperação concreta

A representante angolana no Banco Africano de Desenvolvimento, Ana Dias Lourenço, considera que Angola e o BAD têm possibilidades concretas para alargar a cooperação financeira de forma mais dinâmica e visível.

A ministra, que falava à imprensa depois de ter acompanhado o presidente do BAD, Donald Kaberuka, ao encontro com o Chefe de Estado, disse que o Presidente José Eduardo dos Santos orientou que a cooperação com aquela instituição financeira seja alargada aos projectos estruturantes, como a recuperação de infra-estruturas, principalmente estradas e portos.

Ana Dias Lourenço garantiu que Angola vai trabalhar em conjunto com o BAD para identificar projectos no domínio da educação, saúde e apoio ao sector privado. A ministra disse que Angola tem recebido apoios do BAD para implementar projectos nos sectores da agricultura, pescas, educação e ambiente, através de fundos concessionais da instituição financeira.

Ana Dias Lourenço considerou “bastante importante” a visita do presidente do BAD a Angola, porque a instituição multilateral vai conhecer melhor a realidade Nacional

A representante angolana no Banco Africano de Desenvolvimento, Ana Dias Lourenço, considera que Angola e o BAD têm possibilidades concretas para alargar a cooperação financeira de forma mais dinâmica e visível.

A ministra, que falava à imprensa depois de ter acompanhado o presidente do BAD, Donald Kaberuka, ao encontro com o Chefe de Estado, disse que o Presidente José Eduardo dos Santos orientou que a cooperação com aquela instituição financeira seja alargada aos projectos estruturantes, como a recuperação de infra-estruturas, principalmente estradas e portos.

Ana Dias Lourenço garantiu que Angola vai trabalhar em conjunto com o BAD para identificar projectos no domínio da educação, saúde e apoio ao sector privado.

A ministra disse que Angola tem recebido apoios do BAD para implementar projectos nos sectores da agricultura, pescas, educação e ambiente, através de fundos concessionais da instituição financeira.

Ana Dias Lourenço considerou “bastante importante” a visita do presidente do BAD a Angola, porque a instituição multilateral vai conhecer melhor a realidade nacional.

1.22 FILDA e ANIP Criam Centro de Negocio

Jornal de Economia 21 de Julho de 2009

A Feira Internacional de Luanda (FILDA) e a Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) apostam na criação de um Centro de Investimentos e de Negócios de Angola (CINA), que servirá de interface às empresas nacionais e estrangeiras, segundo o seu director, Marco Hupe.

A instituição, que funcionará através de uma joint-venture entre a FIL e ANIP, tem como objectivo estimular e atrair investimentos para o país. Ela vai dar continuidade às intenções de negócios alcançados na FILDA, que após os contactos mantidos entre empresas e representações na feira, auguram que rapidamente se passe do papel para a sua materialização.

Marco Hupe explica que o CINA vai trabalhar em conjunto com a ANIP, enquanto agente de promoção de investimento, de maneira a reforçar a entrada de financiamentos à economia e, para tal, se vai munir de instrumentos e metodologias próprias que são observadas nas grandes economias mundiais, onde estes serviços já estão bastante desenvolvidos.

Metas pretendidas
A fonte adianta ainda que a criação deste serviço vem responder ao desafio de diversificação da economia angolana, porquanto, através da captação de mais

investimentos, se poderá desenvolver um amplo programa de recuperação de outros sectores da produção nacional.

Assim, conforme explica, vão aproveitar e incrementar pelo país os encontros de negócios, as feiras de investimentos, o uso da Internet, as interfaces virtuais, como mecanismos de facilitação destes programas.

O gestor disse também não ter dúvidas de que a melhor forma de permitir a entrada de capitais estrangeiros na economia angolana é a de manter uma base de informação sobre as oportunidades que o mercado oferece, além de, através de instituições credíveis e idóneas, como já é o caso da ANIP, e agora se vai juntar o CINA, que fará a ligação entre empresários nacionais e estrangeiros.

“Com base neste processo, aplica-se o princípio do ganha-ganha. Isto é, ganha o empresário angolano e ganha também o estrangeiro”, explica a fonte, ao comentar sobre o surgimento do CINA na cerimónia de entrega de prémios aos participantes da FILDA.

1.23 Ausência de seguro agrícola não inibe investimento do BIC no sector

Jornal de Economia & Finanças 21 de Julho de 2009

A inexistência de um seguro agrícola que protege o crédito a este segmento da produção alimentar, face à sua alta exposição ao risco, não inibe o Banco Internacional de Crédito (BIC) em continuar a apostar neste sector estratégico para criação de riqueza, postos de trabalho e redução da dependência externa.

De acordo com o presidente do Conselho de Administração da instituição, Fernando Teles, o banco disponibilizou, até ao momento, mais de USD 100 milhões, no apoio a empresários, agricultores, pequenos produtores e criadores, em todo o país.

Segundo o gestor, o BIC não possui crédito mal parado nem tenciona abrandar o seu apoio a este sector da produção nacional. “Não temos créditos mal parados na agricultura, pois este é um sector muito rentável. O que precisamos, enquanto banco, é de técnicos especializados nas nossas instituições para acompanharem este segmento e foi o que fizemos no BIC”, garante o gestor, tendo acrescentado que desta aposta se deve o facto de o BIC ser muito bem sucedidos na sua incursão pelo agro-negócio.

Fernando Teles julga necessária a criação do seguro

agrícola, tal como existem o seguro automóvel e outros tipos de seguros. Porém, não considera a ausência deste instrumento como razão suficiente para que se deixe de investir na agricultura.

Conforme adianta, o país precisa diversificar a sua economia, além de reduzir a sua dependência externa na produção de alimentos. Logo, face ao enorme potencial hidrográfico, através da existência de muitos rios, de solos aráveis e de uma população muito dedicada ao trabalho, abrem-se muito boas perspectivas para todos os que pretendem investir neste sector.

O gestor bancário lembra que da mesma forma que na América latina e mesmo nos Estados Unidos, Angola precisa de continuar a sua aposta no sector da agricultura e da pecuária, visando o alcance da auto-suficiência e a passagem de importador para exportador de alimentos.

Ele defende que o país precisa que mais empresas e pessoas invistam no agro-negócio, para que, por meio deste, também se importem mais fábricas, o que resultaria na criação de mais postos de trabalho directo, um nobre desafio das novas sociedades.

Novidade

O bancário recordou que, no seu quarto ano consecutivo de participação na Feira Internacional de Luanda (FILDA), o BIC, conjugando a sua perspectiva de negócios com os esforços do Governo e outros sectores da economia, apostou na criação do BIC agro-pecuária, um produto lançado durante a realização da FILDA-2009, em que o banco compra fazendas, estejam estas paradas ou em exploração, e, através delas fomentar a produção por um lado e, por outro, demonstrar a outras instituições e empresários que é rentável a aposta neste negócio.

Esta aposta, segundo ele, além de diversificar a gama de produtos e serviços disponíveis no banco, aumenta também significativamente a produção nacional.

Fernando Teles anunciou ainda que o BIC vai continuar a financiar todos os projectos viáveis no sector da agricultura e da pecuária. Segundo ele, é este um estímulo “àquelas pessoas que todos os dias acordam muito cedo na intenção de trabalhar a terra e dela augurar o seu sustento e rendimento”.

1.24 BAD é o novo parceiro da reconstrução nacional

Jornal de Angola 31 de Julho de 2009

O presidente do Banco Africano de Desenvolvimento

(BAD), Donald Kaberuka, anunciou ontem o início de um processo de discussão com o Governo para expandir as relações de cooperação financeira que podem resultar em novos apoios aos projectos de reabilitação de infra-estruturas e no reforço do sector privado angolano.

O anúncio foi à imprensa, no final da audiência que lhe foi concedida pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no Palácio da Cidade Alta, em Luanda.

O processo de negociação começou em Tunísia (Tunísia), na sede do BAD, durante a primeira visita da ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, desde que foi nomeada pelo Conselho de Ministros para representar a parte angolana naquela instituição financeira continental. Destas negociações deve resultar o reforço da participação daquele banco africano no processo de reconstrução nacional.

“Estamos comprometidos em trabalhar com o povo e o Governo de Angola no processo de reconstrução”, disse Donald Kaberuka, justificando que “Angola é um país que vem de uma guerra e, por isso, tem enormes necessidades internas de reconstrução em todos os sectores que precisam da intervenção de instituições financeiras”.

O ruandês reconheceu o impacto positivo que a economia nacional teve na região austral do continente, impulsionada pelo facto de ter sido a que mais rápido cresceu no continente africano.

Donald Kaberuka disse ter discutido com o Presidente José Eduardo dos Santos as formas de mitigar os efeitos da crise económica e financeira internacional. Justificou a sua deslocação a Angola com o interesse de dinamizar e expandir a cooperação manifestada pelo Governo angolano que, depois de nomear um representante angolano para o BAD, enviou, recentemente, à sede da instituição, uma delegação para negociar novas modalidades de cooperação.

O presidente do BAD disse ter transmitido ao Presidente da República os elogios da equipa daquela instituição financeira pelo trabalho de reconstrução em curso em Angola desde o fim da guerra e os esforços feitos nos domínios de infra-estruturas e da reconstrução.

Cooperação com presidente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Donald Kaberuka, anunciou ontem o início de um processo de discussão com o Governo para expandir as relações de cooperação

financeira que podem resultar em novos apoios aos projectos de reabilitação de infra-estruturas e no reforço do sector privado angolano. O anúncio foi à imprensa, no final da audiência que lhe foi concedida pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, no Palácio da Cidade Alta, em Luanda.

O processo de negociação começou em Túnis (Tunísia), na sede do BAD, durante a primeira visita da ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, desde que foi nomeada pelo Conselho de Ministros para representar a parte angolana naquela instituição financeira continental. Destas negociações deve resultar o reforço da participação daquele banco africano no processo de reconstrução nacional. “Estamos comprometidos em trabalhar com o povo e o Governo de Angola no processo de reconstrução”, disse Donald Kaberuka, justificando que “Angola é um país que vem de uma guerra e, por isso, tem enormes necessidades internas de reconstrução em todos os sectores que precisam da intervenção de instituições financeiras”.

O ruandês reconheceu o impacto positivo que a economia nacional teve na região austral do continente, impulsionada pelo facto de ter sido a que mais rápido cresceu no continente africano.

Donald Kaberuka disse ter discutido com o Presidente José Eduardo dos Santos as formas de mitigar os efeitos da crise económica e financeira internacional. Justificou a sua deslocação a Angola com o interesse de dinamizar e expandir a cooperação manifestada pelo Governo angolano que, depois de nomear um representante angolano para o BAD, enviou, recentemente, à sede da instituição, uma delegação para negociar novas modalidades de cooperação.

O presidente do BAD disse ter transmitido ao Presidente da República os elogios da equipa daquela instituição financeira pelo trabalho de reconstrução em curso em Angola desde o fim da guerra e os esforços feitos nos domínios de infra-estruturas e da reconstrução.

Cooperação concreta

A representante angolana no Banco Africano de Desenvolvimento, Ana Dias Lourenço, considera que Angola e o BAD têm possibilidades concretas para alargar a cooperação financeira de forma mais dinâmica e visível.

A ministra, que falava à imprensa depois de ter

acompanhado o presidente do BAD, Donald Kaberuka, ao encontro com o Chefe de Estado, disse que o Presidente José Eduardo dos Santos orientou que a cooperação com aquela instituição financeira seja alargada aos projectos estruturantes, como a recuperação de infra-estruturas, principalmente estradas e portos.

Ana Dias Lourenço garantiu que Angola vai trabalhar em conjunto com o BAD para identificar projectos no domínio da educação, saúde e apoio ao sector privado. A ministra disse que Angola tem recebido apoios do BAD para implementar projectos nos sectores da agricultura, pescas, educação e ambiente, através de fundos concessionais da instituição financeira.

Ana Dias Lourenço considerou “bastante importante” a visita do presidente do BAD a Angola, porque a instituição multilateral vai conhecer melhor a realidade Nacional

A representante angolana no Banco Africano de Desenvolvimento, Ana Dias Lourenço, considera que Angola e o BAD têm possibilidades concretas para alargar a cooperação financeira de forma mais dinâmica e visível.

A ministra, que falava à imprensa depois de ter acompanhado o presidente do BAD, Donald Kaberuka, ao encontro com o Chefe de Estado, disse que o Presidente José Eduardo dos Santos orientou que a cooperação com aquela instituição financeira seja alargada aos projectos estruturantes, como a recuperação de infra-estruturas, principalmente estradas e portos.

Ana Dias Lourenço garantiu que Angola vai trabalhar em conjunto com o BAD para identificar projectos no domínio da educação, saúde e apoio ao sector privado.

A ministra disse que Angola tem recebido apoios do BAD para implementar projectos nos sectores da agricultura, pescas, educação e ambiente, através de fundos concessionais da instituição financeira.

Ana Dias Lourenço considerou “bastante importante” a visita do presidente do BAD a Angola, porque a instituição multilateral vai conhecer melhor a realidade nacional.

2 MICROFINANÇAS

2.1 Novo Banco inaugura balcão no estádio do Inter de Angola

Jornal de Angola 05 de Julho de 2009

A marca Novo Banco vai ser substituída pelo Banco BAI Micro Finanças (BMF), anunciou ontem o seu presidente do Conselho de Administração, Carlos Bessa Victor Chaves, durante a inauguração do "Balcão Inter", em Luanda.

Todos os detalhes para a mudança de nome já foram cumpridos junto do Banco Nacional de Angola, agora tudo depende do fim da tramitação da nova escritura, garantiu a administradora da instituição bancária, Francisca Massango de Brito.

A administração do BAI Micro Finanças vai apostar no micro crédito a pequenos empresários no âmbito dos programas do Governo "Crédito Amigo" e "Crédito Jovem". Com o "Balcão Inter" a instituição bancária pretende estabelecer uma parceria sólida com o Inter Clube.

O "Balcão Inter", localizado no bairro Rocha Pinto, no Estádio do Clube Desportivo Inter de Angola, ocupa uma área de 110 metros quadrados e conta com uma equipa de 15 bancários. A reabilitação e adaptação do local foi feita em 240 dias e os custos foram validados em 51 O mil dólares, dos quais 100 mil totalizam o investimento em redes e equipamentos.

Presentemente, o Novo Banco tem cinco balcões, um dos quais no Lobito, conta com 32 mil clientes, uma carteira de crédito na ordem dos 10 milhões de dólares e um volume de negócios que ronda os 18 milhões de dólares. A administradora do Novo Banco, Francisca de Brito, afirmou que a nova etapa marca o começo de um percurso para atingir o universo de clientes que a instituição bancária projectou.

O administrador do município da Maianga, Manuel Marta, foi o primeiro a abrir uma conta bancária no "Balcão inter", e manifestou a sua satisfação com a expansão de bancos no município. "Ao assistir à inauguração de dois bancos em menos de um mês, isso mostra um acentuado desenvolvimento no município".

Outra entidade que também manifestou a sua satisfação pelo empreendimento do Novo Banco, no bairro Rocha Pinto, O presidente do Clube Desportivo Inter de Angola, José Manuel Martinez, também manifestou

a sua satisfação pela abertura da agência bancária "porque vem apoiar iniciativas da direcção do clube".

2.2 Benguela promove o comércio rural

Jornal de Angola 6 de Julho de 2009

O fomento do comércio rural em Benguela vai ser reforçado pelo programa de reactivação dos centros municipais, em curso na província, garantiu no último fim-de-semana, na capital provincial, a ministra do Comércio, Idalina Valente.

A titular da pasta do Comércio fez esta afirmação durante a cerimónia de arranque realizada sexta-feira última em Benguela, cidade que, vai funcionar como plataforma logística do programa a para a região Centro e Leste do país.

"No caso particular de Benguela, o programa vai juntar-se ao programa de reactivação dos centros administrativos municipais onde a componente loja comercial não podia faltar", realçou Idalina Valente, para quem o programa vai encontrar um misto do desenho inicial e a criatividade do Governo Provincial para que se consolide mais rapidamente.

Criado para fazer chegar às localidades do país com concentrações razoáveis de população que não possuam mercado para colocar os seus produtos, o Programa de Fomento do Comércio Rural permite que o sector privado, com a orientação do Ministério do Comércio, possa importar produtos para o comércio retalhista rural nas comunas e aldeias.

Segundo a ministra do Comércio, o programa enquadra-se no conceito de segurança alimentar, porque o país deve possuir em quantidade e qualidade permanente uma oferta suficiente de bens para que as pessoas possam viver sem dificuldades.

O programa visa igualmente potenciar a produção das famílias camponesas cu j a produção é vendida à beira da estrada." Por isso estamos preocupados em retirar estes produtos da rua e integrá-los no circuito de comercialização normal como é o caso do milho, dos cereais e as leguminosas", particularizou a ministra do Comércio.

Quanto aos produtos mais sensíveis, como os hortícolas, cuja conservação exige uma operacionalidade mais complexa, Idalina Valente referiu que da parte do Governo, numa primeira fase não deve merecer a mesma preocupação dos outros produtos, por requererem outra atenção e cobertura.

Estão igualmente definidas as formas como as mercadorias são importadas, os mecanismos e os circuitos monetários para o financiamento das diversas componentes do programa.

No âmbito do programa, os produtos dos camponeses devem ser comprados primeiro pelo dono da loja a nível da localidade, que deve ter capacidade para armazenagem das mercadorias. Os produtos recolhidos no comércio retalhista rural têm depois de convergir para um ponto mais amplo, até à sua redistribuição nos supermercados, lojas retalhistas, mercados municipais e unidades industriais interessadas em receber tais produtos.

Fundo de Garantia

O Programa vai garantir a concessão de créditos aos operadores, que através de um contrato programa assinado com o Ministério do Comércio, vão candidatar-se à importação de determinados produtos.

Nas províncias, os importadores também beneficiam de créditos na base de processos submetidos à delegação provincial do Ministério do Comércio.

A ministra do Comércio está confiante no êxito do programa e lembrou que apesar de programas do género terem sido ensaiados com maus resultados, garante que o mesmo não acontece nesta fase onde em que as tecnologias de comunicação e informação permitem controlar e perceber quem no meio da cadeia está a falhar.

"Este mecanismo vai permitir que possamos tomar medidas mais rígidas para sancionar todos os que, por incumprimento, penalizam o arranque, consolidação e sobretudo a sustentabilidade de qualquer coisa que se queira fazer para o bem de todos os angolanos", garantiu.

Crédito ao retalhista

O programa prevê igualmente um "Crédito ao Retalhista", uma espécie de fundo de maneio para que no arranque do programa, os comerciantes rurais possam comprar, a dinheiro, os produtos dos camponeses. O crédito à construção de espaços comerciais dá prioridade ao meio rural e a comerciantes que vivam nas aldeias.

A ministra do Comércio, na sua visita a Benguela, teve encontros separados com o Governo Provincial e os operadores económicos locais, que anunciaram um avanço: já se compram produtos com custos de transportes menores, uma condição favorável ao

arranque do programa de promoção do comércio rural.

Idalina Valente avaliou a quantidade dos instrumentos agrícolas existentes no mercado e concluiu que a oferta de sementes e adubos está normalizada.

Apesar de preocupada com a alta dos preços, a titular da pasta do Comércio garante ser possível trabalhar no sentido de baixá-los.

Para o presidente da Câmara do Comércio e Indústria de Benguela, Carlos Vasconcelos, apesar da instituição que dirige estar a dar os primeiros passos, encontros do género servem de incentivo aos empresários locais. Mas defendeu que a definição dos preços depende da lei da procura e da oferta...

"Naturalmente se a oferta for maior, os preços acabam por descer", conclui o presidente da Câmara de Comércio Indústria.

2.3 Subsídios do Estado: SIM ou NÃO?

Novo Jornal 10 de Julho de 2009

A SUSTENTABILIDADE tem ainda outra vertente, ligada à forma como exploramos os recursos naturais. Em Kapupa, município do Cubal (província de Benguela) vários camponeses afirmaram à reportagem do Novo Jornal que plantaram mandioca porque "não precisa de muita água, recurso escasso nesta região".

Isto significa que há uma tentativa de adaptar as potencialidades da terra às contingências da natureza, da geografia e do contexto. Faz sentido. O problema é que a sociedade angolana não consome apenas mandioca em grande escala, também é um potencial grande "cliente" de cereais, por exemplo. E sabemos o défice enorme que a produção interna verifica a este nível.

E é aqui que se levantam algumas preocupações. O engenheiro agrónomo Abias Fernandes, 27 anos, funcionário da administração do Bailundo, província do Huambo, defende a aplicação de subsídios à produção de cereais, como o milho, por exemplo. "Há uma tendência de queda na produção de cereais, produtos que serão sempre procurados em Angola", adverte. O que se verifica actualmente é o abandono de algumas culturas em detrimento daquelas mais rentáveis, seja ao nível dos preços de mercado, seja ao nível do tempo de retorno do investimento.

Os encargos que decorrem do micro-crédito e dos financiamentos recebidos pelos camponeses levam a

uma perspectiva mais economicista e menos conjuntural, e o Estado deve ter algumas políticas de desenvolvimento de culturas menos rentáveis, mas necessárias para acudir à demanda interna.

Também ao nível dos factores de produção existem algumas queixas. É que o Estado fixa um preço para a comercialização oficial de adubos, que custam 2000 mil kwanzas/saco. Armindo Kassoma, do Núcleo de Associações do Bailundo, explica que existe um armazém naquela localidade para albergar os adubos disponibilizados pelos serviços públicos. "O problema é que a mercadoria deste ano simplesmente desapareceu do armazém, para depois surgir no mercado a ser vendida por 6/7 mil kwanzas/saco", denuncia o mais velho Kassoma.

2.4 Subir degraus em direcção ao futuro

Novo Jornal 10 de Julho de 2009

"De seguida vamos fazer um trajecto de mais de 20 quilómetros", avisa Veríssimo Sapalo, administrador do município do Cl1bal, província de Benguela. "E preparem-se porque vamos balançar um pouco", sorri. De facto assim foi. Da sede até à comuna de Kapupa, mais precisamente ao bairro Calombinda, as entranhas remexem, abanam, a mente roga pragas e o olhar diverte-se com uma paisagem de calma e beleza espartana.

O objectivo era claro e a comunidade local tinha-se preparado a rigor para receber visitas pouco habituais. Veríssimo Sapalo já foi referido. Mas José Patrício, presidente da BP Angola, não. Paulo Lavrador, administrador do Banco Sol era outro dos "ilustres". A ADRA - Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente - trouxe representantes do Huambo, Benguela e respectivos dirigentes. Viaturas? Umas dez.

À chegada a população preparou uma pequena visita de campo e foi ali que todos puderam observar o trabalho daqueles camponeses. O campo estava apinhado de mandioca, fruto dos financiamentos provenientes do programa de micro-crédito "Grande Plutónio", financiado pela BP (e demais parceiros, entre eles a Sonangol) e pelo Banco Sol. A ADRA ajuda na implementação, forma os camponeses e ainda serve de elo entre as populações e os parceiros.

Um grupo de mais velhos, vestidos num colorido rigor local, anima os visitantes e dá as boas-vindas através dos seus costumes e danças. Um jovem lê um discurso de agradecimento: "Aqui há uns anos, se dissessem a

estes camponeses para baterem à porta de um banco, a pergunta era: mas não me vão prender?" Hoje a maioria está documentada, tem Bilhete de Identidade, dirige-se aos balcões dos bancos comerciais de forma espontânea, aprenderam a lidar com o poder político local numa lógica de parceria e não de confronto. Só para termos uma ideia, o próprio Banco Sol foi quase "obrigado" a ter representação no Cubal para atender os camponeses.

Naquele pequeno bairro há vários exemplos. Xavier Adelino é casado e tem cinco filhos. Actualmente é o coordenador da Associação Calombinda, que recebeu cerca de 9700 dólares, distribuídos de forma desigual (porque depende da finalidade) por 83 famílias. "Neste momento já estamos a pensar elaborar um novo projecto, de forma a continuar a aumentar a produção", começa por dizer Adelino. Ao todo, estão a trabalhar em cerca de 45 hectares de terra, espalhando pelos diferentes beneficiários e membros da associação.

Fernando Bumba é um deles. Ar calmo, assim numa espécie de "sentido de estado". Tem 42 anos e seis filhos, trabalha numa extensão de quatro a cinco hectares. Recebeu cerca de 23 mil kwanzas (perto de 300 dólares) para ajudar na plantação de mandioca e milho, valores "que não chegam para quase nada". "O ideal seria receber 1000 ou 1500 dólares de uma vez", atira convictamente. Apesar do lamento, o crédito serviu para comprar catanas, um machado, enxadas e investir num pequeno negócio donde retirou "algum lucro que permitiu reembolsar" o financiador.

Esta frase levanta uma questão interessante. Normalmente, o dinheiro recebido não é todo aplicado na terra. Para fazer face ao reembolso (que não tem período de carência, ou seja, se o crédito chegar no dia 10 de Maio, a primeira parcela deve ser "devolvida" a 10 de Junho) muitos investem em pequenas cantinas rurais, que garantem retorno imediato e onde acabam por transaccionar produtos básicos e essenciais, como o sal, o açúcar, a água. E assim matam-se dois coelhos com apenas uma paulada, já que também prestam um serviço importante à comunidade.

MICROCRÉDITO RIMA COMVIDAMELHOR

As opiniões dos beneficiários são quase unânimes: o micro-crédito mudou a sua vida. Henriques Tchimbili, da União de Associações de Camponeses da Caála (Huambo) explica porquê de forma simples e concreta. "Hoje em dia tenho algumas poupanças depositadas no banco e já emprego cinco trabalhadores numa pequena moagem situada na comuna do Kuimo", frisa enquanto os olhos brilham. Mesmo ao nível do discurso a evolução é notória. Tchimbili tem ideias muito precisas sobre

a necessidade das associações rurais se transformarem em cooperativas "porque estas trazem autonomia aos seus membros, que acabam por retirar maiores benefícios". Este é um dos grandes desafios que os camponeses enfrentam, apesar de subsistirem algumas dúvidas relativamente à Lei das Cooperativas.

"A legislação antiga ainda serve?", perguntava Tchimbili ao conhecido agrónomo Fernando Pacheco. É que o novo texto legal sobre o cooperativismo está engavetado à espera de regulamentação. Henriques Tchimbili receava "que isto pudesse trazer problemas legais no futuro". Felizmente que ainda vão existindo pessoas pragmáticas. Como Armindo Kassoma, do Núcleo de Associações do Bailundo (Huambo). A questão legal não o preocupa porque "a boa Lei para um produtor é produzir".

Até agora foram só notícias boas, mas a vida não é assim. Especialmente para quem, como a maioria dos camponeses do interior do país, tem falta de tudo um pouco. No Calombinda, por exemplo, não há escola.

As crianças que estudam caminham oito quilómetros diariamente. Professores, nada. Há quem passe fome, mesmo com produção a estragar-se no campo por falta de escoamento (outro constrangimento grave). Há falta de pesticidas, de adubos e de sementes agrícolas.

A agricultura ainda é de subsistência e para que o cenário mude é necessário investir na formação e mecanização, seja através de tractores ou mesmo da "mão-de-obra" animal. E não vai ser o micro-crédito a mudar este ambiente. Apesar de tudo, no Calombinda soltam-se vivas. "Viva o administrador!" "Viva a comuna de Kapupa!" "Vivam os camponeses!" Estava encerrada a visita de campo.

2.5 Crédito ao consumo até 50 mil usd

Novo Jornal 10 de Julho de 2009

O BANCO SOL e a empresa de direito angolano Materlis, da qual é sócio-gerente o empresário João Bartolomeu, assinaram um protocolo de crédito ao consumo que pode atingir os 50 mil dólares, podendo, em circunstâncias pontuais, e após análise ponderada, atingir valores mais elevados.

Coutinho Nobre Miguel, presidente executivo da instituição bancária, considera esta iniciativa "um negócio inovador" virado essencialmente para os jovens e para as famílias cujos rendimentos não lhes permitam a aquisição, a pronto pagamento, de bens mobiliários.

"O Banco Sol é uma instituição com responsabilidades sociais. Fomos o banco pioneiro no lançamento de acções que visam a redução da pobreza, criámos o "cartão Kumbú", o crédito universitário e aos taxistas e o "certificado solidário". Agora, celebrámos com a Materlis um compromisso de crédito ao consumo", disse Coutinho Nobre.

A Materlis é uma empresa do ramo mobiliário e da construção civil, com 38 anos de existência, que propôs esta forma inovadora de negócio, no nosso mercado, e mereceu a confiança do Banco Sol.

O presidente executivo do Banco Sol reafirma o interesse da parceria, que, garante, se enquadra na estratégia da sua instituição. "Queremos, naturalmente, elevar a nossa quota de mercado, sem nos desviarmos da nossa linha de procedimento e do valor que representamos socialmente. A finalidade do conjunto de inovações que temos vindo a implementar reafirma as características de um banco sócio-comunitário, profundamente comprometido com a responsabilidade social corporativa que leva ao desenvolvimento humano", frisou.

Sobre as condições exigíveis de acesso a este novo produto, o gestor bancário disse que o cliente tem de domiciliar no Solo seu ordenado ou rendimentos. A taxa de juro é de 22% e o pagamento pode estender-se até 48 meses. Após autorização do crédito, o interessado pode dirigir-se à Materlis e adquirir os bens mobiliários de que necessita até ao limite concedido. Coutinho Nobre adiantou que os riscos deste crédito foram acautelados e que se está a assegurar a presença de um negócio sustentável, com garantia de viabilidade, na qual se cumprirão os procedimentos usuais, avaliando-se em permanência as possibilidades de risco".

Depois do micro-crédito e de iniciativas dirigidas aos cidadãos de menores posses, o Banco Sol, que no dizer do seu responsável máximo "é um banco inclusivo", aposta agora no crédito ao consumo, em função das necessidades actuais e futuras dos seus clientes.

2.6 Camponeses do Kwanza-Sul recebem créditos bancários

Jornal de Angola 17 de Julho de 2009

Camponeses filiados na Federação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias na província do Kwanza Sul, num total de 990, já beneficiaram de empréstimos, concedidos pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC) que atingiram um valor de 427 mil dólares.

Na primeira fase, em 2007, cada beneficiário recebeu

um montante de 300 dólares com juro de oito por cento, e atendendo aos bons resultados que o processo está a proporcionar aos camponeses, a importância foi elevada para 500 a mil dólares por cada pessoa seleccionados pelas cooperativas.

O presidente da direcção executiva da Federação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias no Kwanza Sul, David Nunes, disse que, no quadro do micro-crédito, o movimento associativo e cooperativo na região tomou-se uma realidade e tem efeitos positivos porque está a cativar os camponeses, o que permite aumentar as colheitas.

David Nunes sublinhou que os camponeses dos municípios da Quibala, Libolo, Cela e Mussende trabalham com a agência do BPC do Waku kungo mas ainda não beneficiaram do micro-crédito.

Salientou que no BPC do Sumbe e Porto Amboim o sistema de micro-crédito decorre com normalidade e acrescentou que o papel da Federação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias neste processo reside em seleccionar os grupos de camponeses que vão receber os empréstimos.

David Nunes sensibilizou os associados a adoptarem o sistema de irrigação na produção de hortícolas e cereais. Destacou a existência de 422 associações de camponeses que integram 32.146 associados, entre os quais 17.720 são do sexo feminino, 126 cooperativas agro-pecuárias, com 11.078 cooperantes, sendo 4.978 mulheres.

2.7 Fomento do comércio rural abre portas aos empresários

Jornal de Angola 22 De Julho de 2009

Os empresários de Ondjiva devem participar no projecto de fomento do comércio rural, programa que visa repor as lojas junto às comunidades, para que as famílias não tenham necessidade de se deslocar à cidade.

A recomendação é da ministra do Comércio, Idalina Valente, quando falava num encontro com os empresários locais durante o procurou esclarecer alguns aspectos relacionados com projecto de fomento do comércio rural, cuja execução tem uma duração de quatro anos.

A ministra informou igualmente que o programa para o fomento do comércio rural prevê a criação de um fundo de apoio aos pequenos e médios empresários, com o objectivo de permitir o maior escoamento de produtos no campo.

"Os empresários devem ter maior participação no programa, porque é importante restabelecer as lojas próximo das comunidades rurais e sem o seu empenho não será possível executar o projecto", Sublinhou.

Idalina Valente frisou ainda que com a execução do programa de fomento do comércio rural os consumidores das zonas rurais passam a ter à sua disposição uma série de produtos, como alimentação, vestuário, materiais de construção e outros bens de primeira necessidade.

Durante a sua permeância na província do Cunene, a ministra visitou armazéns na República da Namíbia, o posto fronteiriço de Santa Clara, alfândegas, diversos estabelecimentos comerciais e as estruturas da Direcção do Comércio Hotelaria e Turismo.

A visita da ministra do Comércio à província do Cunene serviu para a divulgação e concertação de acções para o desenvolvimento do programa de promoção do comércio rural.

2.8 Banco Sol concede USD 100 mil

O independente 25 de Julho de 2009

Por sua vez, o banco Sol concedeu, Janeiro a Junho de 2009, cento e doze mil e 666 dólares norte-americano, em programas de micro créditos, destinados a camponeses na província do Bié, avançou naquela cidade, oficial para área de créditos do Banco Sol, Aristóteles Cauia, que acrescentou a instituição prossegue com a avaliação de documentos de algumas associações de camponeses que também pretendem fazer um empréstimo no Cunene.

Reagindo a acção do banco, o secretário provincial da Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola (Unaca) no Bié, Mariano Sassoma, asseverou que 20 cooperativas de camponeses dos municípios do Andulo, Kamacupa, Katabola e Kuito beneficiaram, igualmente, de créditos do banco Sol.

"Os beneficiados empregaram o valor na aquisição de fertilizantes, sementes, instrumentos de produção, tais como enxadas, catanas, limas, pulverizadores, entre outros".

Mariano Sassoma apelou às cooperativas e associações de camponeses na província para reembolsarem os valores cedidos pelas agências bancárias com vista a contribuir para a continuidade do programa e melhoria das condições socio-económicas das

comunidades.

Segundo o responsável, setenta e cinco porcentos do crédito concedido já foi reembolsado o que permitirá a cedência de novos empréstimos.

Para além os camponeses, o Banco Sol concedeu créditos à professores e enfermeiros, no quadro de um programa traçado pelo Governo angolano.

2.9 Há cada vez mais pessoas a retirarem suas poupanças

A capital 25 De Julho de 2009

A incerteza que se apossou do mercado, onde os bancos, por força da crise, estão a partir para tomada de medidas restritivas, parece estar a reorientar a atitude das pessoas que têm as suas poupanças a guarda daquelas instituições financeiras.

Distintas fontes bancárias disseram estar-se a constatar uma tendência que revela alguma perda da confiança que os clientes tinham nos bancos comerciais.

É que, segundo tais fontes, há, nos últimos tempos mais pessoas a acorrerem os bancos para fazerem levantamento dos depósitos, um quadro completamente diferente do que se assistia até há pouco tempo.

Antero Van-Dúnem supõe ser consequência de algum receio de que «algo ruim pode acontecer com as suas poupanças domiciliadas nos bancos».

O economista diz ter, em parte, sentido que os clientes reagem desta forma, uma vez não ser normal que alguém encontre limitações na hora de movimentarem as suas próprias contas bancárias.

As fontes disseram que actualmente a grande maioria dos depósitos registados são de empresas, mais também por compromissos comerciais, cuja efectivação passa necessariamente por intermediação bancária.

Para o consolo de um ou outro banco, tem valido o processo de bancarização dos salários, que prende os trabalhadores àquelas instituições por força da conta salário.

2.10 Banco Sol concede créditos aos camponeses de Malanje

Jornal de Angola 31 De Julho de 2009

O Banco Sol concedeu, desde a instalação na província

de Malanje, há seis anos, mais de cinco milhões de dólares em créditos solidário, de consumo, micro-empresas e em cooperativas afectas à Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agrícolas (Unaca), disse a gerente da instituição.

A mesma fonte afirmou, à Angop, que, no primeiro semestre deste ano, foram disponibilizados cerca de 135 mil dólares em créditos a micro-empresas.

A mesma fonte, afirmou, vai continuar, até ao fim do ano, a conceder créditos agrícolas e a aumentar o volume de créditos para os comerciantes na província.

A gestora revelou que está a ser construído um novo balcão no município de Cacuso e que vão ser montados outros em Caculama e Calandula.

A província de Malanje tem potencial agrícola.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Encerramento de armazéns GPL não honra palavra

O País 3 de Julho de 2009

Ao contrário do que foi anunciado pela governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, em entrevista à Rádio Nacional de Angola (RNA), a 25 de Janeiro último por ocasião do 433º aniversário da cidade capital, os armazéns de venda de mercadorias a grosso e a retalho no casco urbano não foram encerrados durante o primeiro semestre deste ano.

Francisca do Espírito Santo havia garantido que os armazéns seriam transferidos para os municípios de Viana e Cacucaco, onde os seus proprietários poderiam desenvolver as actividades sem sobressalto, longe dos transtornos que causam em algumas artérias da capital.

Seis meses depois, O País constatou que o comércio persiste nos conhecidos armazéns situados nos bairros do São Paulo (município do Sambizanga), Boavista (na Ingombota) e Hoji-ya-Henda (Cazenga), onde a azáfama e a poeira tomam conta dos cidadãos que se deslocam a estes lugares durante as horas normais de expediente. Isso enquanto a efectivação da medida do Governo Provincial de Luanda permanece numa "sine die".

No São Paulo, por exemplo, concretamente na rua Ngola Kiluanje, existem mais de 50 estabelecimentos em pleno funcionamento, entre os quais destacam-se o Morei, Princesa Comercial, Organizações Ba Hawa, GBC, Kankalambe e Camoço.

O epicentro destas unidades comerciais acontece no Hoji-ya-Henda, no município do Cazenga, uma das partes de Luanda com maior aglomeração de armazéns do género por metro quadrado que abrem de segunda-feira a sábado, entre às oito e às 14 horas. São espaços onde normalmente são comercializados vestuários, electrodomésticos, brinquedos, cosméticos e bijuterias.

Os grossistas da Boavista, no Sambizanga, que ao contrário dos seus colegas do São Paulo e Hoji-ya-Henda, não viram os seus estabelecimentos encerrados em Janeiro deste ano, afirmaram que nunca foram confrontados com a decisão avançada há seis meses por Francisca do Espírito Santo. Segundo eles, o alerta do Governo vai durar muito tempo para se efectivar.

"Não é agora que o Governo vai conseguir transferir todos os armazenistas para Viana e Cacucaco", corroboraram alguns dos comerciantes contactados por este jornal, acrescentando que "temos dúvidas quanto à construção de outros espaços para os albergar" nos municípios satélites de Luanda.

Sobre o assunto em causa, o director provincial de Luanda do Comércio, Guilhermino Paulo, disse que o processo está em curso e depende dos projectos em execução na zona do quilómetro 30, em Viana. Os armazenistas da Gajajeira, São Paulo e Hoji-ya-Henda seriam transferidos assim que as obras estivessem concluídas. Não sendo o caso, o responsável do GPL salientou apenas que a transferência poderá acontecer antes do mês de Dezembro.

"Esta operação vai ser feita de forma faseada e tudo depende da construção dos armazéns no km 30. A julgar pelo tempo já decorrido e pelas condições no mesmo local, há poucas possibilidades de a transferência acontecer este ano", explicou, por seu lado, o administrador municipal do Rangel, Maciel Neto "Makavulo". "É intenção do Governo não permitir o comércio a grosso e contentorizado no casco urbano, por causa da exagerada concentração de pessoas e dos transtornos que causam na via pública".

O administrador do Rangel mostrou-se preocupado porque esse tipo de negócio é liderado por estrangeiros sobretudo chineses e vietnamitas, razão pela qual existe um plano conjunto entre a sua administração e os Serviços de Migração e Estrangeiros (SME). O objectivo é travar o excessivo número de comerciantes ilegais, principalmente malianos, libaneses e senegaleses.

O País constatou que estão em construção alguns armazéns no km 30. Curioso é que este estabelecimento foi informado que estes estabelecimentos já têm donos, segundo um funcionário da administração do mercado que funciona nas redondezas. A fonte salientou que "as pessoas vieram para cá, solicitaram a compra dos terrenos e a direcção cedeu. Os novos donos foram autorizados a constituir em os seus armazéns". "Não vendemos os terrenos com o consentimento da Administração Municipal de Viana. Muitos adquiriram dois ou três terrenos para obterem um espaço de 24 por 20 ou de 36 por 30. A direcção do mercado não recebeu qualquer orientação para a construção de 50 armazéns, onde seriam supostamente transferidos armazenistas da Gajajeira, São Paulo, Boavista e Congolenses", rematou a fonte deste jornal.

3.2 Quando o lixo “vira” negocio

O País 3 de Julho de 2009

Na passada terça-feira, 30 de Junho, por volta das 12h00, encontramos Margarida Ventura, 50 anos, com pequenas pedras nas mãos retiradas do meio de um entulho depositado num terreno de céu aberto, sua pertença, na zona da Camama, em Luanda.

O vasto terreno em que falamos com a senhora foi convertido em zona de depósito de lixo retirado das várias obras de construção civil da capital, descarregados por camiões basculantes, onde se aproveitam peças de madeira e de metal e pedras para posterior comercialização.

Quando chegámos, Margarida Ventura separava pedras do escolho que juntava em montes, separados uns dos outros por curtos espaços, à espera de potenciais clientes.

Recolher pedras, madeiras, ferros, cobre e alumínio nos amontoados de entulho para comercializar é a forma que dezenas de mulheres e jovens desempregados encontraram para sustentarem as suas famílias.

Margarida Ventura é o retrato fiel de pessoas que em Luanda encontraram neste tipo de actividade o seu ganha-pão, tendo-se convertido já numa empresária de sucesso.

Na sua área de jurisdição, na Camama a "sucateira", como prefere que a chamem, não actua sozinha. Ela deu "emprego" a outros dez jovens que sustentam as suas famílias com o dinheiro arrecadado da venda destes materiais.

"Comecei a desenvolver esta actividade em 2001, numa altura em que precisava de fazer alguma coisa para garantir a formação dos meus filhos e netos", justificou a Sucateira.

Camionistas na jogada

Para garantir o despejo de entulho em seu terreno, Margarida Ventura estabeleceu acordo com os motoristas de camiões basculantes de empresas de construção civil nacionais e estrangeiras.

"O contrato com as construtoras não é pago porque eles também beneficiam ao deixarem de percorrer longas distâncias para deitarem o lixo das obras. Ambas as partes saem a ganhar", disse.

A sucateira explica em pormenor a forma como se desenrola o negócio entre ela e os camionistas, advogando que dispensam comprar entulho e alugar

um buldozer visto, que eles se responsabilizam por tudo isso.

A sucateira esclareceu ainda que quando a empreiteira decide retirar o equipamento do local, ela vê-se obrigada a desembolsar 120 dólares por hora para o aluguer de uma máquina de outra empresa.

Para além dos seus "funcionários", o processo de recolha desses materiais é reforçado por vários grupos de crianças que se deslocam àquele local para brincar. Estes recolhem as peças e vendem-nas à proprietária do terreno ao preço de 300 Kwanzas.

"Somos nós quem estabelecemos os preços às crianças e aos jovens que vêm aqui vender ferro ou alumínio, pelo facto de os nossos potenciais compradores não terem um preço lixo".

Ferro, o mais procurado

Do lixo comercializado naquele recinto, o ferro é o que mais rende ao bolso de Margarida Ventura, seguindo-se o cobre e alumínios.

Desde 2005, o negócio passou a ter outros contornos, com a entrada em cena de cidadãos indianos que começaram a comprar toneladas de sucata para enviarem para o exterior.

Depois de se familiarizarem, segundo a nossa interlocutora, os compradores deixavam no local mais de dez contentores de 20 pés, adiantavam o pagamento de cinco e tão logo recebessem a informação que todos estavam cheios, faziam a liquidação dos restantes.

"No princípio vendíamos o contentor de 20 pés a 1.500 dólares, mas depois apercebemo-nos que estávamos a comercializá-los a um preço inferior ao praticado pelos nossos concorrentes que já cobravam mais de 2.000 dólares cada. A partir daí aumentamos o valor para 3.500 dólares", disse. Acrescentando de seguida que "o dinheiro adiantado serve para pagar os funcionários e aluguer do equipamento para cortar os ferros que não cabem no contentor".

Crise financeira aperta

A crise financeira em curso está a dificultar o desenvolvimento do negócio, visto que os compradores de sucata ausentaram-se do mercado.

Margarida Ventura disse acreditar que quando a crise passar os indianos e os seus parceiros continuarão com o negócio, por isso está a criar um stock capaz de satisfazer a procura.

Antes da crise, a sucateira tinha fechado um contrato verbal com alguns compradores indianos que se resumia no enchimento de 50 contentores de 20 toneladas e em troca recebia dois camiões basculantes com guincho.

"Aposto que com a venda dos 50 contentores, eles tirariam a triplicar os 70.000 ou 80.000 dólares que gastariam com a compra destes equipamentos. E eu teria a felicidade de deixar de alugar estes meios para recolher as peças dos entulhos".

Para facilitar o controlo das mercadorias, a comerciante utiliza uma balança de grande porte adequada para o efeito. A fama da nossa interlocutora espalhou-se pelo bairro e actualmente os jovens desempregados procuram recolher ferros e alumínio na zona para venderem a ela.

No buraco da Camama, como também é designado o local, Margarida Ventura retira ainda uma enorme quantidade de madeira diversa, entre contraplacados, ripas, paus, estrados, entre outros, que são comercializados aos marceneiros e carpinteiros.

"O preço varia em função do tipo e da quantidade da madeira que o cliente vai levar; um carro de mão cheio pode custar de 500 a 1.500 Kwanzas, mas quando as pessoas dizem que não têm dinheiro, acabo por oferecer".

Instada a exemplificar, Margarida Ventura disse que do buraco da Camama saem madeiras que são utilizadas para fazer cadeirões, quadros, bancadas e gaiolas.

No negócio da madeira, a sucateira diz que consegue tirar maior proveito da parceria que estabeleceu com o seu sobrinho marceneiro de profissão que utiliza este material para fazer gaiolas de pássaros, comercializadas a 30.000 Kwanzas cada.

Em troca das madeiras, o jovem faz quatro gaiolas e depois de as vender entrega o dinheiro de uma delas à sua tia. "Vi que ele tem jeito para a coisa e achei que esta seria uma forma de ajudá-lo. Desta forma, consigo também dinheiro para pagar os meus funcionários e manter o local intacto dos invasores".

Venda de pedra em queda

O trabalho desenvolvido para manter as pedras à vista dos clientes é o mais fastidioso e moroso, estando entre os menos rentáveis.

Margarida Ventura explicou que, normalmente, os camionistas depositam os entulhos próximo ao buraco, e para evitar que as pedras sejam atiradas pelo

bulldozer, os seus funcionários recolhem-nas com a ajuda de um carro de mão e transportam para um lugar seguro, onde de seguida é partido.

"Depois de partidas, os meus dois filhos e o sobrinho ajudam-me a arrumar as pedras num local visível onde são comercializados".

O preço do monte de pedra varia em função da procura e da composição da mesma. As compostas de betão são as mais caras, por oferecerem maior resistência e durabilidade.

"Inicialmente tinha estabelecido acordo com os jovens. Eles partem, arrumam e vendem os montes de pedras ao preço que vai dos dez a 12 mil kwanzas cada ficando o dinheiro de dois montes com eles como pagamento", explicou.

Como às vezes não há clientes, os vendedores optam por receber três mil Kwanzas por monte e dois mil Kwanzas pela arrumação.

Margarida Ventura revelou, por outro lado, que o comércio de pedras baixou de forma drástica nos últimos tempos devido às constantes demolições que têm sido desencadeadas pelo Governo Provincial de Luanda (GPL).

A líder da venda de lixo extraído dos entulhos atesta que está há dois meses sem vender nenhum monte de pedra.

Viana, outra zona de exploração

Viana, outra zona de exploração

Domingas Mendonça, 36 anos, moradora no Quilómetro Nove, em Viana, diz que há um mês que sustenta a sua família com o dinheiro proveniente da venda de lixo retirado dos entulhos.

Contrariamente às suas colegas que exercem essa actividade no Benfica e na Camama, em Viana, as comerciantes estabelecem o preço em função da quantidade solicitada pelo cliente.

"Vendemos o monte a 2mil kwanzas, mas se o cliente reclamar pelo preço baixamos até 1.500 kwanzas", explicou.

Actualmente a procura de pedras naquela zona tornou-se maior que a oferta, pelo facto de os camiões terem suspenso o depósito de entulho, o que tem provocado a escassez do material. Para conseguirem pedras, as vendedoras contam com a ajuda de crianças dos 10 aos 16, que sobem aos entulhos de três metros de altura à procura de negócio.

No local, encontramos o adolescente Mendes Sabalo, 12 anos, estudante da terceira classe, que se encontrava em cima de um monte de entulho à procura de pedras, enquanto os seus companheiros, cujas idades não diferem muito, faziam o mesmo trabalho.

"Faço este trabalho todos os dias antes de ir à escola, porque daqui consigo tirar o dinheiro para ajudar os meus pais a comprarem os materiais escolares e roupa. As senhoras pagam-me 400 kwanzas por cada pedra que descubro".

Depois de localizadas as pedras, as crianças tratam de retirar toda a areia que estiver ao seu redor e empurram-nas para baixo. Daí, os passos a seguir são marcados pelas comerciantes que as partem com a ajuda de uma marreta que pesa mais de oito quilogramas.

Talatona, outra mina

Em Talatona, deparamo-nos com a senhora Caro Tchimica, 39 anos, a partir uma pedra de mais de 80centímetros. No local há mais de um mês, ela explica que foi parar aí de forma casual.

"A minha casa é aqui próximo e sempre que passava por esta zona via as minhas vizinhas a juntarem as pedras para venderem, e assim decidi juntar-me a elas e cá estou até hoje", contou.

Segundo ela "às vezes ficamos três dias sem vender, mas como aqui há muita procura, temos sempre a certeza de que dias melhores chegarão".

O ferimento no dedo indicador causado por uma maneta de dez quilogramas não inibia a nossa interlocutora que, de forma destemida, erguia-a para o alto e de seguida arremessava para a pedra enorme.

"Apesar de ter esta ferida no dedo, não pretendo parar de fazer isto porque é daqui que sai o sustento para a minha família. Nos primeiros dias, como a dor era muita, não tive outra hipótese senão ficar em casa a repousar sob orientações médicas mas voltei a ter dificuldade financeiras", explicou.

3.3 Buracos de conflitos

O País 3 de Julho de 2009

Um casal que diz ser o proprietário do terreno que circunscreve o buraco da Camama tem estado a travar uma dura batalha com a Administração Municipal do Kilamba Kiaxi que pretende dar uma outra finalidade ao local.

"Margarida Ventura contou que antes de ocupar o terreno, em 2001, deslocou-se à Administração Comunal da Camana onde, sob orientação do antigo administrador, foi elucidada sobre os passos que deveria dar para legalizar o espaço. Após a legalização do terreno, o casal teve de se desdobrar para conter as invasões.

Enquanto o senhor Ventura contactava algumas empresas de construção civil para depositarem entulho no local (para taparem os buracos), Margarida passava todo o dia a tomar conta.

"O meu esposo foi até a Elisal e a direcção da empresa informou-o que naquele local só poderiam meter pedras e areia para a calçar o terreno", contou.

Depois de legalizado o terreno no Governo provincial e entulharem uma parte dele, o casal voltou a entrar em campo, mas desta vez para estabelecer parceria com algumas instituições do Estado. "Conseguimos estabelecer parceria com a Sonangol Distribuidora que ficou de vir montar aqui uma bomba de combustível e com o Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra, que também tem um projecto para esta zona".

Margarida Ventura desabafou ainda que o antigo governador de Luanda, Job Capapinha, levou vários empresários àquele local, propondo a sua venda.

3.4 Vendedoras querem uma creche

Jornal de Angola 4 de Julho de 2009

Vendedoras do Mercado Roque Santeiro, no município do Sambizanga, em Luanda, solicitaram, esta semana, às autoridades provinciais, maiores apoios sociais para proporcionarem melhor educação aos seus filhos.

As vendedoras sugeriram ao Governo Provincial de Luanda a construção de uma creche no interior do mercado, "onde os filhos possam ter uma educação de berço", um Pavilhão de Artes e Ofícios e salas de alfabetização.

As vendedoras disseram, à Angop, que "esperançadas de um dia poderem ser contempladas com um espaço onde possam deixar os filhos", enquanto trabalham, ainda que tenham de "pagar alguma quota".

As quitadeiras afirmaram que "tem sido difícil trabalhar com os filhos na bancada expostos ao sol e a vários tipos de poluição".

O despacho da Angop refere a "presença de várias centenas de crianças, muitas das quais com menos de 1 ano, carregadas às costas e caminhando com as mães em diferentes pontos do mercado".

Dionísia Cassule, mãe de três filhos, vende óleo vegetal e manteiga naquele mercado. Contou que os seus filhos começaram a ser levados para o Roque com apenas três meses, por que não tinha com quem deixá-los em casa. "Não é minha vontade trazer o meu bebé. Aqui verificamos comportamentos que os nossos filhos não deviam acompanhar", disse.

Marília Gonçalo é vendedora de roupas usadas. Trabalha das 6h às 17h. Ela também concorda com a existência de um recinto, no interior do mercado, onde a filha, de oito meses, possa ficar em segurança. Afirmou que gostaria que ela não se habituasse à "vida agitada e cansativa do Roque".

3.5 Cresce a venda ambulante no São Paulo

Agora 4 de Julho de 2009

Segundo alegações das quitandeiras, com a escassez dos clientes no interior do mercado, não é possível ganhar o suficiente para satisfazer as necessidades básicas da família.

É o caso de Luzia Mendes, 24 anos, que há mais de um ano vendia carne no interior do mercado. "Não tenho outra alternativa. Tive de abandonar o lugar como muitas vendedoras fizeram para conseguir despachar o produto. Estou na rua há um mês e faço dois dias a vender cinco caixas de carne", disse, acrescentando que "no primeiro trimestre de 2009 perdi cerca de 2 mil dólares, porque não havia compradores. Agora estou na rua a partir das 16h às 21 consigo vender três caixas".

Apesar da presença dos agentes da Ordem e dos fiscais do governo provincial de Luanda, Maria João, viúva e mãe de seis filhos, garantiu que é melhor na rua do que ficar todo o dia sem vender nada. "Já fiquei dias sem vender e o negócio começou a decair, porque as pessoas não aparecem lá dentro", lembrou, embora reconheça existir mais higiene no mercado ao contrário da rua.

Vende-se desde à cebola, tomate, fuba, roupa, calçados e perecíveis. Bebidas e refrigerantes são os mais comercializados, os clientes são de baixa, média e alta renda. "Aparecem clientes de todas as qualidades e não me preocupo em pagar a ficha da bancada", frisou.

Dependendo da localização da bancada e do produto a

comercializar, diariamente paga-se no interior do mercado, 50 a 100 Kwanzas, o que pode atingir os três mil ou mil e 500 mensais, por cada vendedora licenciada.

O mercado possui 753 bancadas de betão, duas câmaras frigoríficas, um gerador, quatro armazéns, igual número de balneários e dois tanques de água e pessoal de limpeza.

Entretanto, a administração do mercado avançou que as vendedoras licenciadas que abandonaram o mercado poderão perder a titularidade dos lugares atribuídos pela autoridade de mercados e feiras do GPL.

A situação é a mesma que se vive no mercado dos Congolenses. Inaugurado em Janeiro de 2008, 283 bancadas, das mil e oito existentes no estabelecimento encontram-se vazias e as quitandeiras abandonam o mercado para exercerem as suas actividades nos arredores, principalmente junto à estrada.

O mais moderno de todos os mercados, conta com 101 lojas, sendo 28 grandes e 73 pequenas. As taxas praticadas variam entre 50 Kz a 150kz, para as lojas pequenas e 200kz para as de maiores dimensões.

3.6 Mercado de São Paulo acolhe mais vendedores

Jornal de Angola 05 De Julho de 2009

O Mercado Municipal de São Paulo, no município do Sambizanga, em Luanda, vai este ano contar com 300 novas bancadas para os vendedores que comercializam os seus produtos fora do recinto, anunciou ontem o administrador municipal do Sambizanga, José Tavares.

Em entrevista à Angop, o administrador disse que com as novas bancadas o mercado passa a dispor de 926 postos de venda.

Segundo José Tavares, consta também do projecto de combate à venda ambulante nos arredores do complexo comercial e nas ruas do município, a criação de 1 00 novas lojas e um armazém para conservação de produtos perecíveis.

A reabilitação do mercado, que foi reaberto em 2008, deu novas oportunidades de negócios a várias pessoas, com a criação de 118 lojas, um restaurante, quatro armazéns e duas câmaras frigoríficas.

Localizado numa área superior a sete mil metros quadrados, a sua reabilitação, avaliada em 248 milhões de kwanzas, foi feita por iniciativa do Governo Provincial

de Luanda (GPL), numa acção enquadrada no Programa de Reestruturação e Modernização dos Mercados do país.

O mercado de São Paulo surgiu após o desabamento, na sequência de fortes chuvas, do então Chamavo, em 1940, localizado na área da Gajajeira (Marçal).

3.7 Novo mercado do Lubango acolhe milhares de Vendedores

Jornal de Angola 7 De Julho de 2009

O novo mercado municipal do Lubango, para mais de 50 mil vendedores, que começou a ser construído em Janeiro, na área do Mutundo, a 15 quilómetros do centro da cidade, deve estar pronto em Novembro, disse o director provincial das Obras Públicas.

Rosário Panzo afirmou que o empreendimento, que ocupa cerca de 27 mil quadrados, orçado em nove milhões de dólares, disponibilizados pelo governo provincial, quando começar a funcionar, recebe os vendedores do mercado do Tchioco que vai ser encerrado.

O mercado, frisou, conta com um espaço para os filhos das vendedoras, jardim, posto médico, 20 lojas, duas agências bancárias, administração, padaria e uma área coberta com capacidade para mil e 316 bancas. Sete armazéns, área de congelação e conservação, mata-douro e um refeitório para trabalhadores do mercado são outras áreas do mercado.

As obras, executadas por uma empresa chinesa, fazem parte do plano de extensão da cidade do Lubango, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que prevê a construção de 135 mil fogos na Huíla.

A cidade do Lubango dispõe de dois mercados informais principais, "Tchioco", considerado o maior da região Sul do país, e "João de Almeida", além de outros, mais pequenos, fora do controlo da administração local.

3.8 Vendedoras ambulantes fornecem água nas ruas

Jornal de Angola 11 de Julho de 2009

"Quero três banheiras com água". Foi desta forma que a jovem Maria Jacinto se dirigiu às vendedoras de água localizadas no espaço em frente ao prédio Rimaga, na Rua 1 ° de Agosto, na cidade do Uíje.

A presença de Maria Jacinto no local foi suficiente para provocar uma pequena confusão entre as vendedoras ambulantes de água. Todas queriam tê-la como cliente. Quando uma delas é chamada, uma das colegas ajuda a felizarda a meter a banheira na cabeça, para seguir rapidamente até à moradia do cliente.

Uma jovem residente no prédio Embondeiro, o mais alto da cidade do Uíje, disse ao Jornal de Angola que esta situação está ligada ao abastecimento débil no fornecimento de água potável à cidade.

Madalena José, 33 anos, reside no Bairro Pedreira. É também vendedora ambulante de água. Ela e as colegas ficam concentradas na Rua B, do Bairro Popular n° 1, onde funciona a Direcção Provincial das Edições Novembro, na cidade do Uíje. É o local onde colocam as suas banheiras cheias de água para vender.

"Acordo às seis da manhã, para procurar sustento para a minha família. Ao sair de casa, muitas vezes somos solicitadas pelos clientes antes de chegarmos ao local de vendas", afirmou

Ela compra a água no velho Kissange, ao preço de 30 kwanzas, e cobra 1 00 kwanzas pelo transporte ao domicílio. "O cliente paga 130 kwanzas por cada banheira de 30 litros", disse.

A vendedora ambulante esclareceu que se a água for tirada do rio Culo, o cliente paga apenas 1 00 kwanzas. "O negócio já foi rentável, tínhamos muitos clientes, porque faltava muita água e nós éramos poucas na venda ambulante. Naquela altura, não jorrava água nas torneiras de muitas áreas da cidade, por isso, nós facturávamos a sério", lembra Conceição Cahuindua, outra vendedora.

Conceição Cahuindua está ligada a outro grupo de mulheres que se concentram diariamente em frente ao prédio Rimaga, na Rua 10 de Agosto. "Hoje só facturamos à vontade, quando a água não jorra nas torneiras. Quando jorra, vendemos a banheira ao preço de 50 kwanzas", referiu.

Macaia António conta que, quando começou a vender, ninguém acreditou, porque "foi num abrir e fechar de olhos". Influenciada por uma vizinha que já desenvolvia a actividade, Macaia António consegue diariamente dinheiro para sustentar os filhos, para além de lhes garantir a escola.

Residente no bairro Candombe Novo, Elisabete Justina disse que chega ao local de venda às seis da manhã, com o objectivo de ir ao encontro dos primeiros

clientes do dia. Refere que se a casa do cliente for muito distante do ponto de venda, então o preço pode chegar aos 200 kwanzas, principalmente em relação aos apartamentos que ficam a partir do terceiro andar de um edifício qualquer.

Negócio em vias de extinção Salvador Bernardo "director provincial da Energia e Aguas no Uíje, sublinhou que o aumento de vendedoras ambulantes de água é devido aos trabalhos que a sua instituição está a realizar para melhorar o fornecimento de água. "Actualmente, estamos a trabalhar para aumentar o volume de água, com vista a fornecê-la em quantidades consideráveis".

Sublinhou que o trabalho demorou alguns dias, "facto que causou alguns embaraços à população, tendo em conta que ficaram sem água durante a execução dos trabalhos", disse.

De acordo com Salvador Bernardo, a restrição no fornecimento de água à cidade tem a ver com a execução de um projecto relacionado com "a ligação da tubagem da rede antiga à rede nova". Informou que a situação já foi ultrapassada. "Hoje notámos que as vendedoras com as banheiras não têm clientes, porque a água está a jorrar nas torneiras".

Mas reconhece que a existência de vendedoras ambulantes de água em algumas artérias da cidade do Uíje se deve, também, ao fraco fornecimento de água à cidade. Ele garante que tudo está a ser feito para combater este problema.

Salvador Bernardo referiu ainda que o Governo pretende encerrar as cacimbas, onde as vendedoras ambulantes se abastecem de água para vender. Justificou que as cacimbas originam muitas doenças.

3.9 Cadeia espera por vendedores de Fármacos

Semanário Factual 10 a 17 de 2009

Depois de abandonarem forçosamente o recinto, os vendedores de alguns fármacos retomaram à sua rotina, apesar da ordem da administração do mercado para que parassem a actividade.

São maioritariamente homens entre 25 e 45 anos de idade, angolanos, Nigerianos, Malianos e congoleses. Muitos destes indivíduos têm formação em farmacologia e em enfermagem geral básica e profissional.

Uns não concluíram a sua formação por falta de condições financeiras, corno é o caso de Roger Wemba, natural da província do Uíje, de 37 anos de idade.

"Não vendo medicamentos à toa, eu conheço a farmacologia e tenho noções de enfermagem geral, apesar de não ter concluído os meus estudos", justificou.

O mesmo não acontece com Carlos Venâncio, natural do Huambo, de 26 anos de idade, que referiu ser enfermeiro.

"Quando terminei os meus estudos, tive um estágio no Hospital Maria Pia mas não fui colocado porque vinha de um colégio, e hoje estou aqui", acrescentou Carlos Venâncio.

A necessidade para muitos destes vendedores é maior do que a responsabilidade de comercialização ao ar livre de produtos ligados à saúde humana, pois consideram que não possuem outro negócio.

Alguns dos fármacos são de origem indiana, francesa e de outras nacionalidades adquiridos em diversos locais desconhecidos.

O Factual indagou aos vendedores porque persistiam na venda de medicamentos, uma vez que já tinham recebido orientações para abandonar o mercado. Manuel Agostinho, um dos vendedores, fez saber que "ouvimos essas ordens, estamos aqui porque já não temos outro espaço para vender".

"A administração do mercado esteve cá há um mês com a Polícia Económica; Eles queimaram as nossas bancadas mas pedimos que terminássemos apenas os medicamentos que restavam", afirmou Isabel Kaco, natural da RD Congo, de 40 anos de idade, que informou realizar a sua actividade há seis anos.

Manuel Panzo, jovem angolano de 28 anos de idade, confessou ao Factual que "temos a noção da responsabilidade do negócio que vendemos e da insanidade do espaço para a saúde humana, mas estamos à espera de uma resposta da administração e enquanto não chega vamos nos remediar só assim".

"Não temos outro trabalho a fazer senão este que alimenta a nossa família. Faço este negócio já há três anos e a administração do mercado do Kikolo nunca nos indicou um lugar apropriado, já que eles dizem que este não é para vender medicamentos", acrescentou Manuel Panzo.

Para o médico António Garcia, este é o momento em que o Estado deve criar políticas de recrutamento para estes jovens que se encontram neste local, com princípios científico-profissionais, requalificá-los para

servirem em situações de risco nas áreas suburbanas, ajudando assim na sensibilização e na prevenção da população sobre as diversas doenças.

Os Indisciplinados vão para a cadeia

O Administrador do mercado do Kikolo, Zeferino Domingos, deu a conhecer que não existe nenhum acordo entre a sua administração e os vendedores para permanecerem e continuarem com a venda de medicamentos, negando que o seu pelouro tenha queimado qualquer bancada.

"Pedimos a eles para que mudassem de negócio mas não entenderam, trazem os seus medicamentos em sacos pretos e vendem-nos clandestinamente", confirmou o administrador.

Zeferino Domingos afirmou ao Factual que, quanto ao local para os vendedores, não é da sua competência, pois a medida de prisão partiu do Governo da Província de Luanda (GPL), pelo que a saída "é fazer cumprir as ordens superiores".

Zeferino Domingos aconselha os vendedores que persistirem na venda de medicamentos no local a obedecerem às ordens superiores, exigindo que desistam e procurem outro local de venda, pois, "quem insistir o seu lugar será na cadeia", adiantou.

3.10 Proibida a venda de bebidas alcoólicas junto dos campos desportivos de Viana

Jornal de Angola 19 De Julho de 2009

A Administração Municipal de Viana, em Luanda, proibiu, na quinta-feira, a venda de bebidas alcoólicas em caravanas e o estacionamento destes veículos próximo de recintos desportivos, no bairro "Projecto Morar".

A medida, expressa numa nota assinada pelo administrador municipal de Viana, José Moreno, a que a Angop teve acesso, refere que "houve denúncias de práticas que atentam contra a saúde pública".

O documento sublinha que "essas práticas acontecem frequentemente nas imediações dos recintos desportivos, localizados no perímetro Residencial do Projecto Morar", o que "contraria as normas do uso dos espaços públicos".

A venda e consumo de drogas e a prática de prostituição são algumas das queixas apontadas pelos moradores da área.

As Repartições do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente e os Espaços Verdes estão incumbidos de "arranjar lugares alternativos para o estacionamento e comércio, tão logo as rouletes sejam licenciadas pela área competente da Administração Municipal de Viana", sublinha a nota.

3.11 O mercado paralelo do Tchioco

Jornal de Angola 19 De Julho de 2009

Está numa área destinada aos programas de construção do estádio para albergar os jogos do CAN. Por isso os vendedores têm que sair. Mas como o espaço está degradado, era necessário dar condições dignas à actividade dos vendedores e clientes. E isso também justificou a construção do novo mercado do Mutundo.

As obras do novo mercado ficam concluídas em Novembro, numa área estimada em 10.100 metros quadrados. Quando o mercado abrir, 1.316 comerciantes vão realizar a sua actividade em condições mais dignas.

O director provincial das Obras Públicas, Rosário Ima Panzo, explicou detalhadamente as estruturas que compõem o mercado do Mutundo, entre elas, 20 espaçosas lojas, sete armazéns e dois espaços grande vara a instalação de bancos comerciais.

Consta, também, um matadouro, um parque para as crianças, posto médico, refeitório para os trabalhadores, padaria, parque de estacionamento e sistema de frio para a conservação de frescos.

O mercado tem sistemas alternativos de fornecimento de energia e água potável. O director das Obras Públicas disse, ainda, que as vendedoras também não têm que se preocupar com a segurança dos seus bens: "A questão da segurança das mercadorias foi acautelada com a vedação do recinto e colocação de guardas", disse Rosário Ima

Panzo, para acrescentar que o mercado paralelo do Tchioco não reunia estas condições.

Vamos para Mutundo

As vendedoras ambulantes estão ansiosas que abra o novo mercado. Algumas já se deslocaram ao recinto onde está a ser construído o novo empreendimento para observarem o sítio, as condições, as vantagens e desvantagens.

Anastácia Jambela, 45 anos, acha que o mercado do Mutundo é melhor que o do Tchioco.

"Lá teremos bancadas próprias, não vamos queimar com o sol e os nossos produtos vão passar a ficar em armazéns seguros", diz Anastácia.

"Também", continuou Anastácia, "não teremos que nos preocupar com as chuvas. No Tchico passamos mal no tempo da chuva porque a nossa barraca está coberta Cecília Kassinda, vendedora de carne e peixe, enaltece a criação de um sistema de frio para conservar os legumes e frescos. Afirma que já perdeu muito dinheiro porque o Tchico não tem câmaras frigoríficas e os produtos apodrecem.

"Ficava no Tchico a vender carne e peixe todo o dia. Quando não vendia tudo, o resto tinha de ir para arca e com a falha de energia, os meus produtos não resistiam", disse Cecília.

As duas vendedoras querem ser as primeiras a instalar o seu negócio nas bancas do mercado do Mutundo. "Queremos ser as primeiras para ocupar as melhores barracas e estar em locais que oferecem maior vantagem na venda dos produtos".

Segunda fase do projecto

O administrador municipal do Lubango, Vigílio Tyova disse que quando ficar concluída a primeira fase do projecto avança uma segunda que consiste na ampliação do mercado do Mutundo para albergar mais vendedores. "Estamos empenhados em criar as mínimas condições para que cada vendedor, exerça a sua actividade com segurança, tranquilidade e comodidade", sublinhou.

Vigílio Tyova reconhece que a transferência do pessoal do mercado informal do Tchico, além de dar segurança aos transeuntes, vai tornar o trânsito rodoviário mais fluido na nova via-expresso.

3.12 Polícia destrói Produtos expirados em Mbanza Kongo

ANGOP 21 de Julho de 2009

M'Banza Kongo - A Polícia de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas no Zaire procedeu à inutilização, por incineração, segunda-feira, nesta localidade, de produtos diversos impróprios para o consumo humano, soube hoje (terça-feira) a Angop de fonte oficial.

Segundo o comandante provincial da Polícia Económica, superintendente António João Silvério, os produtos ora destruídos foram apreendidos aos vendedores do mercado informal local, durante o

primeiro trimestre deste ano.

Dentre os produtos incinerados figuram 94 sacos de feijão Catarina, 64 grades de refrigerantes, 150 quilogramas de medicamentos diversos, cinco caixas de bolachas de água e sal, 460 discos áudio e mil e 200 cassetes piratas.

O oficial da Polícia Económica informou ainda que outros 700 quilogramas de mercadorias diversas deterioradas (não especificadas) também foram destruídos durante o acto de incineração, que decorreu nos arredores da cidade Mbanza Kongo.

O comandante referiu que os produtos destruídos estavam avaliados em um milhão e 270 mil kwanzas.

3.13 Zungueiros foram condenados por piratear vídeos pornográficos

Jornal de Angola 22 De Julho de 2009

Nsumbo Dinis, Simão Luvumbo, Miguel Pereira, foram condenados ontem, em Luanda, pelo Tribunal de Polícia pelo crime de plágio e contratação.

Os réus tiveram a pena de a 30 dias de prisão, que foi convertida em multa à razão de 50 kwanzas por dia, na condição de pagamento imediato.

Foram ainda condenados a pagar uma multa de 2.000 kwanzas, taxa de justiça no valor de 13.600 kwanzas e 500 kwanzas a favor do defensor oficioso.

O condenado Simão Luvumbo disse em sua defesa que sabe que vender discos piratas é crime, mas explicou que antes de andar na pirataria era serralheiro: "um dia a máquina avariou e então decidi vender discos para sobreviver".

O outro vendedor de discos piratas, Miguel Pereira, disse à meritíssima juíza que "quem plagia é o meu sócio. Ele é que sabe os truques de fazer discos piratas. Eu mesmo só vendo na rua e depois dividimos o dinheiro, mas ele tica com a parte grande". O agente da Polícia Económica que apanhou os dois vendedores de discos piratas esclareceu o Tribunal:

"Nós encontramos os dois autuados a vender discos de autores angolanos e internacionais. Quando analisámos a mercadoria vimos logo que era contrafacção. Além de muitos discos, eles também tinham filmes pornográficos piratas". Lei é lei e nem a pornografia pode ser falsificada.

O Procurador do Ministério Público disse ao agente da Polícia Económica que devia investigar mais. para os réus levarem a polícia à fábrica de contrafacção O magistrado explicou que as fábricas de discos e vídeos piratas "desvalorizam o trabalho dos artistas" e violam os direitos de autor. Os vendedores de discos piratas mostraram arrependimento mas de nada adiantou. Foram mesmo condenados.

Taxistas especuladores

O Tribunal de Polícia também condenou ontem em Luanda os taxistas Diogo Pedra, Francisco Dungo Manuel e o seu cobrador

Augusto Manuel Kalanga pelo Crime de especulação o taxista Pedro Diogo foi condenado a 25 dias de multa à razão de 50 kwanzas por dia, taxa de justiça no valor de 10 mil kwanzas e uma multa no valor de 40 mil kwanzas. Ainda teve de pagar 2.000 kwanzas a favor do defensor oficioso.

O taxista Francisco Manuel e o seu cobrador Augusto Kalanga também foram condenados a 25 dias de multa à razão de 1.400 kwanzas por dia e taxa de justiça no valor de 10 mil kwanzas.

Em sua defesa o condenado Diogo Pedro disse que encurtou a rota Hoje ya Renda/Asa Branca devido aos buracos.

O procurador do Ministério Público disse que os taxistas de Luanda fazem sistematicamente rotas curtas porque ainda faltam transportes públicos para todos os bairros. Ao encurtarem rotas mostram que são gananciosos, "querem fazer dinheiro fácil e exploram pessoas humildes". Adesculpa dos buracos não pegou.

3.14 Autoridades retiram do mercado alimentos impróprios para consumo

Jornal de Angola 23 De Julho de 2009

O director provincial do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor no Cunene, Bonifácio Sihafeleni, proibiu o consumo de algumas bebidas, como os vinhos Fonte Fria e Autumuna, água mineral proveniente da República da Namíbia, o sumo alcoólico Esprit-Fruit e as marcas de refrigerantes Pine, Orange e Cola, por serem consideradas impróprias para o consumo.

Referiu que entre os produtos proibidos fazem ainda parte a carne seca proveniente do Brasil, os refrigerantes Kingley Kool, Orange, Supa Naks, o vinho Boa Pinga e a Savanna Dry, todos provenientes da

República da África do sul.

Bonifácio Sihafeleni disse que a interdição dos produtos se deveu a algumas anormalidades constatadas durante os trabalhos de fiscalização que o seu organismo realizou em vários estabelecimentos comerciais da província.

O responsável do INADEC provincial explicou que os produtos impróprios para consumo foram detectados pelo laboratório de análises do Ministério do Comércio, na capital do país.

Face aos resultados, houve ordens de retirá-los imediatamente do mercado, para salvaguardar a saúde do consumidor. "Estas acções de comercialização de produtos impróprios para o consumo humano têm sido frequentes na província, e o INADEC tem trabalhado para que este mal não se desenvolva na região.

Este é o motivo da realização de várias actividades de fiscalização em estabelecimento comerciais", afirmou Bonifácio Sihafeleni.

Disse que actualmente o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor tem realizado um constante trabalho na fronteira com a Namíbia, para que estes produtos considerados impróprios para o consumo humano não entrem no nosso país.

Disse que o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor vai realizar várias campanhas de sensibilização dos consumidores sobre os seus direitos, no sentido de ficarem atentos à qualidade dos produtos que compram.

3.15 "Garimpo" desenfreado engorda oportunistas no Mercado dos Kwanzas.

Semanário Factual 17 De 24 de Julho de 2009

Bancadas desmontadas, um espaço de 300 metros quadrados livre e "farmacêuticos" buscando dissimuladamente clientes é o novo cenário da área de medicamentos no mercado paralelo dos Kwanzas, na zona da Mabor, no município do Cazenga.

Contrariamente ao que vinha acontecendo há mais ou menos 18 anos, os vendedores de medicamentos agora agem de forma a não darem nas vistas dos fiscais e dos agentes da Polícia de Ordem Pública e Económica.

As coisas ficaram feias para os vendedores de fármacos, no mercado a céu aberto, há um mês, embora a proibição conjunta do Governo Provincial de Luanda e do Ministério da Saúde já vigore desde 14 de Maio

último.

Relatos dos vendedores ao Factual revelam que as dificuldades na comercialização, até então lucrativa, de medicamentos aumentaram consideravelmente desde o princípio de Junho, altura em que pessoas identificadas como fiscais começaram a prender "farmacêuticos" e a apreender medicamentos.

"Daí as coisas já não voltaram a ser as mesmas. Não se vende tanto como antes. Há pessoas que estão a se fazer passar por fiscais. Entre os polícias, muitos são desonestos. Vêm cá e extorquem os comerciantes", acusa um vendedor.

Segundo António Quimengo, grupos de marginais vestidos à polícia vezes sem conta fazem incursões na área de medicamentos, prendem as pessoas, levam-nas a um canto qualquer nos arredores do mercado, extorquem e depois soltam as vítimas. Fica difícil distinguir o bandido do polícia. Assegura estar mais difícil comercializar medicamentos em locais impróprios. Tudo tem que ser feito de forma dissimulada. Interpela-se o potencial cliente como se fosse um amigo e faz-se negócio num ponto mais afastado do mercado, onde normalmente ficam guardados os medicamentos.

Diz que diariamente são presos entre três a sete "farmacêuticos", assegurando ter sido preso uma vez e que a meio do caminho para a esquadra os agentes exigiram o pagamento de 50 mil kwanzas como condição para a soltura.

"Tive que pagar para ser solto, mas outros dois companheiros que não tinham essa quantia ficaram retidos e a família teve de pagar o mesmo valor horas mais tarde. Isso virou uma mina de ouro em que muitos oportunistas vêm garimpar impunemente", diz o vendedor Pedro N'zungo.

A policia, através do seu porta-voz em Luanda, sub-inspector Nestor Goubel, afirmou que não tem conhecimento que actos do género estejam a acontecer e promete averiguar e punir as prováveis pessoas envolvidas, à semelhança do que aconteceu com os vendedores que insistiram na comercialização de medicamentos fora das farmácias.

Deu a conhecer que foram presos, há uma semana, vendedores de medicamentos no mercado dos Kwanzas, facto que serviu para mostrar que as autoridades policiais continuarão a cumprir com o seu dever onde e quando for necessário. Um dos fiscais, que não quis revelar o nome, deixou tudo em aberto, não desmentido nem confirmando a versão dos vendedores, que acusam os supervisores da prática de

actos de extorsão, mas considerou possível tal atitude, por não existir um controlo milimétrico aos agentes fiscalizadores.

A interdição na comercialização de medicamentos no mercado informal dos Kwanzas, o mais envolvido neste negócio, foi tomada para salvaguardar a saúde pública, numa medida extensiva a todos os mercados que directa ou indirectamente vendem fármacos ao ar livre.

A medida, tomada a 14 de Maio deste ano, apenas foi imposta quatro dias mais tarde aos vendedores, que na ocasião pediram uma moratória de três meses (Junho, Julho e Agosto) para conseguirem se desfazer dos medicamentos e reaverem o seu dinheiro para futura aplicação em outros negócios, mas esse pedido foi recusado pelas autoridades.

3.16 Unitel é a rede mais utilizada

Semanário Angolense 18 a 25 de Julho de 2009

Esta pesquisa Consulteste-Semanário Angolense abordou a utilização do serviço de telemóveis que se presta em Luanda, assim como o crédito que se deposita em Luanda em cada um dos dois operadores de telefonia móvel.

Tal como sucedia em Outubro de 2006 (data da anterior pesquisa sobre esta matéria), continuam a existir em Luanda somente dois operadores de telefonia móvel - a Movitel e a Unitel. Talvez o licenciamento de (pelo menos) um terceiro operador que nada tenha a ver com os outros dois possa trazer benefícios à actualmente baixa qualidade do serviço de telefonia móvel prestado em Luanda.

Tal como sucedia há sensivelmente três anos, a maioria dos habitantes adultos da cidade de Luanda possui telemóvel. Trata-se hoje de 83,7% dos respondentes o que (tendo em conta a margem de erro da amostra utilizada) significa que o número exacto de utilizadores de telemóvel em Luanda se situa agora no intervalo entre 79,4% e 88,0%.

Apesar de o número absoluto de utilizadores de telemóvel em Luanda ter aumentado nos últimos três anos (devido ao aumento do número de habitantes), a verdade é que o número relativo terá diminuído 2,3%, provavelmente devido a uma ligeira diminuição dos rendimentos da população de Luanda nos últimos tempos.

Que factores diferenciam a posse de telemóvel em Luanda? Para além do grau de instrução e do meio de

residência, temos o volume de rendimentos, a faixa etária e o sexo a diferenciar de forma estatisticamente significativa a posse de telemóvel. São acima de tudo as pessoas com instrução e rendimento acima da média, residentes em bairros urbanos, com idade abaixo dos 40 anos e do sexo masculino que mais utilizam telemóvel.

Vejamos, a seguir, qual a rede de telemóvel mais utilizada na cidade de Luanda. Tal como ilustram os gráficos 1 e 2, a rede mais utilizada continua a ser a Unitel. Os utilizadores desta rede correspondem a 66,2% dos habitantes adultos da cidade capital, enquanto os utilizadores da Movitel correspondem a 32,6%. Ou seja, pode dizer-se que enquanto um terço dos habitantes adultos de Luanda declaram utilizar a Movitel, dois terços utilizam a Unitel (sendo que 15,3% utilizam simultaneamente os dois operadores, o que corresponde a 18,3% dos utilizadores de telemóvel da capital).

Se, entretanto, considerarmos somente quantos utilizam telemóvel, pode dizer-se que utilizam os serviços da Unitel 79,0% dos utilizadores de telemóvel de Luanda, contra ordem dos 6,6%, enquanto o número relativo de utilizadores da Movitel diminuiu em 14,5%. No que respeita a características dos utilizadores, não há diferenças significativas entre os dois operadores.

3.17 Por semana Milhões de Kwanzas facturados com destino incerto

Semanário Factual 26 De Junho a 03 de Julho de 2009

O director do gabinete do administrador do mercado, Francisco Bizerra Vieira, fez saber ao Factual o que o mercado do Roque Santeiro tem 80 fiscais divididos em quatro quarteirões.

O Factual apurou que são cobrados diariamente aos vendedores do mercado do Roque Santeiro cem kwanzas, pela limpeza e mais cem kwanzas pela bancada onde são expostos os produtos.

Francisco Vieira informou que não tem conhecimento de que são cobrados 100 kwanzas mas sem 50 kwanzas.

A cobrança deste montante não tem a ver com a administração, pois as vendedoras chegaram a um acordo com comité de acção da OMA aqui no mercado, visto que às segundas-feiras não poderiam estar presentes. Então, as mães da OMA contratam alguns jovens que fazem a limpeza e, posteriormente, as vendedoras reembolsam um valor de 50 kwanzas ".

No entanto, o Factual falou com a vendedora Engrácia

da Silvam, segundo a qual "são-nos cobrados cem kwanzas, tanto pela limpeza como pela bancada".

Quanto à cobrança do montante referente às bancadas onde são expostos os produtos, Francisco Bizerra falou que quem faz esta cobrança são os meninos que passam a noite no mercado com o objectivo de controlarem as bancadas e são reembolsados pelas vendedoras.

No que toca ao caminho dado ao montante arrecadado do pagamento da quota diária no mercado, Francisco Bizerra disse que não têm um número exacto de quanto é arrecadado diariamente, mas que todo o montante derivado da cobrança das quotas no mercado é enviado a administração municipal do Sambizanga.

Francisco Bizerra deu a conhecer ainda que a direcção do mercado não tem conhecimento se o montante entregue à administração do Sambizanga chega até aos cofres do Estado ou não, "pois esta função cabe à administração do município", asseverou.

Contas feitas pelo Factual demonstram que no mercado do Roque Santeiro a quota de cem kwanzas por dia totaliza numa semana de seis dias três milhões e 210 mil kwanzas. Deste modo, o mercado arrecada cerca de 12 milhões e 840 mil kwanzas por mês, o que dá um total anual de 154 milhões e 80 mil kwanzas, com uma margem de erro mínima.

Há duas semanas, a governadora provincial de Luanda, Francisca do Espírito Santo, manifestou-se agastada com o facto de o dinheiro arrecadado nos vários mercados da capital não chegar ao seu pelouro para depósito nos cofres do Estado, desconhecendo-se o seu destino.

3.18 Camartelo desgovernado no Adeus da Feira Ngoma!!!

Semanário Angolense 27 De Junho a 04 de Julho de 2009

Na sexta-feira passada quando Correspondente edição do Semanário Angolense (SA) já estava na rotativa - a sociedade luandense foi surpreendida com o anúncio, por parte do administrador municipal do Sambizanga, da demolição da Feira Ngoma, que seria concretizada na segunda-feira seguinte, dia 22 de Junho.

Pelas reacções dos feirantes, esses não tinham sido tidos nem achados, algo aliás que seria reconhecido pelo próprio administrador, António Tavares. (Não é da responsabilidade do governo porque nunca estiveram por este autorizados a lá exercer a sua actividade comercial; portanto estavam ilegais declarou na ocasião António Tavares, remetendo o odioso do acto à

empresa gestora do espaço.

Segundo apurou este jornal, foram mais de 300 cidadãos, entre proprietários empregados que tinham o se ganha-pão naquele recinto popular da cidade de Luanda alguns há duas décadas -, que viram, de repente, as suas vidas, «a voltar para trás». A demolição aconteceu mesmo apesar dos protestos - e da republicados feirantes e de vastos sectores da sociedade luandense (a Oposição, essa ficou igual si mesma: muda e queda).

Por entre rugido as máquinas e o fragor das barracas desabando, podiam ver-se feirantes num esforço patético e inglório para recuperar o que num fim-de-semana frenético - o tempo concedido - não fora possível remover.

O factor que mais surpreendeu o SA foi a extrema arrogância das autoridades que preferiram partir para o trunfundo quando podiam perfeitamente resolver o problema através de diálogo. Numa altura em que a própria governadora da província, Francisca do Espírito Santo foi ao Parlamento explicar-se sobre os «casos» Benfica-Zango a que se estaria a passar:

Andará o Governo e o partido que o constitui (MPLA) a duas velocidades e dois tempos, sendo um que prima pelo diálogo e outro que se arroga a execrável máxima autocrática «quero, mando e posso»? Haverá algum tubarão com o olho naquele apetecido naco de terreno plantado bem no coração da cidade? Que interesse público sobrepôs-se ao ganha-pão de centenas de famílias, num governo que se assume, pelo menos no discurso, na vanguarda da luta contra a fome e a pobreza? Será que a desculpa de o local ser palco de actividade marginais justifica semelhante acção, mais a mais quando as próprias autoridades reconhecem não haver, em termo imediatos, plano nenhum para o local, significando, por conseguinte, que durante tempo indefinido será um baldio?

São essas e outras interrogações sobre as quais mergulha o SA, procurando escarpelizar-las na presente edição. Algumas respostas poderão estar disponíveis agora, outras só o tempo dirá. Mas de uma coisa estamos certos: valerá a pena ver o que surgirá no lugar da agora demolida Feira Ngoma, numa altura em que tudo indica que é a GEFI, holding de negócios do MPLA, quem estará na frente. A notícia vem lá mais adiante. Por ora, retenha o leitor as distintas leituras que se podem extrair do acto.

3.19 Feira Ngoma: 20 anos ilegal?

Agora 27 de Junho de 2009

Os feirantes dizem que não havia ilegalidade porque 20 anos nessa condição equivaleriam a um certificado de incompetência dos sucessivos governos de Luanda. Entretanto, o local há muito que havia se transformado num antro de delinquência, tráfico de drogas, prostituição e pedofilia. Apresentava igualmente graves problemas de saneamento básico.

Maria Adelaide, administradora comunal do Bairro Operário, disse que a demolição foi preparada há muito tempo. "Realizámos encontros de sensibilização e mobilização com todos quantos exploravam a feira e tudo na ilegalidade", defendeu-se. Segundo a administradora as feirantes solicitaram à administração municipal uma moratória de mais 100 dias. "O senhor administrador há bem pouco tempo concedeu uma conferência de imprensa e foi claro na demolição das casebres no dia 22 de Junho. Estamos para cumprir aquilo que é devido".

Maria Adelaide afirmou que as feirantes podem reclamar pelos seus haveres junto da organização Smica porquanto foram os responsáveis que exploravam mesmo na ilegalidade. "A administração municipal reuniu com todos os feirantes, esclarecemos as pessoas sobre a demolição e respondemos a todas as questões. O problema é que eles não acreditavam no trabalho que vínhamos fazendo", disse.

A administradora revelou que é organização Smica, nunca pago nenhum valor pela ocupação do espaço. U A exploração era ilegal e só eles podem dizer o destino que davam às receitas que recebiam dos feirantes". Assegurou ainda que a demolição da feira tem a ver com a reposição da legalidade e sobretudo devido ao aumento da delinquência e tráfico de drogas, no local. "O interior da feira era uma autêntica lixeira".

Organização Smica. Teka Norman, porta-voz da organização Smica, disse que as negociações com a administração municipal nunca foram regulares e recebeu dela uma convocatória que ordenava o abandono da feira em 72 horas aquando da visita do Papa Bento XXVI.

Se o tráfico de drogas, prostituição e pedofilia foram os motivos que estiveram na base das demolições da Feira Ngoma é previsível que os próximos passos sejam encaminhados para a Feira Popular, onde também ocorrem práticas similares. O mercado do Roque Santeiro encontra-se na mesma situação.

4 OGE INVESTIMENTOS PUBLICOS E TRANSPARENCIA

4.1 Governo de Angola estabelece regime de preços vigiaados

Dinheiro Digital 3 de Julho de 2009

O ministro da Economia de Angola anunciou ontem em Luanda que o Governo vai estabelecer um "regime de preços vigiaados" para que o executivo possa intervir quando houver imperfeições no mercado.

Manuel Nunes Júnior falava durante o plenário da Assembleia Nacional, quando respondia a questões colocadas pelos deputados durante os debates do Orçamento Geral do Estado revisto, que foi ontem enviado às comissões da especialidade para debate, devendo ser aprovado no final do mês. "O Governo vai aprovar uma alteração do regime de preços no país para poder passar a integrar um regime de preços vigiaados", explicou.

Para além dos preços que são estabelecidos livremente no mercado e para além de preços fixos, Nunes Júnior disse que "haverá também um regime de preços vigiaados para que o Governo possa intervir sempre que verifique que os preços que estão a ser praticados não correspondem às forças do mercado, nomeadamente à lei da procura e da oferta".

Segundo o governante, "na economia de mercado, os preços em geral, são estabelecidos de acordo com a lei da procura e da oferta, mas há situações em que esta lei não deve ser completamente considerada devido a imperfeições que existam no mercado, onde este é completamente concorrencial, em que existam monopólios ou oligopólios".

"Aí há necessidade de uma intervenção do Governo devido a preços que muitas vezes são estabelecidos na base de monopólios e oligopólios", disse Manuel Júnior.

O ministro da Economia justifica a tomada dessa medida com o facto de se verificar neste momento uma "ligeira depreciação" da moeda nacional (o kwanza) em relação ao dólar norte-americano, referindo que as autoridades estão "atentas" à situação.

"O Governo está atento e a seguir este processo, só que o nosso regime é de taxa de câmbio flexível e não fixa. Vamos deixar a moeda flutuar livremente, mas não chegar a situações que possam ser socialmente prejudiciais, porque sabemos que a taxa de câmbio tem também um efeito nos preços da nossa economia", sublinhou.

"O Governo está atento a esta flutuação da nossa moeda, e vai tomar as medidas de política económica necessárias para que esta variação não venha a afectar de maneira significativa os preços da nossa economia e, por essa via, o nível e a qualidade de vida das nossas populações", frisou.

Reconheceu, por outro lado, que se regista uma diminuição dos influxos de divisas para o país devido a baixa do preço do petróleo, já que os recursos petrolíferos ainda são a base fundamental das receitas de Angola. "E como a quantidade de divisas diminuiu hoje há uma relativa escassez relativamente a anos anteriores, em particular ao ano de 2008", afirmou o governante para justificar a depreciação do kwanza face ao dólar.

"Às vezes fala-se em desvalorização, mas não se deve falar nisso. Devemos falar em depreciação porque a desvalorização só existe se nós estivéssemos a seguir um regime de taxa de câmbio fixa, que não é o caso", assinalou.

O ministro da Economia disse ainda que o governo, ao considerar em 37 dólares o preço referência do barril do petróleo no Orçamento Geral do Estado revisto para este ano, numa altura que se regista um aumento significativo (acima de 70 dólares o barril), disse que deve manter essa meta para quando a economia se confrontar com uma eventual descida de preços e de forma a que a execução orçamental se mantenha controlada.

"Embora existam várias previsões sobre o comportamento do preço do petróleo nos próximos meses, não há nenhuma previsão que se possa considerar categórica. Previsões são previsões, podem acontecer como podem não acontecer. E quando estamos no domínio das incertezas nada melhor que minimizar o risco", afirmou.

"Estamos a tomar uma atitude prudente que leva com que minimizemos o risco de assumirmos um outro preço do petróleo e isso teria consequências negativas do ponto de vista das despesas", referiu Manuel Nunes Júnior.

4.2 UNITA não aprova

O País 3 de Julho de 2009

A UNITA votou contra durante a aprovação, na generalidade, do Orçamento Geral do Estado e o respectivo Plano Nacional, por alegadamente a proposta conter muitas "zonas cinzentas e buracos escuros" em relação à gestão das reservas cambiais arrecadadas durante o período bonança-50 do preço do petróleo no mercado internacional.

Segundo o porta-voz do maior partido na oposição, Alcides Sakala, em declarações a O PAÍS, "é preciso saber o que é feito do fundo soberano que acumulou importantes reservas, quando o petróleo estava em alta, há que ter conhecimento da sua gestão".

A UNITA exige esta explicação da parte do Governo, que, diz, nunca se predispôs a discutir também a questão dos dinheiros da China na casa das leis para que a sociedade tenha uma ideia clara dos processos de gestão seguidos pelo executivo.

"O Governo deve vir a público explicar aos deputados a gestão dos recursos do petróleo, pois entendemos ser altura de colocar as cartas na mesa e esperamos que da próxima vez os deputados tenham estes esclarecimentos todos", reafirmou.

Já o partido que sustenta o actual Governo, o MPLA, considera que a crise financeira internacional em curso vai reduzir a captação de divisas para o país, mas regozija, segundo o líder da sua bancada, Bornito de Sousa, o facto de o executivo continuar a prestar atenção aos sectores sociais como o da água, energia, habitação social e infra-estruturas fundamentais ao desenvolvimento.

No seu entender, a aprovação do OGE e do Plano Nacional "tem um sentido de prudência da gestão macro-económica, nomeadamente em relação ao preço médio do preço do petróleo", sublinhou.

Além disso, o MPLA sustenta que as propostas de revisão visam também garantir a realização das metas mínimas de estabilidade da economia nacional, de crescimento do produto nacional, fundamentalmente do sector não petrolífero e das metas mínimas de melhoria das condições sociais dos cidadãos.

Juntamente com a UNITA, o Partido de Renovação Social também se manifestou contra a aprovação dos dois documentos nos formatos actuais, tendo o partido no poder, MPLA, a FNLA e a Nova Democracia União eleitoral dado o seu acordo.

4.3 Parlamento aprova OGE revisto

Agora 4 de Julho de 2009

A Assembleia Nacional (AN) aprovou nesta quinta-feira, 2, na generalidade, os projectos de Lei de revisão do Orçamento Geral do Estado e do Plano Nacional para 2009.

Os dois documentos foram aprovados com 141 votos a favor, zero contra e 19 abstenções durante a 15ª reunião plenária ordinária da AN, devendo ainda ser analisados na especialidade para aprovação definitiva.

A proposta de revisão do OGE prevê receitas fiscais avaliadas em 1.615,2 mil milhões de Kwanzas, contra os 2.371,5 mil milhões inicialmente previstos. Propõe despesas fiscais calculadas em 2.371,5 mil milhões contra os 2.848 mil milhões de Kwanzas do primeiro orçamento.

Apointa para um défice fiscal de 756,3 mil milhões de Kwanzas, equivalente a 15,2% do PIB, muito acima do valor previsto que era de 448,7 mil milhões de dólares correspondente a 7,7% do PIE. Para fazer face ao impacto da crise financeira e económica, a nível macroeconómico, o programa aponta como prioridades a garantia da estabilidade macroeconómica, redução do grau de abrandamento da taxa de crescimento do PIE, melhoria significativa da regulação económica e da concorrência.

Prevê ainda a melhoria da qualidade de vida da população, através de melhores condições de saúde pública e de acesso ao saneamento básico e água potável, aumento da produção alimentar e combate às grandes endemias.

A revisão do plano nacional e o OGE para 2009 foi proposta na sequência da crise financeira e económica mundial que afectam igualmente o país.

4.4 Plano e OGE revistos “passam” na Assembleia na Assembleia Nacional

O Independente 04 De Julho de 2009

Governo valeu-se, uma vez mais da maioria parlamentar do MPLA, embora também tivesse votos favoráveis da FNLA e Nova Democracia, para conseguir a autorização do Parlamento para cobrar receitas e realizar despesas, com base num OGE forçado a encolher por força da variação negativa do preço do petróleo no mercado internacional.

Na proposta de revisão do OGE, aprovada quinta-feira, 3, na Assembleia Nacional, o governo espera arrecadar 1.615,2 mil milhões de Kwanzas, em receitas fiscais, contra os 2.371,5 mil milhões inicialmente previstos. Prevê igualmente despesas fiscais calculadas em 2.371,5 milhões contra os 2.848 mil milhões de kwanzas do primeiro orçamento.

Mas não foram só os dígitos do OGE que foram alterados. Estavam mesmo condenados a encolher, não apenas pela diligência da equipa económica do Governo, face à crise internacional, mas também pelas recomendações expressas da própria Assembleia Nacional, que exigiu do Executivo "um maior acompanhamento da situação financeira e económica mundial".

A sessão de discussão e aprovação dos dois documentos fundamentais para a acção governativa ficou marcada por um ministro considerável de ausentes. Se calhar acomodado com o seu status de maioritário, o MPLA "deu-se ao luxo" de mobilizar somente 136 deputados, dos 191 que tem. Não é que precisasse, mas valeram os votos favoráveis das bancadas da FNLA (3) e Nova Democracia (2).

A indisciplina partidária não é uma marca da bancada parlamentar do MPLA, no histórico da democracia multipartidária.

Seja com autorização ou não do seu chefe de bancada, o deputado Bonito de Sousa, sem presa salta à vista 55 lugares vazios numa sessão parlamentar que se propõe discutir e aprovar as leis de revisão do Plano Nacional e OGE.

Em Dezembro de 2008, o Plano Nacional e o Orçamento Geral do Estado para 2009 haviam sido aprovados na Assembleia Nacional com 170 votos a favor, 21 contra e quatro abstenções.

4.5 Governo reafirma pagamento da dívida contraída no âmbito do programa de reconstrução nacional.

O independente 5 De Julho de 20092

A diminuição das receitas do Estado devido às recentes quebras do preço do petróleo nos mercados internacionais - bem como a complexidade das negociações com o sistema financeiro, são factores que estão na base dos atrasos do pagamento da dívida que o governo angolano contraiu para com empresas de construção que estão no país a desenvolver obras públicas, quem o diz é ministro das finanças, Severim de Moraes.

A quebra das receitas oriundas do sector dos petróleos, que teve um forte impacto negativo nos últimos meses com o barril a descer dos 147 dólares por barril em Julho de 2008 para cerca de 30 no início deste ano, levou as reservas internacionais do Estado angolano a descer de cerca de 20 mil milhões de dólares em Dezembro do ano passado para os actuais "12, 2 a 12, 3 mil milhões", segundo o ministro, facto que terá promovido alguma manobra na tesouraria geral do País.

Tendo consciência dos constrangimentos que as empresas cujo nome não foram reveladas, podem estar a viver, o ministro disse que o s governo angolano vai regularizar, até ao fim deste ano, os pagamentos da dívida contraída com elas, no âmbito do programa de reconstrução nacional, cujo valor estima-se em cerca de 1,4 mil milhões de euros.

A intenção do Governo é, segundo palavras de Severim de Morais, regularizar os pagamentos até ao fim deste ano, aproveitando por um lado, que assim se mantenha o aumento de receitas com o petróleo.

As dívidas ascendem agora aos dois mil milhões de dólares norte-americanos (1,40 mil milhões de euros), com o governo angolano a manifestar a intenção de não pretender "deixar passar a dívida para 2010", disse o ministro.

Há ainda, segundo Severim de Morais, atrasos relativos aos pagamentos através dos recursos ordinários do tesouro, que se começaram a fazer sentir "a partir de Dezembro do ano passado".

Em relação à estes pagamentos, Severim de Morais informou que o governo angolano vai disponibilizar "montantes avultados" para, "pelo menos, minimizar esses atrasos até que o fluxo financeiro, que a partir de Agosto será certamente melhor, permita os pagamentos".

Relativamente às empresas Lusas que actuam no mercado angolano, Severim de Morais sublinhou que "há atrasos relativamente a colocação em marcha dos acordos financeiros com os bancos portugueses, fundamentalmente nas linhas com cobertura da COSEC".

"Houve uma série de adendas a alguns contratos, como são disso exemplo a estrada entre Benguela e o Lobito, a construção da ponte sobre o Rio Catumbela, em Benguela, a estrada do Alto Hama/Huambo, que foram adendas a contratos anteriores, onde foi necessário fazer novos acordos financeiros", explicou.

Severim de Morais justificou ainda a situação relativa aos atrasos nos pagamentos com o processo de negociação entre empreiteiros, bancos financiadores e o Ministério das Finanças que "demoraram mais tempo que o previsto".

"Felizmente as empresas confiaram em nós e mantiveram o ritmo de trabalho acelerado em algumas obras importantes", afirmou, informando que, perante o "princípio de confiança mútua", e com o fecho dos acordos financeiros, "cabera aos bancos portugueses proceder aos pagamentos em atraso, dentro da cobertura da linha COSEC". "Os acordos estão a ser assinados e já recomendamos aos bancos que procedessem, o mais rapidamente possível aos pagamentos", garantiu.

No entanto, afirmou Severim de Morais "esta realidade os pagamentos às empresas depende das receitas do Estado e estas têm aumentado Desde que as receitas aumentem, nós vamos cumprir os nossos compromissos".

Por altura da elaboração desta matéria, o preço do petróleo rondava os 70 dólares, qualquer coisa como trinta e três dólares a mais, que o preço de referência do barril no Orçamento Geral do Estado recentemente reajustado, números que deixa o Estado a dispor de uma folga que permite a regularização das dívidas.

4.6 Reajuste do OGE provoca atrasos nos projectos de telecomunicações

Jornal de Angola 6 de Julho de 2009

O vice-ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, Pedro Teta, considerou que, o corte de os 23,5 milhões de Kwanzas no sector, no âmbito da revisão do Orçamento Geral do Estado, vai ter implicações importantes na execução de alguns projecto inicialmente propostos para este ano.

Ao intervir nas discussões das comissões de especialidade, sobre o OGE revisto, Pedro Teta referiu que, em função do reajuste, o ministério só pode, a nível da área dos Correios, reabilitar quatro estações postais do Leste, das 19 prevista para todo o país.

O corte obriga também ao adiamento do lançamento do Banco Postal, também planeado para este ano. Em relação aos recursos humanos, disse estar a ser construído um centro regional de formação de quadros em Meteorologia; em Luanda, para que as redes de observação provinciais tenham quadros qualificados.

A escola regional, explicou, teve um "corte grande", uma vez que a quota inicial era de um 1,2 mil milhões de kwanzas, passando a dispor de 191 milhões de kwanzas, valor que considerou insuficiente para a criação de todas as condições para uma unidade que vai apoiar os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Apesar dos cortes, conclusão da escola está prevista para finais deste ano. Questionado sobre a qualidade do sinal da operadora de telefonia móvel Movitel, considerou que esta ainda é uma empresa pública, em fase de reestruturação, que tem um novo parceiro estratégico, a empresa chinesa ZTE.

A qualidade dos serviços está relacionada com as infra-estruturas de telecomunicações, disse o vice-ministro, acrescentado que o Governo está a trabalhar num grande projecto para o aumento da capacidade infraestrutural do sector das Telecomunicações.

Essa aposta vai desde a extensão da fibra óptica em terra à adesão de Angola à fibra óptica submarina, passando pelo projecto Ango-Sat, satélite nacional que se prevê seja lançado em 2012, como apoio da Federação Russa. O satélite vai ajudar a melhorar a qualidade do sinal da Movitel e de todas as operadoras de telefonia. Entre os objectivos do Ministério das Telecomunicações e Tecnologias de Informação constam o relançamento da Meteorologia, pois a maioria dos acidentes de aviação derivam de questões climáticas, daí o país precisar de refazer a rede de observação meteorológica.

"O problema da vigilância sísmica é outras das missões do Ministério, pois o país tem tido abalos sísmicos e temos que ter uma rede capaz de detectar estas ocorrências", salientou.

4.7 Orçamento e rigor

Jornal de Angola 6 de Julho de 2009

Está actualmente em debate na Assembleia Nacional, na especialidade, o orçamento Geral do Estado (OGE) revisto. Essa revisão não caiu do céu: obedece a uma orientação do Parlamento, que, em Dezembro do ano passado, quando aprovou a versão inicial do mesmo, instruiu o Governo a proceder a uma revisão, caso os efeitos locais da actual crise mundial assim o exigissem.

Não faz, pois, qualquer sentido, a tentativa do maior partido da oposição de fazer uma espécie de "Carnaval político" com o facto, alardeando que "já tinha avisado" que a primeira versão do OGE era "irrealista", pelo que, por isso, tinha votado contra. Há muitas sessões legislativas que a UNITA tem votado sistematicamente contra o orçamento. A sua atitude actual, portanto, não

' tem nada de novo.

O OGE foi revisto em baixa (o equivalente a cerca de 15 mil milhões de dólares a menos do que a versão inicial), o que é perfeitamente compreensível. A final, os preços do petróleo e dos diamantes - principais produtos de exportação do país - caíram dramaticamente desde a segunda metade do ano passado, pelo que se impunha ajustar as previsões orçamentais a essa situação. A sociedade, sem excepções, precisa de comenpenetrar-se que temos menos dinheiro do que em 2008.

Apesar disso, o OGE revisto mantém uma expectativa de crescimento da economia nacional de mais de seis por cento, o que, no actual cenário mundial, é excelente. Mais importante ainda, esse índice será alavancado, sobretudo, pelo crescimento do sector não-petrolífero, que, desde 2003, tem crescido sempre mais do que o sector petrolífero.

Algumas vozes, incluindo ligadas ao partido no poder, questionam o preço de referência do petróleo utilizado pelo Governo para elaborar o orçamento (37 dólares o barril), que consideram demasiado baixo. Um argumento é que um preço um pouco mais elevado poderia reduzir o défice orçamental previsto (quase 15 por cento). As autoridades reconhecem ter optado por uma estratégia conservadora, para terem uma maior margem de manobra interna.

Na verdade, essa estratégia também não é nova o Governo angolano sempre tem trabalhado com um preço de referência do petróleo inferior ao preço de mercado, o que lhe tem permitido acumular reservas imprescindíveis para estabilizar a economia e fomentar o desenvolvimento. Isso tem merecido, aliás, o aplauso dos especialistas.

A oposição, tentando fazer aquele que considera ser o seu papel "óbvio", já começou a levantar suspeições em relação a essa estratégia. "Para onde vão as mais-valias do petróleo?", interroga-se o Governo já respondeu: para o Fundo de Reserva do Tesouro Nacional. Quanto a mim, portanto, repetir obsessivamente essa pergunta é inútil e patético o que é preciso é exigir ao Governo transparência na utilização desse fundo, o que passa por uma adequada política de comunicação por parte do executivo.

Embora todos os orçamentos sejam discutíveis, o OGE revisto parece, de um modo geral, adequado à actual conjuntura, quer local quer internacional. Na minha opinião, contém respostas suficientes para permitir ao país enfrentar a crise com relativo sucesso e continuar a

crescer.

O que eu defendo, enfaticamente, é uma execução adequada do orçamento. Rigor e disciplina - eis o que a sociedade deve exigir, nesse sentido, às autoridades. Isso implica, nomeadamente, o combate sério e sistemático a certos vícios que ameaçam tornar-se endémicos e "culturais", como o despesismo e o esbanjamento.

A moralização do Estado, a todos os níveis, e a luta cerrada contra as tentativas de apropriação do erário público, tentando enriquecer à custa do orçamento (incluindo "parcerias público-privadas" de contornos duvidosos), são outras exigências a fazer ao Governo, em termos de execução do OGE revisto.

Em suma, é preciso, em definitivo, estabelecer um marco zero em relação a certas práticas do passado (cujas responsabilidades, pelo menos política, também deve ser assacada àqueles que, injustificadamente, resolveram prolongar a guerra em 1992) e inaugurar uma nova era de rigor, disciplina e priorização inequívoca da resolução dos problemas de toda a sociedade e não da satisfação dos interesses egoístas de indivíduos ou grupos.

O que se passa com os bancos comerciais?

A maior parte dos bancos comerciais está a levantar dificuldades a operações cambiais solicitadas por indivíduos e empresas que não correspondem às instruções do Banco Nacional de Angola. Uma alta fonte da referida instituição disse-me, por exemplo, que, ao contrário do que certos bancos têm alegado aos seus clientes, as transferências pessoais até cinco mil dólares, a deduzir quer da conta em divisas quer em kwanzas, continuam a ser livres, não carecendo de qualquer documentação especial. A mais grave é que, em alguns casos, certos bancos comerciais estão a restringir, inclusive, as divisas próprias dos clientes. Segundo a minha fonte, isso é uma ilegalidade. Acho que o BNA deve fazer uma comunicação pública sobre isso e pôr esses bancos na ordem.

4.8 MPLA dá voto de confiança ao Governo

Semanário Factual 03 a 10 de Julho de 2009

O grupo parlamentar do MPLA expressou esta semana, em Luanda, o seu voto de confiança ao Governo e recomendou atenção acrescida às condições de vida e de habitabilidade básica das comunidades, sobretudo dos bairros periféricos e áreas rurais.

O voto de confiança vem expresso numa declaração da bancada do MPLA apresentada durante a plenária da

Assembleia Nacional convocada para debater e aprovar na generalidade os projectos de revisão do Plano Nacional e do Orçamento Geral do Estado para 2009.

Segundo declaração, lida pelo presidente da bancada, o deputado Bornito de Sousa, "os projectos de lei de revisão do Plano Nacional e Orçamento Geral do Estado para o ano 2009 asseguram o sentido de prudência na gestão macroeconómica, nomeadamente, em relação ao preço médio do petróleo.

Referiu que devido à crise financeira e económica as receitas fiscais vão reduzir em relação ao previsto, mas satisfaz o facto de continuar a priorizar o sector social, energia, água, habitação social e infra-estruturas fundamentais ao desenvolvimento.

Bornito de Sousa afirmou que a manutenção da estabilidade económica exigirá sacrifícios, uma vez que o contexto adverso da economia mundial representa um desafio às famílias angolanas.

Na declaração política refere-se que o plano e o orçamento proposto não irão colocar Angola na rota de depressão macroeconómica, mas que têm o mérito de colocar a economia angolana rumo ao crescimento brando mas seguro da melhoria da qualidade de vida das populações, moderada mas sustentada.

O parlamentar lembra que a proposta de revisão visa dar cumprimento a uma recomendação da Assembleia Nacional que aconselha a maior acompanhamento da situação financeira e económica mundial, face à crise despoletada em finais de 2008.

Sublinha que as propostas de revisão visam garantir a realização das metas mínimas de estabilidade da economia nacional, de crescimento do produto nacional, fundamentalmente do sector não petrolífero e das metas mínimas de melhoria das condições sociais dos cidadãos.

O documento adianta que o sector não petrolífero vai continuar a crescer 15,4 por cento, devendo, como se prevê, manter-se um crescimento nacional na ordem dos 6,2 por cento.

Devido ao dinamismo do sector não petrolífero continua a previsão de criação de 320 mil novos empregos e a garantia da estabilidade económica, frisa a declaração.

Para Angola, a forte dependência dos dois principais produtos de exportação (petróleo e diamantes), que experimentam forte volatilidade devido à crise

financeira e económica global, torna difícil a previsibilidade dos indicadores económicos usados como referência para a elaboração do Plano Nacional e do OGE.

4.9 O maior dos últimos 10 anos

Semanário Factual 03 a 10 de Julho de 2009

Para minimizar a quebra de receitas fiscais petrolíferas devido à quebra do preço do petróleo e às restrições na produção, o Governo espera emitir Obrigações do Tesouro avaliadas em 9 mil milhões de dólares, com maturidades que variam de um até quatro anos.

No entanto, muitos economistas acreditam que o diferencial do preço actual do crude, cerca de 70 dólares e tendo em conta que as expectativas da queda são cada vez menores, em comparação ao preço de referência (37 dólares o barril), apresentado no Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto, deixa claro que 2009 também vai fechar o ano com saldo positivo.

Estranhamente, nos últimos 10 anos a expectativa do défice fiscal sempre se manteve em torno dos 8 por cento do PIB, mas a partir de 2004 que o balanço de execução do OGE fecha com saldo positivo, contrariamente às previsões iniciais, o que permitiu de certo modo a acumulação das reservas internacionais liquidas. Contra a expectativa de um défice fiscal próximo dos 8 por cento do PIB, o saldo de caixa do Orçamento de 2008 fixou-se em cerca de 8,8 por cento na base de compromisso e de óptica do saldo de caixa de 13,4 por cento, um balanço altamente positivo para um ano que ficou para a história, devido à alta e queda do preço e da produção de petróleo.

As contas fiscais têm apresentado, nos últimos cinco anos, um comportamento paradoxal. Isto porque a programação é feita com base numa expectativa pessimista, ou seja espera-se por um défice fiscal e um nível de endividamento tanto interno quanto externo sempre maior, quando prefere, por outro lado, estabelecer um preço com base numa previsão pessimista em relação ao preço médio de exportação do barril do crude que permite fechar o ano com saldos fiscais positivos.

Este comportamento da política orçamental tem de certo sido motivado pelo excesso de liquidez na economia que não suportaria a injeção de mais moeda externa e do Kwanza na economia, porquanto poderia contribuir para o aumento das tensões inflacionistas na economia. Saliente-se que em 2008 a expansão dos meios de pagamento esteve ligada com o aumento dos activos externos líquidos em 48,8 por cento e mais de sete por cento relacionados com os activos internos

líquidos, factores que estimularam a inflação que se fixou em 13,2 por cento.

As implicações económicas do agravamento do endividamento interno poderá contribuir para a retracção do investimento privado tanto pela captação directa de recursos da banca, via aumento do crédito bancário ao Estado, ou pela angariação de financiamento pela emissão e venda de Obrigações do Tesouro. Neste contexto, o corte do orçamento de 3,1 triliões de Kwanzas para 2,6 triliões vai repercutir-se fortemente sobre o investimento e o emprego e consequentemente fazer com que a taxa de crescimento da economia se fixe em torno dos 6,2 por cento, conforme estima o Governo. Na prática, enquanto a concorrência no mercado de crédito entre o Estado e o empresariado pode aquecer, as reservas deverão manter-se em alta e até aumentar, mormente a capacidade de endividamento do Estado junto da banca. Tudo isso acontece na expectativa de que o saldo fiscal, tanto na base de compromisso quanto de caixa, fecha o exercício com resultados positivos, tal como vem acontecendo nos últimos quatro anos.

Só que desta vez, o endividamento esperado vai para além dos 14 por cento, o que implica um maior nível de estrangulamento da economia.

Saliente-se que o ministro das Finanças, Severim de Morais, garantiu recentemente que o orçamento revisto vai permitir uma execução tranquila, e que apesar de um preço de referência conservador, o actual orçamento contém um artigo segundo o qual todo o excesso de receitas, motivado pelo aumento do preço do crude em relação ao programado, será constituído em reserva do Tesouro Nacional à ordem do chefe do Governo. O défice fiscal avançado no orçamento inicial para 2009 é de 7,7 por cento do PIE.

4.10 Para onde foi o dinheiro do petróleo quando o preço disparou

Folha 8 11 De Julho de 2009

Perito económico questiona o destino do excedente das divisas, arrecadado no longo período das vacas gordas, face à actual crispação do mercado cambial, causada pelo Banco Central. O director do Centro de Estudos e Investigações da Universidade Católica de Angola (UCAN) e consultor do Ministério do Plano, Alves Rocha, levantou esta dúvida em entrevista concedida à Rádio Nacional de Angola (RNA).

O consultor reconheceu que prevalecia agora "um ambiente de dificuldades, de retracção do crédito, de inviabilidade de compra de divisas" que resultou na

quebra de confiança dos operadores na política económica do Governo, a começar pela sua vertente cambial. Devida clarificação da situação. Defende a devida clarificação da situação por parte do Governo, incluindo a prestação de contas sobre o excedente na época de prosperidade.

"Teria de se dar uma explicações mais claras, mais contundentes sobre as razões que levaram as reservas a baixarem de quase 20 mil milhões ou 19 mil milhões em Dezembro de 2008 ou Novembro do mesmo ano para os níveis actuais, que andaram por volta dos 11,8 mil milhões-11 milhões de dólares", sustentou.

No seu ponto de vista, a presente situação é paradoxal na medida em que o preço do barril de petróleo já acusa alguma estabilidade à volta USD 70-USD 63.

"Se nos reportarmos a Novembro Dezembro de 2008, sobretudo Dezembro de 2008, em que o preço do petróleo atingiu USD 34 o barril, há já uma subida e, na verdade, isto não se está a reflectir por enquanto no stock das reservas internacionais líquidas. Isto tem que ser explicado", acrescentou.

O economista reforçou, interrogando "por onde é que são canalizadas estas divisas, reservas internacionais, em virtude de a procura das divisas não estar a ser satisfeita, pelo contrário muito aquém." Recusa da desvalorização. Estranha-o, por outro lado, a falta de explicação sobre a recusa da desvalorização da moeda nacional na presente queda das reservas líquidas internacionais, à diferença da sua apreciação quando abundaram tais reservas.

"Realmente não sei como é que vamos sair desta situação. O que sei que isto vai ter implicações sobre o crescimento económico deste ano, está a ter implicação ao nível do clima dos negócios e da confiança que os agentes económicos têm na política económica do Governo, o que, realmente, é muito preocupante", indicou ainda Alves da Rocha.

Na mesma linha, lamentou a impossibilidade de aumentar a produção do petróleo, em virtude da adesão do país à OPEP.

O director discorda que esta situação tenha trazido benefício ao país, com a tendencial estabilidade actual, lembrando que os Estados como Brasil, Grã-Bretanha e a Noruega têm lucrado da mesma tendência fora da OPEP e sem congelar a sua produção.

Regra do deficit fiscal não petrolífero.

Disse ser favorável à "regra do deficit fiscal não petrolífero" que concentraria as receitas petrolíferas em investimentos públicos de vulto.

"É desejável. É uma regra de ouro de gestão orçamental, nomeadamente em países que tem enorme dependência de receitas fiscais provenientes de recursos naturais não renováveis. É uma regra de gestão que muitos países produtores de petróleo praticam", explicou.

Mas reconhece que não temos ainda condições de o fazer, por as receitas fiscais não petrolíferas serem relativamente baixas.

Elas representam em termos da estrutura orçamental 12 % das fiscais totais, porque as petrolíferas andaram por volta das 80-78-79 %. Defendeu uma reforma fiscal lúcida, que deve ir no sentido diminuir os impostos.

Exemplificou que, na produção petrolífera, não se pode aumentar mais impostos, estendendo está condição ao sector informal. Acha que o sector informal ainda deve ter algumas condições, que possa vir a ser um pagador de imposto. "Temos de entender a dimensão do sector não petrolífero. Qual é a dimensão que ele tem? Vai cobrir imposto a quem? À agricultura? Agricultura camponesa? Nem pensar r numa coisa dessa", argumentou.

Fuga e evasão fiscal ressalva caso da fuga e evasão fiscal, mando que sobre elas se pai melhorar a máquina de cobrança para o sector fiscal não petrolífero "A carga fiscal é muito pesada Angola, andando em termos médios à volta de 45 %, ou seja, a gente avaliar isto noutra linguagem, o Estado acaba por ser um sócio oculto dos empresários privados que no final de cada ai aparece na mesa de distribuição do lucro da empresa a exigir 45 dos lucros", acrescentou.

"A dimensão do sector não-petrolífero talvez ainda não seja tal q nos permita se um sector que possa alimentar e cobrir todas despesas fiscais com a nossa máquina administrativa," rematou.

4.11 Comissões de especialidade propõem medidas correctivas

Jornal de Angola 18 de Julho de 2009

Os deputados recomendaram ao Governo a aplicação,

no Plano Nacional revisto para 2009, de medidas correctivas, com vista a prevenir diversos orçamentos sectoriais e situações que ponham em perigo a estabilidade social e o bom funcionamento das instituições públicas e privadas.

Esta recomendação foi feita, ontem, num encontro entre as comissões permanentes da Assembleia Nacional, a equipa económica do Governo e titulares de outros Ministérios, realizado no âmbito da análise final do Plano Nacional e Orçamento Geral do Estado revistos para o ano de 2009.

Os deputados reconheceram que o Governo está a aplicar, de forma eficaz, planos e programas de habitação que permitem a reorganização do sector urbanístico e habitacional e o surgimento de planos directores e de urbanização em todo o país. Os deputados dizem que estes planos vão permitir estancar definitivamente as construções anárquicas.

No documento, apresentado pelo deputado Ramos da Cruz, da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, os parlamentares encorajaram o Governo a tomar medidas com vista à liberalização efectiva das importações de materiais de construção, incluindo cimento, até que se criem condições de protecção interna.

Face aos sinais de queda no desenvolvimento da economia nacional, os parlamentares entendem que é preciso tomar medidas adicionais, para coarctar a "interpretação errónea" das medidas adoptadas pelo Banco Central.

"Este facto tem-se traduzido no limitar da livre circulação de depósitos e poupanças privadas que estão, aparentemente, a provocar um ressurgimento de entesouramento, a estrangular e a asfixiar o funcionamento das pequenas e médias empresas", lê-se nas conclusões e recomendações.

Os deputados recomendaram, também, a adopção de medidas eficazes e disciplinares que visem a melhoria e ordenação e gestão dos hospitais públicos, a promoção da extensão das redes hospitalares e centros de saúde municipais e a intensificação de formação e classificação dos profissionais de saúde.

Concluíram que, apesar do forte declínio das receitas petrolíferas, o PIB 2008 subiu para uma taxa positiva, em torno dos 3,8 por cento, e a conjuntura macroeconómica manteve-se relativamente estável, atenuando ou contrariando os efeitos mais nefastos da crise económica mundial.

Os deputados reconheceram que o Governo está a aplicar, de forma diligente, as medidas de execução e em termos globais decidiu manter os objectivos, prioridades e principais metas da política económica traçada no início do ano económico, sobretudo os objectivos que garantem o crescimento positivo do PIB não petrolífero e mantêm o ritmo de crescimento do emprego.

Qualificação dos quadros

Quanto ao Orçamento Geral do Estado, os deputados defendem que, face à conjuntura, o Governo deve fazer uma gestão criteriosa dos recursos financeiros do país e apostar na qualificação e formação dos quadros da função pública.

Defendem, ainda, que seja avaliado o impacto da experiência piloto de atribuição de verbas aos municípios e se regule o Decreto nº 8/08, de 24 de Abril, principalmente o artigo 8.º, referente à receita arrecadada pela cobrança da taxa de serviços de limpeza e saneamento pelas administrações municipais, tendo em conta a necessidade do reforço de apoio à gestão municipal.

Os deputados entendem que se deve adequar a intervenção do Banco Nacional de Angola e do Ministério das Finanças ao mercado cambial e monetário, procurando eliminar os preços da taxa de câmbio entre o mercado oficial e paralelo, que alimenta a especulação cambial, criando efeitos perversos no mecanismo de circulação de preços.

Defendem também a expansão da base tributária, melhorando de forma mais eficiente o registo de propriedade e tributando as transacções e os activos do mercado imobiliário. "O Banco Nacional de Angola deve remeter à apreciação da Assembleia Nacional o seu relatório de contas, devidamente auditado", recomendam.

Os deputados da Assembleia Nacional estiveram reunidos entre os dias 3 e 10 do corrente mês de Julho com os titulares dos sectores Social, Defesa e Segurança Nacional, Relações Exteriores, Justiça e com a equipa económica do Governo, para análise do Orçamento Geral do Estado e o Plano Nacional na especialidade.

Os dois documentos foram aprovados na generalidade numa sessão plenária e desceram às comissões de especialidade.

4.12 Governo aprova carteira de projectos de grande impacto económico e social

Jornal de Angola 18 de Julho de 2009

O Conselho de Ministros aprovou, ontem, a carteira de projectos de grande impacto económico e social a ser implantado até 2012, com o objectivo de promover o desenvolvimento socioeconómico integrado e sustentável do sector agrário.

A carteira de projectos tem o custo estimado de 1,2 mil milhões de dólares, financiados através da linha de crédito do Banco de Desenvolvimento da China, de investimento privado e de outras linhas de crédito disponíveis.

Um comunicado emitido no final da reunião, orientada pelo Presidente da República, refere que a carteira de projectos foi aprovada, considerando o "potencial dos recursos naturais e a competitividade do sector, tendo em vista uma maior geração de empregos e renda".

"O projecto salienta visa, ainda, garantir a segurança alimentar, o abastecimento interno e o aproveitamento de oportunidades nos mercados local, regional e internacional".

O Governo aprovou, também, como investimento privado o projecto "Fazenda Pungo Andongo", implantado, desde 2006, no município de Cacusó, Malanje.

A fazenda, que tem como promotora a empresa Gesterra, S.A., tem como objectivo a produção de alimentos básicos, como milho, feijão, soja e arroz.

O Conselho de Ministros aprovou a programação financeira do Tesouro para o III trimestre de 2009 e apreciou o memorando sobre o desempenho da receita petrolífera no primeiro quadrimestre do corrente ano.

Fábrica de automóveis instalada em Viana

O Conselho de Ministros aprovou o projecto de investimento da "fábrica de automóveis CSG", a ser instalada no município de Viana, em Luanda, para a fabricação de viaturas de todo o tipo e tamanhos, como jeeps, carrinhas e autocarros de pequeno, médio e grande porte.

O projecto tem como promotores as empresas Pearkbright International, Limited, com 5 por cento, e a Powerquest Intematiomll, Limited, com 95 por cento, ambas de direito britânico, que vão investir 30 milhões de dólares. Prevê-se a criação de 680 postos de trabalho directos, dos quais 51 O para trabalhadores nacionais.

A fábrica vai, igualmente, produzir peças para automóveis e prestar assistência e adaptação de viaturas a critério do cliente.

Condomínio em Cabinda

O Conselho de Ministros aprovou, também, o projecto de investimento privado Condomínio Fútila Sea Breeze, para o planeamento, desenvolvimento e construção de 288 apartamentos na província de Cabinda.

Dos apartamentos, 72 são do tipo T1, 144 do tipo T2 e 72 do tipo T3, além de 21 moradias também do tipo T3, uma piscina, restaurante, centro social, ginásio, doca para barcos de recreio, campo de ténis e calçada. O projecto vai ser edificado numa área de 100.840 metros quadrados.

O investimento, avaliado em 45.925.364.90 dólares tem como promotor a Servicab, SA, empresa de direito privado angolano.

4.13 Governo esconde dinheiro do petróleo revendo OGE em baixo

Folha 8 18 de Julho de 2009

O Governo Angolano ilude, uma vez mais, os cidadãos ao rever, em baixa, o Orçamento Geral do Estado, com base na crise mundial e fraca procura do petróleo.

Quando o preço do barril estava a 100 dólares, o OGE foi fixado na casa dos USD 50,00, com a promessa da criação de um Fundo de Reserva, onde cairia a diferença, ficando o mesmo sob gestão do Banco Nacional de Angola. Passados mais de 7 anos, os cidadãos nada sabem sobre o destino e que investimentos o Governo reservou para os milhões de dólares arrecadados. Por esta razão, no ar corre a boca miúda, a deduzida certeza de o terem convertido em saco azul, como base para alimentar a campanha eleitoral de um partido político e as contas bancárias de uns poucos "meninos milionários".

A ser verdade este cenário, estamos perante um crime económico que deveria ser merecedor de uma investigação da Procuradoria-Geral da República e do Tribunal de Contas, para que os cidadãos soubessem com que responsabilidade o Governo gere o dinheiro público de todos os angolanos.

Pese a quebra dos preços do crude no mercado internacional, nos primeiros meses do ano, ele tem vindo a subir paulatinamente, nunca baixando a casa dos USD 49,00, com um esforço da OPEP,

organização que Angola lidera, neste momento, para que o preço, na pior das hipóteses se estabilize nos USD 75,00.

A tendência parece estar a dar resultado, pois, no 15 de Julho, o barril de Brent subiu 3,66 por cento, estando nos 63,09 dólares no mercado de Londres, constituindo uma forte subida que se deve à queda das reservas privadas de petróleo nos Estados Unidos, que desceram em 2,8 milhões de barris na semana passada, estando, agora, nos 344,5 milhões, segundo dados do Departamento Norte Americano da Energia.

Isto sugere que há um aumento deste recurso nos Estados Unidos, o maior consumidor mundial de crude, o que injectou uma dose de optimismo no mercado. O Departamento de Energia informou que as reservas de cru de estão dentro da média para esta altura do ano e o seu volume superior em 16,2 por cento, comparando com a semana de 2008.

Em Nova Iorque, os preços do petróleo conheceram, também, uma forte subida (3,4 por cento), graças ao optimismo em relação ao avanço sólido dos mercados bolsistas e à queda das reservas de crude.

Na NyMex (New York Mercantile Exchange), o barril de petróleo para entregar em Agosto fechou, nos 61,54 dólares, um aumento de 2,02 dólares em relação a semana anterior.

O maior partido na oposição a propósito condenou a prática que considera sorrateira de gestão, "o governo pretende contabilizar, por ~ USD 37,00, o barril de petróleo que vende a USD 70.00/BL, com o simples objectivo de colocar a diferença, mais de USD 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares) por dia, sob controlo directo de um órgão que não presta contas, o Presidente da República".

Para outros actores da política indígena, o Governo tem desviado dinheiro do petróleo, para fins inconfessos, contribuindo desta forma para o agravar da situação económica da maioria dos angolanos.

4.14 Relatório de execução do OGE de 2008 animou debate na Assembleia Nacional

Jornal de Angola 20 de Julho de 2009

A sessão plenária da Assembleia Nacional, realizada na quinta-feira, foi marcada por animados debates centrados no Relatório de Execução do Orçamento Geral do Estado de 2008 e na reeleição do Provedor de Justiça. Apesar das reticências da oposição, o Relatório de Execução do OGE de 2008 foi aprovado e Paulo

Tijilica reconduzido para mais um mandato de quatro anos.

Oposição sem condições de fazer avaliações

O segundo vice-presidente da bancada parlamentar da UNITA, Demóstenes Amós Chilingutula, afirmou que o OGE de 2008 não reduziu o índice de desemprego, nem os níveis de pobreza.

"Estamos sem condições para avaliar o grau de objectividade da execução do Orçamento de 2008 que nos foi submetido para a sua aprovação" justificou Chilingutula, acrescentando que a UNITA está pronta a contribuir para o melhoramento dos mecanismos do prestação de contas do Estado.

O líder da bancada parlamentar do PRS, Sapalo António, questionou o destino que tem sido dado ao remanescente das receitas do petróleo.

MPLA acusa oposição de ser inconsistente

João Melo, do MPLA, acusou a oposição de não apresentar ideias consistentes: "Dizer que o povo ainda vive em condições de pobreza é óbvio, mas não é honesto deixar de reconhecer que hoje os angolanos vivem melhor do que há dois, cinco ou sete anos".

A intervenção de João Melo foi retomada pelo chefe da bancada do MPLA, Bornito de Sousa, que lembrou que, em 2008, o Governo "prossegiu, resolutamente, com o seu Programa de Investimentos Públicos, construindo mais escolas e hospitais para as zonas mais carenciadas, mais estradas e pontes, trazendo a esperança para às vítimas da guerra, viabilizando assim a unidade e reconstrução nacionais".

Bornito de Sousa lembrou que "foram preparadas e realizadas, com êxito, eleições legislativas, depois de um interregno de 16 anos". O deputado referiu que 2008 "foi, também, um ano difícil do ponto de vista financeiro, tendo em conta os avultados gastos com as realizações do Governo e com o processo eleitoral, atendendo à queda brusca do preço do petróleo no segundo semestre do ano".

O líder da bancada parlamentar do MPLA sublinhou, também, que, "não obstante a deterioração dos indicadores da economia mundial, muitos aspectos positivos sobressaem do Relatório de Execução do OGE de 2008, com destaque para a estabilidade dos índices da inflação, da taxa de câmbio e do PIB".

Primeiro-ministro

Paulo Kassoma, reafirmou a vontade do Governo de "melhorar

A programação física e financeira dos investimentos públicos, de forma a tomar o processo mais racional e eficiente".

O Primeiro-Ministro frisou que a execução do OGE/2008 evidencia um aumento de receita total efectiva em 3.058,7 mil milhões de kwanzas, com um nível de efectivação de 115 por cento, fruto da realização em 141,5 por cento das receitas correntes e de 34 por cento das receitas de capital, onde o sector petrolífero teve uma participação de 73,1 por cento.

Parecer favorável

O parecer conjunto das comissões dos Assuntos Constitucionais, Jurídicos e Regimento e de Economia e Finanças da Assembleia Nacional refere que o Orçamento Geral do Estado de 2008 foi executado num "ambiente internacional de abrandamento do crescimento da economia mundial".

O documento esclarece que o "preço do petróleo bruto esteve extremamente volátil durante o exercício económico de 2008, tendo a cotação do Brent variado entre 144 e 33 dólares por barril no final do ano. O preço médio do petróleo Brent em 2008 foi de 96 dólares por barril".

Apesar dos esclarecimentos sobre a execução do OGE/2008, a UNITA não se manifestou convencida, considerando que o Orçamento do ano passado "não respeitou os objectivos anteriormente traçados pelo Governo", tendo, por isso, votado contra o relatório referente à sua execução.

O relatório foi aprovado com 175 votos a favor, 11 contra, da bancada da UNITA, e duas abstenções do PRS. Na quinta-feira, a Assembleia Nacional volta a reunir-se, desta vez para discutir e votar a revisão do OGE de 2009.

4.15 Angola deve 1,4 mil milhões de euros a construtoras

Fonte: Público 21 de Julho de 2009

A dívida do Estado angolano às empresas de construção que estão naquele país a desenvolver obras públicas ascende aos 1,4 mil milhões de euros.

As contas foram avançadas pelo ministro das finanças angolano, Severim de Morais, que se comprometeu a regularizar os pagamentos até ao fim deste ano, assim se mantenha o aumento de receitas com o petróleo.

Citado pela Lusa, o ministro das Finanças justificou os atrasos nos pagamentos com a diminuição das receitas do Estado - devido às recentes quebras do preço do petróleo nos mercados internacionais - e à complexidade das negociações com o sistema financeiro, e que terão levado mais tempo do que o previsto. As dívidas ascendem agora aos dois mil milhões de dólares norte-americanos (1,40 mil milhões de euros), com o governo angolano a manifestar a intenção de não pretender "deixar passar a dívida para 2010".

Questionado sobre a situação particular das empresas portuguesas que actuam no mercado angolano, Severim de Morais sublinhou que "há atrasos relativamente a colocação em marcha dos acordos financeiros com os bancos portugueses, fundamentalmente nas linhas com cobertura da COSEC". "Houve uma série de adendas a alguns contratos, como são disso exemplo a estrada entre Benguela e o Lobito, a construção da ponte sobre o Rio Catumbela, em Benguela, a estrada do Alto Hama/Huambo, que foram adendas a contratos anteriores, onde foi necessário fazer novos acordos financeiros", explicou.

Severim de Morais justificou ainda a situação relativa aos atrasos nos pagamentos com o processo de negociação entre empreiteiros, bancos financiadores e o Ministério das Finanças que "demoraram mais tempo que o previsto". "Felizmente as empresas confiaram em nós e mantiveram o ritmo de trabalho acelerado em algumas obras importantes", afirmou, informando que, perante o "princípio de confiança mútua", e com o fecho dos acordos financeiros, "caberá aos bancos portugueses proceder aos pagamentos em atraso dentro da cobertura da linha COSEC". "Os acordos estão a ser assinados e já recomendamos aos bancos que procedessem, o mais rapidamente possível aos pagamentos", garantiu.

A quebra das receitas oriundas do sector dos petróleos, que teve um forte impacto negativo nos últimos meses com o barril a descer dos 147 dólares por barril em Julho de 2008 para cerca de 30 no início deste ano, levou as reservas internacionais do Estado angolano a descer de cerca de 20 mil milhões de dólares em Dezembro do ano passado para os actuais "12, 2 a 12, 3 mil milhões", segundo o ministro.

No entanto, afirmou Severim de Morais à Lusa "esta realidade [os pagamentos às empresas] depende das receitas do Estado e estas têm aumentado. Desde que as receitas aumentem, nós vamos cumprir os nossos compromissos."

Com o preço do petróleo a rondar os 70 dólares e com

o preço de referência do barril no Orçamento Geral do Estado rectificado dos iniciais 55 para os actuais 37 dólares, o Estado passa agora a dispor de uma folga que permite a regularização das dívidas. Há ainda, segundo Severim de Moraes, atrasos relativos aos pagamentos através dos recursos ordinários do tesouro, que se começaram a fazer sentir "a partir de Dezembro do ano passado".

Em relação a estes pagamentos, Severim de Moraes informou que o governo angolano vai disponibilizar "montantes avultados" para, "pelo menos, minimizar esses atrasos até que o fluxo financeiro, que a partir de Agosto será certamente melhor, permita os pagamentos". "Mas o que é mais importante é realçar a confiança que tem existido nas empresas para continuar as obras. Há uma diminuição do ritmo mas não há uma paralisação. Isso é o mais importante", disse.

4.16 Aumentar receitas para pagar as construtoras

Novo Jornal 24 De Julho de 2009

A DÍVIDA DO ESTADO ANGOLANO às empresas de construção a actuar em Angola já ascende aos 2 biliões de dólares. As contas foram avançadas à agência Lusa pelo ministro das Finanças angolano, Severim de Moraes, que se comprometeu a regularizar os pagamentos até ao fim do ano, assim se mantenha o aumento de receitas com o petróleo.

Citado pela Lusa, o ministro das Finanças justificou os atrasos nos pagamentos com a diminuição das receitas do Estado - devido às recentes quebras do preço do petróleo nos mercados internacionais e à complexidade das negociações com o sistema financeiro, que terão levado mais tempo do que o previsto.

As dívidas ascendem agora aos dois biliões de dólares, com o Governo a manifestar a intenção de não pretender U deixar passar a dívida para 2010".

"Houve uma série de adendas a alguns contratos, como são disso exemplo a estrada entre Benguela e o Lobito, a construção da ponte sobre o Rio Catumbela, em Benguela, a estrada do Alto Hama/Huambo, que foram adendas a contratos anteriores, onde foi necessário fazer novos acordos financeiros", explicou.

Recorde-se que diversos actores da economia angolana já vieram a público reconhecer atrasos de pagamentos por parte do Estado.

Arnauri Pinha (da construtora brasileira Camargo Corrêa), em entrevista ao Novo Jornal (edição de 22 de

Maio), reconheceu que "há uma série de atrasos devido à crise". Na altura, ficou claro que as obras não iriam parar, mas podem sofrer alguns atrasos", disse Pinha. Rejeitou, sim, o início de "novos projectos". Também outras construtoras passam por dificuldades, sobretudo as de origem portuguesa e brasileira a actuar no país.

"Felizmente as empresas confiaram em nós e mantiveram o ritmo de trabalho acelerado em algumas obras importantes", afirmou Severim de Moraes, informando que, perante o "princípio de confiança mútua, e com fecho dos acordos financeiro, "caberá aos bancos portugueses proceder aos pagamentos em atraso dentro da cobertura da linha COSEC".

Na edição de 3 de Julho do novo jornal, vererim de morais garantia (entrevista) que os pagamentos começariam a ser regularizados "a partir de Julho"

4.17 Dívida ao estrangeiro consome 16,5% do PIB

EXPANSÃO 24 de Julho de 2009

Enquanto os países mais ricos do mundo se debatem para resolver níveis de endividamento monstruosos, a economia nacional apresenta uma saúde financeira invejável, com a dívida ao estrangeiro a representar apenas 16,5% do produto interno bruto (PIB). No último dia de 2008, o montante da dívida externa de médio e longo prazo, incluindo atrasos, era, segundo dados do Banco Nacional de Angola, de 13,87 biliões de dólares, o equivalente a 60 kwanzas por cidadão.

Em termos homólogos, representou um aumento superior a 41%, que só foi amenizado pelo crescimento do PIB de 13,8% e pela dimensão das reservas cambiais que, em Março, se situavam perto dos 13 biliões de dólares.

Todavia, segundo as estimativas do Orçamento Geral do Estado de 2009 revisto, a dívida ao exterior poderá ficar-se nos 15,7% do PIB, até ao final do ano. A concretizar-se, será um passo fulcral em direcção a uma maior credibilização das contas públicas junto da comunidade internacional que, assim, possibilitará a Angola usufruir de crédito a preços mais reduzidos. "Angola começa a ser um país com sólidas credenciais económicas e, por isso, temos acesso a financiamentos mais baratos. Todas as agências seguradoras de crédito cobrem os riscos dos nossos financiamentos. (...)

O mercado aceita garantias soberanas de Angola e as garantias do Tesouro nacional são aceites internacionalmente.", revelou José Pedro de Moraes, ex-ministro das Finanças, em entrevista ao Jornal de

Angola, no passado mês de Setembro. Desde então, o cenário melhorou em vários aspectos. Apesar de a evolução da dívida externa ter registado, desde 2002, um incremento de 6166 milhões de dólares, também o peso que a dívida absorve do PIB é menos 52% do que era em há sete anos.

Apesar do crescimento da dívida, consideramos o 'stock' actual da dívida de Angola sustentável no médio e longo prazo, face ao nível de exportações e ao 'stock' do PIE de 2008", revela o último relatório do Centro de Estudos e Investigação Científico (CEIC), da Universidade Católica de Angola. Todavia, os especialistas do CEIC alertam para a necessidade de se desenvolver uma "estratégia de endividamento externo de médio e longo prazos, coerente com o nível de crescimento do PIB e das exportações, principalmente as não petrolíferas."

Angola alerta para a renegociação da dívida

No decorrer da 3ª edição do G8, em Itália, José Eduardo dos Santos frisou a importância dos países devedores negociarem as condições da dívida externa com o Clube de Paris, que "constitui um pesado ónus para o menos desenvolvidos" de forma a que seja "garantido o princípio da concessão de uma moratória longa no pagamento do capital e juros dessa dívida".

Foi neste sentido que o Presidente revelou que, no caso de Angola, "este encargo financeiro faz com que a conta de capitais da balança de pagamentos fique num défice estimado em 1,4 biliões de dólares, o que contribui para que o seu défice final chegue a quase 6 biliões de dólares".

Em Março, o Governo anunciou ter liquidado a quase totalidade da dívida, orçada em 2,3 biliões de dólares, e de assumir o compromisso de pagar os juros de mora desse empréstimo, calculados em cerca de 1,8 biliões de dólares, até 2010.

Esta tomada de posição do Executivo teve como consequência imediata a normalização das relações económicas e financeiras com os parceiros internacionais e conferiu à economia nacional um leque de oportunidades de financiamento interno que até então estavam vedadas ou bastante dificultadas.

Se até muito recentemente o Tesouro financiava-se preferencialmente através da colocação de instrumentos de curto prazo em kwanzas, pela via da emissão de Bilhetes do Tesouro, e de dívida de médio e longo prazo em dólares (Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira), desde Março que passou a realizar leilões

semanais de Obrigações do Tesouro denominadas em moeda local mas indexadas ao dólar, acrescida de um "spread".

Outra novidade foi a também intenção de o Estado vir a emitir Obrigações do Tesouro indexadas à inflação.

4.18 Orçamento para novas instalações da Filda no OGE-2010

Expansão 24 De Julho de 2009

O gestor, que fazia o balanço da Filda 2009, referiu ser estratégia da FIL, empresa gestora do espaço da feira, trabalhar na projecção das novas instalações para a maior bolsa de negócios do País, porquanto "o actual toma-se cada vez mais reduzido para acolher o número crescente de expositores".

Entretanto, Matos Cardoso garantiu que o orçamento da edificação das novas instalações da Filda está já contemplado no OGE.2010.

Segundo referiu, a exposição, que este ano teve como tema os desafios do agro-negócio, registou 582 inscrições de empresas e expositores, mas 40 não estiveram presentes. Para edição 2009, a organização credenciou 12 mil pessoas e 12 províncias.

Durante o certame, que durou seis dias, 33 mil visitantes percorreram o espaço de exposições e os organizadores estimaram em 91 por cento a taxa de satisfação, menos dois pontos percentuais que na edição de 2008. Na presente edição não foi pesquisado o volume de negócios. A organização considerou não existir dados viáveis para o fazer, mas especialistas estimaram em 200 milhões de USD.

Premias "Leões de Ouro" A distinção com prémios "Leões de Ouro", destinados aos expositores, antecedeu o encerramento oficial da 26ª edição da Feira Internacional de Luanda.

No acto, que decorreu no Centro de Convenções de Talatona, a Sonangol destacou-se na atribuição de prémios, ao arrecadar duas estatuetas "Leões de Ouro", nas categorias de melhor stand e empresa do sector petrolífero na exposição.

Ao receber a estatueta das mãos do ministro da Agricultura, Monso Pedro Canga, o director de Comunicação e Marketing da petrolífera, Rosa Santos, disse que a Sonangol vai continuar a colocar os seus produtos ali onde for necessário.

Segundo afirmou, a multinacional angolana também compromete-se a apoiar as diversas comunidades provinciais, no quadro da sua política de responsabilidade social. Na gala de prémios, foram igualmente distinguidas as empresas Unitel (sistemas de tecnologia), o Banco de Comércio e Indústria (serviços de finanças e banca), Agritrade (maquinarias e equipamentos) Outros premiados na gala da Filda, foram a Espanha, Portugal, a empresa Sinfic, assim como a Televisão Pública de Angola (TPA), a Rádio Nacional de Angola e a Agência Angola Press (Angop), nomeadamente nas categorias de televisão, rádio e imprensa

O prémio "Leão de Ouro" é uma distinção anual, em várias categorias, que a organização da FIL atribui às empresas que mais se destacam durante o evento

4.19 Diversificação da economia aumenta as receitas fiscais

Jornal de Angola 25 De Julho de 2009

As políticas do Governo para a E diversificação da economia nacional vão terminar com a dependência fiscal de um só produto e aumentar as fontes de receitas para o Estado, afirmou, ontem, no Lubango, o advogado Francisco Queiroz.

Francisco Queiroz dissertava sobre "Reforma fiscal, desafios e constrangimentos" inserido no ciclo de debates sobre "Questões Nacionais" promovido pela Fundação Sagrada Esperança.

O orador disse que não é saudável que a economia de um Estado, como o de Angola com "projecto promissora", esteja dependente de um só produto para arrecadar receitas.

Ressaltou que os "efeitos da crise financeira mundial estão reflectidos na economia angolana" porque o "país depende, em cerca de 80 por cento, de receitas fiscais provenientes do petróleo".

Francisco de Queiroz frisou que a "dependência de uma única fonte de receitas" faz com que "mal haja crise ou oscilação de preços", o país fique dependente das contingências deste produto.

A estratégia para mudar este quadro, salientou, passa pelo alargamento da base tributária para uma série de contribuintes, com investimentos na diversificação da economia, como o sector da agricultura, e nas pequenas e médias empresas.

"As micro, pequenas e média! empresas, além serem

fontes de impostos primários, geram, também, emprego, contribuindo para o combate à fome e à pobreza.

A saída da mono-dependência de petróleo é a diversificação e economia", sublinhou.

Francisco Queiroz afirmou que algumas debilidades de ordem estrutural e conjuntural que devem ser ultrapassadas num curto espaço de tempo para a sua organização e melhor arrecadação de receitas para os cofres do Estado".

O prelector apontou como problemas de nível estrutural os ligados à dependência "quase exclusiva" do imposto sobre a produção petrolífera, tributação considerada por especialistas como "mono dependência fiscal do petróleo".

"O sistema fiscal apresenta algumas debilidades. Precisa de ser melhorado porque, fruto da evolução histórica, tanto no domínio político, como económico, se geram alguns vícios que enfermam o nosso sistema", disse, citando o especialista em fiscalidade Rui Cruz.

Industrialização eficaz

Os passos que estão a ser dados para o incremento dos investimentos na industrialização do país são eficazes, considerou o também professor universitário.

"Ainda não chegamos à industrialização do país mas as acções em marcha vão levar-nos, seguramente, a uma base tributária alargada. As medidas, como a criação de novas zonas económicas vão permitir a Angola ter várias fontes de receita", afirmou.

Por enquanto, referiu, a economia é influenciada pelo mercado informal, uma "espécie de segunda linha de desenvolvimento do país".

Francisco Queiroz disse que o sector informal não pode ser combatido pela acção policial, que "o combate deve passar pela formalização de toda a economia para evitar que haja um sector informal tão vasto".

4.20 OGE e Plano Nacional revistos vão ao Parlamento

Jornal de Angola 26 De Julho de 2009

Os projectos de Lei de revisão do Orçamento Geral do Estado e do Plano Nacional para 2009 vão à Assembleia Nacional para aprovação, na terça-feira, em sessão extraordinária, depois de concluída a discussão pelas comissões de especialidade.

Estimando receitas fiscais avaliadas em 1.615,2 mil milhões de Kwanzas, contra os 2.371,5 mil milhões inicialmente previstos, a proposta de OGE revisto tem, como principal factor de revisão, a fixação do preço do barril de petróleo em 37 dólares contra a previsão inicial de 55 dólares.

Na mesma sessão extraordinária, os deputados vão aprovar o projecto de Lei do Protocolo de Estado, cujo objectivo é "regular as normas afins, a ordem de precedências nas cerimónias oficiais e as regras a observar nas principais cerimónias públicas estatais".

O diploma considera cerimónias oficiais do Estado, sujeitas a regras protocolares, os actos de tomada de posse de Presidentes da República, da Assembleia Nacional e do Tribunal Supremo e do Primeiro-Ministro.

Os actos de posse de membros do Governo e de outras entidades nomeadas pelo Presidente da República, as apresentações de cumprimentos de Ano Novo ao Chefe de Estado, de despedida e de regresso nas suas deslocações ao interior e exterior do país, outras realizações oficiais em que participe e visitas de estadistas e chefes de Governo estrangeiros a Angola são, também, consideradas cerimónias oficiais.

Na ordem de precedências das entidades que participam em cerimónias oficiais, estão em primeira linha o Presidente da República, seguido do presidente da Assembleia Nacional e dos juizes presidentes dos tribunais Supremo e Constitucional.

O diploma, que foi, também, apreciado nas comissões de especialidade, refere que o Primeiro-Ministro aparece em quinto lugar na ordem de precedências protocolares, seguido de antigos chefes de Estado, do juiz

Conselheiro do Tribunal de Contas, do Procurador-Geral da República, dos vice-presidentes da Assembleia Nacional, deputados, ministros e secretários de Estado.

As autoridades tradicionais ocupam o último lugar na ordem de precedências, sendo antecedidas dos presidentes de Conselhos de Administração de empresas públicas, de directores gerais de institutos públicos, presidentes de confederações sindicais e empresariais, professores e titulares associados das universidades públicas.

A Assembleia Nacional vai, igualmente, discutir, na sessão de terça-feira, o projecto de Lei de alteração do

Nº 2 do Artigo 2º da Lei Nº2/09, de 06 de Janeiro, que cria a Comissão Constitucional.

A aprovação do projecto de Resolução sobre a política sectorial de gestão do espaço urbano de Luanda e, em geral, do território nacional, figura também na ordem de trabalhos.

A sessão vai, ainda, apreciar uma Resolução sobre a substituição de um membro da Comissão Provincial Eleitoral do Namibe e de membros dos Gabinetes Municipais Eleitorais.

4.21 OGE apto Governo mantém metas de emprego para 2009

O PAIS 31 DE Julho de 2009

O Orçamento Geral do Estado (OGE) revisto para 2009, aprovado no início desta semana, mantém as metas de empregos prognosticadas pelo Governo para o ano em curso. A expectativa aponta para a criação de 320 mil novos postos de trabalho ancorada no sector não petrolífero, o qual, espera-se, irá crescer 15,4%; as baixas verificadas nos sectores petrolíferos e diamantíferos pouco afectarão a meta fixada.

O parecer elaborado pela Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional (AN) sobre a revisão do Plano Nacional ressalta a "manutenção da meta de emprego em 320 mil novos postos de trabalho, correspondente a uma taxa inferior a 20% (22,5% em 2007), uma vez que se supõe que a baixa nos sectores petrolífero e diamantífero não afectarão grandemente a meta fixada".

O relatório da 5ª Comissão destaca que "não obstante, o Governo está a aplicar de forma diligente medidas de excepção com vista a contrariar e atenuar os efeitos mais nefastos da crise" e saúda o Executivo "por se esforçar, em termos globais, em manter os principais objectivos, metas e prioridades da política económica, sobretudo, aqueles que garantem um crescimento positivo do PIB não petrolífero e mantêm o ritmo de crescimento do emprego".

Os principais indicadores macroeconómicos destacam o abrandamento do crescimento para 6,2%, contra 11, 8% previsto no OGE inicial, a redução da produção estimada de petróleo de 739,7 para 653,4 milhões de barris, induzido pelos cortes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), sendo o preço médio do barril do petróleo fixado em USD 37 contra os USD 55 inscritos no orçamento inicial.

As projecções macroeconómicas apontam para um ligeiro acréscimo da taxa de inflação de 10% para

12,5%, para além de assinalar o decréscimo acentuado das exportações totais de 47,2% para 23,7%. Estima-se que haja uma ligeira queda das importações para 25,5%, contra 29,5% previsto no orçamento inicial para 2009.

Espera-se uma contracção do sector petrolífero em 6,1%. No cômputo geral, prevê-se uma redução acentuada do crescimento económico, inicialmente prevista em 11,8% e que, não obstante os efeitos da crise económica activa, a equipa económica prevê que continue com pendor positivo a situar-se na ordem dos 6,2%.

Salienta-se que o sector não petrolífero mantém uma taxa de crescimento acima dos 14%, influenciado fortemente pelo sector da construção civil. O OGE revisto para 2009 contempla despesas totais avaliadas em Kz 2.621,2 mil milhões, contra os Kz 3.176,1 mil milhões, inicialmente estimados, e uma redução das receitas totais na ordem dos 17,47%. Esmiuçando o presente OGE, constata-se que o sector social continua a abocanhar a maior parcela, com uma fatia de 33,2%, seguido do sector da administração com 28,9%, defesa e segurança interna 17,6%. O sector económico fica com 9,2% para além dos encargos financeiros, que passam a absorver 11,1%.

As receitas totais do OGE revisto estão avaliadas em Kz 2.621,2 mil milhões, dos quais Kz 1.615, 2 mil milhões correspondem às receitas fiscais, representando um decréscimo de 32,5% em comparação com o OGE inicial, o que resulta da redução das receitas petrolíferas em cerca de 44% e o aumento das receitas não petrolíferas em 10,8%.

Oposição vota contra OGE revisto

A possível existência de algumas zonas cinzentas no OGE revisto determinou o sentido negativo do voto da oposição no exercício de aprovação do ante-projecto de revisão do Orçamento Geral do Estado, bem como o Plano Nacional, posição que ficou bem evidente nas declarações políticas produzidas pelos líderes das bancadas parlamentares.

As explicações concedidas pelos titulares da Economia e Finanças, Manuel Nunes e Severin de Moraes, durante o debate, bem como por outros membros do Governo, não foram suficientes para demover os partidos da oposição de alterar o sentido do seu voto. Para o presidente em exercício da bancada parlamentar da UNITA, Silvestre Samy, a ausência das propostas apresentadas pelo seu partido nas resoluções ditou em parte a posição do seu partido. Para a UNITA, não ficou clara a questão do endividamento do país, enfatizando que o Governo não detém “carta aberta”

para o efeito, pelo que tem de necessariamente passar pelo parlamento para revelar o monopólio, realçando, em consequência, que o fundo escapa à fiscalização da casa das leis.

O Governo aponta como preço referência do barril do petróleo de 37 USD, preço prudente face às incertezas que caracterizam o mercado petrolífero e, no caso de se verificar uma variação acima das expectativas das autoridades, a diferença será canalizada para o fundo da reserva do Tesouro, o qual poderá, eventualmente, ser disponibilizado para fazer face às despesas aprovadas no OGE.

A não justificação da aplicação de rubricas do OGE afectas a alguns ministérios encontram-se entre as “zonas cinzentas” detectadas pela UNITA, cuja bancada parlamentar se nega a “compactuar com algo que não sabe como será gerido”.

Para o líder da bancada da FNLA, Ngola Kabangu, as explicações que foram dadas, pelos responsáveis governamentais, sobretudo os titulares dos sectores da habitação, saúde, transportes e finanças para a subida de preços, durante o debate a nível das comissões de especialidade, não foram claras, pelo que o seu partido entende que não poderia penalizar os angolanos, sendo a abstenção a posição entendida como mais lógica. Segundo Ngola Kabangu, a posição adoptada pelo seu partido permite ao Governo prosseguir o seu exercício orçamental. Votar contra significaria, na sua perspectiva e apesar da sua condição de minoria, bloquear o Governo.

Para terminar, Ngola Kabangu sublinhou que a sua abstenção representa um cartão amarelo ao Executivo, pela sua “falta de visão quanto às políticas sociais, à construção de infra-estruturas vitais, portos, caminhos-de-ferro, entre outras”.

Já o deputado António Sapalo, líder da bancada do Partido de Renovação Social, mostrou-se reticente quanto à meta do número de empregos que o Governo se propõe atingir para o presente ano, estimada em 320 mil postos de trabalho, para além de apontar que as medidas adoptadas pelo Executivo para fazer face à crise já começaram a entrar em colapso. Para o líder dos renovadores sociais, as medidas adoptadas pelo Governo dificultam o acesso ao crédito pela população, facto que, por si só, afecta o crescimento económico, para além de apontar que a alteração da taxa de câmbio trouxe constrangimentos, como a depreciação da moeda nacional, bem como a perda do poder de compra.

Missão do FMI chega segunda-feira

Uma delegação do Fundo Monetário internacional chega a Luanda, na próxima segunda-feira, 03, para entabular contactos com as autoridades angolanas, acerca das melhores formas para que a economia angolana possa ter recursos mais abundantes e sólidos, face a crise financeira e económica internacional, revelou o ministro da economia, Manuel Nunes, à margem da sessão que aprovou o OGE revisto. Na ocasião, Manuel Nunes deixou em aberto a possibilidade de negociação de um financiamento com a delegação do FMI que aporta em Luanda, na próxima segunda-feira, cuja agenda de encontros ainda se desconhece.

Nova Constituição em 2010

A extensão do tempo de trabalho da Comissão Constitucional de 120 para 180 dias e consequente recalendarização do seu cronograma de actividades fez luz ao processo de preparação das eleições presidenciais, que estão condicionadas à aprovação da futura constituição de Angola.

Se dúvida houve, o cronograma da Comissão Constitucional agora as dissipou, quando garante que entre Março e Abril de 2010 será apreciado na especialidade e seguidamente num plenário da Assembleia Nacional com poderes constituintes. Nos meios políticos, há o entendimento de que com isto estão criadas as condições para a convocação e realização das eleições presidenciais em 2010, não havendo já a possibilidade de recurso a um expediente dilatório, seja de que natureza for.

A partir de agora todas as contas passam a ser feitas tendo como referencial o mês de Maio para a contagem dos passos conducentes ao pleito presidencial, o primeiro a ser conclusivo, visto o de 1992 ter sido interrompido abruptamente com o regresso à guerra. Nos últimos dias multiplicam-se as iniciativas de candidatos presidenciais que se pronunciam no sentido do Presidente da República José Eduardo dos Santos marcar a data e convocar já as eleições presidenciais. A este respeito, são conhecidas as posições dos candidatos independentes Luisete Macedo, João Kambowela que, recentemente, chamaram a imprensa para anunciar este expediente de pressão.

De acordo com o cronograma de actividades da Comissão Constitucional, desde ontem até ao dia 13 de Novembro deste ano, a Comissão técnica da Comissão Constitucional deverá elaborar dois ou três anteprojectos de Lei Constitucional que serão remetidos a debate na generalidade na Assembleia Nacional no período de 16 de Novembro a 31 de Dezembro.

Neste mesmo período e, em simultâneo, será levada a

cabo uma consulta pública para recolha de sugestões opiniões e propostas de melhoramento dos anteprojectos de Lei Constitucional. A ampla consulta pública, anterior ao processo de discussão na especialidade e generalidade com a consequente aprovação na Assembleia nacional com poderes constituintes, deverá ocorrer de 5 de Janeiro a 20 de Fevereiro. Até ao dia 31 de Dezembro, a comissão técnica da Comissão Constitucional deverá realizar sessões plenárias com uma periodicidade regular.

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZA ÇÃO E CIDADANIA

5.1 MPLA “foge” das autárquicas

O País 3 de Julho de 2009

O MPLA tem a certeza de que a geografia eleitoral do país não lhe é favorável para a realização das eleições autárquicas, razão pela qual vai continuar a adiar a sua efectivação", defende o politólogo Nelson Pestana Bonavena, em entrevista ao nosso jornal.

O membro da extinta Frente para a Democracia disse crer que a geografia eleitoral angolana mostra que o partido no poder não é a primeira força política do país, em pelo menos algumas regiões, provúncias, municípios e comunas.

"As primeiras eleições de 1992 terão sido muito mais ilustrativas em relação a esta questão", defendeu o político, enquanto as legislativas de 2008 não tiveram a mesma expressão, "porque provavelmente os resultados foram conseguidos mediante o recurso à fraude eleitoral", um facto que reduziu esta diversidade.

Na sua visão, a UNITA apresenta-se como um partido de substituição em Cabinda onde se continua a verificar a sua presença, pese embora reduzida em muitas das provúncias que são tradicionalmente apoiantes, da FNLA no Zaire, bem como do PRS na região das Lundas e, por extensão, no Moxico.

O partido no poder, no entender do politólogo, tem a segurança absoluta de que não vai alcançar resultado hegemónico como teve nas legislativas, por isso encontra-se à procura de mecanismos para debelar a fragilidade em que se encontra.

Bonavena aponta como forte indício, o facto do MPLA procurar reforçar o controlo das administrações municipais, alocando-lhes dinheiro para a realização de alguma obra, ao mesmo tempo que promove a projecção de algumas figuras locais com capacidade para reverter a situação em seu favor.

O facto acima levantado permitiria, de certa maneira, a estruturação do partido no poder ao nível local em relação aos demais, configurando-se já uma vantagem

para a realização das eleições, permitindo de igual forma a projecção de elites locais que vão sustentar o partido no poder nas eleições autárquicas.

Segundo Nelson Pestana Bonavena, de qualquer maneira, tarde ou cedo, as eleições terão que ser realizadas, pese embora desconhecer-se qual será o modelo a ser adoptado, mas de qualquer forma elas estão a ser proteladas o máximo possível com o intuito de diminuir os prejuízos, uma vez que o "MPLA entende que a divisão do poder afiguro um prejuízo para o seu poder hegemónico".

O nosso entrevistado teceu igualmente alguns comentários sobre a alegada apatia na produção de factos políticos por parte dos partidos na oposição, apontando como primeira causa a derrapagem política das eleições legislativas de 2008.

A saída de um sistema de partido pulverizado com uma multitude de outras formações, chegamos a um sistema mais reduzido, quase traduzido na existência de partidos com assento no Parlamento, são formas de disciplinar os cidadãos, até porque este reordenamento levou também ao maior afastamento da política já que os partidos são vistos como os únicos meios legítimos de participação na política.

Nelson Pestana Bonavena encontra na situação acima mencionada a explicação para uma certa apatia das formações políticas no processo de produção de factos políticos, que se encontram mais virados para a sua participação na Assembleia Nacional, porque todos pretendem aparecer como partidos que são valorizados por estarem no Parlamento, porque têm uma cobertura institucional.

A ideia de partidos alternativos ficou um pouco desgastada ou marginal, Nelson Pestana Bonavena, politólogo e fachada da Universidade Católica de Angola, no bairro Palanca, em Luanda que apesar de não se fazerem presente nas instituições tinham uma actuação no espaço público.

No seu painel, apresentado na conferência no Centro Estudos e Investigação da Universidade Católica, o politólogo angolano traça um cenário de quase inexistência de partidos na oposição, opinião que encontra suporte no resultado das eleições legislativas de 2008 que mostra de forma ilustrativa como a oposição terá sido pulverizada.

"Só há alternativas em sistemas concorrenciais", disse o político para quem, a partir do resultado das eleições legislativas de 2008, este sistema deixou de ser

concorrencial, razão pela qual não existem condições para que haja alternativa política, bastando ter presente que toda a acção de partidos políticos, até mesmo aqueles que têm assento no Parlamento, será subalternizada em relação à acção do Presidente da República.

A provável subalternização fará com que haja uma projecção de hierarquia natural, colocando primeiro o MPLA seguido pelos outros partidos e isso impedirá a alternativa, uma vez que as outras formações partidárias estarão sempre condicionadas a estarem numa posição de reacção às proposições do MPLA do que uma acção política própria.

No entender deste político, na condição de reacção as pessoas verão neles apenas a forma de aperfeiçoar o governo do MPLA.

A adopção de novas formas de luta na sociedade civil e nas novas gerações são fórmulas que realmente os partidos políticos terão de abraçar se quiserem voltar a ser representativos, mesmo que isso acarrete alguma consequência, alguns custos a princípio.

5.2 Autoridades tradicionais fora da acção do Governo

Jornal de Angola 4 de Julho de 2009

O ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, descartou, na última quinta-feira, em Luanda, a possibilidade de qualquer acto administrativo tendente a exonerar ou despedir membros da autoridade tradicional, por existir um vazio legal.

Na sessão parlamentar de apreciação e votação do Plano Nacional e OGE para 2009 revistos, Virgílio de Fontes Pereira respondeu à interpelação de um parlamentar da bancada da UNITA, dizendo que o Governo "não tem responsabilidades institucionais, em relação ao provimento das autoridades tradicionais".

"Este provimento é feito na base dos usos e costumes e não numa intervenção institucional do Governo, pelo que não pode ser um problema da sua responsabilidade", explicou o titular da pasta governamental, a quem compete o provimento dos agentes locais do Estado.

Na sua interpelação, o deputado da UNITA aventou a hipótese de, por caducidade do Protocolo de Lusaka, algum membro da autoridade tradicional que tivesse sido designado para desempenhar cargo público, como administrador municipal, comunal ou adjunto, seria tido como exonerado.

O ministro da Administração do Território integrou a equipa do Governo, chefiada pelo Primeiro-Ministro, António Paulo Kassoma, no plenário da Assembleia Nacional, convocado para aprovação, na generalidade, do projecto de revisão do Orçamento Geral do Estado e do Plano Nacional para 2009.

5.3 Resumo de um debate televisivo "A propósito da interpelação da Governadora de Luanda"

Angolense 27 a 04 de Julho de 2009

Domingo passado (21/06) participei num debate a três na TPA (Semana em Actualidade) sobre o conteúdo da interpelação que a Governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, foi objecto no parlamento, numa iniciativa da UNITA.

Em termos de produto final (editado) o resultado deste debate, por se ter afastado do original, foi muito pouco perceptível para algumas pessoas que o acompanharam e que me conhecem e que depois me questionaram sobre as minhas ideias e opiniões a respeito do tema proposto.

Como acho que nunca é tarde para se prestarem os necessários esclarecimentos, começarei por dizer que achei, no decorrer do debate, bastante oportuna a iniciativa da bancada parlamentar da UNITA, pois teve a ver com o diagnóstico e tratamento de um gravíssimo problema de saúde social que nos afecta a todos, enquanto habitantes desta cada vez mais problemática e caótica metrópole em que está transformada a capital de todos os angolanos.

Manifestei alguma decepção pelo debate não ter produzido de imediato um compromisso entre o Parlamento e o Executivo, pois apenas se acordou em elaborar uma resolução com base nas 15 perguntas formuladas pela UNITA.

Esta resolução, que poderá nem vir a conhecer a luz do dia, será uma boa oportunidade para o Parlamento se posicionar em relação as questões mais sensíveis que preocupam actualmente Luanda e os luandenses. Com base nela estará disponível uma referência para a opinião pública e a imprensa avaliarem de agora em diante o desempenho do GPL.

Luanda inspira sérios cuidados e não parece haver soluções à vista diante da magnitude das necessidades da sua população, que cresce exponencialmente, com

destaque para as habitacionais, que já são neste momento o rastilho de futuras convulsões sociais que se anunciam todos os dias com as demolições, despejos, expulsões e realojamentos forçados.

Sequência da polémica expulsão dos descamisados da zona do Benfica da Ilha de Luanda para o deserto do Zango, a Governadora foi chamada ao Comité Provincial do MPLA onde o seu desempenho terá sido muito criticado.

No debate parlamentar a Governadora mostrou-se, entretanto, muito mais a vontade e aberta às críticas que os tensos deputados do maioritário, ao ponto de ter sugerido uma nova interpelação para se voltar a discutir a situação de Luanda numa próxima oportunidade.

Mais do que isso, a Governadora, num tom dramático, disse que estava sem saber o que fazer, por não ter soluções aceitáveis, com as mais de 20 mil pessoas (ou famílias?) que precisa de retirar das actuais zonas onde se encontram a residir, por estarem a bloquear as obras de macro-drenagem nas valas do Senado da Câmara e do Cazenga.

Estou preocupado com a concentração de centenas de milhares de pessoas no Zango sem condições de sobrevivência dignas da espécie humana, por achar que aquela zona se está a transformar num barril de pólvora que já emitiu sinais muito concretos que pode explodir a qualquer altura.

Mais preocupado estou ainda com a lentidão com que estão a ser equacionadas pelo GPL as soluções ao nível da auto-construção dirigida, a começar pelo loteamento os terrenos que vão ser entregues aos "zangados", cada vez mais desesperados com a sua sorte madrasta.

Não é possível manter indefinidamente LS pessoas nos vários zangos que vão sendo fiados ao sabor das necessidades pontuais da requalificação da cidade. A repressão, que é a única solução disponível de imediato, já não menciona como no passado recente.

E cada vez vai funcionar menos.

Se não estamos diante de um conflito de classes, também não estamos com o romano Terêncio quando na antiguidade pôs em relevo toda a sua humanidade ao afirmar que nada do que é humano me é estranho".

No Zango há qualquer coisa de muito estranho, de arrepiante mesmo, para a nossa noção de humanidade.

5.4 Tribunal de Contas no encaço do administrador

Novo Jornal 10 de Julho de 2009

JOSÉ FRANCISCO CORREIA, administrador do

Kilamba Kiaxi, está a ser investigado pelo Tribunal de Contas, sob suspeita de desvio de fundos e má gestão dos meios atribuídos pelo Governo da Província de Luanda (GPL).

Segundo fontes do Novo Jornal, José Correia terá desviado parte dos cinco milhões de dólares, atribuídos pelo Governo às administrações municipais, bem como terá utilizado para seu benefício pessoal as viaturas distribuídas pelo GPL e que foram entregues para asfaltar as ruas e limpar os esgotos. Estas terão sido alugadas por José Correia a particulares, tendo cobrado entre 300 a 500 dólares por dia, por cada uma delas. Contactado por este jornal, Julião António, juiz presidente do Tribunal de Contas (TC), afirmou desconhecer o caso, adiantando que, se fosse verdade, ninguém a nível do Tribunal de Contas estaria autorizado a fazer pronunciamiento sobre um processo que está em andamento.

"Desconheço este caso. O que posso dizer é que todas as administrações municipais em Luanda sofreram auditorias o mês passado, mas o processo não está concluído. Aliás, ninguém a nível do Tribunal de Contas está autorizado a pronunciar-se sobre o assunto, pois a ética deontológica impede-nos", referiu.

O NJ ouviu José Correia que refutou as acusações, dizendo que, assim como os restantes municípios de Luanda, também a administração do Kilamba Kiaxi passou por uma auditoria por parte do TC. "Não aconteceu nenhuma investigação à administração municipal. O que aconteceu é um trabalho de rotina a todas as administrações municipais a nível de Luanda e, como deve calcular, não nos podemos pronunciar sobre a questão". A auditoria do TC irá abranger 68 administrações municipais de todo o país.

Para a gestão dos recursos, o Governo criou o Fundo de Apoio à Gestão Municipal (FUGEM), que em 20.08 destinou a algumas administrações o valor em kwanzas equivalente a cinco milhões de dólares norteamericanos.

O OGE para este ano reservou para esta rubrica o valor de 61.145.800.000,00 kwanzas, que deverá ser repartido entre todas as circunscrições administrativas municipais do país, ao contrário do que aconteceu em 2008, quando foram contempladas apenas 68 delas.

O FUGEM tem como objectivo principal prover as administrações locais de recursos financeiros adequados a uma rápida e eficaz intervenção na solução de problemas urgentes que contribuam para o bem-estar da população e que não tenham cobertura no Programa de Investimentos Públicos.

5.5 Isaiás Samakuva teme convulsões sociais

A capital 11 De Julho de 2009

O líder da UNITA, depois de uma visita às províncias de Benguela, Huambo e Bié, chamou a imprensa na expectativa de «uma conversa aberta e sem limites» durante a qual voltou a denunciar a existência de «actos de exclusão», além de se referir a uma «crise social em Angola». Queixou-se, ainda, dos índices de criminalidade que, a seu ver, atingiram «níveis alarmantes».

Neste momento, o político descartou a existência de uma «guerra social». Mas apontou para sinais sugestivos de que tal não está assim tão longe de acontecer. Sobre os sinais que apontam para esse sentido, Isaiás Samakuva elucidou: «quando surgem reivindicações, manifestações e o desaparecimento de pessoas à noite, sem o competente mandado dos tribunais, a guerra social está presente».

O líder do maior partido na oposição não se ficou pelos sinais de aumento da criminalidade. Olhou, também, para a situação social de algumas comunas por que passou e viu aquilo que considerou «inaceitável». Queixou-se, por exemplo, da falta de escolas, algo a que se deve ao facto de tais localidades serem conhecidas como zonas de influência do seu partido. Tal comportamento, apontou, constitui um «obstáculo muito grande à reconciliação nacional e à criação de um Estado democrático de direito».

«Tanto na comuna de Chingongo, em Benguela, como de Munhungo, no Bié, os sobas revelaram que os administradores disseram que as escolas só seriam erguidas se o população trocasse de camisola política», explicou. Quando as autoridades tradicionais se queixam junto dos administradores estes, disse a UNITA, respondem: «vão chamar a UNITA para construir as escolas».

Esse posicionamento é visto como um contraste face aos resultados alcançados pelo MPLA nas últimas eleições legislativas. Quem obteve uma vitória de 80 por cento, segundo Samakuva, «não tem razões para sempre buscar mais apoios, forçando as pessoas a adquirirem os seus cartões partidários para usufruírem dos bens públicos».

Sobre o incêndio de residências ocorrido, na semana passada, na comuna de Maka Mombolo, em Benguela, cuja responsabilidade fora imputada, por dirigentes do MPLA, à UNITA, Isaiás Samakuva passou a palavra a

Marcelina Pascoal, responsável do seu partido naquela província, por ter sido ela a fazer uma averiguação dos factos no local do sucedido.

Segundo a responsável, «tudo começou quando os secretários municipais começaram a interferir no poder tradicional, substituindo os sobas de linhagem por sobas que melhor servem os interesses do partido no poder, tendo havido, em face disso, desentendimento entre as duas correntes».

«No dia 28 de Junho, houve confrontações entre o grupo afecto à linhagem dos sobas destituídos e o grupo apoiante do soba impingido pela administração na aldeia de Ndungo, Maka Mombolo», contou. Tudo isso, acrescentou, culminou no incêndio de oito casas, um celeiro, um jango e na destruição parcial de uma escola primária.

Entretanto, Marcelina disse que a emissora provincial de Benguela da RNA que não difundiu esta versão da UNITA, limitando-se a apresentar as declarações do Secretário para a Informação do MPLA e do Secretário Provincial, Jeremias Dumbo, que acusavam Isaiás Samakuva de ter fomentado tais acções.

Benguela é a província onde o Galo Negro diz ter registado maior número de actos de intolerância política. Até hoje, os maninhos lamentam 15 mortes, nove desaparecidos, vários presos e um número elevado de residências incendiadas, tudo na sequência de tais acções.

5.6 Sábios e soberanos pedem respeito pelos valores culturais

Angolense 04 a 11 de Julho de 2009

Organizado conjuntamente pelo Conselho de Coordenação dos Direitos Humanos (CCDH) e o Clube UNUKuntuala, que se dedica à alfabetização das mulheres com a parceria da UNESCO, o Workshop teve como tema "Constituição, as tradições e soberanias de Angola" e contou com a participação de sábios e soberanos oriundos de vários pontos do país.

As discussões aconteceram em torno da proposta elaborada e apresentada aos participantes pelo palestrante Makuta Nkondo, na qualidade membro da dinastia Ne Miala, no Reino do Kongo. Pela pertinência e singularidade da proposta apresentamos aqui as propostas deixadas:

Língua:

Vamos fazer uma Constituição em nossas Línguas bantu ou em português.

Como os principais destinatários desta Constituição são os povos indígenas ou autóctones de Angola, cuja maioria apenas fala e entende as suas línguas bantu, pensamos que este Texto deve ser traduzido em todas as línguas principais de Angola: Kikongo, Kimbundu, Umbundu, Tshokwe, Nganguela, etc. à maneira da Bíblia que é traduzida em quase todas as línguas dos fiéis.

Eleições:

As eleições devem ser TRANSPARENTES, JUSTAS E LIVRES para serem credíveis. A ausência de uma das três condições invalida o pleito eleitoral. Para que as eleições sejam credíveis, elas devem ser organizadas por uma Comissão Nacional Eleitoral Independente (CNEI), cujos membros são eleitos, para garantir a imparcialidade do acto.

Eleições Legislativas (Candidatos, Perfil e Mandatos):

As candidaturas para deputados devem ser individuais – os interessados apresentam as suas candidaturas e concorrem pessoalmente. Em caso de candidaturas apresentadas por uma lista de um partido político, caso o deputado venha a rebelar-se contra a sua formação política, compete a esta substituí-lo sem delonga.

Quanto ao perfil de um candidato a deputado, este deve ser um angolano genuíno, ter um nome bantu, dominar (falar e escrever) uma língua e os usos e costumes angolanos (bantu).

Câmaras:

O Parlamento angolano deve ter uma Câmara baixa - para os sábios e soberanos autóctones de sangue, que exclui os actuais regedores, sobas e séculos indicados administrativa ou politicamente.

Presidenciais (Directas ou Indirectas, Candidatos, Mandatos, Perfil e língua):

O Presidente da República (PR) deve ser eleito pelo Povo (Sufrágio Universal), pois "Vox Populi Vox Dei" (A voz do povo à a voz do povo).

Quando ao perfil de um candidato a Presidente da República, principalmente no que se refere a sua origem, pensamos que o Povo deve conhecer detalhadamente as suas origens: Etnia, Tribo, clã, linhagens, províncias, municípios, comunas, aldeias dos seus ascendentes maternos, paternos e dos avós maternos e paternos e sua língua.

Deve ser criada uma comissão independente compostas de chefes costumeiros e quadros de angolanos genuínos encarregue de averiguar as origens dos candidatos, para os órgãos de soberania.

Além da sua língua de origem, o Presidente da República deve dominar outras línguas angolanas (duas ou três), os usos e costumes e ter um nome bantu. Se a candidatura for apresentada por um partido político, depois de eleito este Presidente deve tornar-se apartidário (deixará de pertencer a partido político), para se tornar pai do país.

O mandato do Presidente da República deve ser de cinco (5) anos e se este não corresponder aos anseios da população o seu mandato pode ser revogado. Depois da suspensão do mandato do PR, este deve substituído automaticamente pelo Presidente do Parlamento, se este apresentar um comportamento passado e presente digno de bantu ou escolhe-se um outro elemento de maior confiança e seriedade.

Perfil da primeira-dama da República:

Apesar de não ser uma figura constitucional, uma esposa do Presidente da República deve ser de origem angolana (etnia, tribo, clã e linhagem maternos, paternos e dos avós maternos e paternos genuinamente angolanos), ter um nome bantu e um comportamento exemplar e digno – vestir com respeito à africana com panos, não deve usar roupa escandalosa como calças, "colãs", calções, mini-saias, roupa transparente e aberta ou que mostra partes sensíveis, dominar uma língua angolana, criada e educada segundo os usos e costumes bantu locais. O vestir indecente deve ser banido em Angola, para todo o mundo e ambos sexos, em Angola.

5.7 Governo angolano multiplica ganhos com as compras públicas electrónicas

Jornal de Angola 5 de Julho de 2009

O Governo espera alcançar uma poupança de 15 milhões de dólares, no leilão da segunda fase do projecto do Programa Nacional de Compras Públicas Electrónicas (PNCPE), coordenado pelo Ministério das Finanças. O ministro das Finanças, Severim de Moraes, informou no Fórum sobre Compras Públicas Electrónicas que a primeira fase do leilão realizado o ano passado traduziu uma poupança na ordem dos 7,86 milhões de dólares.

Severim de Moraes disse que o Programa Nacional de Compras Públicas Electrónicas reflecte a preocupação do Governo na eficácia da gestão dos recursos públicos e no aumento da transparência da sua utilização que resulta num volume relevante de poupanças anuais.

“O aprovisionamento público é um motor principal das aquisições e contratações públicas e constitui um pilar importante na capacidade operacional da

Administração Pública e representa papel central na eficácia da utilização e gestão dos recursos”, afirmou o ministro das Finanças.

Severim de Moraes informou que o programa concebido em 2006 pelo Ministério das Finanças e a Direcção Nacional do Património do Estado, em prol da modernização do aprovisionamento público, já está adaptado ao comércio electrónico, previsto na lei de actividades comerciais. “O Governo assume, através do Programa Nacional de Compras Públicas, um movimento reformista ao nível da estrutura organizacional e funcional das aquisições públicas e aposta na qualidade do posto do trabalho e a eficiência na gestão”, referiu.

O ministro das Finanças informou que a concepção se desenvolveu com a introdução da ferramenta electrónica e a vertente da formação que envolve os Ministérios da Agricultura, Administração do Território, Assistência e Reinserção Social, Educação, Finanças, Interior, Justiça, Obras Públicas e Saúde.

A vice-ministra das Finanças, Valentina Matias Felipe, que fez a apresentação do programa nacional, disse que os Ministérios e empresas envolvidas no processo usufruem de benefícios relativos aos custos unitários, de formação e qualificação, a utilização de ferramentas electrónicas e o apoio centralizado no processo de compras.

O programa de acesso electrónico para as instituições, empresas e particulares pretende gerar ganhos em termos de poupanças e de aquisições públicas, aumentar a qualidade dos bens e serviços, primando pela transparência do aprovisionamento e fomentando a economia nacional. O programa obedece a uma linha de actuação assente na gestão estratégica de compras, um modelo organizacional alinhado nas melhores práticas internacionais, com um tecido empresarial moderno capaz de garantir a captação dos impactos e benefícios da modernização do aprovisionamento público.

Valentina Matias Felipe afirmou que o novo programa de compras públicas contribui para a modernização da administração, promovendo o comércio electrónico, a competitividade e a imagem de Angola a nível internacional. A vice-ministra das Finanças esclareceu que, o programa nacional consiste num documento normativo e orientador que actua como instrumento de coordenação estratégica da modernização do aprovisionamento público.

O ministro das Telecomunicações, José da Rocha, que

abriu o primeiro fórum do Programa Nacional de Compras Públicas Electrónicas disse que o Governo tem desenvolvido medidas para modernizar o sector da Administração Pública.

O ministro considerou crucial a aposta na formação e reciclagem dos recursos humanos e a criação de infra-estruturas do sistema tecnológico que suporta a modernização nos diversos níveis. “A gestão da administração pública na era das tecnologias de informação e comunicação é um grande desafio para todos os intervenientes que integram nos processos locais, sectoriais e regionais”, sublinhou.

No quadro da modernização das Finanças Públicas, destacou a importância da componente para o mercado nacional como sendo um incremento da poupança e eficiência nas aquisições públicas.

5.8 Nova constituição: Comissão Técnica quer mais tempo

Jornal de Angola 15 De Julho de 2009

A Comissão Constitucional da Assembleia Nacional pretende alargar a data para a conclusão dos trabalhos da Comissão Técnica, que estava prevista para 23 de Setembro.

Na reunião de ontem, foi apreciada a metodologia e cronograma de actividades da Comissão Constitucional. A lei define que, após a entrega dos ante-projectos, pelos partidos políticos, os trabalhos sejam concluídos num período de 120 dias. O último dia de entrega foi a 26 de Maio.

Durante os debates de ontem, os deputados membros da Comissão Constitucional foram unânimes na proposta para o alargamento do período dos trabalhos da Comissão Técnica para mais 180 dias, a partir de 23 de Setembro, para permitir maior participação dos deputados e dos cidadãos.

“São cinco ante-projectos de Constituição que têm de ser trabalhados pela equipa técnica e condensados, no mínimo, em dois ou três projectos, e resumidos num ante-projecto que vai ser submetido à Assembleia Constituinte”, explicou o deputado Samuel Daniel, porta-voz da Comissão Constitucional da Assembleia Nacional.

Os membros da comissão apreciaram, ainda, a tabela comparativa dos princípios constitucionais, que inclui aspectos estruturantes das constituições apresentadas pelos partidos políticos. O porta-voz da Comissão Constitucional disse que a tabela reduz os princípios

comuns que podem ser adoptados. Esclareceu que este trabalho não afasta a possibilidade dos deputados membros da comissão contribuírem nos princípios estruturantes ou fundamentais.

O prazo de prorrogação pode ser definido no dia 28 de Julho, data da próxima reunião ordinária da Comissão Constitucional, presidida pelo deputado Bornito de Sousa. A Comissão Técnica é coordenada pelo jurista Carlos Feijó.

5.9 MPLA na Samba prepara participação

Jornal de Angola 15 De Julho de 2009

Militantes dos comités de acção do MPLA no município da Samba reuniram-se, ontem, com o primeiro secretário provincial de Luanda, Bento Bento, para avaliar a preparação do VI congresso ordinário do partido, previsto para Dezembro próximo.

O encontro, cujo ciclo começou no sábado, na Ingombota, visa transmitir indicações sobre a metodologia das conferências municipal e provincial e avaliar os resultados das assembleias de balanço e renovação de mandatos, realizados nos mais de mil comités de acção e comunais constituídos em Luanda.

5.10 Governo aprova projectos de grande impacto social

Jornal de Angola 16 De Julho de 2009

O Conselho de Ministros aprovou, ontem, a carteira de projectos de grande impacto económico e social a ser implantado até 2012, com o objectivo de promover o desenvolvimento socioeconómico integrado e sustentável do sector agrário.

A carteira de projectos tem o custo estimado de 1,2 mil milhões de dólares, financiados através da linha de crédito do Banco de Desenvolvimento da China, de investimento privado e de outras linhas de crédito disponíveis.

Um comunicado emitido no final da reunião, orientada pelo Presidente da República, refere que a carteira de projectos foi aprovada, considerando o “potencial dos recursos naturais e a competitividade do sector, tendo em vista uma maior geração de empregos e renda”.

“O projecto salienta – visa, ainda, garantir a segurança alimentar, o abastecimento interno e o aproveitamento de oportunidades nos mercados local, regional e internacional”.

O Governo aprovou, também, como investimento privado o projecto “Fazenda Pungo Andongo”, implantado, desde 2006, no município de Cacus, Malanje.

A fazenda, que tem como promotora a empresa Gesterra, S.A., tem como objectivo a produção de alimentos básicos, como milho, feijão, soja e arroz.

O Conselho de Ministros aprovou a programação financeira do Tesouro para o III trimestre de 2009 e apreciou o memorando sobre o desempenho da receita petrolífera no primeiro quadrimestre do corrente ano.

Fábrica de automóveis instalada em Viana
O Conselho de Ministros aprovou o projecto de investimento da “Fábrica de automóveis CSG”, a ser instalada no município de Viana, em Luanda, para a fabricação de viaturas de todo o tipo e tamanhos, como jeeps, carrinhas e autocarros de pequeno, médio e grande porte.

O projecto tem como promotores as empresas Parkbright International, Limited, com 5 por cento, e Powerquest International, Limited, com 95 por cento, ambas de direito britânico, que vão investir 30 milhões de dólares. Prevê-se a criação de 680 postos de trabalho directos, dos quais 510 para trabalhadores nacionais.

A fábrica vai, igualmente, produzir peças para automóveis e prestar assistência e adaptação de viaturas a critério do cliente.

Condomínio em Cabinda
O Conselho de Ministros aprovou, também, o projecto de investimento privado Condomínio Fútila Sea Breeze, para o planeamento, desenvolvimento e construção de 288 apartamentos na província de Cabinda.

Dos apartamentos, 72 são do tipo T1, 144 do tipo T2 e 72 do tipo T3, além de 21 moradias também do tipo T3, uma piscina, restaurante, centro social, ginásio, doca para barcos de recreio, campo de ténis e calçada. O projecto vai ser edificado numa área de 100.840 metros quadrados.

O investimento, avaliado em 45.925.364.90 dólares tem como promotor a Servicab, SA, empresa de direito privado angolano.

5.11 Comissão Constitucional quer 180 dias para elaboração da Carta Magna

Novo Jornal 17 De Julho de 2009

OS MEMBROS da Comissão Constitucional consideraram "insuficiente" o actual prazo (120 dias) para a conclusão absoluta dos trabalhos de elaboração da futura Constituição.

Reunidos na terça-feira, os membros discutiram uma proposta que estabelece, como período de prorrogação, 180 dias a contar de 23 de Setembro.

Este prazo será argumentado em definitivo apenas na próxima reunião da Comissão Constitucional (CC), marcada para 28 de Julho.

A. CC aceitou a acta síntese da sua reunião anterior, bem como a tabela comparativa de princípios fundamentais constantes nos anteprojectos de Constituição dos diferentes partidos políticos representados no Parlamento.

Os membros apreciaram também a proposta de metodologias e cronograma de trabalhos, mas esta matéria deverá ser adoptada apenas na reunião do dia 28 de Julho, quando se discutir a proposta de prorrogação do prazo de elaboração da Constituição.

A proposta de prorrogação do prazo de elaboração da Constituição será analisada pelos líderes dos grupos parlamentares e posteriormente submetida em plenária da Assembleia Nacional.

Reagindo à decisão dos membros da Comissão Constitucional, o líder do PDP-ANA, Sediangany Mbimbi, referiu que o alargamento do prazo dos trabalhos de elaboração da futura Constituição fará com que as eleições presidenciais tenham lugar apenas no próximo ano.

"Os partidos da oposição com assento parlamentar devem analisar seriamente esta questão", advertiu Sediangany Mbimbi acrescentando que "o MPLA pretende manobrar a situação".

De acordo com o político, é preciso maior reflexão sobre a prorrogação do prazo, porque foi o próprio MPLA, com a sua maioria qualificada, que defendeu 120 dias para os trabalhos de elaboração da futura Constituição.

Na reunião de 23 de Junho, a equipa técnica da CC solicitou autorização para produzir dois ou três projectos da futura Constituição, visando responder melhor às diferentes opções constitucionais apresentadas pelos partidos e coligação de partidos representados na AN.

O pedido fora formulado pelo coordenador da Comissão Técnica, Carlos Feijó, aos membros da Comissão Constitucional da proposta de metodologia e cronograma de trabalho a adoptar pelo órgão encarregue pela Assembleia Nacional de produzir um projecto da futura Lei Magna.

5.12 Substituição de sobas na base de confrontos em Makamombolo

Angolense 11 a 18 de Julho de 2009

Uma declaração sobre os acontecimentos registados na aldeia de Ndungo-Makamombolo, em Benguela, lida por Maria Marcelina Pascoal, membro do executivo provincial da UNITA, indica que confrontações entre apoiantes de sobas de linhagens e os de sobas administrativos, a 28 de Junho passado, na referida aldeia, culminaram com o incêndio de oito casas, um jango, um celeiro e a destruição parcial de uma escola primária e o suposto roubo de uma bandeira (sem precisão).

"Os secretários municipais e comunais do MPLA, em quase toda a extensão da província, bem como os administrativos têm vindo a substituir os sobas de linhagem por sobas administrativos e este acta foi levado acabo na aldeia onde foram queimadas as casas" – refere o documento.

5.13 Política e politiquices

Jornal de Angola 20 De Julho de 2009

Quase um ano depois das últimas eleições legislativas, primeiro passo para a completa normalização político-institucional do país depois de dez anos de guerra pós-eleitoral (1992-2002) e de sete de um período de transição e reconciliação que foi, sem dúvida, um caso de sucesso em África, Angola parece viver um momento de "paragem" política.

Não chega, contudo, a ser uma paralisia ou um impasse, antes uma espécie de ponto-morto, como se os diferentes actores estivessem a escolher os rumos imediatos a seguir. O próprio debate constitucional ainda não arrancou a sério.

Dois factores concorrem para essa aparente indefinição ou, no mínimo, hesitação: a não-realização da eleição presidencial e a inevitabilidade da sucessão de José Eduardo dos Santos à frente da condução do país (como já escrevi aqui antes, resta definir quando e como).

Univocamente ou não, tudo isso está ligado, pelo que é imperioso analisar todas essas questões (incluindo a discussão constitucional) em conjunto, procurando estabelecer entre elas um encadeamento que faça o processo político avançar e não permanecer indefinidamente parado ou, pior ainda, retroceder.

Apenas para dar um exemplo, insistir, neste momento, no tema da realização da eleição presidencial é pura perda de tempo, para não dizer burrice política. Está na cara que essa eleição já não será em 2009 (essa data, aliás, nunca chegou a ser formalmente anunciada). Isso é um facto. Ora, e sem cinismos, não me parece produtivo esgrimir quixotesicamente argumentos retóricos, por mais “politicamente correctos” que pareçam, contra factos tão ponderosos como esse. O que é preciso é definir estratégias adequadas para lidar com eles.

Uma coisa é certa: a não-realização da eleição presidencial significa que a transição continua em Angola. O que a sociedade precisa de discutir, sem complexos, é quanto tempo mais ela deve continuar, quem deve dirigi-la e que acções políticas (e outras) devem ser realizadas até à sua conclusão, o que implica uma hierarquização estratégica das prioridades realmente nacionais. Eu tenho algumas ideias sobre isso, mas prefiro reservá-las para outra ocasião, talvez um artigo específico sobre o prolongamento da transição.

Adianto apenas que, na minha opinião, o presidente José Eduardo dos Santos tem uma palavra-chave sobre o assunto. Nesse sentido, discordo radicalmente daqueles que se queixam do facto de, supostamente, o país estar “refém” do Chefe de Estado. Pensar que alguém que, pela força das circunstâncias, está há tanto tempo no poder não tem de ter um papel preponderante na hora da sua própria sucessão é, no mínimo, um acto de distração.

Com excepção do Observatório Político e Social Angolano (OPSA), na sua última tomada de posição pública, há alguns meses atrás, ninguém mais falou na necessidade de debater o prolongamento do período de transição e estabilidade no país.

O próprio partido no poder não deu, até agora, qualquer sinal nesse sentido. A título de exemplo, está a realizar neste momento o processo preparatório do seu próximo congresso de uma maneira perfeitamente burocrática, sem discutir os grandes temas políticos da actualidade e muito menos os rumos estratégicos do país nos tempos imediatos.

Por seu turno, a oposição mantém a mesma tendência para a auto-vitimização, a mesma falta de visão de conjunto e a mesma ausência de iniciativa estratégica que levaram à sua estrondosa derrota em Setembro de 2008.

Incapaz de propor alternativas credíveis às opções fundamentais do partido no poder, tenta atabalhoadamente transformar em bandeiras políticas determinados factos e acontecimentos do dia-a-dia, mas, até agora, sem um grande impacto visível.

Finalmente, algumas das mais mediatizadas organizações da chamada sociedade civil continuam a alimentar a ilusão de que lhes compete fazer o que os partidos da oposição têm a obrigação de fazer, “partidarizando” pela negativa (isto é, responsabilizando exclusivamente o partido no poder) a discussão sobre todos e quaisquer assuntos, esquecendo-se que muitos deles são transversais à nossa sociedade. Mais grave e contraproducente do que a sua agressiva “estratégia de comunicação” é a tentação de ignorar as opiniões dos milhões de militantes do MPLA, que, obviamente, também pertencem à sociedade civil.

Tudo isso cria a ideia de que o país está mergulhado numa enorme mesmice e modorra política, o que provavelmente é falso. A consequência mais visível dessa falta de capacidade (ou de interesse) dos principais actores políticos em trazer para a discussão os grandes temas de fundo é o alargamento do espaço do populismo, da demagogia e do “impressionismo político”. Onde não há política (séria e genuína), medram as politiquices, mesmo (ou sobretudo) quando embaladas num suposto esplendor intelectual.

5.14 Construções anárquicas prejudicam urbanização

Jornal de Angola 22 De Julho de 2009

O governador provincial do Bengo disse, ontem, no município do Pango-Aluquem, que a “construção --- anárquica tem causado muitos transtornos na urbanização da província”.

Jorge Inocência Dombolo apelou às autoridades tradicionais que levem a mensagem à população para “terminarem com as construções desordenadas”.

“As obras anárquicas de várias edificações têm de acabar e é preciso que a população legalize, junto da Administração, os terrenos para que se possam entregar as reservas reconhecidas pelo Estado”, disse.

O Governo, acrescentou, desse manter a organização

na cedência de terras para a auto-contrução dirigida, visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

O governador anunciou que, brevemente, a comuna do Cazuangongo vai beneficiar de 20 casas para funcionários públicos e técnicos da Saúde, professores e quadros da administração.

O governador visitou a escola do ensino primário, o jango comunitário, o posto de saúde, as sondas de perfuração de água, o hospital municipal, o campo de futebol e o local da reserva fundiária. Jorge Dombolo mostrou-se satisfeito com o andamento das obras do troço rodoviário, de 45 quilómetros, que liga a comuna do Úcuá, no município do Dande, ao município do Pango-Aluquém.

O município do Pango-Aluquém, 110 quilómetros a Norte de Caxito, tem nove mil habitantes, que se dedicam, essencialmente, à agricultura de subsistência.

5.15 Empossados novos administradores

Jornal de Angola 26 De Julho de 2009

O governador provincial do Kwanza-Sul, Serafim Maria do Prado, conferiu posse, sexta-feira, a novos membros do seu executivo, no quadro da remodelação que está a ser feita em diversas áreas, visando optimizar a prestação dos quadros do aparelho do Estado.

O acto decorreu no Salão Nobre do Governo Provincial, na marginal do Sumbe, e contou com a presença de membros do governo, directores dos organismos estatais sedeados no Kwanza-Sul e convidados.

Ao nível da estrutura provincial, o governador Serafim do Prado conferiu posse a Franklin Fortunato e Silva para o cargo de director do Gabinete de Estudos e Planeamento e António Soares para o cargo de secretário do Governo Provincial. Tomaram ainda posse, em despachos assinados pelo Ministro da Administração do Território, Fernanda Cabral de Almeida, para assumir o cargo de administradora municipal da Quibala, Rui Feliciano Ferreira para o cargo de administrador do município do Seles, enquanto que Adriano Henriques Mendes e Vasco Adriano Ribeiro foram empossados aos cargos de administradores municipais adjuntos de Porto-Amboim e Mussende, respectivamente.

Para administrador comunal da Pambangala, município de Cassongue, tomou posse Estêvão Lungala e para administradores comunais adjuntos tomaram posse

Raquel Bernardo Augusto e Isaura Floriano para as comunas de Kienha e São Lucas, no Mussende, ao passo que Júlia Paciência e Joaquim António vão assumir cargos de administradores adjuntos das comunas da Sanga e Kissanga-Kundo, respectivamente.

Governador pede mais dinamismo

O governador Serafim Maria do Prado pediu aos membros empossados mais dinamismo para a melhoria do nível de vida da população.

Serafim do Prado afirmou que todo o governante, servidor do povo, não deve fechar-se em gabinete, mas sim estar em contacto permanente com as populações para ouvir as suas preocupações.

“Um governante não deve ter receio de se deslocar para manter contactos com as populações, só porque não tem nada para oferecer. A essência do contacto com as populações é traduzida na identificação dos problemas e procurar contribuições para as devidas soluções”, disse o governador provincial.

Dos membros do governo empossados, o único estreante é Franklin Fortunato, director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE). Os outros ocuparam cargos no executivo da província e nas administrações municipais, como Fernanda Cabral, que deixou a administração municipal do Sumbe.

O secretário do governo provincial, António Midosi, deixou o cargo a seu pedido, por motivos de saúde, enquanto que cessaram funções, por força da reforma, os então administradores do Seles e Quibala, respectivamente, José Correia e Paulo da Conceição Cunha.

5.16 MPLA renova mandatos em Luanda

Jornal de Angola 26 De Julho de 2009

Joana Quinta sucede a Suzana de Melo no cargo de primeira secretária do MPLA na Ingombota por vontade expressa dos militantes daquele município, reunidos, ontem, na sua XIª conferência de balanço e renovação de mandatos.

A primeira secretária municipal referiu o que considera serem os dois grandes desafios: “este ano vamos realizar o VI congresso do MPLA e muito brevemente teremos as eleições presidenciais”.

Joana Quinta afirmou que o actual “momento é de reafirmação, de unidade e coesão no seio da massa militante do município”, sublinhando que a altura

“deve ser de maior e melhor aproximação entre o comité municipal, os CAPs, os militantes enquadrados e os ainda não enquadrados nos comités de acção, com o objectivo único de garantir mais harmonia no seio da grande família”.

Além da substituição de Suzana de Melo, o encontro, que decorreu sob o lema “MPLA - a certeza de um futuro melhor”, foi marcado pela eleição dos membros dos comités municipal e provincial do partido, os delegados à conferência provincial de Luanda e do pré-candidato a membro do Comité Central do partido.

Os delegados, 262 ao todo, procederam, também, à análise, discussão e aprovação do relatório de balanço da direcção cessante, e às linhas de força do programa de trabalho para o mandato 2009/11, tendo sido aprovada, por unanimidade, uma moção de apoio ao presidente José Eduardo dos Santos, salientando a forma “clarividente e sábia como tem conduzido os destinos do partido e da Nação”.

Na moção é proposta, à direcção central do partido, a recondução de José Eduardo dos Santos no cargo de presidente para o VI Congresso, e a candidatura do MPLA às próximas eleições presidenciais.

Ainda ontem, na conferência municipal da Samba, realizada no Complexo Turístico de Belas, os militantes do MPLA elegeram Eduardo Fernandes para o cargo de primeiro secretário, num mandato de dois anos, sucedendo a Madalena António Gaspar da Conceição.

Ao intervir na sessão de abertura, a primeira secretária cessante no município da Samba referiu as “realizações, actos e manifestações” realizadas no município, de entre as quais salientou a “mobilização que ditou a vitória do MPLA nas eleições legislativas” de 2008.

A direcção do Comité Municipal do MPLA na Samba, vai dar prioridade ao reforço das relações com as instituições do Estado, a começar pela Administração local.

Madalena António Gaspar disse que o “mais importante durante os dois anos” do seu mandato “foi a unidade e a coesão demonstradas em todas as batalhas políticas, com maior realce durante as tarefas que conduziram o país às segundas eleições legislativas”.

A direcção do Comité Municipal do MPLA na Samba, vai dar prioridade ao reforço das relações com as instituições do Estado, a começar pela Administração local.

Um documento distribuído no Complexo do Futungo II e designado “Linhas de Força do Programa de Trabalho para o Mandato Seguinte” refere que a pretensão vai ser materializada pela direcção saída da XI conferência municipal do partido, que fez o balanço das actividades desenvolvidas, bem como a renovação de mandatos.

O comité propõe-se a identificar os principais problemas que afectam as populações e “encontrar formas mais expeditas” para a sua solução, “possibilitando o aumento da produção e melhoria da prestação de serviços”.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 MPLA pressiona saída de Carlos Mariano do Américo Boavida

O País 3 de Julho de 2009

Depois da interpelação à governadora provincial de Luanda, Francisca do Espírito Santo, no dia 17 de Junho, na Assembleia Nacional, solicitada pela UNITA, sobre a gestão dos espaços urbanos da capital, demolições de construções anárquicas e realojamento de famílias que habitavam em zonas de risco, duas semanas depois, esta força política volta à carga para "acelerar" a aplicação imediata do regime jurídico da Região Metropolitana de Luanda, avançado no seu ante-projecto de Constituição, remetido já ao Parlamento.

Durante uma conferência de imprensa realizada nesta quarta-feira, a UNITA defende a transformação da província de Luanda numa Região Metropolitana, atendendo à especificidade da sua gestão que considera difícil à luz da realidade que hoje apresenta em todos os aspectos, segundo uma declaração apresentada aos jornalistas pelo porta-voz deste partido, Alcides Sakala.

A UNITA diz que Luanda precisa definitivamente de um estatuto especial que consiste no alargamento das suas fronteiras para consagrar um novo plano territorial com autonomia política e administrativa. "Propomos, assim, a consagração constitucional da Região Metropolitana de Luanda, enquanto plano territorial dotado de personalidade jurídica própria, a quem a República transfere competências políticas, legislativas e administrativas", lê-se no documento.

O documento salienta ainda que a extensão das suas fronteiras permitirá a construção de novas redes viárias e ferroviárias, novos pólos industriais parques, cidades-satélite, entre os rios Loge, a norte, e o Longa, a sul e a província do Kwanza Norte a leste, e reger-se-á por estatutos e leis próprias, observados os princípios do Estado Democrático e de Direito, do pluralismo político e os valores sociais da paz, do trabalho, da justiça e da prosperidade.

A nota adianta que a Região Metropolitana pode, igualmente, constituir unidades administrativas periféricas, baseadas por agrupamentos de autarquias

ou outras unidades territoriais para planeamento e execução de funções públicas de interesse comum.

De acordo com o documento, a Região Metropolitana de Luanda terá a sua própria Assembleia Legislativa e o seu próprio Governo, ambos eleitos directamente pelo povo. A Assembleia terá a prerrogativa de aprovar o número de autarquias locais, como o programa do Governo.

Caso se concretize esta "transformação metropolitana", o documento que a UNITA entende ser a solução para desafogar Luanda irá aprovar os planos de urbanização e de gestão das cidades-satélite, regulamentar o comércio, as obras de construção, o ensino fundamental e toda a actividade de fiscalização, incluindo a do órgão executivo, e terá, de acordo com a proponente, de acabar com a especulação imobiliária.

Nesta ordem de ideias, a Região Metropolitana de Luanda (RML) terá a missão de executar deliberadamente uma política habitacional consequente, apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes públicos e de equipamento social, bem como incentivar a construção privada, através de créditos garantidos pelo Estado e do acesso à habitação, própria ou arrendada, a preços razoáveis.

No que respeita aos direitos dos trabalhadores, a RML terá autonomia para assumir as obrigações do Estado constantes do projecto de Constituição.

Na assumpção dos direitos dos trabalhadores, o Governo terá a obrigação de actualizar os pagamentos de salários, férias anuais, horas extras, licenças de parto às empregadas domésticas.

Sem olhar pela crise financeira internacional, o "galo negro" ressalta que o Governo de Luanda terá dinheiro suficiente para facilitar a criação de cooperativas, pequenas empresas e outras formas de inclusão dos agentes da economia formal e informal para aliviar o desemprego.

A implementação destes programas, na visão da UNITA, não dependerá de nenhum ministro do Governo Central, nem do Chefe do Governo.

Respondendo à pergunta de um jornalista sobre se esta transformação era o início de uma descentralização da gestão política e económica, à semelhança de alguns países africanos, Alcides Sakala afirmou que "por enquanto não", mas que no seu ante-projecto remetido à Assembleia Nacional consta esta cláusula.

Segundo o conferencista, se a proposta apresentada pelo seu partido passar, criar-se-ão as capitais políticas e económicas, exemplificando com o que aconteceu na Nigéria, onde as autoridades locais criaram, além de Lagos, a cidade de Abuja como económica e, na Costa do Marfim, a de Yamoussoukro.

6.2 250 Casas sociais serão construídas em Porto Amboim

Novo Jornal 3 De Julho 2009

O MUNICÍPIO DE Porto Amboim vai ser o primeiro na província do Kwanza-Sul a beneficiar das primeiras casas a serem construídas de raiz no âmbito do projecto do governo central que visa a construção de um milhão de fogos habitacionais em todo o país.

Duzentos e cinquenta é o número de residências projectadas para a localidade de Ngola Lombo, a norte da cidade, junto da estrada nacional nº 100 que liga Luanda a Porto Amboim, Sumbe, Lobito e Benguela.

A empreiteira Ondjwo Salo (casa e trabalho em língua umbundu) está em carregue da execução das obras os jovens inseridos no referido projecto mostram-se satisfeitos pelo simples facto de, além de aprenderem mais uma profissão, contribuir para o processo de reconstrução nacional.

Nós estivemos na formação desde Fevereiro e até aqui continuamos a aprender ainda mais. Aprendemos como manusear as máquinas hidráulicas para fabrico de blocos e isso deixa-nos bastante satisfeitos, uma vez que estamos a trabalhar para o bem do nosso país e de nós mesmos", afirma um dos formandos.

Para Mário António Inácio, outro jovem envolvido no projecto, o facto de participar no arranque de um empreendimento desta natureza é dignificante e deixa-o bastante satisfeito. "Estamos a verificar e tomar contacto com uma tecnologia jamais vista entre nós e isso enche-nos de orgulho. Acredito que em Angola havemos de ter empregos suficientes que darão para todos", frisou.

O director do projecto, Alcides Flora, adiantou estarem criadas condições técnicas, matérias e humanas para o êxito do projecto, pelo que manifestou a sua disposição em arrancar já com os trabalhos.

"Do nosso lado a disposição é de 100%. Estamos a dar todo o nosso gás para que o projecto termine e a nossa política de gestão garante a construção de pelo menos

20 mil fogos habitacionais por ano.

Obviamente que isso estará sujeita um sistema de fiscalização muito rigoroso para garantir esse nível de construção e qualidade".

Em jeito de reforço, o presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, que esteve na cerimónia, disse que o tipo de casas a serem construídas são de "um padrão e qualidade reconhecidas" e apelou para a população colaborar. "O Governo lançou este desafio de um milhão de casas e nós, como parceiros sociais, não poderíamos ser meramente observadores e tomámos iniciativas de procurar uma tecnologia que se compatibilizasse com as condições objectivas da maioria do nosso povo. Esta casa não é exclusiva. Esta casa tem aplicações noutros países. Estes materiais estão estudados laboratorialmente", afirmou.

Severino não anunciou o montante a despender no projecto que visa construir 250 casas sociais na localidade de Ngola Lombo, no Município de Porto Amboim.

6.3 Construção dirigida não é para pobres

Agora 4 de Julho de 2009

O programa denominado "Nossa Casa" vai ser lançado em Setembro próximo para apoiar as pessoas a melhorar as condições de habitabilidade, no quadro do plano nacional de urbanismo e habitação, em curso no país e os números revelam que o projecto não será para pessoas de baixa renda, se atendermos aos prazos de pagamento.

A iniciativa vai permitir a construção de 600 mil habitações em todo o país, no quadro da edificação de um milhão de casas, em quatro anos.

O arranque da empreitada, que representa mais de 50% do total das casas planificadas para os próximos quatro anos, está previsto para Setembro próximo e a primeira fase vai arrancar com a construção de 400 residências, em Luanda, "número que vai permitir avaliar o índice de aceitação no mercado e dos modelos das residências".

Os critérios de acesso às habitações, segundo o ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, serão na base de concurso.

I público através da venda das cartilhas, mas o programa poderá contemplar outros métodos, se atendermos as conclusões da última reunião da

Comissão Nacional do Urbanismo e Habitação.

Apesar de ainda não estarem em discussão os critérios de acesso, o governante garantiu que os mesmos terão uma ligação com a aquisição, de forma legal, de terrenos por parte dos cidadãos e contará com parceiros privados, nomeadamente empresas brasileiras e israelitas.

Avançou, no entanto, que na primeira fase deverão ser construídas 10 mil casas nas províncias do Bengo, Luanda, Huíla e Namibe e as obras serão adjudicadas à construtora brasileira Odebrecht.

O segundo, com a parceria do grupo israelita RL, prevê a edificação em todo o país de 100 mil habitações e deverá ser implementado nas províncias do Bengo, Benguela, Namibe e Malanje.

O Governo para os próximos quatro anos prevê a construção de um milhão de casas, visando oferecer condições de habitabilidade condignas aos cidadãos, mas as projecções indicam que com a crise financeira, vai ser difícil concluir as obras no tempo preconizado e mesmo que isto aconteça, não será para qualquer cidadão.

Para facilitar o acesso ao programa, estão em circulação duas cartilhas com "informações sobre como o cidadão pode obter o terreno e como comprar uma casa pronta ou no sistema de autoconstrução dirigida.

Espera-se pela aprovação, ainda este mês, de outras cartilhas com informações sobre o registo predial e os mecanismos de acesso dos imortais ao programa.

6.4 "Horizontes da Vila Graças" constrói bairro no Huambo

Jornal de Angola 7 De Julho de 2009

Horizontes da Vila Graça" constrói bairro no Huambo

A província do Huambo tem, a partir deste mês, o projecto habitacional "Horizontes da Vila Graça", localizado na comuna de Belém, a sete quilómetros da cidade capital.

A imobiliária Horizontes da Vila Graça já lançou a casa modelo e vai construir 306 habitações sociais, do tipo T3, com uma área total de 300 metros quadrados. O projecto criou 160 postos de trabalho.

Severino Lucas, administrador executivo do projecto, disse que além das casas vão ser construídos estabelecimentos comerciais, uma escola primária, um

posto médico e parque infantil.

Primeiro projecto do grupo levado a cabo na província do Huambo, a "Horizontes da Vila Graça" tem reservado um espaço para os bancos interessados em abrir balcões no bairro.

Severino Lucas informou que o projecto está enquadrado na preocupação do Governo, que visa construir um milhão de fogos habitacionais no quadriénio 2009/ 2012. "O projecto é dirigido principalmente à juventude e funcionários públicos", referiu.

A política do grupo, segundo Severino Lucas, é construir casas para todos os estratos sociais, levando sempre em conta a política definida pelo Governo.

Embora se trate de um projecto privado, o administrador referiu que a empresa quis fazer parte do grande desafio do Governo, que é de reduzir o défice habitacional em Angola.

O projecto tem duas fases e a primeira arrancou no mês passado, com a construção da casa social modelo.

O Administrador Severino Lucas informou que o grupo iniciou o projecto na província do Huambo, por ser a primeira a oferecer terrenos propícios para projectos imobiliários.

Severino Lucas afirmou que o projecto não se confina ao Huambo, outras províncias vão igualmente beneficiar, numa altura em que os Governos Provinciais estão a ser solicitados para cederem terrenos urbanizados.

"O objectivo da empresa imobiliária Horizontes da Vila Graça é ir para outras províncias. O que falta é os Governos Provinciais cederem terrenos legalizados", referiu, garantindo todas as condições técnicas, materiais e humanas para arrancar com projectos desta natureza.

Quem pretender adquirir uma casa, deve contactar o "stand" de vendas que está localizado no terreno do empreendimento, que passa um contrato promessa com o qual o interessado se vai dirigir a uma instituição bancária para garantir o financiamento, se for necessário.

Severino Lucas explica que o grupo Horizonte da Vila Graça, enquanto titular do terreno no qual vai construir, dá garantias aos bancos.

"Os bancos solicitam garantias, em função disso, o cliente dever ter a casa ou espaço como garantia perante o banco", explica.

As casas ainda não têm preços definitivos. Por isso, o grupo está a analisar a junto do Governo provincial do Huambo esta questão, no sentido de assumir a componente relacionada com as infra-estruturas.

A segunda fase, vai incidir na construção de casas de média renda, que terá início em finais do mês corrente, na comuna do Cruzeiro, que está situada a 15 quilómetros da província do Huambo, com casas de T4. Esta fase abarca um total de 200 casas, numa área total de 600 metros quadrados e 150 metros quadrados de área de construção.

A perspectiva é que até finais do ano e princípio de 2010, a primeira fase esteja concluída, segundo garante a construção Horizonte da Vila Graça e da empreiteira Liango Comercial.

A previsão de entrega de uma moradia tem uma média de 60 dias, depois de feito o contrato e a tranche inicial. "O grande desafio é trabalhar para satisfazer as necessidades dos clientes e ajudar o governo na tarefa de reduzir o défice habitacional em Angola", pontualizou.

O grupo Horizontes da Vila Graça é constituído por empresários natos do bairro da Vila Graça, na periferia da cidade do Huambo, o Consórcio Luso-Huambo e a Provedora Investimento.

6.5 Bairro de Casas sociais no Bom Jesus

Jornal de Angola 7 De Julho de 2009

Duas mil casas sociais começam a ser construídas a partir de Dezembro na região de Bom Jesus, província do Bengo, pela construtora Taminvest, para apoiar o programa do Governo de erguer um milhão de fogos até 2012.

O facto foi anunciado pelo arquitecto do projecto, Gustavo Guimarães, adiantando tratar-se de um projecto imobiliário turístico dividido em quatro unidades diferentes, sendo duas para habitação e igual número para serviços e recreação.

O arquitecto acrescentou que as habitações vão ser dotadas de todas infra-estruturas de apoio para a sua manutenção.

Gustavo Guimarães disse que, face ao programa do Governo de construção de um milhão de casas, a Taminvest quer colaborar com este projecto de residências sociais, para beneficiar pessoas com poucos recursos.

Além das casas sociais, a Taminvest vai erguer residências de alta renda na mesma região, bem como empreendimentos de prestação de serviços e recreação, atendendo ser uma zona turística com vista para o rio Kwanza.

Em 2008, o Chefe de Estado Angolano, José Eduardo dos Santos, anunciou a construção de um milhão de casas até 2012, para atenuar problema de habitação no país.

O plano de desenvolvimento de habitação social prevê a participação das empresas imobiliárias, no âmbito das parcerias público-privadas, e o estímulo e apoio da constituição de cooperativas de habitação.

6.6 Programa de construção de casas começa na localidade do Zango

Jornal de Angola 9 de Julho de 2009

Duas mil casas começam a ser erguidas a partir da próxima semana, na comuna do Zango, em Luanda, no âmbito do programa do Governo que prevê, para os próximos quatro anos, a construção de um milhão de fogos em todo território nacional, garantiu ontem o ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira.

José Ferreira, que falava num encontro com os deputados da quarta comissão da Assembleia Nacional, garantiu igualmente, até ao final deste mês, o início da construção de 1.200 casas no município do Soyo, província do Zaire.

O ministro afirmou que, dentro do pacote de construção de um milhão de fogos em todo país, o sector que dirige vai dar início, no próximo mês de Setembro, à construção de casas nas províncias da Huíla, Bengo, Huambo e Malanje.

José Ferreira sublinhou que, dentro de seis meses, o referido processo vai se estender a mais quatro províncias do país, sem, no entanto, enumerá-las. "Até ao primeiro semestre de 2010, cobriremos todas as províncias", assegurou.

O Ministério do Urbanismo e Habitação vai submeter à aprovação na próxima reunião do Conselho de Ministros a construção de 20 mil habitações em todo o

país, com prioridades para as províncias do Kuando-Kubango, Namibe, Uíje, Moxico, Zaire, Cabinda, Lundas Norte e Sul.

José Ferreira anunciou ainda que o Ministério que dirige vai lançar, no próximo mês de Agosto, o programa "Nossa casa", que prevê a venda de kits para a construção de habitação e, igualmente, a criação de três entrepostos para a venda, a baixo custo, do material de construção.

O ministro referiu que o sector está a trabalhar na produção de cartilhas que permitam aos cidadãos saber como ter acesso ao crédito para a compra da casa, tendo acrescentado que as mesmas estão a ser traduzidas nas línguas nacionais, para permitir que as populações do meio rural possam ter acesso.

José Ferreira apelou aos governadores provinciais para continuarem a realizar os planos directores de urbanização, para permitir a realização das obras com maior rapidez.

Por sua vez, o vice-ministro da Administração do Território, Graciano Domingos, lembrou aos deputados que o Governo criou, no ano passado, o Fundo de Gestão Municipal, para resolver problemas específicos que pudessem contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações.

6.7 Mais "cubatas" para o Zango

Agora 11 de Julho de 2009

O ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, revelou nesta semana a construção de duas mil casas, no zango, em Viana.

O governante fez este pronunciamento durante um encontro com s deputados da 4º comissão da Assembleia Nacional, tendo garantido ainda para o final deste mês a construção de mil e 200 casas na cidade o Soyo.

Frisou também que o seu ministério vai levar a cabo, em Setembro, construção de casas nas províncias Huíla, Bengo, Huambo e Malanje, processo que irá estender-se, entro de 6 meses, a mais quatro provinciais do país.

O pelouro do Urbanismo e Habitação vai igualmente, durante o mês de Agosto, executar o programa " Nossa casa" que prevê a venda de kits" para a construção e a Habitação e a criação de três entre posto para a venda a baixo custo de matérias de construção

José Ferreira afirmou que o sector está a trabalhar na

produção de cartilhas para permitir os cidadãos o conhecimento de como terem acesso ao crédito para a compra de residência, traduzindo-as nas línguas nacionais.

Avançou também que o seu Ministério vai submeter à provação, na próxima reunião do Conselho de ministros, da construção de 20 mil casas em todo o país, priorizando as províncias do Kuando-Kubango Namibe, Uíje, Moxico, Zaire, Cabinda, Lundas Norte e sul.

Por último, recordou aos governadores provinciais para continuarem a efectuar os planos directores de urbanização para permitir a realização das obras com maior rapidez.

6.8 Governador defende mais organização na execução do programa habitacional

Jornal de Angola 15 de Julho de 2009

O governador da província do Zaire, Pedro Sebastião, defende mais organização de todos os organismos intervenientes no processo de desenvolvimento urbano e habitacional, para garantir aos cidadãos uma qualidade de vida compatível com as oportunidades que o país oferece.

"É fundamental a nossa organização e estruturação para que o Governo não esteja alheio das suas responsabilidades, do seu papel orientador, dinamizador, regulador e de dar prioridade à solução do problema habitacional dos grupos mais vulneráveis, criando as infra-estruturas básicas de saneamento, de abastecimento de água e energia eléctrica, de vias de acesso e de investimentos na saúde e educação", disse o governador.

Pedro Sebastião falava durante a conferência provincial sobre desenvolvimento urbano e habitacional, que decorreu sob o lema "Habitação um desafio para todos", com a participação de directores provinciais, administradores municipais e membros da sociedade civil.

Pedro Sebastião disse que, embora o problema habitacional seja uma tarefa complexa em termos humanos, logísticos, materiais e de mobilização de recursos financeiros, é impossível, desde que exista vontade, firmeza, capacidade, organização e planeamento.

"A não tomada de medidas hoje vai criar sérios problemas amanhã. O Governo assumiu um compro-

misso público que é a construção de um milhão de fogos em quatro anos. E uma tarefa ambiciosa, mas, tal como no passado fomos capazes de vencer complexas batalhas, também agora vamos ser capazes de vencer", referiu.

Pedro Sebastião notou que as cidades da província do Zaire são pequenas, mas têm, nos últimos tempos, registado um crescimento desordenado com a chegada de novos habitantes.

"Este crescimento não tem sido acompanhado de medidas organizativas no domínio de planos director e de ordenamento do território, no sentido de estancar as construções anárquicas e clandestinas, numa autêntica demonstração de desrespeito do interesse público", disse o governador do Zaire.

6.9 Governador defende mais organização na execução do programa habitacional

Jornal de Angola 15 de Julho de 2009

O governador da província do Zaire, Pedro Sebastião, defende mais organização de todos os organismos intervenientes no processo de desenvolvimento urbano e habitacional, para garantir aos cidadãos uma qualidade de vida compatível com as oportunidades que o país oferece.

"É fundamental a nossa organização e estruturação para que o Governo não esteja alheio das suas responsabilidades, do seu papel orientador, dinamizador, regulador e de dar prioridade à solução do problema habitacional dos grupos mais vulneráveis, criando as infra-estruturas básicas de saneamento, de abastecimento de água e energia eléctrica, de vias de acesso e de investimentos na saúde e educação", disse o governador.

Pedro Sebastião falava durante a conferência provincial sobre desenvolvimento urbano e habitacional, que decorreu sob o lema "Habitação um desafio para todos", com a participação de directores provinciais, administradores municipais e membros da sociedade civil.

Pedro Sebastião disse que, embora o problema habitacional seja uma tarefa complexa em termos humanos, logísticos, materiais e de mobilização de recursos financeiros, é impossível, desde que exista vontade, firmeza, capacidade, organização e planeamento.

"A não tomada de medidas hoje vai criar sérios problemas amanhã. O Governo assumiu um compro-

misso público que é a construção de um milhão de fogos em quatro anos. E uma tarefa ambiciosa, mas, tal como no passado fomos capazes de vencer complexas batalhas, também agora vamos ser capazes de vencer", referiu.

Pedro Sebastião notou que as cidades da província do Zaire são pequenas, mas têm, nos últimos tempos, registado um crescimento desordenado com a chegada de novos habitantes.

"Este crescimento não tem sido acompanhado de medidas organizativas no domínio de planos director e de ordenamento do território, no sentido de estancar as construções anárquicas e clandestinas, numa autêntica demonstração de desrespeito do interesse público", disse o governador do Zaire.

6.10 A falta de planos urbanísticos e o aumento da criminalidade

Jornal de Angola 16 de Julho de 2009

A delinquência, reconheceu o Comandante-Geral da Polícia Nacional em entrevista publicada, ontem, no nosso jornal, tem vindo a aumentar no país, principalmente em Luanda, e a cada grupo desmembrado logo surge outro. O desemprego, muitas vezes associado ao ócio, e a falta de perspectivas, que não raro leva ao desespero, ao alcoolismo, ao consumo de drogas, estão na origem de muitos crimes, grande parte deles praticado por jovens.

A todos estes factores pode ser juntado outro, a falta de planos urbanísticos, principalmente nas grandes cidades, que proporcionam o aparecimento de amontoado de casas e casebres, sem o mínimo de condições de habitabilidade.

O projecto do Governo de construção de um milhão de fogos em quatro anos, por si só, não resolve o problema da criminalidade, mas vai, certamente, contribuir para a sua diminuição, do mesmo modo que a contínua aposta na escolaridade, na formação profissional, na criação de postos de trabalho. Aos jovens, cabe consciencializarem-se de que "o crime não compensa".

6.11 Sambizanga século XXI

O País 17 de Julho de 2009

Nos próximos anos, a maior parte do território do município do Sambizanga, em Luanda, deixará de ser

musseque com becos constituído por casebres, sem armamentos condignos, sem redes técnicas e fundamentalmente sem saneamento básico. Dentro daquele espaço geográfico da cidade de Luanda, nascerá um projecto urbanístico que dará outra cara àquele espaço da capital angolana; denominado projecto de requalificação e modernização do Sambizanga.

Assim sendo, os lendários bairros Operário, Musseque Mota, Frescura, Lixeira, Petrangol, Ossos, Uíje, Vale do Suroca, Nguenhã, bem como o mercado do Roque Santeiro, só para citar alguns, deixarão de ter as configurações que têm actualmente. Em seus lugares serão instalados edifícios habitacionais e outras infra-estruturas sociais modernas e do melhor que há em termo de tecnologia de construção civil, como documentam as imagens. O projecto de requalificação e modernização do Sambizanga não fica em nada a dever aos das cidades modernas de outros países, o que será um orgulho para os habitantes de Luanda, em particular, e do país, em geral.

Embora não esteja ainda aprovado pelo Conselho de Ministros, o projecto de requalificação do musseque do Sambizanga é uma realidade que poderá ser implementado quando estiverem reunidas todas as condições indispensáveis para a sua efectivação. Todavia, a verdade é uma: O Sambizanga não será o mesmo. Ele será completamente "transfigurado", representando como que uma mudança de dia para noite.

A requalificação e modernização do Sambizanga deriva de uma experiência que os seus promotores, a Akwasambila, beberam de vários países, entre eles o Egipto.

O administrador do município do Sambizanga, José Tavares, que também é presidente da Akwasambila, uma agremiação constituída por naturais daquela circunscrição de Luanda, disse a O País que o Egipto é uma referência em África e no Mundo nesse tipo de projecto, pelo que Angola procurará seguir como modelo. Com uma duração estimada de cinco anos, o projecto de a requalificação e modernização do musseque do Sambizanga será desenvolvido em várias fases.

A primeira fase, adiantou José Tavares, deverá começar pelo trabalho de cadastramento dos populares a evacuar, bem como a identificação da área de realojamento. Ainda não há data para o começo.

6.12 Edifício do Elinga vence o camartelo

O País 17 de Julho de 2009

O edifício que acolhe o Elinga Teatro, considerado Património Histórico e Cultural, já não será demolido, como confirmou o vice-ministro da Cultura Cornélio Caley, em entrevista concedida ao jornal O País, na última quarta-feira.

Segundo o governante, o espaço que durante décadas está ao serviço das artes e da cultura será preservado e continuará a ser um "verdadeiro testemunho histórico do passado colonial e parte integrante do património cultural do Povo Angolano", como está classificado desde 1981 no despacho assinado pelo então secretário de Estado da Cultura, Boaventura Cardoso.

"O Elinga está presente. Se tivesse se decidido o contrário, o Elinga já não existiria", afirmou, referindo que a decisão saiu de um debate que se realizou no seu próprio gabinete.

Cornélio Caley considerou ainda que a requalificação daquele edifício, com o número 6/12 e 8/14, sito no Largo Matadi (ex-Largo Tristão da Cunha), deverá passar por um estudo, realçando a necessidade de se conjugar esforços entre os que podem apresentar projectos para o efeito e o Ministério da Cultura.

"Precisamos saber o que é que se pode preservar: se as partes frontais, se as portas internas, enfim, o que é que no Elinga ainda pode ser visto por aqueles que o conheceram e reporte este antepassado. Não significa que vai ficar aquela muralha. O que se vai fazer é requalificar no sentido de fazer com que a parte essencial que memoriza o passado esteja presente", disse.

A decisão de não se demolir o Elinga terá resultado de uma onda de protestos levada a cabo por artistas, agentes culturais e pessoas anónimas e na sequência de urna série de debates à volta da preservação do Centro Histórico de Luanda, por ocasião do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios que se assinalou em 18 de Abril.

"Apesar dos debates, continuamos a ver alguns edifícios a serem derrubados, infelizmente, às vezes o poder económico tem mais força. Porém, os debates suscitaram a regulamentação da lei e o respeito por ela. Senão hoje Luanda estava toda caída, embora uns edifícios ainda estejam a cair, mas os culpados serão responsabilizados", disse o vice-ministro.

Em Maio do ano passado, nas vésperas da realização do primeiro Festival Internacional de Cultura e Artes de Luanda, organizado pelo Elinga Teatro, o director

daquele grupo, José Mena Abrantes, deu a conhecer publicamente que o referido edifício seria demolido para dar lugar a um parque de estacionamento, cujo projecto, a cargo da Imogestín, insere-se na requalificação da Baía de Luanda.

Em Dezembro, os "inquilinos" do Elinga chegaram até a receber ordem de despejo da Direcção Provincial da Habitação. Muitas vezes levantaram-se contra a decisão de se demolir o edifício. O certo é que até agora nem uma pedra foi removida.

Imogestín desconhece a decisão

Mário Guerra, director de comunicação e imagem da Imogestín, disse a O País que a sua empresa desconhece qualquer posição do Ministério da Cultura que se refira à não demolição do edifício do Elinga.

Abordado por telefone, a fonte referiu que até [mais de Maio deste ano, o que havia ficado acordado entre a empresa que representa, o MINICULT e o Governo Provincial de Luanda é que devia se preservar apenas uma fachada e que a mesma não está ainda devidamente especificada.

"Não há nenhum documento oficial sobre esta decisão que tenha chegado até à Imogestín... isso é estranho para mim", disse, dando a conhecer a existência de correspondências oficiais trocadas entre a sua empresa e as instituições acima citadas sobre o que ficou realmente acordado.

Mário Guerra disse ainda que o projecto imobiliário para o referido espaço, em princípio, vai ser implementado, garantindo que todo aquele quarteirão deverá ser demolido, como inicialmente estava previsto.

O director de comunicação e imagem da Imogestín considerou igualmente que esta questão deve ser abordada com bastante prudência, e que as declarações proferidas pelo vice-ministro da Cultura, Cornélio Caley, não deviam ser feitas se não pela via oficial, uma vez que se trata de "um assunto que já gerou muita polémica".

Segundo informações postas a circular, no local em que se encontra o edifício do Elinga seria erguido um prédio de oito andares, destinado a ser parque de estacionamento para fazer face à requalificação da Baía de Luanda.

6.13 Empresas empenhadas na realização do sonho da casa própria

Angolense 11 a 18 de Julho de 2009

O município do Sumbe beneficiou o ano passado de um projecto do Ministério da Juventude e Desporto. O mesmo consiste na construção de setenta residências para jovens cujas obras foram adjudicada a construtora RMP – construções e serviços. Cinquenta casas já estão concluídas nos municípios do Porto Aboim, Gabela e Waco Kungo. Projectos semelhantes decorrem noutros pontos da província

Segundo fonte da Direcção Provincial da Juventude e Desporto, as residências serão atribuídas aos jovens com idades compreendidas entre os vinte e cinco a trinta e cinco anos, àqueles que não possuem casa própria e uma actividade remunerada.

A condição para atribuição das casas é de cinquenta por cento para casais e dez por cento para jovens solteiros, pois os beneficiários devem ter ocupação socialmente útil para que no acto do pagamento das mesmas não haja qualquer embaraço.

O valor global do pagamento de cada uma das casas é de trinta mil dólares, que deve ser pago num prazo de vinte anos.

Líderes das associações juvenis consideram positiva a conclusão das primeiras residências, e acham que o governo deve fazer mais no sentido de concluir os arruamentos e esgotos por forma as águas das chuvas não danificarem as paredes e degradarem as residências.

Roberto Mendonça, patrão da RMP - construções e serviço, encarregue das obras, disse que há muito trabalho para ser feito na província. "Para além das obras que estamos a concluir na cidade do Sumbe, temos outra empreitada na vila do Waco Kungo, e vamos construir vinte e duas residências também do tipo T3.

O nosso maior problema é a aquisição de inertes e cimento, pois o Waco Kungo está situado numa zona muito a esquerda das províncias onde tiramos o material. Mas estamos certos de que isso não vai condicionar o nosso trabalho", informou.

O responsável informou, por outro lado, que a sua empresa vai dar emprego a sessenta jovens locais, entre eles mestres e ajudantes de obras.

De acordo com a fonte que temos vindo a citar, no Porto Aboim, serão construídas duzentas e cinquenta casas na localidade de Ngola Lombo, na zona norte do município situada a vinte e cinco quilómetros da cidade, no âmbito da construção de fogos habitacionais em todo o país, a mesma esta a cargo da empreiteira

ONDJU SALO.

O projecto foi apresentado recentemente pelo presidente da Associação das Industrias de Angola (AIA), José Severino, que disse que as residências que serão erguidas são de qualidade reconhecida e apelou a população da localidade a darem o seu contributo para a concretização do projecto.

"O governo lançou o desafio para a construção de um milhão de casas, e nós como parceiros do governo não poderíamos ser apenas observadores, tomamos a iniciativa de procurar uma tecnologia que se compatibilizasse com as condições objectivas da maioria do nosso povo, os materiais que estão a ser usados são estudados laboratorialmente e tem aplicações noutros países, por isso, é que todos devem apoiar por formas a alcançarmos os êxitos desejados", apelou.

Para Aleides Flora, director-geral da ONDJUSALO construções, a empresa que dirige tem todas as condições criadas por formas a arrancar o projecto sem mais parar.

E no município da Gabela, também decorrem obras para construção de casas para a juventude, mais o cenário é constrangedor porque os jovens estão de costas viradas com administração do município pelo facto da mesma ter escolhido uma zona que não é do agrado da juventude. O mais caricato é que não há colaboração com as autoridades locais.

Jovens questionam aquisição das residências
Para a juventude do Kwanza-Sul, as casas serão atribuídas aquelas pessoas que já possuem residências, pois, no acta de entrega os que recebem são sempre as mesmas pessoas e aqueles que ocupam cargos de destaque no governo e não aos jovens, que carecem de casa. Carlos Miranda, de 26 anos, que tem como ocupação a docência, disse que o governo tem de melhorar o salário dos funcionários por formas a que cada um consiga sem dificuldades, pagar a sua casa, embora o tempo estipulado para o pagamento das residências oferece vantagens, mas os salários continuam ainda baixos.

"1finta mil dólares para pagar em vinte anos, é possível, mas o maior problema será para aqueles que auferem um salário de miséria, já que muitos de nós não trabalham nas empresas estatais, e alguns patrões privados ainda remuneram mal os seus trabalhadores, tendo que sustentar a família, será um desafio", lamentou. Lucas Bernardo, de 32 anos, mostrou-se satisfeito com a conclusão das primeiras residências, na cidade do Sumbe. Para ele o mais caricato é o facto das casas

terem levado muito tempo para a sua conclusão e mesmo assim ainda faltam os armamentos e as redes técnicas para oferecer dignidade aos moradores.

6.14 Criado grupo de execução das políticas de urbanismo

Jornal de Angola 18 de Julho de 2009

O Governo Provincial do Cunene, reunido na primeira reunião da Comissão Provincial para Implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, realizada quarta-feira em Ondjiva, decidiu criar o Grupo Técnico de Execução para a materialização das medidas e políticas do urbanismo e habitação local.

A reunião resulta do cumprimento das orientações saídas da Conferência Provincial sobre Habitação realizada no passado dia 8 de Junho e que tem como meta a construção de 35.800 fogos nos próximos quatro anos.

A comissão tem como missão definir o orçamento para o seu funcionamento, compor o gabinete técnico e os meios e elaborar os cronogramas de actividades e outras acções a realizar até ao fim do ano em curso.

Segundo o arquitecto Francisco Sinda, director provincial do Instituto de Ordenamento do Território (INOTU), a comissão tem igualmente o objectivo de criar propostas das reservas fundiárias na província do Cunene em colaboração com os institutos que pertencem ao Ministério do Urbanismo e Habitação e outros consultores.

6.15 Prioridade da Agenda Política Nacional "Problema da habitação foi discutido em Benguela"

Jornal de Angola 20 de Junho de 2009

A política habitacional esteve em debate, ontem, em Benguela, num encontro realizado no quadro das recomendações da Conferência Nacional, realizada em Maio, em Luanda.

Durante o encontro, promovido pelo governo da província, foram abordadas questões como "O programa de urbanização para promoção", "As infra-estruturas básicas e materiais de construção", "Os mecanismos de financiamento do programa de desenvolvimento urbano" e "Promoção habitacional e questões ambientais".

Ao falar na abertura do evento, o governador da

provincia salientou a importancia do encontro, que permite partilhar ideias sobre a questao da habitacao.

Armando da Cruz Neto afirmou que o problema da habitacao constitui uma das principais prioridades da agenda politica nacional.

O governador exortou os participantes a concentrarem-se nas politicas, metas e objectivos ja traçados, para, de uma forma pragmática e realista, estabelecerem-se estrategias adequadas, que permitam realizar os programas de construcao de habitacoes sociais.

A conferencia, frisou, serviu para desafiar a inteligencia e a criatividade dos presentes, para a construcao de cenários e a apresentacao de solucoes concretas" do problema ai habitacional.

Cruz Neto reafirmou o compromisso do Governo em cumprir com as metas assumidas quanto a construcao de um milhao de casas nos proximos quatro anos, prevendo-se para Benguela 150 mil.

Defendeu a necessidade de se estruturar os programas executivos com que tenham presente o contexto actual da provincia, realidades economicas e financeiras, adiantando que o Governo vai ser "rigoroso e implacavel na concepcao de terrenos" e tornar os "processos administrativos mais transparentes e simples".

Revelou, ainda, que, uma vez definidas as reservas fundiarias para fins habitacionais e registadas em conservatorias, sao concedidos terrenos para a construcao de casas com as correspondencias de infra-estruturas e saneamento basico, abastecimento de agua, energia electrica e equipamentos essencial necessario.

"É importante acabar com a construcao anarquica que cresce por toda provincia, visto que proporciona ma qualidade de vida, provoca o surgimento de ravinas, destruicao de casas; assim como a criaao de condicoes para a propagacao de endemias", disse.

6.16 Materiais de construcao com preços muito altos

Jornal de Angola 20 de Julho de 2009

O aumento dos preços dos materiais de construcao, no municipio do Sumbe, preocupa os cidadaos, sobretudo os jovens recém-casados que pretendem construir a sua casa.

Lina Ernesto, morador do bairro E-15, disse que os preços dos materiais de construcao, cimento, varoes e

chapas de zinco e lousalite sao arrepiantes e concorrem para desistir de construir uma casa, através do programa de auto-construcao dirigida.

Lino Ernesto afirmou que o preço do saco de cimento varia entre 1.400 e 1.500 Kwanzas, o mesmo preço para o varao de ferro de 12 milímetros e a carrada de pedra e areia chega a custar 20 a 26 mil Kwanzas.

Para Claudio, o Estado devia tabelar os preços da areia e da pedra para facilitar a sua aquisicao pelos necessitados. "Muita gente está a enriquecer com a venda de inertes, praticando preços exorbitantes de meios que não gastaram muito para a sua exploracao e quem sofre com essa pratica sao os pobres, principalmente os jovens, que ao mesmo tempo, se debatem com a falta de emprego", disse.

Os jovens esperam que, quando a fabrica de cimento implantada na provincia iniciar a producao., os preços baixem, mas advogam a necessidade do. Ministerio da Industria subvencionar os preços nesta fase de reconstrucao nacional.

Uma fabrica de cimento está em construcao a Norte da cidade Sumbe. Luis Samuel, pedreiro de profissao, é outro jovem que manifestou a sua preocupacao porque para construir a casa, precisa de muito dinheiro dado que os materiais de construcao civil atingiram preços proibitivos. "O Governo angolano tem de investir mais na industria, para ver resolvido o problema habitacional dos cidadaos", disse.

O reverendo Domingos Cafuanda, pastor da Igreja Metodista Unida do Sumbe, que tem a sua obra em fase de conclusao, afirmou que o fim do conflito armado também contribuiu para o aumento da procura, pois a necessidade de obter uma moradia é urgente para a populacao que abandonou as suas Zonas de origem.

De acordo com o reverendo Domingos Cafuanda, a edificacao da fabrica de cimento vai solucionar muitos problemas. Apelou ao Ministerio do Comercio para unificar os preços para facilitar a compra dos produtos, tendo em conta as condicoes individuais de cada um.

6.17 Construcoes anarquicas prejudicam urbanizacao

Jornal de Angola 22 De Julho de 2009

O governador provincial do Bengo disse, ontem, no municipio do Pango-Aluquem, que a "construcao anarquica tem causado muitos transtornos na urbanizacao da provincia".

Jorge Inocêncio Dombolo apelou às autoridades tradicionais que levem a mensagem à população para "terminarem com as construções desordenadas".

"As obras anárquicas de várias edificações têm de acabar é preciso que a população legalize, junto da Administração, os terrenos para que se possam entregar as reservas reconhecidas pelo Estado", disse.

O Governo, acrescentou, desse, Já manter a organização na cedência de terras para a auto-construção dirigida, visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

O governador anunciou que, brevemente, a comuna do Cazuangongo vai beneficiar de 20 casas para funcionários públicos e técnicos da Saúde, professores e quadros da administração.

O governador visitou a escola do ensino primário, o jango comunitário, o posto de saúde, as sondas de perfuração de água, o hospital municipal, o campo de futebol e o local da reserva fundiária Jorge Dombolo mostrou-se satisfeito com o andamento das do troço rodoviário, de 45 quilómetros, que liga a comuna do Úcua, no município do Dandé, a município do Pango-Aluquém.

O município do Pango-Aluquém, 110 quilómetros a Norte d Caxito, tem nove mil habitantes: que se dedicam, essencialmente, agricultura de subsistência.

6.18 Casas sociais da Juventude ficam concluídas em Agosto

Jornal de Angola 24 De Julho de 2009

As obras de construção de 46 casas sociais, das 90 previstas para a juventude na província da Lunda-Sul, terminam em Agosto próximo, garantiu ontem, em Saurimo, o encarregado de obras, Sérgio Cunha.

As casas do bairro da juventude, ainda de acordo com Sérgio Cunha, estão a ser construídas dentro dos padrões de arquitectura moderna e são do tipo T3.

O projecto, acrescentou, engloba uma rede de esgotos bem estruturada e a construção de um reservatório com capacidade de 100 metros cúbicos de água para suprir défices no abastecimento.

A obra garantiu emprego a muitos jovens locais, como Jamba Munda e Martins Caumba, até então desempregados. "Ganhámos o nosso primeiro emprego, do qual resulta salário para sustentarmos as nossas famílias, disseram.

Na primeira fase vão ser entregues 46 casas das 90 previstas.

6.19 Famílias vão beneficiar de casas própria em Bula Atumba

O Independente 25 De Julho de 2009

Pelo menos 13 mil famílias vão beneficiar de casa própria nas localidades de Bula Atumba e Quibaxe (Dembois), na província do Bengo. A garantia vem do governador provincial Jorge Inocêncio Dombolo, que anunciou já para Agosto próximo o arranque das obras a cargo das empresas LR e a Odebrecht.

Jorge Inocêncio Dombolo disse ao Independente que está em curso a localização dos espaços para a construção das moradias, em áreas mínimas de cem metros quadrados, contando com as fontes de água e de energia eléctrica mais próximas, tendo sido já identificadas quatro reservas fundiárias.

No município de Bula Atumba as duas reservas possuem áreas acima de 300 hectares cada. Nos Dembois as duas áreas localizam-se na sede municipal - Quibaxe sendo uma na zona do aeródromo e outra na área da Banza Antiga.

Por outro lado, mais de 200 habitações sociais serão construídas este ano no município do Ambriz, 127 quilómetros a Sudoeste da cidade de Caxito, no quadro do Programa de Autoconstrução Dirigida, anunciou o administrador local, António Luís.

O projecto habitacional inclui infra-estruturas básicas, nomeadamente uma zona comercial, um centro de saúde, escolas, mercado, campo de futebol e uma unidade policial.

As autoridades administrativas advertem os municípios para não construírem em zonas consideradas reservas do Estado, por forma a permitirem o desenvolvimento habitacional da região. António Luís lembrou que a cedência de terrenos deve ser feita de acordo com o projecto de urbanização elaborado pela administração municipal.

Fez saber que em 2008 foram concluídos 22 projectos sociais, dos 24 aprovados, faltando a inauguração da residência protocolar e do centro de captação de água no rio Loge.

No programa do governo local para 2009 consta a execução de 29 projectos Sociais, no quadro do programa de descentralização da gestão financeira municipal, consubstanciado na construção e reabilitação

de mais escolas, postos de saúde, centros infantis, quadras desportivas e zonas verdes, assim como a melhoria da distribuição de água potável, energia eléctrica, saneamento básico e terraplanagem das vias terciárias.

O município do Ambriz, com três comunas (Tabi, Bela Vista e Sede) possui uma população estimada em 13 mil habitantes, maioritariamente agricultores e pescadores artesanais.

6.20 Começou construção de casas para jovens

Jornal de Angola 30 De Julho de 2009

Em Malanje, 93 habitações vão ser construídas num espaço de 100 hectares onde está previsto nascer um bairro residencial.

As obras têm a duração de seis meses e as casas pertencem ao Projecto Angola Jovem, desenvolvido pelo Ministério da Juventude e Desportos.

O custo total do programa em Malanje ultrapassa os 300 milhões de dólares e vai dar emprego a 300 jovens entre profissionais e ajudantes.

O vice-ministro da Juventude, Yaba Alberto, que procedeu ao lançamento da primeira pedra para a construção do bairro social da juventude, referiu que as casas vão responder às necessidades habitacionais dos jovens.

Yaba Alberto disse que a concretização do projecto em Malanje é importante, tendo em conta as várias inquietações que a massa juvenil tem vindo a apresentar, no capítulo habitacional e necessidade do primeiro emprego.

Yaba Alberto recomendou aos líderes das organizações juvenis, empreiteiros, empresa fiscalizadoras e ao Governo Provincial para redobrem esforços e apresentarem ideias construtivas que contribuam para a conclusão das obras no prazo preconizado.

No espaço onde estão a ser erguidas as casas sociais para a juventude, prevê-se a construção de outras infra-estruturas como espaços verdes, pavilhões gimnodesportivos, campo de futebol, bancos, uma esquadra policial e um centro cultural.

O projecto contempla também a construção de uma subestação de abastecimento de energia e águas potável parque infantil, posto médico, escolas do I e 11 níveis, casas comerciais e bombas de combustíveis.

6.21 Luanda tem planos para construir casas

Jornal de Angola 31 De Julho de 2009

O Governo da Província de Luanda apresenta hoje, no Centro de Convenções de Talatona, as reservas de terrenos para construção de casas e as formas de obtenção de lotes, para responder ao Programa Nacional de Habitação.

A apresentação vai ser feita durante a Conferência Provincial sobre Urbanismo e Habitação, que tem a participação de membros de associações juvenis, comissões de moradores, assembleias de condóminos, agentes imobiliários, agentes de construção civil, ordens e associações profissionais e estudantes universitários.

O vice-governador de Luanda para a área técnica, Bento Soito, disse que durante a conferência, o Governo Provincial vai transmitir informações sobre a simplificação e modernização dos procedimentos para aquisição de terrenos e construção de habitações. Os agentes imobiliários e de construção civil vão poder obter informações sobre as formas de relacionamento com as administrações locais e com o

Governo Provincial de Luanda, no sentido de verem materializadas as suas intenções. A conferência vai abarcar três painéis. O primeiro vai abordar os "Planos Estruturantes da Província de Luanda", o segundo vai falar da "Requalificação Urbana e Novas Urbanizações" e o terceiro vai tratar do "Programa de Habitação Social".

Bento Soito sublinhou que a conferência tem como propósito "fazer chegar aos cidadãos aquilo que o Governo Provincial de Luanda tem no âmbito da construção de um milhão de casas em todo o país" e espera que "toda a sociedade civil possa fazer parte do Programa de Habitação social".

A Conferência Provincial de Luanda enquadra-se na estratégia de implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que tem por meta a promoção e construção de um milhão de casas nos próximos quatro anos.

O objectivo dos organizadores é o de promover a apresentação de planos, programas e projectos urbanísticos e habitacionais, com destaque para a habitação social e de média renda.

6.22 Política Habitacional: Parlamento e o Governo em sintonia

Os países 31 De Julho de 2009

A Assembleia Nacional, no seu relatório parecer sobre o projecto de Lei de revisão do Plano Nacional, encorajou o Governo a liberalizar, efectivamente, as importações de materiais de construção, incluindo o cimento, até que a produção nacional satisfaça os níveis de procura interna.

Esta medida, de acordo com o documento da 5ª comissão da Assembleia Nacional, decorre do reconhecimento dos esforços do Governo “em aplicar de forma audaciosa e eficaz, planos e programas de habitação que permitirão a reorganização do sector urbanístico e habitacional”. Acrescenta que aquela medida justifica-se com a necessidade de igualmente se elaborarem planos directores e urbanísticos em todo o país, visando em última instância estancar definitivamente as construções anárquicas e outras atitudes contrárias à urbanização dos espaços habitacionais.

Materiais de construção mais baratos o Governo, na sua mais recente declaração no termo de mais uma reunião do Conselho de Ministros, aprovou a implementação do projecto denominado “Nossa Casa”, que será enquadrado no âmbito da actividade comercial do PRESILD. O mesmo projecto de venda de materiais de construção civil comporta ainda um sub-programa denominado “Kit Minha Casa” que permitirá a aquisição de todos os materiais necessários para a construção de habitações sociais em todos os lugares, onde a rede de lojas do PRESILD estiver estabelecida.

De acordo com o comunicado do Conselho de Ministros, “o Governo aprovou o decreto sobre as normas regulamentares referentes à estrutura financeira, funcional e organizacional do Fundo de Fomento Habitacional, como instrumento da política de habitação, visando a promoção, urbanização, construção e gestão da habitação, em especial da habitação de carácter social”. Foi ainda aprovado, na mesma ocasião, o decreto-lei que concede isenção de direitos aduaneiros e do imposto de consumo, na importação de mercadorias destinadas à construção de habitações sociais ou à prossecução da política habitacional complementar do Estado.

Para efeitos de concessão de isenções aduaneiras, o Governo considera de superior interesse público a construção de habitações de baixa ou média rendas apoiada pelo Estado ou pelas pessoas colectivas de direito público com vista a criar melhores condições de

vida à população de baixa renda.

Em obediência ao princípio da parceria público-privada, o Conselho de Ministros aprovou no último encontro, a que foi estabelecida entre o Governo da Província de Luanda e o Grupo Oil Minerals Telecons Ltd., uma sociedade de direito britânico.

O Kit poderá ser adquirido em qualquer uma das lojas do projecto “Nossa Casa”, futura rede de comercialização de materiais de construção a ser implementada pelo PRESILD, com o intuito de contribuir para a redução dos preços dos materiais de construção no mercado vai facilitar a construção de habitações sociais.

Nossa casa Lojas PreA Assembleia Nacional, no seu relatório parecer sobre o projecto de Lei de revisão do Plano Nacional, encorajou o Governo a liberalizar, efectivamente, as importações de materiais de construção, incluindo o cimento, até que a produção nacional satisfaça os níveis de procura interna.

Esta medida, de acordo com o documento da 5ª comissão da Assembleia Nacional, decorre do reconhecimento dos esforços do Governo “em aplicar de forma audaciosa e eficaz, planos e programas de habitação que permitirão a reorganização do sector urbanístico e habitacional”. Acrescenta que aquela medida justifica-se com a necessidade de igualmente se elaborarem planos directores e urbanísticos em todo o país, visando em última instância estancar definitivamente as construções anárquicas e outras atitudes contrárias à urbanização dos espaços habitacionais.

Materiais de construção mais baratos O Governo, na sua mais recente declaração no termo de mais uma reunião do Conselho de Ministros, aprovou a implementação do projecto denominado “Nossa casa”, que será enquadrado no âmbito da actividade comercial do PRESILD. O mesmo projecto de venda de materiais de construção civil comporta ainda um sub-programa denominado “KitMinhaCasa” que permitirá a aquisição de todos os materiais necessários para a construção de habitações sociais em todos os lugares, onde a rede de lojas do PRESILD estiver estabelecida.

De acordo com o comunicado do Conselho de Ministros, “o Governo aprovou o decreto sobre as normas regulamentares referentes à estrutura financeira, funcional e organizacional do Fundo de Fomento Habitacional, como instrumento da política de habitação, visando a promoção, urbanização, construção e gestão da habitação, em especial da

habitação de carácter social”. Foi ainda aprovado, na mesma ocasião, o decreto-lei que concede isenção de direitos aduaneiros e do imposto de consumo, na importação de mercadorias destinadas à construção de habitações sociais ou à prossecução da política habitacional complementar do Estado.

Para efeitos de concessão de isenções aduaneiras, o Governo considera de superior interesse público a construção de habitações de baixa ou média rendas apoiada pelo Estado ou pelas pessoas colectivas de direito público com vista a criar melhores condições de vida à população de baixa renda. Em obediência ao princípio da parceria público-privada, o Conselho de Ministros aprovou no último encontro, a que foi estabelecida entre o Governo da Província de Luanda e o Grupo Oil Minerals Telecons Ltd., uma sociedade de direito britânico.

O Kit poderá ser adquirido em qualquer uma das lojas do projecto “Nossa Casa”, futura rede de comercialização de materiais de construção a ser implementada pelo PRESILD, com o intuito de contribuir para a redução dos preços dos materiais de construção no mercado vai facilitar a construção de habitações sociais.

Nossa casa Lojas Presild. O Ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, esclarece que depois da decisão do Conselho de Ministros, as Lojas do Presild vão buscar financiamento junto de bancos comerciais para aquisição dos materiais a serem comercializados. Segundo ele, não se vão erguer lojas à parte para comercializar o “KitMinhaCasa”, aprovado esta quarta-feira pelo Governo, mas sim serão construídas naves junto das lojas existentes, e a gestão destas será da responsabilidade de quem gere as lojas Presild. José Ferreira anunciou que já está definida a lista de material de construção a ser vendido, mas os preços destes materiais serão estabelecidos depois de um estudo de mercado.

Os materiais vão ser adquiridos no mercado nacional, para aqueles que são fabricados no país como blocos, tijolos e outros, mas também do estrangeiro que dispõe de uma variada gama de materiais não fabricados em Angola. O Laboratório de Engenharia do Ministério das Obras Públicas está igualmente integrado no processo de avaliação da qualidade dos materiais que passarão a ser vendidos ao público interessado em construir as respectivas casas, garante o dirigente. O objectivo desta medida é baixar o preço dos materiais de construção para permitir a iniciativa privada construir habitações sociais pelas pessoas de baixa e média renda.

O Ministro do Urbanismo e Habitação, José Ferreira, esclarece que depois da decisão do Conselho de Ministros, as Lojas do Presild vão buscar financiamento junto de bancos comerciais para aquisição dos materiais a serem comercializados.

Segundo ele, não se vão erguer lojas à parte para comercializar o “KitMinhaCasa”, aprovado esta quarta-feira pelo Governo, mas sim serão construídas naves junto das lojas existentes, e a gestão destas será da responsabilidade de quem gere as lojas Presild.

José Ferreira anunciou que já está definida a lista de material de construção a ser vendido, mas os preços destes materiais serão estabelecidos depois de um estudo de mercado.

Os materiais vão ser adquiridos no mercado nacional, para aqueles que são fabricados no país como blocos, tijolos e outros, mas também do estrangeiro que dispõe de uma variada gama de materiais não fabricados em Angola. O Laboratório de Engenharia do Ministério das Obras Públicas está igualmente integrado no processo de avaliação da qualidade dos materiais que passarão a ser vendidos ao público interessado em construir as respectivas casas, garante o dirigente.

O objectivo desta medida é baixar o preço dos materiais de construção para permitir a iniciativa privada construir habitações sociais pelas pessoas de baixa e média renda.

6.23 Província de Luanda realiza amanhã conferência de urbanismo e habitação

Jornal de Angola 31 De Julho de 2009

O Governo da Província de Luanda realiza, amanhã, no Centro de Convenções de Talatona, uma Conferência sobre Urbanismo e Habitação.

A conferência provincial de Luanda é uma iniciativa do Governo de Angola e insere-se na estratégia de implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, que tem por meta a promoção e construção de um milhão de casas sociais nos próximos quatro anos.

O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação define a política e estratégia integrada adoptada pelo Governo para a consecução dos objectivos nacionais referentes ao sistema de desenvolvimento urbanístico e do parque habitacional nacional.

A conferência visa promover a apresentação de planos, programas e projectos urbanísticos e habitacionais, com particular incidência para a habitação social e de médio

rendimento.

Com a realização da conferência, o Governo da Província de Luanda pretende dar a conhecer os procedimentos, critérios e modalidades legais e administrativos para a obtenção de terrenos e edificação de habitações por pessoas singulares e colectivas.

Pretende, igualmente, dar a conhecer o processo de modernização, simplificação e tramitação processual de atendimento aos cidadãos no âmbito do Programa Provincial de Urbanismo e Habitação. Dinamizar e reforçar os mecanismos de constituição de modelos de parcerias público-privadas no domínio da produção de habitação para o segmento de média e baixa renda são outros objectivos da conferência.

N a conferência, os participantes vão debater os Planos Estruturantes da Província, o Plano Director de Saneamento, Requalificação Urbana e Novas Urbanizações e o Programa de Habitação.

Participam na conferência membros de Associações Juvenis, Comissões de Moradores, Assembleias de Condóminos, Agentes Imobiliários, Agentes de Construção Civil, Ordens e associações profissionais e estudantes universitários.

A requalificação urbana do território nacional e de Luanda esteve em debate, terça-feira, na Assembleia Nacional. Os deputados aprovaram uma resolução sobre a Política Sectorial de Gestão dos Espaços Urbanos de Luanda, e recomendaram que o Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda e os demais Governos provinciais e administrações municipais acelerem o processo de elaboração do Plano de Ordenamento do Território, dos planos urbanísticos, dos planos directores das cidades e municípios e procedam à conclusão e divulgação dos estudos para redefinição dos espaços urbanos e peri-urbanos.

7 TERRA

7.1 Velhas aldeias esquecidas

A Capital 04 de Julho de 2009

A Capital Tem-se dito que os agricultores rurais encontrados, não abrangidos pelo PAN, são as principais vítimas pelo facto de lhes estarem a ser retirados os espaços nos quais desenvolviam actividade agrícola.

RL – O problema de terras no Waku-Kungu é um assunto sério. Ao nível local merece um debate. A ocupação de terras para fazendas por vários interessados é uma ambição incomensurável. Não há quem não queira ter uma parcela (fazenda) lá ao nível dos diversos pelouros do Aparelho Central. E isto choca com o direito das terras comunitárias ou de pequenas famílias. Não estou contra qualquer pretensão de as pessoas obterem e ocuparem terras para fazendas, mas devo apresentar a minha opinião no sentido de haver maior cautela com os direitos fundiários das comunidades locais. Porque em vez de passar a ideia do desenvolvimento, estaremos a criar focos de conflitos. E ninguém gostaria de estar à sombra da bananeira na sua fazenda, mas à volta tem uma comunidade insatisfeita e sem meios de sobrevivência, porque a lavoura familiar foi engolida pelos enormes hectares do senhorio.

A Capital O PAN deixou de ser uma esperança?

RL – O PAN é sim uma esperança. E continua a ser uma esperança, uma palavra acertada. Mas um caminho longo a percorrer. Aliás, «Caminho» é uma das palavras do lema do Projecto. Os responsáveis do PAN precisam de dialogar mais com as comunidades e com os beneficiários directos do Projecto. Precisam de cumprir determinados compromissos assumidos, que agora lançam as pessoas em incertezas e esperanças dúbias. O Projecto precisa de ser um sistema mais aberto, participativo e fiel ao passado.

A Capital – A queda do preço do crude no mercado mundial é apontada como boa oportunidade para as economias antes dependentes dele, abrirem novas fontes de receita. Nisso, onde enquadra projectos com a dimensão do PAN, já que o nosso país tem um grande potencial agrícola?

RL - Não há dúvidas nenhuma. Tenho estado a defender em tudo o que é canto, neste país. Temos de investir na agricultura. Foi isto que colocou aos altos patamares a Alemanha depois da segunda guerra mundial. A aposta na Agricultura é uma política certa e oportuna. Temos também o outro potencial: o turismo.

Temos lindas paisagens, lugares exóticos, montanhas exuberantes, no Waku-Kungu. É outra forma de desenvolvimento local. Só que o empresariado emergente nem sempre tem apoios. Se for desenvolvida a agricultura, teremos custos baixos dos produtos a consumir, um nível de vida saudável, e uma concorrência pujante junto de outros mercados que nos invadem actualmente (a África do Sul e a Namíbia). Temos de ser ambiciosos e orgulhosos pelas nossas terras férteis, mas é preciso que as cultivemos, senão teremos um país de famintos e de pobres sempre a mendigar até um prato de sopa. A FAO (Fundo das nações Unidas para a Agricultura), na pessoa do seu director-geral, Jacques Diouf, foi essa ideia que transmitiu aos nossos dirigentes angolanos, aquando da sua recente visita. Vamos, agora, entre os dias 3 e 12 de Julho, comemorar o 39º (trigésimo novo) aniversário da cidade do Waku-Kungu. A cidade estará em festa. Será uma oportunidade para todos reflectirmos em todos estes assuntos. Muito obrigado.

7.2 Projecto aldeia nova em marcha lenta

A Capital 04 de Julho de 2009

Considerado o maior empreendimento agro-industrial em tempo de paz, o PAN foi orçado em 70 milhões de dólares, cuja primeira fase envolvia a criação de 600 fazendas familiares, numa extensão de 22 quilómetros quadrados. É uma iniciativa do Governo angolano, inicialmente administrada pelo grupo israelita LR.

Eram principais objectivos do Projecto, produzir bens alimentares e criar postos de trabalho, sobretudo, para ex-militares dos dois lados do conflito angolano. Os beneficiários receberiam, cada família, uma casa, mobília, instrumentos de trabalho e animais para produção, além de um terreno de 30 hectares.

Neste terreno, três hectares seriam utilizados por cada família para o cultivo de hortaliças e a criação de animais, enquanto os restantes 27 hectares, que também estariam a seu cargo, estariam integrados numa grande lavoura colectiva que produziria milho, soja e girassol, entre outros produtos.

As famílias abrangidas pelo PAN teriam o seu sustento assegurado pela venda dos produtos animais e agrícolas, mas também por uma percentagem da produção da lavoura colectiva.

Entretanto, volvidos quatro anos, isto é, desde a sua inauguração pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, aos 30 de Novembro de 2005, as coisas apresentam-se aquém daquilo que eram as pre-

visões. Reis Luís que falava sobre o assunto a este semanário, aponta problemas como a falta de água potável, electricidade, e saneamento básico deficitário.

Mas as críticas quanto a inviabilidade do Projecto não são de agora. Já em 2007, o engenheiro agrónomo Fernando Pacheco, levantava uma série de factores que se não fossem tidos em conta, muito do que se esperava do PAN não passaria de mera intenção.

Entendia o especialista (in África 21, nº 12, Dezembro 2007) que as deficiências na planificação e gestão do PAN eram evidentes. «Por exemplo, se um beneficiário for contemplado com uma exploração de ovos, está melhor, em dispêndio de tempo e de energia e em rendimentos, do que aquele que lhe tenha saído na rifa a produção de leite», exemplificou, ao acrescentar que o custo dos insumos agrícolas, como adubos e rações, que os beneficiários têm obrigatoriamente de adquirir ao Projecto, são normalmente mais caros do que no mercado. O PAN, segundo ele, não teve respaldo em estudos adequados.

«Um projecto desta envergadura exige um investimento prévio em experimentação a fim de se testarem os sistemas produtivos. Daí a defesa que eu faço da contenção de projectos que não estejam suportados em estudos rigorosos», enfatizou e explica que o modelo de organização da produção e de gestão do PAN é inspirado nos «kiboutez» israelitas - um sistema de colonização semelhante ao «closed supervision» do tempo colonial, no qual, uma direcção centralizada impõe um plano e os agricultores têm pouca ou nenhuma liberdade para tomarem iniciativas.

«Cada beneficiário está limitado a uma actividade pecuária, à produção colectiva de forragens e ao cultivo de alguns produtos agrícolas nas parcelas individuais, mas sempre sob o comando da direcção do Projecto», atesta Fernando Pacheco, para quem uma análise realizada no colonato da Cela poderia ter evitado alguns erros que voltaram a ser cometidos. A opção por um modelo de «closed supervision», por exemplo, para este especialista, foi uma escolha pouco feliz.

«Não se pode conceber, num mundo moderno, qualquer processo de desenvolvimento que coarcte as iniciativas individuais, a criatividade e a liberdade de escolha, como explicita a definição de Desenvolvimento Humano adoptada pelas Nações Unidas», defendeu.

Ainda assim, Fernando Pacheco considerou que, tal como havia acontecido com o antigo colonato, o PAN tem proporcionado resultados parciais bastante

positivos, tais como a reparação de infra-estruturas produtivas e sociais, a criação de empregos, a formação dos agricultores, as inovações tecnológicas e alguns níveis de produção interessantes, salientando, neste aspecto ao A Capital, a produção de ovos.

«As propostas tecnológicas e de gestão são avançadas, mas demasiado complexas, e podem pôr em causa a apropriação por parte dos agricultores, apesar do notável esforço para a sua capacitação», observou, notando que tais propostas foram impostas e, quando houve discussão ou diálogo, foi com técnicos israelitas, logo, prejudicadas pelos aspectos de linguagem e de idiosincrasia. Na reflexão que fez, Fernando Pacheco projectou a inviabilidade da expansão do PAN, partindo do princípio de que se com cada beneficiário o Estado está a gastar cerca de 37 mil dólares, então exigiria aproximadamente seis mil milhões de dólares para reinserir os 170 mil soldados desmobilizados.

«Parece incomportável para a economia angolana. Os beneficiários poderiam ter outras opiniões sobre o tipo de investimento a realizar com o dinheiro disponibilizado pelo Governo, ainda que pudessem ser aconselhados pelos técnicos do projecto».

7.3 As Huíla emitem mais cinco títulos a favor das comunidades tradicionais

Angolense 27 a 04 de Julho de 2009

O Governo da Província da Huíla acaba de emitir, com a data de 17 de Junho de 2009, mais cinco títulos de reconhecimento de ocupação, posse e direitos de uso e fruição de terrenos rurais comunitários.

Comunidades beneficiadas por estes reconhecimentos, todas pertencentes ao município de Caluquembe, são as de Kalomalanga (105,485 hectares), Eliva (999,075 há), Alto-Kaembala (358,956 há), Londini (999,573 há) e Kalondjunge (520,535ha).

Cerca de dois mil hectares estão assim devidamente titularizados ao abrigo do artigo 37 da Lei das Terras que consagra o "Direito de Ocupação, Posse, Uso e Fruição; Obrigação de Aproveitamento Útil e Efectivo Conforme o Costume".

Os títulos em causa são assinados pelo Governador da Huíla, Eng. Isaac dos Anjos e pelo Director Provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas da Huíla, Dr. Lutero Campos. Este processo é o resultado do Projecto Terra A Huíla, note-se, é pioneira na emissão de títulos de reconhecimento dos direitos costumeiros das comunidades rurais tradicionais. Desde

2001 mais de 15 títulos já foram emitidos o que demonstra o compromisso das autoridades locais com a defesa dos direitos das comunidades rurais tradicionais angolanas, e com o cumprimento da Lei de Terras.

Este processo de titularização é um dos grandes objectivos do Projecto Terra que tem vindo a ser desenvolvido desde 2007, numa parceria com o Governo angolano, pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), enquadrado no Programa de Segurança Alimentar da União Europeia (UE), que destinou um investimento da ordem de 2.750.000 euros.

O Projecto tem nesta primeira fase, que termina em Agosto do corrente ano, as suas atenções concentradas nos municípios das províncias de Benguela, Huambo e Huíla, com o propósito de reforçar as capacidades dos técnicos ao nível provincial e municipal na gestão de terras; reforçar o conhecimento dos administradores municipais e comunais sobre a Lei de Terras e o seu regulamento; divulgar a Lei de Terras; Delimitar as terras de comunidades rurais tradicionais; e iniciar um Centro de Estudos de Terra na Faculdade de Ciências Agrárias de Huambo

É intenção do Projecto permitir que todos os actores do desenvolvimento económico e agrícola nos municípios possam investir e produzir no sector agropecuário com todas as garantias de que os seus direitos serão respeitados.

Permitir às administrações municipais responder aos requerimentos de terrenos conforme às disposições da Lei de Terras e ter os instrumentos de gestão de terras adaptados ao novo dinamismo económico, é outra das pretensões do Projecto que tem vindo a ser concretizada com a emissão de títulos de reconhecimento de posse de terras a favor das comunidades rurais tradicionais.

7.4 Camponeses recebem terras

Jornal de Angola 9 de Julho de 2009

O Governo Provincial do Kwanza-Sul vai atribuir, em breve, títulos de concessão de terras aos camponeses da comunidade do Benzengulo, comuna da Gangula, município do Sumbe.

O espaço tem cerca de 400 hectares aráveis que estão abrangidos pelo projecto de produção de algodão.

A informação foi prestada terça-feira à Angop pelo director provincial do Kwanza-Sul da Agricultura, Afonso Mário, no final da 153 reunião com camponeses da comunidade. O encontro visou resolver o problema da concessão daquelas terras a camponeses.

Questionado a propósito da situação o soba da Gangula, Pedro Fonseca, disse que vão trabalhar com as comunidades no sentido de colaborar na implementação do projecto, uma vez que os benefícios vão ser para as famílias locais.

O soba disse ser pretensão da comunidade mecanizar a actividade e distribuir água para irrigar as culturas.

A cultura do algodão tem um ciclo vegetativo de cinco meses, pelo que os restantes sete meses servirão para os camponeses cultivarem outros produtos como o milho, feijão, batata, entre outros.

O projecto de produção de algodão conta com cinco mil hectares de terra, distribuídos por 64 sectores, 3.200 dos quais serão irrigados.

A execução do projecto, iniciado em 2008, está a ser feita de forma faseada e tem uma duração de 36 meses. Foram já investidos 31 milhões e 440 mil dólares americanos. O projecto conta com consultoria da comunidade rural da

Coreia e companhia agrária (KRC) e as obras estão a cargo do consórcio Samsung, Hanil. O projecto de algodão vai beneficiar 1.914 famílias camponesas.

Constam dos objectivos do projecto a revitalização da cultura algodoeira e o aumento dos rendimentos para os camponeses.

A última campanha agrícola do algodão aconteceu na época 1999/2000, numa área de 3.650 hectares, tendo sido colhidas 900 toneladas. Trabalharam na campanha 2.193 famílias.

7.5 Sociedade civil apela à intervenção da Assembleia Nacional

Novo Jornal 10 de Julho de 2009

Membros de varias organizações da sociedade civil angolana redigiram e endereçaram uma carta aberta ao presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, onde alertam sobre o que chamam de "expropriação massiva de terrenos, demolições de habitações, desalojamento e assentamento forçado de cidadãos sem observância dos requisitos legais nacionais e internacionais ratificados pelo estado angolano".

O documento faz menção que, à semelhança do que sucede em outras partes do país, nomeadamente Luanda, Huíla e Namibe, o caso mais "recente prende-se

com um provável desalojamento de que serão alvo cerca de 248 famílias" que vivem no Bairro do Compão, município do Lobito, província de Benguela.

Os membros da sociedade civil relembram que segundo o plasmado na Constituição de Angola, no seu artigo 10 " Angola tem como objectivo fundamental a construção de uma sociedade livre, democrática, de paz, justiça e progresso social". Recorreram também ao artigo 2º para reclamar a observância do seu conteúdo: " (...) Angola tem como fundamentos a unidade nacional, a dignidade da pessoa humana, o pluralismo de expressão e de organização política e o respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais do homem, quer como indivíduo, quer como membro de grupos sociais organizados".

O Novo Jornal apurou junto do presidente da Associação Omunga, José Patrocínio, que recebeu a informação junto dos populares que no local "será construído um hotel de apoio ao CAN" e que " já estiveram no local técnicos para fazer a medição do terreno".

A carta, a que o Novo Jornal teve acesso, declara que alguns cidadãos "vivem naquele espaço desde 1989 e que correm o risco de não serem realojadas".

Para o presidente da Associação Omunga, José Patrocínio, que trouxe o caso a Luanda, "está-se perante um caso de violação dos direitos humanos". O responsável alertou que ao acontecer o desalojamento "o Governo tem de encontrar alternativa para o realojamento condigno dos cidadãos".

Entretanto, segundo disse, esta situação pode não acontecer porque "antes prometiam-lhes o realojamento e agora já são ameaça das para abandonarem o local sem garantias nenhuma". O documento alerta também que "a ameaça de desalojamento ocorre sem nenhuma decisão administrativa ou ordem judicial". José Patrocínio lamentou o facto de no Lobito "terem sido praticamente ocupados todos os espaços públicos para lazer e prática desportiva". Inclusive "estão a vedar uma parte da praia do Lobito. Daqui a pouco vamos ter de fazer praia noutras províncias ou no estrangeiro", ironizou.

O NJ contactou o administrador para a área social do município do Lobito, Carlos Pacatolo que informou que o espaço é " propriedade do MPLA". Quanto ao destino que será dado ao mesmo respondeu: "Não tenho conhecimento. Contactem o proprietário", sugeriu. O NJ contactou o 20 secretário provincial do MPLA, Eliseu Epalanga, que se recusou a falar sobre o

assunto adiantando apenas: "É um assunto que está a ser tratado pelo 10 secretário". Entretanto, não foi possível contactar aquele, porque até ao dia do fecho desta edição o seu telefone estava desligado. As organizações subscritoras apelam ao presidente da Assembleia Nacional para se criar uma comissão parlamentar de inquérito ao caso.

7.6 Demolidas casas ilegais construídas nas reservas fundárias do Estado

Jornal de Angola 11 de Julho de 2009

O governo da província do Moxico iniciou, ontem, na cidade do Luena, a demolição de obras ilegais que estavam a ser erguidas em zonas consideradas reservas fundárias do Estado.

A medida visa impedir a ocupação anárquica das zonas onde o Governo pretende realizar o programa de habitação.

A mesma operação abrangeu o combate a construções anárquicas que estão a surgir um pouco por toda a cidade do Luena e arredores, visando a preservação da imagem da principal cidade da província do Moxico.

A acção foi contestada pelos donos das obras, que dizem ter cumprido os trâmites exigidos por lei para ocupação dos terrenos.

Júlia Maria, doméstica 45 anos, disse que apresentou os "documentos que comprovam a compra do terreno na Administração Municipal e a licença de obra, mas que, "mesmo assim, a casa foi destruída".

O administrador adjunto do município do Moxico afirmou que a acção do Governo visa impedir a ocupação anárquica dos terrenos do Estado e desencorajar as construções clandestinas na cidade do Luena.

Joaquim Mateus Chilimba frisou que os proprietários das casas destruídas já haviam sido notificados pela administração para interromperem as obras nas zonas.

O administrador reconheceu que alguns cidadãos apresentaram documentos que conferem a legalidade das obras.

Caso seja provada a legalidade dos documentos, a administração vai indemnizar os lesados, disse.

7.7 Demolir a casa dos pobres, humilha-los e desterra-los

Angolense 04 a 11 de Julho de 2009

Quando em Setembro de 2008 os angolanos votaram massivamente no MPLA, partido no poder, garantindo a esta força política 81 % dos votos, o povo não passou um cheque em branco a este partido. Pelo contrário, votou num programa de governo bem e laborado, em que se prometia o respeito pelos direitos dos cidadãos, a melhoria das condições sociais da população e o respeito pelos pressupostos de um Estado democrático. Dentre todas as propostas apresentadas ressaltou mais a promessa de construção de um milhão de casas em quatro anos, que serviriam para beneficiar aqueles que ainda não realizaram o sonho da casa própria.

Dez meses depois o povo surpreende-se com a avalanche de demolições de casas, em vários pontos da cidade de Luanda, com destaque para a Ilha de Luanda, Chicala, Benfica, Viana e, mais recentemente, a "Feira Ngoma". Nestas acções não há lugar para o diálogo, os homens chegam com as máquinas, derrubam as casas e, para os que têm alguma sorte, são enviados para o Zango, colocados em tendas, a espera de um teto.

Ora, quando em Setembro os angolanos votaram claramente no MPLA não o fizeram para que meses depois fossem vítimas de tamanha injustiça, tamanha insensibilidade por parte dos governantes, uma situação que começa a atingir o nível do insustentável.

Não está em causa o direito que o Governo tem de expropriar terrenos para fins públicos mas é preciso lembrar que nestes casos a lei diz que deve ser dada a devida compensação aos lesados e não atira-los para um descampado qualquer, como se de animais se tratassem. Mesmo nos casos em que o cidadão construiu a sua residência sem autorização do Estado é preciso ter em conta as benfeitorias feitas e que após alguns anos o cidadão adquire direitos sobre o espaço.

A terra, na actual Lei Constitucional, é pertença do Estado, mas, ao analisar esta premissa precisamos ter em conta que, em termos simples, o Estado somos todos nós e não existe Estado sem os seus cidadãos, pelo que estes devem ser respeitados. Toda esta situação é sufocante porque ao mesmo tempo que se diz que não se pode construir aqui e acolá também não se diz onde se pode construir. Os cidadãos remetem requerimentos às administrações e passados anos não têm qualquer resposta.

Não existe uma política habitacional e os bancos não concedem créditos, as casas custam "os olhos da cara" e, neste momento, não é possível alugar uma casa de dois quartos, numa zona com serviços mínimos, por menos de 500 dólares (e estas são as mais baratas) e o inquilino tem que pagar um ano, desembolsando 6.000

dólares. Onde é que o pobre vai buscar este dinheiro?

Sem alternativas, o cidadão constrói a sua casa com a poupança de uma vida mas não sabe quando é que o camartelo demolidor vai aparecer. Numa política tresloucada, o Governo insiste na demolição de casas sem que explique bem porquê e, na maior parte dos casos, expropria os cidadãos para construir grandes centros comerciais ou, simplesmente, ceder a grupos económicos de pessoas ligadas ao regime ou sortudos vindos do estrangeiro.

Nos poucos condomínios que vão surgindo, as casas são atribuídas a quem já tem. Os proprietários alugam e ganham uma fortuna por ano enquanto os mais pobres sufocam e são "demolidos" exactamente por aqueles em quem confiaram.

É urgente analisar o que se está a passar e não ignorar o clamor dos que estão a sofrer. O Governo, legitimado pelo voto, tem todo o direito de dirigir a sua política como melhor entender mas não pode esquecer que está a governar para pessoas, o que obriga a que os governantes tenham uma postura mais justa e equilibrada. Não se pode ignorar o clamor do povo.

7.8 O incontornável regresso à "Corrida à Terra vs Segurança Alimentar"

Angolense 04 a 11 de Julho de 2009

Mal deixámos a "Corrida à Terra versus Segurança Alimentar", por via da qual mostrámos o drama de comunidades que perdem a sua fonte de subsistência, já nos vemos obrigados a regressar ao tema, desta feita com relatos de casos de conflito no bairro da Graça, arredores da cidade de Benguela, onde centenas de moradores vêem ameaçada a posse de parcelas que há cerca de trinta anos estão ao serviço da agricultura familiar. Não foi preciso, como se pode observar, chegar ao apetecível interior da província, que é a região das grandes fazendas agro-pecuárias e outras áreas aráveis, os tais focos de disputa à vista, acabando, regra geral, a corda por rebentar do lado mais fraco. São as comunidades alheias ao acesso à terra das famílias nas áreas rurais, salvaguardado pela Lei de Terras.

O caso da Graça, mais um entre os vários já aqui narrados, vem demonstrar o muito que o Estado deve fazer numa província bastante atrasada em termos de delimitação das terras, tal como observou o director da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente Antena de Benguela, Inácio Gil Tomás. "Os terrenos aqui do bairro estão a ser vendidos até aos domingos".

Produto de uma cidadã visivelmente revoltada, esta frase constitui apenas uma amostra da manifestação ocorrida há uma semana no edifício da Administração Municipal de Benguela. Bem mais sereno, um outro cidadão começou por explicar que os munícipes que foram escolas, centros de saúde e condomínios. "Tudo foi feito na base de entendimentos, foi pacífico", sublinhou.

De acordo com a fonte, os terrenos ao serviço da agricultura e outros destinados a construções é que estão a ser invadidos desde Agosto do ano passado, altura em que chegou a actual administradora. "Estão a ser vendidos a pessoas da sua confiança, entre elas alguns estrangeiros", afiançaram os descontentes.

Eles acrescentam que os terrenos foram cedidos em resposta aos gritos de fome que se faziam sentir naquela altura.

Um dos vários dados a reter é que a população denuncia maus-tratos protagonizados por agentes da Polícia que torturaram moradores que, impávidos, pretendem saber os motivos da expropriação. "São muitas famílias prejudicadas, estamos à espera de melhorias", frisam. Por outro, dizem que as autoridades tradicionais não são tidas nem achadas, inclusivamente ignoradas pela Administração da Zona.

Inúmeras vezes confrontadas pela comunicação social, a administradora da Graça preferiu optar pelo silêncio. Não isento das críticas, o administrador Manuel Francisco manteve um encontro com alguns dos moradores, tendo no rescaldo, já dentro de um clima tranquilo, anunciado a elaboração de uma lista das pessoas que reivindicam com razão. A estas, segundo o dirigente, serão devolvidos os seus terrenos mediante documentos que comprovem a titularidade. "Se houve agressão no alegado confronto com a Polícia, os lesados devem apresentar queixa", sugeriu.

7.9 Distribuição de terras para cultivo a mais de mil famílias na Humpata

Jornal de Angola 18 de Julho de 2009

A comunidade do Capandeio, município da Humpata, Huíla, recebeu títulos de concessão de parcelas de terra, no âmbito do Programa de Reconhecimento do Domínio Útil Consuetudinário de Terra à Comunidade Rurais. Foram beneficiadas 1300 famílias.

O acto de entrega dos títulos foi presidido pelo governador da província da Huíla, Isaac dos Anjos e consistiu na legalização de uma área de 520 hectares de terras daquela localidade.

As parcelas foram legalizadas em consequência de um trabalho de demarcação iniciado o ano passado, com a participação da comunidade local em parceria com o Governo da Huíla, através da Direcção Provincial da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Pescas e Ambiente, Instituto de Geografia de Angola, Instituto Desenvolvimento Florestal, Instituto Nacional de Ordenamento do Território e UrO governador da Huíla, Isaac dos Anjos, disse que com a entrega do título de concessão de 520 hectares de terra à comunidade de Capandeio, "consuma-se assim o claro apoio do Governo" ao reconhecimento dos direitos à terra das comunidades rurais.

"Entregámos o título de propriedade da terra a uma comunidade com uma área de 520 hectares. Afinal nada mais do que um direito que já era reconhecido, mas que só é válido se efectivamente existir um título de propriedade".

Isaac dos Anjos disse que é intenção do governo fazer o mesmo em todas comunidades e regiões da província. "E com vista a evitarmos conflitos entre o sector tradicional e empresarial, vamos conferindo os direitos de superfície às comunidades e às suas famílias", disse o governador da Huíla.

Maria Madalena, 37 anos, residente e natural de Capandeio, disse na ocasião que o documento surgiu em boa hora, na medida em que vai evitar conflitos que passam surgir na localidade com as industriais que usam as terrenos para exploração de inertes.

Satisfação da comunidade

"Tinha esta terra cama nossa. Mas par inexistência de um documento jurídica, estávamos inseguros. Com a entrega do título de propriedade estamos mais confiantes e seguras", disse Maria Madalena.

O coordenador da Comissão de Moradores de Capandeio, Kental Papa, 66 anos, disse que "a comunidade está mais segura com a título. de regista da sua terra, face às constantes agitações que antes foram vividas entre fazendeiras e populares da comuna".

Com a entrega do título, "a comunidade vê assegurada a propriedade das suas terras para a cultiva e as lacais de pastas para o gado que antes estavam ameaçadas com a ocupação de terra para outros fins", disse.

7.10 Governo deve acabar com as demolições arbitrárias

Folha 8 18 de Julho de 2009

Arada pegou. As demolições e apropriações de terrenos os chamados cidadãos da Angola profunda, generalizaram-se em todo país. Os endinheirados tomam conta de tudo e do de todos e nesta perspectiva os negócios de terrenos deixam desprotegido o simples cidadão. A par desta e de outras preocupações, a sociedade civil acha que não deve fazer papel de mero olheiro.

É preciso partir para a empreitada de denunciar para se repor a legalidade, se possível levando as mesmas junto das instituições internacionais, para que o governo pare com esta prática de cariz neocolonial.

Assim, organizações não governamentais angolanas e activistas dos direitos humanos, reunidos em Luanda de seis a dez do ano em curso sob auspícios da Open Society, exigem a intervenção da Assembleia Nacional, o fim das demolições de residências de pacatos cidadãos, os desalojamentos e reassentamentos forçados, bem como a expropriação de terrenos.

A carta dirigida ao presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos Nandó, deu entrada no 10 de Julho de 2009 e ainda não obteve resposta, para que estas acções cessem nas províncias de Luanda, Huíla Benguela e Namibe, as mais propensas na violação dos direitos humanos.

Na carta dirigida ao parlamento angolano As associações e activistas dos direitos humanos em Angola chamam a atenção () Governo Angolano pelo facto de estar a incorrer em graves violações dos direitos humanos, violando igualmente os tratados internacionais assumidos junto das nações unidas. As províncias de Luanda, Benguela Huíla e Namibe, são as mais propensas aos actos indecorosos que deixam no olho da rua milhares de cidadãos sob o olhar silencioso do partido no poder.

7.11 Terrenos sim, material de construção não

Angolense 11 a 18 de Julho de 2009

Alberto Ngongo, Secretário para Informação do MPLA no Lobito, explicou que a Feira do seu partido começou a ser transformada em zona habitacional no ano de 1992, com o país mergulhado numa difícil situação político-militar. Na altura, segundo a fonte, não havia qualquer inconveniente no facto de pessoas fugidas da guerra serem assentadas no local. Segundo Ngongo, uma vez concluído o processo de regresso de populares às zonas de origem, não se justifica a presença de famílias num espaço que deve ser explorado em conformidade com o seu objecto social, quanto mais não seja em condições desumanas. "Sabemos que as

pessoas que lá se encontram alugaram as suas casas, situadas em diversos bairros da cidade. Há aqui, como se vê, uma espécie de oportunismo", apontou.

Ainda assim, a Administração está já a arranjar terrenos para os que, efectivamente, merecem parcelas para a autoconstrução, prosseguiu a fonte, para mais adiante descartar a possibilidade de distribuição do solicitado material de construção. "Estamos a dar terrenos por uma questão de sensibilidade, não haverá chapas nem outro material qualquer", justificou. Por outro, deu a conhecer, mesmo confrontado com a existência de famílias que foram "convidadas" a abandonar o local, que não há nenhum desalojamento em curso.

"Os que saíram é porque sabem que não devem estar naquela Feira, mas devo garantir que existe tempo determinado para tudo", afirmou. Na ponta final da conversa, Alberto Ngongo disse que o empreendimento será aproveitado da melhor maneira possível, podendo vir a ser recuperada a área de restaurantes, os espaços de lazer e, quiçá, construído uma pensão ou hotel.

7.12 Conflitos têm mecanismo de fácil solução

Jornal de Angola 21 De Julho de 2009

Centros públicos e privados de arbitragem vão ser criados em breve no país, para solucionar, de forma fácil e célere, alguns conflitos sem precisar de recorrer aos Tribunais. O anúncio foi feito, ontem, pelo vice-ministro da Justiça, Alves Monteiro, na abertura do seminário sobre Mecanismo de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Alves Monteiro disse que mais de metade dos casos que dão entrada nos Tribunais podiam ser resolvidos entre as partes, "através de uma conversa". Apontou, como exemplo, os casos de dívidas entre as empresas que, além de contribuírem para a acumulação de processos nos Tribunais, se arrastam por vários anos.

"As pessoas, voluntariamente, podem resolver conflitos de direito disponíveis, aqueles que não são direito do Estado", afirmou o vice-ministro, explicando que a medida vai reduzir o volume de processos nos Tribunais e tornar mais célere o processo, além de deixar satisfeitas as partes.

"Há muita coisa que deveria ser peneirada através destes centros de arbitragem e que vão parar aos Tribunais. No caso de dívidas entre empresas, os seus

advogados podem pedir arbitragem, conversarem e chegarem a um consenso, sem esperar pela decisão de um juiz", afirmou. O vice-ministro da Justiça considera que o acesso do cidadão à justiça pressupõe, "a melhoria das condições em termos garantísticos dos seus direitos e a inserção de métodos mais céleres no sistema vigente".

Divulgação da Lei

O vice-ministro Alves Monteiro afirmou que os cidadãos conhecem pouco as vantagens da Lei da Arbitragem Voluntária, de 25 de Julho de 2003. O mecanismo jurídico extrajudicial de solução de conflitos garante celeridade, acessibilidade, economia e reparação efectiva.

"Estas são características inerentes a um eficaz sistema de administração da justiça", disse, acrescentando que o seu ministério vai incentivar o recurso ao mecanismo para solução de eventuais conflitos sobre direitos patrimoniais, considerados disponíveis por lei.

Na abertura do seminário sobre Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC, Alves António afirmou que outra preocupação do Ministério da Justiça tem a ver com a necessidade de o país aderir às convenções internacionais sobre arbitragem das quais ainda não é parte.

Trabalhos estão a ser realizados em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores para adesão à Convenção Sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças

Arbitrais Estrangeiras, celebrada em Nova Iorque, em 10 de Junho de 1958. Assinada por mais de 140 países, a convenção constitui um instrumento de solução dos litígios comerciais e facilita o comércio internacional. A convenção proíbe qualquer discriminação entre decisões nacionais e estrangeiras, desburocratiza a homologação das sentenças arbitrais e equipara a decisão arbitral à sentença judicial.

Solução de controvérsias

Juristas da OMC começaram ontem a formar técnicos angolanos de vários sectores económicos em matérias sobre solução de conflitos na organização. Lauro Locks, da divisão de Assuntos Jurídicos, e Pablo Bentes, do Secretariado do Órgão de Apelação, vão durante três dias formar os técnicos sobre as formas de solucionar conflitos comerciais entre os países.

A formação, que tem a parte teórica e prática, insere-se

no programa de assistência técnica que a organização mundial presta aos países em desenvolvimento.

Além de explicar o papel da OMC, Lauro Locks disse que apenas os países podem intentar acção contra outro Estado, quando notarem que alguma medida está a prejudicar a circulação de produtos nacionais no mercado interno ou externo. Mas, afirmou, agentes

Económicos podem contactar o Governo no sentido de pedirem esclarecimentos ou, no caso de não haver entendimento, recorrer aos mecanismos de solução de conflitos da Organização Mundial do Comércio, caso seja membro.

A OMC é uma instituição internacional que actua na facilitação e regulamentação do comércio internacional. Com 154 membros, incluindo Angola, a OMC tem como funções regulamentar e fiscalizar o comércio mundial, resolver conflitos comerciais entre os países membros e gerir acordos comerciais tendo como parâmetro a globalização da economia.

7.13 Lotes de terrenos foram registados para projectos de auto-construção

Jornal de Angola 23 De Julho de 2009

A província do Huambo tem disponível, para este ano, 13 reservas fundiárias, para a auto-construção, disse, ontem, em conferência de imprensa, a directora provincial do Urbanismo e Ambiente, Ana Paula de Carvalho.

Ana de Carvalho realçou que um total de 3.345 hectares estão reservados para o projecto, em toda a província e o município sede, por ser a capital e por ter mais habitantes, tem três reservas.

A directora provincial disse que tudo está a ser feito para que o programa arranque e que todas as pessoas que fizeram as suas solicitações de terrenos e tenham documentação completa possam começar as obras.

O projecto faz parte do programa do Governo Central de construção de um milhão de fogos habitacionais em todo o país. Desencorajou os cidadãos que já possuem um terreno ou uma casa a aderirem ao projecto, porque "o programa foi concebido apenas para beneficiar as pessoas que se debatem com problemas habitacionais".

"Todos os cidadãos podem aderir ao projecto, desde que reúnam os requisitos necessários e tenham realmente problemas de habitação. O programa é para aqueles que não têm nada, disse."

Ana Paula esclareceu que o programa regista, neste momento, um avanço acentuado e espera que, dentro de algumas semanas, conheça maior dinamismo.

A directora provincial do Urbanismo e Ambiente afirmou que já está feito o registo da reserva Fundiária do município da Caála e que o processo vai continuar na cidade do Huambo, onde o Ministério do Urbanismo projecta a urbanização de 30 I hectares, acção que vai prosseguir em todos os municípios.

Informou que no município sede decorrem, neste momento, os levantamentos topográficos da reserva fundiária do Mussambo e, para isso, de acordo com a directora provincial, já existem cartas convites para os planos de urbanização.

7.14 Camponeses do Musseque Kicoca dizem-se prejudicados pelo GRN

Semanário Angolense 18 a 25 de Julho de 2009

Agricultores do Musseque Kicoca, comuna do Dande, província do Bengo, manifestam-se descontentes com o Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), pelo facto desta instituição não estar a dar cumprimento global a um acordo de indemnização resultante da destruição das suas lavras em terrenos que serão usados para a construção da futura região de Luanda Norte.

Domingos Francisco, irmão de um agricultor afectado, disse ao *Semanário Angolense* que o acordo estabelecia que o GRN pagasse o equivalente a 300 dólares por cada mangueira árvores que ali predominam -, para além de cajueiros, mandioqueiras, milharais e nacunde.

Em vez disso, violando o acordado, o GRN está a pagar apenas em função da extensão das terras, exigindo os que já embolsaram um acréscimo à primeira quantia. O GRN tem sido representando no processo por Francisco Pereira Bartolomeu Pedro, responsável pelo projecto.

No dia do pagamento, ele estava protegido por militares armados da Casa Militar e não permitia que os camponeses abrissem o envelope na sua presença, impedindo-os assim que conferissem os valores e pudessem reclamar.

Alguns receberam mil dólares, outros mil e quinhentos e os que detinham terras mais extensas foram contemplados com quantias que variam entre os 16 mil e os 14 mil.

Os camponeses pretendem o pagamento por unidades

de árvores, tal como ficou acordado. São um total de 81 as primeiras pessoas que receberam dinheiro, faltando 74 outras, que exigem os valores combinados.

Por outro lado, não está a ser cumprida a promessa segundo a qual os agricultores cujas casas foram demolidas receberiam novas residências. Uma empreiteira chinesa que vai construir os edifícios, mas cujo nome não pudemos apurar, já ergueu os seus estaleiros.

O coordenado" do Musseque Kicoca, Francisco António «Roque», passou por sérios apuros, pois os moradores chegaram a pensar que ele estaria a vender os terrenos ao Gabinete de Reconstrução Nacional. Ele espera agora reunir com os agricultores a fim de se tomar uma decisão final sobre as indemnizações ao segundo grupo.

«Queremos desenvolvimento, mas com justiça», afirmou Francisco Pedro Caxingue, antigo militar das FAA, agora mecânico, morador local.

Vêm do ano transacto as primeiras visitas para se dar a conhecer aos moradores a pretensão de desalojar a população do Musseque Kicoca. Primeiro vieram delegações das administrações do Dande e de Cacucaco para sensibilizar as populações. Então, Francisco Bartolomeu Pedro pediu algum tempo para consultar o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural quanto aos preços das terras, tendo-se cadastrado as lavras e respectivas culturas.

O mapa do cadastramento incluía os preços propostos pelo MINADER, mas segundo as nossas fontes Bartolomeu Pedro suprimiu-os.

7.15 Ministro Kundi Paihama nega intervenção militar

Jornal de Angola 29 De Julho de 2009

O ministro da Defesa, Kundi Paihama, desmentiu ontem, na Assembleia Nacional, o envolvimento de militares nas demolições na zona de Camama, em Luanda.

Kundy Paihama reagiu às declarações do deputado Sapalo António, segundo as quais "um aparato militar" participou, às 4h00 do dia 20 de Julho nas demolições registadas nos bairros Bagdade e Iraque.

Kundy Paihama lembrou que as unidades militares não estão autorizadas a movimentar-se sem a autorização do comandante em chefe das Forças Armadas.

Disse também que a Assembleia Nacional tem uma

comissão que trata de assuntos relacionados com a Defesa, Segurança Nacional e Ordem Interna, onde questões do gênero e esclarecimentos podem ser solicitados. "Qualquer situação, os senhores deputados devem submeter à 2ª comissão", disse, o ministro, para acrescentar que o "deputado deve ter um papel construtivo e não destrutivo".

O presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, é da mesma opinião. O líder do Parlamento explicou que o assunto podia ter sido enviado a 2ª Comissão, para fazer chegar ao presidente da Assembleia Nacional, que decidia sobre a melhor forma de interpelar o Governo.

O deputado João Pinto lembrou ainda que o assunto sobre as demolições já foi esclarecido pela ministra governadora da província de Luanda, em Junho durante interpelação pedida pela UNITA.

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Município do Seles sem água potável

Novo Jornal 03 de Julho de 2009

POR FALTA DE ÁGUA potável, a população pretende abandonar o seu habitat à procura do precioso líquido. A escassez de água no Seles deve-se às fracas chuvas que se registaram na região nas primeiras e segundas épocas chuvosas.

A população está a utilizar água das cacimbas, imprópria para o consumo humano. E, no meio de tanta azáfama, há sempre quem tira dividendos da situação. Desta feita, os habitantes do município estão a comprar o litro de água 2,50 kwanzas, mais 1,50 do que no ano passado.

Segundo o correspondente da RNA no Seles, a água das torneiras, fornecida duas vezes ao dia e duas a três vezes por semana, não é suficiente dada a demanda na procura.

Na comuna da Botera, a situação tomou contornos alarmantes para os habitantes daquela circunscrição devido ao abaixamento do nível das águas do rio.

Para se obter água na Botera, os cidadãos são obrigados a percorrer 15 quilómetros até à localidade da Kunenga, onde conseguem água própria.

O administrador comunal, Segunda Joaquim Bira, que tornou pública a informação, mostra-se bastante preocupado e disse que a solução passa pela abertura de furos de maior profundidade.

O caricato de toda esta situação é que o sistema de captação e tratamento de água para o município do Seles foi inaugurado há cerca de dois anos pelo governador da província, Serafim do Prado, um investimento que custou avultadas somas em dinheiro aos cofres do Estado F.M.

8.2 Águas subterrâneas inundam bairro em Luanda

A Capital 04 de Julho de 2009

Domingos Luís Francisco, coordenador de turno da escola 7007, denominada Nova Luz, disse ao A Capital que o referido estabelecimento só não fechou até agora

graças ao redobrado esforço feito pela direcção da mesma ao ter aberto uma vala que escoou a água do recinto escolar para o quintal da ex-marcenaria, ao lado.

Domingos Francisco adiantou ainda que já foram feitos contactos junto das entidades de direito, dos quais resultou uma visita da administradora comunal bem como do administrador municipal ao local, mas que em nada serviram.

Perante a desconfiança dos moradores de que a proveniência da água sejam as condutas da Empresa de Produção de Água de Luanda (EPAL), o nosso interlocutor afirma que foram, por três vezes, com o piquete da EPAL na subestação do Cazenga, sem solução.

A convicção dos moradores do Sector-4 nasce do facto de, nos dias em que se regista carência de água naquela zona, os níveis das mesmas, também baixa.

Ao ilustrar o drama diário vivido por professores e alunos, Francisco Domingos, fez saber que as crianças e respectivos educadores convivem com o mau cheiro expelido pelas águas estagnadas. Quem mais sofre, acrescenta, são as senhoras de limpeza, pois, segundo ele, têm que retirar a água do recinto, com baldes, de três em três horas.

O caos é pior porque de acordo com o nosso interlocutor, nesta instituição de ensino, as foças sépticas estão totalmente inundadas dificultando os utentes de frequentarem as mesmas.

Neusa Baptista, natural de Benguela, vive no Sector-4 há mais de seis anos. Reiterou que a água provém debaixo da terra, deixando os quintais todos inundados. Sua vizinha é Neusa. Cercada de água, lamenta o que considerou de «falta de amor por parte dos governantes e não só, ao vacilarem na solução do problema».

Adiantou também que apesar de a situação ter já levado ao sítio, por várias vezes, individualidades do Governo com o fito de identificarem o problema, chegando mesmo a numerar as casas das pessoas que vivem em condições deploráveis, até agora nem água vem, nem água vai.

E como as águas paradas são fonte de reprodução de várias larvas prejudiciais à saúde humana, entre as quais a do mosquito, casos de malária, diarreias agudas bem como de pneumonia, fazem o dia-a-dia, com as crianças a liderarem o número de gente afectada.

Tudo isto acontece numa altura em que o Governo da Província de Luanda leva a cabo uma campanha de demolição de residências um pouco por toda a cidade

capital. Na óptica de observadores sociais, numa perspectiva de priorização dos problemas, em vez de se desalojarem pessoas cuja situação não seja periclitante quanto a de quem vive há cinco anos num bairro, praticamente encharcado, devia-se resolver o problema destes moradores primeiro.

8.3 Qualidade da água aprovada pelo Instituto do Consumidor

Jornal de Angola 6 de Julho de 2009

O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) garantiu, no passado fim-de-semana, que a água fornecida pela Empresa Pública de Aguas de Luanda (Epal) é de boa qualidade e obedece aos parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde.

"E preciso que a Epal melhore ainda mais a qualidade, principalmente aquela que é fornecida pelos camiões cisternas", defende o INADEC.

A direcção do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor e responsáveis da Empresa Pública de Aguas de Luanda estiveram reunidos na passada sexta-feira. O encontro serviu para a Epal informar sobre o processo de tratamento e distribuição de água à cidade de Luanda. Elsa Bárber, directora do instituto, referiu que parte da rede de distribuição de água de Luanda não é boa.

"As redes remontam ao tempo colonial e nunca beneficiaram de reparação", disse a directora do INADEC. Acrescentou que, como consequência do estado obsoleto de algumas condutas, se têm registado roturas, o que faz com que água se misture com outras substâncias, tornando-a imprópria para consumo.

A responsável do INADEC afirmou que a sua instituição apurou que parte da população de zonas suburbanas de Luanda ainda consome água não tratada. "O abastecimento de água nas áreas suburbanas é feito por camiões cisternas ou a água é retirada de poços subterrâneos", disse. Elsa Bárber concluiu que há necessidade de maior investimento no sector das águas, sobretudo no capítulo da construção de infra-estruturas para distribuição de água potável.

O Presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Aguas de Luanda, António Bessa da Costa, disse que a sua empresa tem vindo a fazer campanhas massivas de assinatura de contratos ambulatoriais para fornecimento de água à população. A Epal, disse, também tem estado a distribuir cloro a camiões cisternas que se abastecem nas girafas oficiais.

Sobre a cobrança por estimativa e cortes constantes no fornecimento, António Bessa da Costa afirmou que a Epal está a trabalhar para que não se registem tais constrangimentos.

A Epal exorta os consumidores que furam condutas para desviar água a absterem-se de tal prática, que causa prejuízos incalculáveis à empresa e à população.

As duas direcções concluíram que é necessário criar políticas para a comercialização da água em camiões cisternas, de acordo com a exigência de qualidade da Organização Mundial da Saúde.

No encontro entre as direcções do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor e da Empresa Pública de Aguas de Luanda ficou, acordada a criação de um centro para atender as reclamações dos consumidores e para a promoção dos seus direitos.

8.4 A qualidade da água

Jornal de Angola 7 de Julho de 2009

Ficámos a saber, por via do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), que a água fornecida pela EPAL era de boa qualidade e obedecia aos parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Ficámos igualmente a saber que responsáveis do INADEC e da Empresa Pública de Agua de Luanda (EPAL) se reuniram para tratar de assuntos relacionados com o tratamento e distribuição de água à cidade capital, o que é prova de que o organismo de defesa do consumidor está interessado em saber da qualidade da água que chega aos cidadãos.

O INADEC e a EPAL encontram-se numa frente comum, pelo que é compreensível que estejam os dois organismos a contribuir, cada um à sua maneira, e dentro da natureza específica das suas actividades, para que as populações tenham uma boa qualidade de vida.

O tratamento e distribuição de água potável é para as autoridades, um assunto de primeira prioridade, o que pode ser atestado pelos grandes investimentos já realizados ao nível da distribuição de água potável. Havendo água potável, haverá mais saúde, com benefícios para o desenvolvimento do país. Muitos bairros de Luanda que haviam ficado muitos anos sem água potável podem hoje já desfrutar deste produto, mas há ainda muitos problemas por resolver.

Há dados do INADEC segundo os quais há ainda

zonas suburbanas de Luanda em que ainda se consome água não tratada, fornecida por camiões cisternas ou retirada de tanques subterrâneos. Apesar de já se terem realizado investimentos consideráveis ao nível das águas, tem-se consciência de que é necessário melhorar ainda mais a rede de distribuição de água potável.

A direcção do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor e a EPAL tiveram a ideia louvável de se unirem para se atingir um objectivo comum que é permitir que um número cada vez mais elevado de pessoas tenha acesso à água potável.

Os problemas já estão identificados.

Resta agora partir para acções concretas que conduzam a resultados que venham realmente a traduzir-se em bem.

Uma por exemplo, se devem criar políticas para a comercialização da água em camiões cisternas, de acordo com as exigências de qualidade da Organização Mundial da Saúde.

O que é preciso agora é concretizar ideias produzidas no encontro, a fim de que os milhares de pessoas que consomem água comercializada por camiões cisternas possam tê-la em boas condições, enquanto não se resolverem os problemas ligados às redes de distribuição.

E sabido que muitas redes de distribuição são do tipo colonial e nunca beneficiaram de reparação, tomando-se necessário que seja feito mais algum esforço financeiro para se realizarem obras num domínio de grande Impacto social.

Que a EPAL continue a trabalhar no sentido de fornecer água potável aos cidadãos, das áreas urbanas ou suburbanas, e se constitua também, a exemplo de outros organismos do país com grandes responsabilidades na execução de políticas de índole social, num factor gerador de desenvolvimento.

O caminho a percorrer pode ser longo, mas devemos ter fé em que, com sabedoria e dedicação, poderemos atingir os nossos objectivos.

8.5 Água do Cuebe imprópria para consumo

Jornal de Angola 9 de Julho de 2009

O vice-governador do Kuando-Kubango para a área social, avisou, ontem, em Menongue, que a água do rio Cuebe, que a população consome é imprópria para o

consumo.

" Visitamos a zona onde está o sistema de captação, tratamento e distribuição de água e verificamos que a água não é própria para o consumo", disse José Maria Ferraz dos Santos numa reunião com os responsáveis da Saúde, Energia e Aguas, Urbanismo, Ambiente e Habitação, comissão de moradores e representantes das autoridades tradicionais.

A água que é consumida na região foi recentemente testada na Africa do Sul e os resultados foram desastrosos, sublinhou

Uma delegação da Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto, referiu, está a fazer análises dos recursos hídricos da província do Kuando-Kubango.

"A mesma delegação já trabalhou no Kuito Kuanavale em Menongue e há menos de duas horas a delegação informou-nos que é uma calamidade consumir a água do rio Cuebe".

Ferraz dos Santos anunciou ter sido criada uma comissão provincial para "monitorar a preservação, utilização, segurança pública e sanitária e o desassoreamento do rio Cuebe"

A comissão é constituída pelo delegado provincial do Interior, Administração Municipal, director da Saúde, Energia e Aguas, Urbanismo, Ambiente e Habitação, elementos do Serviço de Informação, Obras Públicas, Cultura, 5ª Divisão das Forças Armadas, comunicação social autoridades tradicionais e comissões de moradores.

A comissão, referiu, deve realizar campanhas de educação e mobilização da população, visando a conservação e uso sustentável dos recursos hídricos do rio Cuebe, elaborar e executar um programa de construção de lavandarias públicas, de extensão da rede de fornecimento de água potável e desenvolver acções de limpeza, embelezamento e desassoreamento do rio.

A comissão deve, também, promover um programa integrado de protecção e vedação de toda a extensão do rio com excepção das zonas previamente identificadas e seleccionadas para o uso e aproveitamento colectivo.

8.6 Programa "Água para Todos" beneficia milhares de pessoas

Jornal de Angola 10 de Julho de 2009

Cerca de cinquenta mil habitantes do município de Camacupa, 82 quilómetros a Norte da cidade do Kuito (Bié), beneficiam, nos próximos tempos, do fornecimento de água potável, no âmbito do programa

do Governo angolano denominado "Água para Todos".

Em declarações ontem, à Angop, o administrador da vila de Camacupa, Afonso Jorge Assafe, falando sobre o fornecimento de água naquela localidade, disse que o programa está já a beneficiar algumas pessoas das sedes comunais, assegurando que, posteriormente, a canalização das linhas de abastecimento estender-se-á à algumas embalas e aldeias.

Relativamente à sede municipal de Camacupa, 'O administrador precisou, que o Governo da Espanha dispôs-se a disponibilizar, nos próximos tempos, cerca de cinco milhões de euros, destinados à construção da nova estação de captação, tratamento e distribuição de água.

O responsável sublinhou, que o referido financiamento enquadra-se na linha de crédito que o Governo de Espanha disponibilizou a Angola, no âmbito do programa de reconstrução nacional e das principais infra"estruturas sociais destruídas pelo conflito armado, terminado há sete anos.

O financiamento, acrescentou, também vai permitir a extensão do sistema de distribuição de água às artérias da cidade e aos bairros periféricos da vila.

Afonso Jorge Assafe frisou que técnicos especializados na área das águas efectuaram recentemente uma avaliação no terreno para se encontrar o rio que suportará os sistemas de captação, bem como a instalação de outros equipamentos, seguindo-se posteriormente o arranque das obras.

8.7 Epal aumenta oferta de água a Viana

Jornal de Angola 10 de Julho de 2009

O abastecimento de água potável ao município de Viana, em Luanda, será melhorado nos próximos tempos com a construção de uma subestação e por mais postos de abastecimento de camiões cisterna.

A medida foi anunciada, à imprensa, pelo chefe de Repartição de Águas e Energia de Viana, Inácio Cardoso, no final de um encontro de concertação entre o administrador municipal e o presidente do Conselho de Administração da EP AL, José Moreno e Belça da Cost.

O chefe de Repartição de Águas e Energia de Viana afirmou que decorrem as obras de construção do futuro Centro de Distribuição de Águas (CDA), visando atender o maior número possível de moradores

da área.

Inácio Cardoso revelou que uma subestação vai ser erguida, brevemente, no bairro do Bita Tanque e a "construção de quatro girafas no Centro de tratamento e Abastecimento de Águas do Kikuxi e nos Mulenvos de Baixo".

As girafas, explicou, vão permitir a redução do preço da água nas cisternas, uma vez que alguns proprietários de cisternas a "vendem a preços especulativos".

8.8 A doença familiar que nunca acaba

Semanário Factual 03 a 10 de Julho de 2009

A recolha do lixo é um problema transversal. Para lá do trabalho efectuado pelas operadoras, a solução, segundo os interlocutores do Pactual, depende de uma elevada cultura de higiene da população. Considera-se que lixo tudo é tudo aquilo que é descartado pelo homem, depois do seu uso, sejam sólidos, gasosos ou líquidos. Várias ruas de Luanda estão entulhadas de lixo, próximo das residências. Ele reflecte a incúria dos cidadãos.

O Pactual conversou com Madalena Jerónimo, doméstica, para quem lia quantidade de lixo que se acumula em locais impróprios tem sido enorme e comprometido para o ambiente, as pessoas deitam o lixo em qualquer lugar sem se preocupar com as eventuais consequências".

Luís André, estudante de gestão, considerou que "as operadoras de recolha têm o seu trabalho, mas nós, como cidadãos, também temos de ajudá-las: deitando o lixo no lugar certo e não amontoá-los em lugares impróprios".

Bety Garcia, funcionária pública, chamou a atenção para o exemplo da Igreja Universal que vem nos últimos tempos organizando campanhas de combate ao lixo, sendo esta uma das maneiras das entidades responsáveis e dos cidadãos cumprirem com o seu dever".

Um funcionário de uma das operadoras da Elisal, Joaquim Manuel, reconhece que tem havido falta de colaboração por parte dos cidadãos e avalia as consequências. Para ele, o lixo não pode ser posto no ambiente de forma inadequada, por ocasionar danos e riscos à saúde pública. "Hoje em dia vê-se muita gente, depois de consumir qualquer coisa, a deitar os resíduos na rua sem se preocupar com o lugar", asseverou.

O estudante Dumilde Sebastião opinou que dignidade,

respeito e cidadania são fundamentais para uma boa administração, seja ela de um país, de um Estado ou de uma cidade, e também para um cidadão"

"Todos nós, os munícipes, desejamos ter uma cidade limpa, bonita, onde possamos caminhar com tranquilidade e nos orgulhar do lugar em que vivemos", referiu, acrescentando que o problema da recolha do lixo não é só das operadoras, "nós também temos a responsabilidade de conservar os bens públicos, manter a cidade limpa, são os nossos deveres como cidadãos".

8.9 Luanda terá incineradora para tratamento do lixo hospitalar

Agora 11 de Julho de 2009

Os constantes incumprimentos em várias Unidades Sanitárias da cidade capital, no incorrecto manuseamento de resíduos hospitalares, estiveram no centro da realização seminário Provincial de Gestão Resíduos Hospitalares.

A cidade capital vai contar, com uma estrutura para o trata, do lixo hospitalar. Segundo governadora de Luanda, os de instalação da incineradora terão início nas próximas semanas no aterro sanitário dos mulevos.

Francisca do Espírito Santo disse se pretende com a iniciativa aumentar a capacidade de ata para que a recolha e a qualidade do tratamento dos resíduos hospitalares não fiquem Condicionados à falta de capacidade das empresas existentes no mercado.

Em sua opinião esta é uma componente importante do serviço nacional de saúde, pois a população corre riscos devido à exposição do lixo hospitalar que nem sempre é devidamente tratado e acondicionado.

Defendeu que a questão do tratamento dos resíduos hospitalares deve ser vista como um sistema integrado, sugerindo uma melhoria com a acção formativa nos próximos tempos, envolvendo todas as unidades privadas que prestam serviço de assistência de saúde em Luanda.

O tratamento de lixo hospitalar deve ser visto como um sistema integrado, de modo que todos os agentes que trabalham na saúde possam falar uma única linguagem e utilizar uma metodologia de trabalho comum", referiu.

A também ministra sem pasta avançou, ainda, que o governo provincial de Luanda tem acompanhado as situações pouco correctas no manuseio dos resíduos hospitalares e que, "apesar de em muitas oportunidades

ter sido abordado este tema, nota-se que o constrangimento está na falta de conhecimento profissional sobre a forma como as unidades sanitárias devem tratá-los".

Luanda conta apenas com uma única operadora de recolha e tratamento de resíduos hospitalares "Recolix" que, na sua opinião, nem sempre consegue dar resposta em tempo útil e com qualidade desejada.

Para o director provincial da Saúde, o curso serviu para orientar os actores implicados no sistema de gestão de resíduos hospitalares, no sentido de funcionar de forma integrada, com vista à preservação da saúde colectiva.

"Os resíduos hospitalares mal manuseados constituem graves problemas de saúde pública capazes de provocar doenças, como diarreia, parasitose e ameias.

Diferencia-se do lixo ordinário pelo facto de possuir propriedades infecciosas, por isso, deve ser correctamente tratado e eliminado para o bem-estar da saúde colectiva", concluiu Vita Vemba.

8.10 Aldeia de Sanga Planície recebe luz do rio

Jornal de Angola 16 de Julho de 2009

Os habitantes da aldeia de Sanga Planície, comuna de Miconge, município de Belize, 220 quilómetros a Norte da cidade de Cabinda, vão ter energia eléctrica produzida a partir da uma mini-hídrica, construída no rio Lutchiaba, na zona de Tiete, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos (PIP) do governo da província.

A mini-hídrica, com capacidade de 250 KVA, custou aos cofres do Governo da Província de Cabinda dois milhões de dólares e é a primeira construída na região, rica em recursos hídricos.

O projecto arrancou há três anos, no quadro da estratégia das autoridades de melhorar a oferta de serviços sociais básicos às populações.

A construção da barragem e instalação dos geradores foi feita por 70 operários e dois técnicos. A energia eléctrica gerada dá para 1.500 consumidores da sede comunal de Miconge e aldeias da periferia.

Foram três anos de trabalho duro, disse o técnico da empresa construtora, José Augusto Carvalho F erre ira: "Houve momentos da obra em que pensávamos que tudo estava perdido, devido à dificuldade de acesso ao

local onde foi erguida a mini-hídrica, situada numa área bastante íngreme encaixada entre duas grandes ravinas de 40 metros de profundidade".

O responsável da obra recordou que os materiais de construção e outros equipamentos eram levados à mão até ao local das obras. Os trabalhadores superaram todas as dificuldades e hoje a aldeia de Sanga Planície pode orgulhar-se de "estar iluminada, mostrando que o desenvolvimento já não está à porta, entrou pela casa dentro".

Cânticos de entusiasmo pela conclusão da obra foram entoados pelas autoridades tradicionais da comuna de Miconge durante os cumprimentos de boas vindas à delegação chefiada pelo governador Aníbal Rocha, que se deslocou à localidade no passado fim-de-semana para inaugurar a central eléctrica.

Ao usar da palavra, durante a cerimónia de inauguração, Aníbal Rocha, rodeado por autoridades tradicionais e religiosas, da Administração Comunal de Miconge e Belize, lembrou que a mini-hídrica está próxima de um pequeno "bunker" escavado na rocha, que serviu de aposento ao primeiro Presidente de Angola, António Agostinho Neto, e outros guerrilheiros do MPLA em pleno Maiombe durante a luta armada de libertação nacional.

"Quem diria que hoje, 10 de Julho de 2009, em pleno coração do Maiombe e no local que albergou os heróicos guerrilheiros do MPLA, que lutaram contra o jugo colonial português, ia nascer este empreendimento", disse o governador de Cabinda.

Aníbal Rocha referiu que as potencialidades hídricas de Sanga Planície levaram o Governo a investir no projecto, para que as comunidades rurais mais distantes das zonas urbanas possam também usufruir de energia eléctrica.

"Este projecto prova que podemos levar electricidade às comunidades rurais mais distantes dos centros urbanos", assegurou Aníbal Rocha.

O Governo Provincial de Cabinda vai desenvolver a segunda fase do projecto, que prevê a sua consolidação e a criação de uma albufeira de maior capacidade de armazenamento, para permitir a obtenção de maior volume de água, com vista a aumentar a capacidade de fornecimento de energia eléctrica.

"A instalação das linhas de transporte a partir da central eléctrica até à sede comunal de Sanga Planície é outro grande desafio do Governo. Aníbal Rocha explicou que

os trabalhos ainda não arrancaram devidas às obras de reconstrução em curso na estrada nacional Cabinda/Miconge.

O governador anunciou, também, que já foram identificadas duas outras áreas com potencialidades hídricas onde vão ser construídas mais barragens, para fornecimento de energia eléctrica às sedes dos municípios de Belize e de BucuZau.

Com a concretização dos projectos, de acordo com Aníbal Rocha, vão ser instaladas, nos municípios de Bucu Zau e Belize, pequenas unidades fabris de fruta em conserva, fábricas de sabão e de óleo de amendoim. Aníbal Rocha apelou à população beneficiária da mini-hídrica para mantê-la conservada, pedindo para denunciarem às autoridades competentes todos aqueles que tentarem danificá-la.

"Há pessoas que já querem fazer lavras e construir casas a montante do rio. Ora se eles fizerem isso, vão causar desequilíbrio, vão desmatar e fazer secar o rio, tal como está a acontecer com o rio Lucola", lamentou o governador.

Autoridades tradicionais.

A satisfação dos 3.670 habitantes da comuna de Miconge foi efusivamente manifestada pelas autoridades tradicionais presentes no acto de inauguração da mini-hídrica de Sanga Planície, tendo manifestado o seu apoio ao Governo por ter investido enormes recursos financeiros na construção de um projecto há muito esperado.

O regedor Paulo Mabiala, de 74 anos, é uma memória viva de Sanga Planície, que recorda, com nostalgia, o momento em que o povo acolheu, precisamente no local em que está erguido o engenho energético, o Presidente António Agostinho Neto e outros guerrilheiros, que na densa floresta do Maiombe desencadearam várias operações armadas contra as forças coloniais. Segundo disse à reportagem do Jornal de Angola, "os sinais dos tempos já indicavam que, cedo ou tarde, o povo de Sanga Planície seria reconhecido pelo Governo pelos apoios prestados à luta de libertação nacional, e hoje, mais do que nunca, a prova disso está nesta mini hídrica".

A comuna de Miconge, que tem 13 aldeias, incluindo a de Sanga Planície, está a desenvolver-se e os serviços de saúde e educação estão presentes em quase todas as áreas da circunscrição. O centro de saúde, a pequena central, o sinal da Televisão Pública de Angola e da Rádio Nacional e as obras de reabilitação da estrada principal Cabinda/Sanga Planície, são obras que, como disse o

regedor Paulo Mabiala, constituem orgulho dos seus habitantes. "O berço da independência de Angola foi aqui, se o seu actor principal viveu neste local, então merece ser considerado um sítio histórico", defendeu o regedor

Paulo Mabiala, pedindo ao Governo para reabilitar as vias da comuna, que "nos estão a dar uma dor de cabeça, porque não conseguimos evacuar os produtos do campo".

O administrador comunal de Miconge, César Bilendo, teve motivos de sobra para manifestar a sua alegria pelo facto da comuna que dirige ter beneficiado do projecto, "que vai atrair muitos investidores que antes não podiam colocar qualquer empreendimento económico nesta localidade devido à falta de energia eléctrica".

O sector da água é o que deixa particularmente preocupado o administrador César Bilendo. Uma avaria registada há largos meses no sistema de tratamento de água potável instalado na sede comunal tem dificultado o abastecimento. Porém, garantiu, "estão a ser feitos esforços no sentido de ultrapassarmos o mais rápido possível este constrangimento".

Estrutura técnica

O director provincial de Energia, Aguas, Geologia e Minas, João Franque, disse que a mini-hídrica de Sanga Planície, apesar de ser pequena, é das mais modernas e é de um modelo usado actualmente em vários países do mundo.

Amni-hídrica é constituída tecnicamente por uma bacia de armazenamento, a chamada albufeira, sustentada por uma barragem de retenção das águas.

O projecto contempla, ainda, várias infra-estruturas em betão armado incorporadas com tubagem de aço de 700 milímetros, 150 metros de comprimento e 40 de altura.

Para recepção da coluna líquida (tubagem), segundo o director João Franque, foi construída, a 20 metros da barragem, uma central com duas turbinas, sendo uma de 125 KV A e outra de 250 KVA.

João Franque garante que o equipamento é de tecnologia muito simples, mas de alta fiabilidade, por possuir rodas motoras, constituídas à base de aço inoxidável, cujo comando de funcionamento é controlado por dois computadores.

Para garantir o fornecimento de energia eléctrica às populações, vão ser construídos, nos próximos dias, na

aldeia de Sanga Planície, dois Postos de Transformação (PT), sendo um de alta e outra de baixa tensão, e uma linha de média tensão com cerca de três quilómetros de ramal.

Centro Turístico

Um centro de lazer com capacidade para 60 turistas está a ser construído a 300 metros da central hídrica pelo governo local, como forma de aproveitar as potencialidades paisagísticas que o local oferece.

Caracterizada por um clima tropical húmido, com densa vegetação e cascatas, projectando água numa inclinação de aproximadamente sete metros de profundidade, o local é um recanto ideal para o repouso.

O complexo turístico integra um hotel com 20 quartos, sala de hidromassagem, ginásio, sauna, piscina com uma rampa de cinco metros de altura e restaurante.

Segundo José Augusto Carvalho Ferreira, o projecto é aliciante porque, além de proporcionar momentos de lazer, também vai dar emprego às comunidades de Miconge. O governador Aníbal Rocha visitou as obras e propôs o dia 11 de Novembro como data para a sua inauguração.

8.11 Governo da província de Luanda monta serviço para reciclar o lixo

Jornal de Angola 19 De Julho de 2009

A vice governadora de Luanda, Juvelina Imperial, reconheceu, sexta-feira, durante uma palestra sobre "Reciclagem Artesanal" que a cidade capital ainda não tem um sistema de separação e reciclagem do lixo.

Juvelina Imperial assegurou que o executivo de Luanda está a trabalhar para suprimir a falta de um serviço de reciclagem de lixo. "Luanda vai ganhar nos próximos tempos um ar mais limpo, saudável bom para ser viver", disse.

Para a vice-governadora o importante é que cada um de nós se sinta um agente ambiental para moralizar a sociedade sobre a importância do Ambiente.

Juvelina Imperial sublinhou que o Governo Provincial de Luanda tem feito esforços para incentivar, encorajar e apoiar projectos ambientais.

A palestra decorreu na escola do primeiro ciclo 2004, no Bairro de Alvalade. Durante a palestra foi feito o lançamento da primeira fase do projecto "Nada se

destrói tudo se transforma”, que tem com objectivo impulsionar a reciclagem dos resíduos sólidos e das águas residuais, começando por mobilizar crianças e jovens.

Jorge Paulo António, coordenador do Clube Ecológico, que fez o lançamento do projecto, explicou que a sua organização pretende trabalhar com crianças, começando com actividades artesanais nas escolas do primeiro ciclo.

A primeira fase do projecto termina no dia 11 de Novembro, com a realização de uma feira de material reciclado. O projecto “Nada se destrói tudo se transforma” está incluído no programa da Rede Maiombe e conta com apoio dos ecologistas da Organização Vida.

8.12 Bié Distribuição de água no Andulo

Jornal de Angola 20 de Julho de 2009

A Administração Municipal do Andulo, na província do Bié, investiu 52 milhões de Kwanzas na reabilitação do sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável da comuna de Kassumbe.

O projecto, de acordo com uma nota da Administração Municipal, contemplou a construção de cinco chafarizes.

O sistema, já em funcionamento, vai permitir que a população da comuna de Kassumbe consuma água potável, visando a redução de casos de doenças causadas por água não tratada.

Maria Joana, manifestou-se satisfeita com a entrada em funcionamento do sistema de captação.

8.13 Saneamento Básico no Rangel “De mal a pior”

Semanário Factual 17 a 24 Julho de 2009

Municípios do Rangel nomeadamente do bairro Nelito Soares, mostram-se descontentes com a situação em que vivem, dado o facto de que o saneamento básico nesta circunscrição é precário devido aos enchimentos das fossas sépticas, principalmente na zona das Cês.

Segundo constatou o Factual, as ruas encontram-se inundadas pelas águas derivadas das fossas e pelo lixo que coabitam com os moradores, o que causa mau cheiro e periga a saúde de todos.

Muito embora o município do Rangel tenha sofrido algumas obras de reabilitação das ruas, os moradores mostram-se descontentes, pois algumas das obras no município encontram-se paradas e outras em execução de forma muito lenta.

Carvalho Bernardo, morador do bairro Nelito Soares, fez saber ao Factual que a situação dos habitantes do bairro Nelito Soares, principalmente na rua das Cês, é lastimável, tendo em conta que existem cerca de quatro prédios em que os canais de drenagem estão todos rotos o que origina a inundação das ruas”.

Foi constatado ainda que a foi existente na rua C1, onde em 2008 c: um camião que acabou por matar u jovem, continua aberta, existindo algumas pedras de concreto que fazem barreira, o que desassossega os moradores.

Algumas obras levadas a cabo nesta zona há cerca de um ano encontram-se totalmente deterioradas, nomeadamente a estrada que liga a avenida Hoji-ya-Henda e o mercado dos Congolezes, facto que mostra a incapacidade de muitas empreiteiras que utilizam o mercado angolano para fazer dinheiro.

Nelson Venâncio que mora no Bairro Nelito Soares já há algum tempo afirmou que "o bairro está de mal a pior, com água estagnada e vias totalmente deterioradas. Isso nos preocupa muito, nós temos crianças em casa que estão propensas a apanhar várias doenças", adiantou.

O Factual constatou que esta situação já se arrasta há algum tempo pelo que os moradores pedem a rápida intervenção da administração municipal do Rangel, visto que em vários locais do município as obras estão paradas.

8.14 População de Ndalatando destaca recuperação de valas de drenagens

Angop 24 De Julho de 2009

Ndalatando A população de Ndalatando, sede da província do Kwanza Norte, reconheceu hoje (sexta-feira), os esforços empreendidos pelo governo provincial local na recuperação das valas de drenagem da circunscrição, uma vez que vão melhorar o escoamento de águas residuais e prevenir cheias naturais.

Em declarações hoje (sexta-feira) à Angop, o município António Cardoso considerou louvável a qualidade do trabalho que está ser executado pelo governo na

requalificação dos sistemas de drenagem.

Por sua vez, Domingos Francisco disse que as valas de drenagem funcionais evitam os charcos, fonte de multiplicação de agentes causadores de doenças e os riscos de inundações em determinadas localidades, como a vila do Dondo.

Para o técnico de construção civil Hamilton de Jesus o trabalho efectuado é positivo porque ajuda no melhoramento do saneamento básico da cidade.

Segundo ele, a importância da colocação de valas de drenagem nas estradas principais e secundárias vai garantir a durabilidade destas infra-estruturas.

O director das Obras Públicas do Kwanza Norte, Pindi Zacarias Dongala disse quinta-feira à Angop que o Governo Angolano apostou na reabilitação das valas de drenagem para se evitar a degradação das estradas e relevos naturais pela acção das chuvas.

8.15 A água potável

Jornal de Angola 24 de Julho de 2009

Os investimentos públicos em áreas geradoras de bem-estar social continuam a ter repercussões positivas na vida das populações angolanas, tanto nas cidades como no campo.

O Governo angolano tem investido muitos milhões de recursos em infra-estruturas que têm contribuído para que os angolanos estejam a viver, agora, melhor do que nos anos da guerra em que não podíamos circular livremente pelo país, fazer transacções comerciais e viver onde quiséssemos.

O Governo, no tempo do conflito armado, estava impedido de realizar investimentos em muitas áreas do país, e que gerassem boas condições de vida para as populações, porque as vias estavam bloqueadas e os equipamentos não podiam ser instalados sem que logo em seguida fossem destruídos.

Terminada a guerra e instalada a normalidade constitucional, o país está, agora, em condições de relançar muitos projectos de grande impacto social na vida das populações e no desenvolvimento da economia nacional.

Com um aos grandes projectos que muito tem contribuído, decisivamente, para a melhoria das condições de vida das populações é sem dúvida, a

distribuição de água potável em diferentes regiões do país, o que tem evitado muitos problemas, como doenças e outras situações que podiam pôr em risco a saúde pública.

A distribuição de água é também fonte que permite relançar actividades industriais em diferentes zonas do país, criando empregos e produzindo produtos que podem ser consumidos interna e externamente.

O Governo prevê investir este ano cerca de trezentos milhões de dólares em projectos de abastecimento de água potável em zonas peri-urbanas e do meio rural, no quadro do programa "Água para Todos".

Esta informação foi divulgada pelo secretário de Estado das Águas, Luís Filipe, que afirmou que só no meio rural o investimento está avaliado em 120 milhões de dólares.

Angola tem uma rede hidrográfica com bacias, o que é considerado como um potencial hídrico considerável, que o Governo está a gerir de forma integrada, sustentável e equilibrada, para benefício da economia e da sociedade.

Uma das áreas que com que se preocupam as autoridades ligadas ao sector das águas consiste, nas palavras de Luís Filipe, em "garantir certo equilíbrio entre as disponibilidades e a distribuição da água potável à população, enquanto elemento fundamental à vida, bem precioso e insubstituível".

O sector das águas é, também, um factor importante para o desenvolvimento do país, pelo que a sua gestão tem merecido uma especial atenção por parte do Governo.

As águas constituem um dos mais importantes recursos naturais do nosso país, e não admira que as autoridades estejam a realizar grandes investimentos na gestão deste recurso estratégico que venha a beneficiar a milhões de angolanos.

"Água para Todos" é um programa que resulta do compromisso sério do Governo com o bem-estar das populações. É um programa que vai ser concretizado, porque o Governo está seriamente apostado em criar as condições para que todos os angolanos possam ter acesso permanente à água potável e a todos os bens essenciais que contribuem para uma boa qualidade de vida e ajudam a consolidar a paz e a reconciliação nacional.

8.16 Sem água potável nem luz

Semanário Angolense 18 a 25 de Julho de 2009

Com mais de dois mil habitantes, o Musseque Kicoca é uma localidade essencialmente agrícola, possuindo um posto médico, onde labutam enfermeiros e alguns paramédicos. Está dotada de escolas do I ao 11 ciclo, mas os habitantes solicitam mais cinco salas de aulas.

Não possui água potável nem energia eléctrica, apesar de postos de transportação de alta tensão passarem junto à aldeia. É também inexistente a actividade comercial, o que força a população a adquirir bens industriais na cidade de Luanda.

Os camponeses pedem que o Governo lhes conceda outras terras a fim de continuarem com a actividade agrícola. Os produtos que cultivavam eram vendidos nos mercados Roque Santeiro, Kicolo e Kwanzas. «Destruíram mais de duas mil mangueiras, o que provocou aqui choros e lamentos», disse, triste, Francisco Caxingue, cujas terras não foram, ainda, afectadas. O *Semanário Angolense* procurou ouvir Francisco Bartolomeu Pedro, mas este está incomunicável.

8.17 Golfe II: Lixeira é convertida em Jardim Botânico

Jornal de Angola 25 De Julho de 2009

O Governo da Província de Luanda decidiu transformar a antiga lixeira do Golfe II, município do Kilamba Kiaxi, em jardim botânico, onde são criados espaços de lazer e áreas arborizadas, de acordo com o administrador do município, José Correia.

Em declarações ontem ao *Jornal de Angola*, José Correia afirmou que a criação do jardim botânico tem como objectivo fundamental tornar a região ecologicamente saudável, pelo facto de estar situada entre o “Projecto Nova Vida”, e o “28 de Agosto”.

O administrador do Kilamba Kiaxi assegurou que há necessidade urgente do tratamento da área, fundamentalmente a sua reconversão, para que haja um meio ambiente mais sadio e os solos sejam recuperados.

José Correia revelou que, para a empreitada, está em curso uma parceria pública e privada. Na primeira fase, segundo José Correia, está em curso o processo de vedação da área.

8.18 Águas subterrâneas atormentam moradores do Cazenga

Semanário Factual 26 De Junho a 03 de Julho

Os moradores do sector 4 da comuna do Hoji-ya-Henda, no município do Cazenga, em Luanda, estão a abandonar as suas residências por causa das águas subterrâneas que estão a invadir a zona.

Há sete anos que receberam garantias de realojamento para uma zona segura, mas até agora nada feito.

Este fenómeno regista igualmente no bairro Rangel e parte da Precol, em que moradores mais

Antigos atribuíram o sucedido ao corte desregrado dos eucaliptos ao longo da Avenida Brasil.

8.19 Comuna de Cassamba com novo sistema de água potável

Angop 30 De Julho de 2009

Luená – A comuna de Cassamba, no município dos Luchazes (província do Moxico), se beneficiou esta semana de um sistema de captação, tratamento e distribuição de água para mais de 600 pessoas e da reposição de uma ponte inoperante há 30 anos.

As infra-estruturas foram inauguradas pelo governador provincial local, João Ernesto dos Santos “Liberdade”, que efectuou uma visita de campo àquela localidade que dista a 275 quilómetros a sul do Luena.

O sistema de captação de água é suportado por uma motobomba e um reservatório de 50 mil litros, de onde será distribuída para a população através de quatro chafarizes e igual número de tanques de lavagem comunitário.

Doravante a população deixa de percorrer os dois quilómetros que faziam antes para acarretar água nos poços cavados próximo do rio que banha a vila de Cassamba.

A ponte, de estrutura metálica e construída sobre o rio Luio, tem 30 metros de comprimento, quatro de largura e capacidade para 45 toneladas. A mesma foi montada pelo Instituto de Estradas (INEA) em uma semana.

A administradora municipal dos Luchazes, Adelina Chilica, louvou o empenho e determinação do Governo angolano em melhorar os serviços sociais disponibilizados às populações.

Segundo ela, a ponte, depois de 30 anos, volta a ligar por estrada Cangamba (sede municipal) à cidade do Luena, facilitando a livre circulação de pessoas e bens.

O director provincial do INEA no Moxico, David Tito, apelou na ocasião a população a conservar a infraestrutura.

8.20 Deputados informados da água para todos “Os projectos em Luanda são calculados em 200 milhões de Dólares”

Jornal de Angola 30 De Junho de 2009

Os deputados da sétima comissão da Assembleia Nacional, que trata de assuntos ligados à Saúde, Ambiente, Acção Social, Emprego os, Antigos Combatentes, Família, Infância e Promoção da Mulher, abordaram ontem, em Luanda, com o secretário de Estado das Aguas, Luís Filipe da Silva, aspectos que têm a ver com a execução das políticas de abastecimento e de saneamento de águas residuais nas cidades.

No final do encontro, Luís Filipe da Silva anunciou que está em curso, em Luanda, a execução de projectos de impacto imediato, nomeadamente a construção de novos centros de distribuição da Camama, Benfica II e zona industrial de Viana. Acrescentou que está em perspectiva a ampliação da capacidade do centro de distribuição na zona do bairro Morar, em Viana.

O secretário de Estado das Aguas revelou que, em Luanda, os investimentos nos projectos da água aproximam-se dos 200 milhões de dólares.

Luís Filipe anunciou também que a instituição que dirige está a desenvolver projectos de intervenção nas capitais provinciais, com destaque para o Uíje,

O secretário de Estado disse que há acções em curso nas províncias de Malanje e Kuando-Kubango, tendo anunciado, igualmente, que está em execução o projecto "Aguas de Benguela".

Salientou que em Luanda têm sido feitos, nos últimos anos, grandes investimentos, sobretudo no que diz respeito à captação e ao tratamento de água. "Hoje, temos uma nova estação de tratamento de água do Kikuxi, houve também uma reconversão do antigo sistema, conhecido como Sistema do Candelabro, que recebe água a partir da estação do Kifangondo", sublinhou Luís Filipe da Silva.

, O secretário de Estado das Aguas garantiu que está em perspectiva a construção de um novo centro de captação e tratamento de água, na região do Bita. Luís Filipe da Silva disse ainda que a EPAL tem em carteira um projecto que visa substituir a rede antiga de abastecimento de água. "É necessário reforçar e substituir redes para que possamos garantir um serviço com qualidade", disse.

Informou que a produção de água em Luanda ronda os 300 mil metros cúbicos, enquanto a capacidade instalada está na ordem dos 400 mil metros cúbicos.

"O ideal é fornecer, nas zonas urbanas, a cada habitante 150 litros de água, nas zonas suburbanas 40 a 80 litros. Onde o abastecimento não é feito com água canalizada, temos fontanários e chafarizes", garantiu Luís Filipe da Silva.

O coordenador da subcomissão de Acção Social, Emprego e Antigos Combatentes, da sétima comissão da Assembleia Nacional, José Diogo Ventura, reconheceu que, apesar de haver duas estações de captação e tratamento, Luanda tem dificuldade em abastecer a população urbana e suburbana de água potável.

9 AMBIENTE

9.1 Garimpo ilegal na Barra do Kwanza

A Capital 04 de Julho de 2009

Camiões basculantes, sem matrículas ou qualquer rótulo a identificar a respectiva propriedade, estão a retirar grandes quantidades de areia numa zona turística, em Luanda, vulgarmente conhecida como Praia do Buraco, localizada na estrada da Barra do Kwanza, ao quilómetro 44.

Este facto foi testemunhado por populares que escreveram para o semanário A Capital, dando conta de que a retirada de areia é sistemática, ao ponto de notar-se, no local, um enorme buraco que se aprofunda dia após dia.

A zona em questão situa-se mesmo à entrada do acesso terrestre à península do Mussulo, onde a zona das Barracas assim chamada por conta das barracas de bambu ali existentes parece o alvo preferencial desses garimpeiros de areia.

Um cidadão, que por aí passava há alguns dias, disse ter visto dois camiões de marca chinesa, pintados de cor de vinho, a serem carregados de areia por 15 elementos munidos de pás.

«Fiquei chocado», declarou a testemunha, ela que referiu ter notado que os «responsáveis» dos camiões tinham o cuidado de evitar que os mesmos transbordassem de areia, caso contrário seriam identificados pelas autoridades que proibiram o garimpo de inertes naquela zona. «Faziam tudo para que, de fora, não se visse que os camiões levavam areia», contou a fonte.

Num espaço de 30 minutos, o interlocutor deste semanário disse ter presenciado pelo menos três camiões a serem carregados. Isso, segundo apontou, é um sinal de que a operação não só é antiga como, ainda, é frequente. Ademais, os buracos que se formam testemunham que milhares de metros cúbicos de areia já foram daí retirados.

«É prenúncio de um problema ambiental», acrescentou ao evidenciar que as dunas ali existentes actuam como barreira ao avanço das águas do mar. Mais do que isso, aquela, segundo entendidos, é uma zona de desova de tartarugas.

«Isso é grave, muito grave», comentou um outro popu-

lar, denunciando o que chamou de «um comportamento sem escrúpulos e que visa, apenas, a obtenção de lucro fácil».

«Deve ser exemplarmente reprimido», disse, queixando-se do facto de outros camiões serem vistos por aí, nas mesmas condições, inclusive aos finais de semana.

«Temos que parar esta depredação anárquica e criminosa do nosso património natural», avançou, lembrando que, caso nada seja feito, «essa acção poderá redundar em dados irreparáveis».

9.2 Angola sofre os efeitos das alterações climáticas

Jornal de Angola 18 de Julho de 2009

As alterações climáticas em Angola provocaram o aumento das temperaturas, disse, quinta-feira, em Luanda, o director nacional do Ambiente, Vladimiro Russo, numa palestra organizada pelo Comité de Ecologistas e Ambientalistas do MPLA.

Vladimiro Russo sublinhou que o cacimbo hoje é mais quente e há chuvas na estação seca, além de outras alterações climáticas que tornaram as chuvas e o cacimbo mais prolongados.

O ecologista afirmou que essas alterações têm impacto na qualidade de vida das populações. "O nosso planeta, incluindo Angola, tem algumas alterações que nos deixam mais vulneráveis", disse, a propósito das chuvas, cheias, inundações e seca que se registam em muitas zonas do país, provocando catástrofes.

Vladimiro Russo, que abordou as causas, consequências e respostas às alterações climáticas, disse que o Ministério do Ambiente elaborou documentos que contêm medidas de combate às alterações climáticas que já estão em posse do Governo para análise e aprovação.

Entre os documentos, está um inventário dos sectores que mais emitem gases poluentes e os que degradam o Ambiente.

Vladimiro Russo sublinhou que o inventário realizado abarca os sectores da indústria, transportes, agricultura e actividades da agropecuária e pescas.

Felicitações ao Presidente

Os membros do Comité de Ecologistas e Ambientalistas do MPLA apresentaram, ontem, uma moção de apoio e felicitações ao Presidente da República pelo sua intervenção na Cimeira do G-8.

Na moção, os militantes congratularam-se, ainda, com os "grandes feitos do Presidente. José Eduardo dos Santos, na condução do partido e do país, para a obtenção e consolidação da paz e pelos enormes esforços realizados na reconstrução nacional, crescimento económico e desenvolvimento sustentável".

Os ambientalistas encorajaram os especialistas, profissionais e técnicos de várias especialidades a participarem activamente nas actividades em torno da realização do Programa do Governo.

Participaram na palestra a ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim, o primeiro secretário do MPLA da província de Luanda, Bento Bento, militantes e simpatizantes do partido.

9.3 Instituto Florestal apreende carvão

Jornal de Angola 20 de Julho de 2009

Mais de mil sacos de carvão foram apreendidos na cidade do Huambo, pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) aos exploradores ilegais, anunciou o responsável da instituição no Huambo, Andrade Baú.

A detenção de carvão é resultante da patrulha que os serviços de fiscalização do Instituto de Desenvolvimento Florestal tem vindo a realizar na província nos últimos tempos. Andrade Baú, disse ainda que a instituição tem estado a deter cidadãos que circulam ou transitam com carvão nas periferias da cidade sem que possuam documentação que os autorize a vender.

Ainda de acordo com Andrade Baú, os sacos de carvão apreendidos, grande parte está a ser doada às instituições de caridade, designadamente cozinhas das unidades hospitalares, lares de terceira idade, creches e abrigos de portadores de deficiências físicas.

O responsável do Instituto de Desenvolvimento Florestal do Huambo assegurou que com esta operação, o Governo da província do Huambo tenciona desencorajar a prática do desmatamento florestal e da exploração anárquica de carvão e lenha, para além da queimada de florestas na região do planalto.

"Realmente o tempo seco é um período muito complicado, sobretudo para as nossas florestas no que toca a queimadas, que têm causado grandes destruições do perímetro florestal, principalmente as áreas recém plantadas", disse Andrade Baú. A província do Huambo está localizada no Planalto Central, no

Centro-Sul do País

9.4 Angola assina acordo tripartido para conservação da floresta de Maiombe

Angop 21 De Julho de 2009

Luanda – Os Ministérios do Ambiente das Repúblicas de Angola, Democrática do Congo (RDC) e do Congo (Brazzaville) vão assinar, quinta-feira, dia 24, na província de Cabinda, um acordo tripartido para a conservação da área transfronteiriça da floresta de Maiombe, anunciou hoje à Angop a ministra Fátima Jardim.

A assinatura do acordo para a criação de uma área de conservação da referida floresta vai decorrer no Palácio do Governo da província de Cabinda e será antecedida de uma reunião de peritos dos respectivos países, de acordo com a ministra angolana do Ambiente, Fátima Jardim.

Assim, são aguardados a partir de quarta-feira, em Luanda, o ministro do Ambiente, Conservação Natural e do Turismo da República Democrática do Congo, José Edundu, e um representante da República do Congo.

Sem avançar mais detalhes, a ministra Fátima Jardim disse que o projecto da estratégia da implementação da conservação da área transfronteiriça da floresta de Maiombe já foi discutido ao nível das Nações Unidas e o mesmo conta com o apoio do Reino da Noruega.

Para testemunhar o evento, já se encontra desde segunda-feira, em Luanda, a ministra dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente de São Tomé e Príncipe, Cristina Maria Fernandes Dias, a convite da sua homóloga angolana. Aguarda-se ainda pela representante da Organização das Nações Unidas (ONU) e do embaixador angolano acreditado neste órgão, Ismael Martins, para além de outros convidados.

A densa floresta do Maiombe, que abarca os dois Congos, com cerca de duzentos mil hectares, é uma das mais ricas do continente africano.

A floresta, apesar dos conflitos armados, ainda abrigava uma variedade de espécies de fauna e flora, de acordo com pesquisas feitas e a sua madeira, considerada de qualidade, constitui a segunda maior riqueza, depois do petróleo.

9.5 Ministra sugere a criação de empresas de consultoria

O país 22 De Julho de 2009

A ministra do Ambiente, Fátima Jardim, sugeriu, na segunda-feira, no município do Waku Kungo, província do Kwanza-Sul, a criação de empresas de consultoria de apoio às administrações municipais, com vista ao estudo do impacto ambiental.

Fátima Jardim, que falava na abertura da primeira formação nacional sobre gestão ambiental para os administradores municipais, afirmou que a acção vai proporcionar a integração e conciliação dos aspectos ambientais em todos os programas e planos gerais e sectoriais de desenvolvimento económico e social.

A ministra insistiu na necessidade do estudo do impacto e Licenciamento ambiental e defendeu, também, que se passe para a obrigatoriedade do cumprimento das normas relativas ao ambiente em vigor no país, deixando a fase de sensibilização, formação e fiscalização.

"Precisamos de criar uma nova dinâmica, monitorar e fiscalizar no domínio do ambiente, juntamente com outras áreas das instituições do Estado, no quadro do Programa de Construção de um milhão de casas no país, de modo que se respeite e se incorpore a gestão ambiental", advogou.

O programa do Governo para 2009 /2012 prevê, entre outras acções, no sector do Ambiente, a melhoria da coordenação intersectorial, criando estruturas institucionais, bem como a promoção de uma ampla participação da sociedade nas tarefas de gestão ambiental, para garantir uma boa qualidade de vida aos angolanos.

Ordenamento do território e abastecimento de água o curso, que encerra na sexta-feira, conta com a participação de administradores municipais dos 18 municípios-sede das capitais provinciais. A formação está a ser assegurada por especialistas angolanos e portugueses com larga experiência no domínio do estudo do impacto ambiental.

Os formandos vão abordar matérias sobre a avaliação de impacto ambiental, ordenamento do território, abastecimento de água e saneamento, resíduos sólidos urbanos e modelos de gestão, economia e organização dos sistemas de tratamento.

A sessão de abertura contou com a presença do governador do Kwanza-Sul, Serafim do Prado,

membros do governo e autoridades tradicionais.

9.6 Biodiversidade é das mais ricas de Africa

Jornal de Angola 22 De Julho de 2009

Angola é o país com o maior ecossistema e biodiversidade em África, revelou ontem, em Luanda, o vice-ministro do Ambiente, Syanga Abílio, durante um seminário sobre a biodiversidade, que decorreu na sala de conferências do Hotel Marinha.

Ao presidir ao seminário, que decorreu sob o lema "A importância da preservação das áreas de conservação", Syanga Abílio defendeu a correcta exploração do ecossistema e da biodiversidade, "para diversificar a economia nacional".

Tendo em conta a dimensão da crise económica e financeira mundial, o vice-ministro advogou que se discutam todas as questões relacionadas com o Ambiente. Lembrou que Angola, além do petróleo e dos diamantes, possui outros recursos naturais que devem ser explorados, para o desenvolvimento sustentável do país.

Syanga Abílio frisou que, depois de vários estudos feitos por peritos sobre a biodiversidade, foi constatado que Angola tem 14 eco-regiões espalhadas pelas 18 províncias. Isso significa que a sociedade deve ser sensibilizada para que, em conjunto com o Ministério de tutela, proteja a biodiversidade e as áreas de conservação nacional.

Syanga Abílio salientou que o seu Ministério tem estado a desenvolver esforços para proteger os parques nacionais, mas, sublinhou, é preciso mais dinheiro para a reabilitação de todas as reservas nacionais.

"Nós, como responsáveis do Ministério do Ambiente, vamos trabalhar nisso porque existem regras internacionais que orientam os países a possuírem pelo menos 15 por cento do território reservado para as áreas de conservação ambiental Mas, em Angola, temos apenas seis por cento de território. Temos que nos esforçar cada vez mas com vista a atingirmos essa meta", desafiou.

Ainda sobre a protecção dos parques nacionais, Syanga Abílio explicou que o Ministério do Ambiente, em colaboração com uma organização ambiental alemã, está a promover cursos de fiscalização no Parque Nacional da Kissama.

Estão já formados 40 fiscais que anteriormente

pertenciam às Forças Armadas Angolanas. Segundo o vice-ministro, "estes homens sabem dar respostas aos caçadores ilegais e a todos aqueles que tentarem violar as regras existentes nos parques".

Troca de experiências

A ministra do Ambiente de São Tomé e Príncipe, Cristina Maria Fernandes Dias, que também esteve presente no seminário, afirmou que já foram dados os primeiros passos para o estabelecimento de parcerias entre os ministérios dos dois países.

Cristina Dias manifestou o interesse do Ministério do Ambiente de São Tomé em estabelecer parceria com o congénere angolano, no sentido de trocarem experiências sobre todos os aspectos ambientais vividos nos dois países.

A ministra são-tomense afirmou que, mal seja constituída a parceria, as áreas prioritárias vão ser c melhoramento na exploração dos recursos naturais, a protecção dos parques nacionais e a formação de efectivos do Ministério do Ambiente nos dois países.

Cristina Dias está desde segunda-feira em Luanda, a convite d, sua homóloga angolana, Fátima Jardim, para testemunhar, sexta-feira, na província de Cabinda, a assinatura do acordo tripartido dos ministérios do Ambiente da República de Angola, Democrática do Congo (RDC) e do Congo para a criação de uma área de conservação na região transfronteiriça desses países, com vista a sua preservação.

9.7 Criação da área de conservação da floresta de Maiombe tem impacto planetário

Angop 23 De Julho de 2009

Cabinda A criação da área de conservação na transfronteiriça da floresta de Maiombe, entre as Repúblicas de Angola, Democrática do Congo e do Congo (Brazzaville) vai contribuir para a preservação do planeta Terra, com a produção de oxigénio, considerou quinta-feira, em Cabinda, o vice-ministro angolano do Ambiente, Mota Liz.

Falando na cerimónia de abertura da reunião técnica dos peritos dos países acima citados, Mota Liz considerou ser relevante a implementação do projecto, visto trazer vantagens significativas para os povos das três nações e para as gerações vindouras. "Precisamos controlar a pressão exercida sobre a biodiversidade em defesa do planeta terra, sublinhou o vice-ministro, sugerindo a necessidade de se conciliar e

identificar formas para a sua gestão, assim como a criação de condições dignas das comunidades que por lá vivem, para que não prejudiquem o seu ecossistema.

Acrescentou haver modelos sustentáveis de exploração racional dos recursos que as florestas dispõem, permitindo ao homem conviver com a natureza e vice-versa, garantindo desta forma o desenvolvimento sustentável em benefício da população dos respectivos países.

A criação de mecanismos que visam a mitigação da caça furtiva e comercialização de espécies animais e algumas plantas serão entre outros passos dados pelos países membros para a concretização do projecto da floresta do Maiombe.

O vice-ministro pediu maior atenção dos peritos a este encontro técnico, uma vez que a assinatura do acordo tripartido ficará marcado na história de África e de toda a humanidade.

Sob presidência da República Democrática do Congo, o encontro de peritos de Angola, RC e RDC decorre na sala de reuniões do Comando Provincial da Polícia Nacional, no centro desta cidade.

No encontro, que dá sequência ao evento realizado em Kinshasa (RDC) de 16 a 17 de Abril de 2009, os peritos estão a rever e consolidar os documentos do protocolo sobre a floresta do Maiombe e dos projectos da estratégia de sua implementação.

9.8 BAD financia projecto ambiental para o combate contra a pobreza

Jornal de Angola 23 De Julho de 2009

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) vai, a partir deste ano, financiar com cerca de 19,6 milhões de dólares americanos um projecto ambiental 1 destinado a combater a pobreza em Angola, soube a PANA junto desta instituição bancária na capital tunisina, Túnis.

O custo total do projecto, a ser executado pelo Ministério do Ambiente, no período 2009-2014, está calculado em 21,77 milhões de dólares americanos, cujo remanescente será suportado pelo Governo angolano.

Sob a designação de Projecto de Apoio ao Sector Ambiental (PASA), o plano foi inicialmente aprovado pelo Governo angolano depois dum Estudo do Impacto Ambiental (EIA) efectuado de 2002 a 2006, também com fundos do BAD, que permitiu criar um sistema de informação ambiental.

O acordo para o seu financiamento, assinado no dia 16 deste mês na sede do BAD, em Túnis, prevê o seu reembolso em 40 anos a uma taxa de juros de 0,75 por cento e com um período de graça de 10 anos.

Foram signatárias do documento a ministra angolana do Planeamento, Ana Dias Lourenço, e a vice-presidente do BAD, Zeinab EI-Bakri.

De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento, o objectivo principal deste compromisso é ajudar o país a reduzir a pobreza pela melhoria dos serviços sociais prestados à população e pela criação de condições propícias ao desenvolvimento do sector privado.

O projecto propõe, nomeadamente, a revisão da legislação ambiental do país, a organização de campanhas de sensibilização ambiental em todo o território nacional e a formação de quadros e técnicos especializados.

A formação deverá incidir sobre quadros dos Ministérios do Ambiente e da Agricultura e de outras instituições afins do Estado, num total de 40 formandos a nível de pós-graduação ou mestrado, 50 especialistas de linguagem oficial bancária, 100 técnicos vários e 40 juizes, até 2013. Com este exercício, espera-se obter o reforço da capacidade institucional do Governo e de outros actores visando garantir a protecção do ambiente e a gestão sustentável dos recursos naturais do país, segundo a fonte.

A redução da desflorestação e de outras formas de degradação ambiental figura igualmente entre as acções preconizadas no projecto, com o reforço também da capacidade institucional das Organizações não Governamentais (ONG), da sociedade civil e das comunidades locais.

O BAD considera que Angola enfrenta vários problemas ambientais como legado da sua prolongada guerra civil (1975-2002) que acelerou o alastramento da pobreza, o uso não sustentado dos seus recursos naturais e debilitou o seu quadro de regulamentação e legal.

Os principais desafios identificados neste domínio incluem a inadequação da capacidade humana e institucional para planear e implementar políticas sobre os recursos naturais e a caducidade das estratégias e das leis ambientais.

9.9 Angola participa na 27ª Conferência de Educação Ambiental da África Austral

Angop 24 De Julho de 2009

Luanda-Angola participou na 27ª Conferência de Educação Ambiental da África Austral, decorrida, há dias, em Gaborone, Botswana, sob lema "Iniciativas Sustentáveis na Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, informou hoje à Angop fonte da rede ambiental angolana Maiombe.

Segundo a fonte, que participou do mesmo fórum, foram apresentados dez sub-temas virados fundamentalmente às questões que têm a ver com a educação multifacética do homem, nomeadamente, sobre a "Aprendizagem para a mudança: desafios actuais", "Conhecimento indígena" e "Acordos e políticas ambientais nacionais".

Sub-temas como "Mulheres, ambiente e desenvolvimento", "Melhores práticas em educação ambiental", "Alterações climáticas", "Engajar jovens/estudantes no processo de educação ambiental", "Promover redes de educadores ambientais" e "Promoção/reforço de parcerias para o desenvolvimento sustentável da sociedade" foram também discutidos na conferência. A sua promoção esteve a cargo da Universidade do Botswana, Ministério da Educação e Desenvolvimento das Habilidades e a Associação de Clubes Ambientais desse país. Esta é a terceira vez que a República do Botswana albergou evento de género, depois de já o ter feito em 1998 e 2002.

Anualmente a associação realiza um fórum de género num dos países da região para promover o diálogo entre várias sensibilidades para fortalecer e alargar o intercâmbio regional, formulação de políticas de educação ambiental e coordenação de projectos

9.10 Falta Educação Ambiental

O PAÍS 26 de Julho de 2009

A falta de educação ambiental por parte de alguns cidadãos tem estado na origem da deterioração do meio ambiente. A afirmação, a O PAÍS, é de Vladimir Russo, o director nacional do Ambiente, que aponta, entre outros factores, o mau uso de solos na agricultura, o abate ilegal de árvores, a caça furtiva, a proliferação de todas as espécies de resíduos não incinerados ou tratados nos aterros sanitários.

O responsável explicou que o corte indiscriminado de

árvores provoca a destruição do coberto vegetal e alterações climáticas numa determinada região. O especialista em questões ambientais acrescentou que para se evitar a contínua agressão ao meio ambiente é indispensável que se explique "as cautelas que os usuários de terras devem ter ao praticar qualquer tipo de agricultura, de subsistência ou mecanizada, para se prevenir as erosões dos solos e as desertificações". Aliás, a desertificação crescente de vastas áreas do território é um dos fenómenos que está a inquietar as autoridades.

A criação de polígonos florestais comunitários, a sensibilização para a exploração sustentável da floresta e o acesso a outras fontes de energia estão entre as propostas que o ambientalista considera de grande importância. No mesmo sentido, pensa Vladimir Russo que a introdução do fogareiro melhorado seria uma forma de poupar lenha e, conseqüentemente, poupar a floresta.

O uso de lenha e do carvão vegetal e as constantes queimadas na época seca como forma de renovação de pastos e limpeza dos campos estão entre os principais danos que se causam à natureza em Angola.

Vladimir Russo disse que está a ser implementado pelo Governo, desde 2007, um Programa Nacional de Combate à desertificação em cumprimento a uma recomendação da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD) da qual Angola faz parte. O referido programa, segundo a fonte, está direccionado para a faixa litoral.

O projecto em causa, orçado em três milhões de dólares está dividido em três vertentes, sendo a primeira para a formação de quadros que vão lidar com o problema ligado à luta contra a desertificação, enquanto a segunda tem a ver com a sensibilização e investigação dos fenómenos da desertificação.

A última é a de implementação de projectos práticos Combate à Desertificação (UNCCD) da qual Angola faz parte. O referido programa, segundo a fonte, está direccionado para a faixa litoral.

O projecto em causa, orçado em três milhões de dólares está dividido em três vertentes, sendo a primeira para a formação de quadros que vão lidar com o problema ligado à luta contra a desertificação, enquanto a segunda tem a ver com a sensibilização e investigação dos fenómenos da desertificação. A última é a de implementação de projectos práticos